

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PPGCS - MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO

**O MAR NÃO ESTÁ PARA PEIXE: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA E DA
COMUNIDADE PESQUEIRA DO BUGIGÃO – RESEXMAR
DO CORUMBAU/BAHIA.**

VITÓRIA
2014

JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO

**O MAR NÃO ESTÁ PARA PEIXE: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA E DA
COMUNIDADE PESQUEIRA DO BUGIGÃO – RESEXMAR
DO CORUMBAU/BAHIA.**

ORIENTADORA: WINIFRED KNOX

Dissertação apresentada para o
cumprimento das exigências para
obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Espírito Santo

VITÓRIA
2014

JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO

O MAR NÃO ESTÁ PARA PEIXE: Uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão – RESEXMAR do Corumbau/Bahia.

Dissertação apresentada para o cumprimento das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo

Aprovado em:

Professora Doutora Winifred Knox
(Orientadora)

Professora Doutora Eliana Junqueira Creado
(Membro Interno)

Professor Doutor Ronaldo Joaquim
da Silveira Lobão (Membro Externo)

Professora Doutora Aline
Trigueiro (Membro Suplente)

Data:12/05/2014

In memoriam: ao meu pai, Ademir David de Carvalho,
que me ensinou sobre o real valor da educação!

Agradecimentos:

Primeiramente agradeço a minha mãe e meu finado pai que me apoiaram no momento de voltar a estudar, sobretudo a minha mãe Maria Amaral de Carvalho que acreditou nisso e em várias madrugadas me buscou no terminal de ônibus da Águia Branca, nos dias que saia da Bahia até Vitória. Estou chegando lá mãe!

Agradeço a Professora Celeste, que me encorajou no início de 2010 a prestar o concurso de Mestrado em Ciências Sociais.

A professora Aline Trigueiro, que me acolheu durante a fase de elaboração de pré-projeto!

A Incansável professora Winifred, muito mais que uma tutora, mas uma amiga para mim. Agradeço e peço desculpas por minhas falhas!

A Minha querida amiga Menara Lube Guizardi. Obrigado pelos apontamentos precisos.

A Professora Losekan que em uma disciplina me apresentou textos e ideias importantes para a construção dessa dissertação.

A Professora Antonia Colbari, que acreditou em meu trabalho e mostrou os caminhos a serem seguidos. Serei eternamente grato!

Aos Colegas de minha primeira Turma, Marcio, Milena, Lígia, Carina, Felipe(s), Edimilson, e outros. Um grande abraço!

Aos meus colegas de minha turma adotiva, Silvia, Jaqueline, Vitor, Guti, Matheus, Gobinho, Dayane, e outros. Um cheiro!

A Minha grande amiga Rutléia. Você fazia a diferença na PPGCS. Um cheiro!

Aos meus amigos Magrão, Rodrigo Leão, Fabio Motta, Camilo Ferreira, Breno Vinícius Erick Schunig e Camila Gramckow. Obrigado por sempre me incentivarem!

Aos companheiros da CI-Brasil: Danilo, Dudu, Renata, Cynthia, Daniele e Guilherme, obrigado pelo apoio e crença em meu trabalho. Em especial a Guilherme por me municiado de informações vitais.

Aos meus grandes amigos, Tião, Véio, Caboclo, Gilmar, Bau, Sr. Neco (a turma do Bugigas) e Goinha, Iracema, Sr. Milton e Honorato (Corumbau). Obrigado por tudo, só tenho a agradecer!

Em um salve a tod@s pescadores do mar. Salve!

RESUMO

A Reserva Extrativista Marinha (RESEXMAR) do Corumbau foi criada no ano de 2000, a partir de uma ação coletiva, iniciada em 1997 por meio das lideranças de pescadores locais, na busca de instrumento jurídico que garantisse o acesso exclusivo dos recursos pesqueiros contra a atividade da pesca comercial de camarão sete-barbas que se instalou na década de 1980. Durante o processo de criação da RESEXMAR do Corumbau, os pescadores obtiveram apoio de órgãos governamentais, como a Coordenação Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) e de entidades ambientalistas do terceiro setor – Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA), e posteriormente a Conservation International do Brasil (CI-Brasil). Entretanto, após a criação da RESEXMAR do Corumbau – entre os anos 2000 e 2002 – foi elaborado o Plano de Manejo que orientaria a gestão da Unidade de Conservação (UC). O documento foi capitaneado pela equipe técnica e científica vinculada à CI-Brasil, tendo como ponto de destaque a criação de áreas de exclusão total da atividade da pesca, por meio da Zona de Proteção Marinha (ZPM). A ideia de uma ZPM, para a CI-Brasil, era que de forma indireta e em médio e longo prazo, os pescadores se beneficiariam com o possível aumento de produção de pescado, contanto que 30% de cobertura de recifes tivesse algum tipo de proteção dos processos ecológicos, tais como reprodução e crescimento de espécies. Durante as discussões do Plano de Manejo e atualmente uma parcela de pescadores locais contestaram os limites da ZPM, pois iria restringir o acesso aos recursos pesqueiros. No entanto, tal contestação foi suprimida pelas relações não formais que os membros da CI-Brasil possuíam com o núcleo familiar principal da Vila do Corumbau, forçando os demais em um acordo formal temporário. Tal questionamento evidenciou um conflito de conjunto de normas distintas entre pescadores artesanais em relação à CI-Brasil e IBAMA: a pesca artesanal – um tipo de ação que segue normas específicas das quais elementos humanos e não humanos interagem conjuntamente, evidenciando um conhecimento prático e corporizado constituindo um modelo compreensivo de mundo e de natureza; conceitos modernos e globalizantes de uma natureza totalmente desvinculada das práticas locais artesanais, com forte articulação de uma entidade ambientalista de alcance internacional, guiada pela emergência das questões ambientais, imprimindo no local (o lugar da prática da pesca tradicional) a ideia de um espaço (Áreas Marinhas Protegidas), desencaixado de formas específicas de natureza/culturas.

ABSTRACT

The Marine Extractive Reserve (MER) Corumbau was created in 2000, from a collective action, initiated in 1997 through the leadership of local fishermen, seeking legal instrument to guarantee exclusive access fishery resources against activity commercial fishing-bob-shrimp that settled in the 1980s. During the beging of the MER Corumbau, fishermen received support from government agencies organizations from the third sector, but were Conservation International Brazil (CI-Brazil) has strongler action in MER. However, after the creation of MER Corumbau - between 2000 and 2002 - the Management Plan to guide the management of the protected area was established. The document was captained by CI-Brazil scientific and their technical staff, taking as a point of highlighting the creation of areas of total exclusion of fishing activity through the Marine Protected Zone (MPZ). The idea of a MPZ, for the CI-Brazil, which was indirectly and medium and long term, the fishermen would benefit from the possible increase of fish production, provided 30% coverage of reefs had some kind of protection ecological processes, such as reproduction and growth of species. During discussions of the Management Plan and currently a portion of local fishermen challenged the limits of MPZ because it would restrict access to fish resources. However, such a challenge was suppressed by non-formal relationships that members of CI-Brazil possessed with the main household of Vila Corumbau, forcing others in a formal temporary agreement. This questioning revealed a conflict of set of different standards between artisanal fishermen in relation to CI-Brazil and IBAMA: Artisanal fisheries as a type of action that follows specific rules of which human and non-human elements interact together, demonstrating a working knowledge and embodied constituting a comprehensive model of the world and of nature; Modern and globalizing concepts in a totally unrelated handcrafted nature of local practices, with strong articulation of an environmental organization of international scope, driven by the emergence of environmental issues, printing on site (the place of practice of traditional fishing) the idea of a space (Marine Protected areas), undocked of specific forms of nature / culture.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** – MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE BUGIGÃO E CORUMBAU. NA FRANJA LITORÂNEA, VEMOS O LIMITE DO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL, SOBREPONDO A ÁREA DA COMUNIDADE DO BUGIGÃO.....**19**
- FIGURA 2** – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA RESEX DO CORUMBAU, PARNA DO MONTE PASCOAL, TERRITÓRIO INDÍGENA PATAXÓ, PARNA DO DESCOBRIMENTO.**21**
- FIGURA 3** – LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE PROTEÇÃO MARINHA DE TODA A RESEX DO CORUMBAU EM SEU ZONEAMENTO. VERIFICASSE A SOBREPOSIÇÃO DA ZMP EM RELAÇÃO AOS RECIFES DOS ITACOLOMIS, ÁREA DE GRANDE ATUAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA DAS COMUNIDADES DO CORUMBAU E BUGIGÃO.....**21**
- FIGURA 4** - LOCALIZAÇÃO DAS AREA DE PROTEÇÃO MARINHA AO QUAL NÃO É PERMITIDA NENHUMA ATIVIDADE PESQUEIRA. TAL ÁREA É SOBREPOSTO AOS PRINCIPAIS PONTOS DE PESCA DOS RECIFES DOS ITACOLOMIS.**26**
- FIGURA 06** – MAPA DO TERRITÓRIO INDÍGENA PATAXÓ, AO QUAL APRESENTA AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE COMPRA E VENDA DE PESCADO E DE PRODUTOS ORIGINÁRIOS DE AGRICULTURA FAMILIAR, COMO FARINHA, MANDIOCA, BANANA, HORTALIÇAS, ENTRE OUTROS. CONFORME LOBÃO, R.; ÁVILA, T.; FREITAS, A. C.; LIMA, H. C. RELATÓRIO DA 1^ª ETAPA DO ESTUDO ETNOECOLÓGICO DA TERRA INDÍGENA DE BARRA VELHA DE MONTE PASCOAL / BA. V. 2, P.1–68. NITERÓI, 2009.....**44**
- FIGURA 07** – ANTIGA CASA DO CABOCLO NO CORUMBAU EM DETALHE SUA ESPOSA NO CANTO ESQUERDO DA FOTO E CABLOCO NO INTERIOR DA FOTO. FONTE: CI-BRASIL.**47**
- FIGURA 08** – TERRENO DA CASA DE SENHOR NECO, EM DETALHE UM TUBARÃO CAPTURADO PELO MESMO. FONTE: ARQUIVO CI-BRASIL.....**47**
- FIGURA 09** – DETALHE DA DISTRIBUIÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DA COMUNIDADE DO BUGIGÃO. TODA SUA OCUPAÇÃO É REALIZADA EM ÁREA DE RESTINGA, TENDO AO FUNDO DE COR MAIS ESCURA ÁREA DE MANGUE, AO QUAL SÃO REALIZADAS ATIVIDADES DE MARISCAGEM.....**48**
- FIGURA 10** – DETALHE DE UM TIPO DE RESIDÊNCIA DA COMUNIDADE DO BUGIGÃO. TODAS AS RESIDÊNCIAS SÃO FEITAS DE MADEIRA COM TELHADO DE AMIANTO, UMA DAS CONDICIONANTES IMPOSTO PELO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL ERA QUE AS CASAS FOSSEM DE MADEIRA, E NÃO DE ALVENARIA. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.**56**
- FIGURA 11** – IGREJA DE NOSSA SENHORA APARECIDA (PADROEIRA DA COMUNIDADE), ALÉM DE REALIZAR AS MISSAS, TAMBÉM O LOCAL DE REUNIÃO DA COMUNIDADE. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.**57**
- FIGURA 12** – UMA MANHÃ DE PROZA NA FAMÍLIA DO SENHOR NECO ENTRE FILHOS, CUNHADOS E NORAS. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.**57**

FIGURA 13 – PREPARATIVOS PARA O BINGO PARA ANGARIAR FUNDOS PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DA PADROEIRA DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.....	58
FIGURA 14 – COLÉGIO DA COMUNIDADE DO BUGIGÃO, ONDE SÃO MINISTRADAS AULAS DE 1ª À 4ª SÉRIE, TENDO COMO UMA DAS DISCIPLINAS PRINCIPAIS A LÍNGUA PATCHOHÃ. A MAIORIA DOS PROFESSORES SÃO PERTENCENTES A ALDEIA DE BARRA VELHA. OUTRO PONTO IMPORTANTE É QUE SE TRATA DA ÚNICA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA NA COMUNIDADE. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.....	58
FIGURA 15 – FUTURA CASA DE CABOCLO (ACREDITO QUE JÁ ESTEJA MORANDO NELA), SENDO FEITA EM MADEIRA, MAS ASSIM COMO OS DEMAIS, CONSTROEM UMA BASE E COLUNAS EM ALVENARIA SE PREPARANDO PARA ALGUM DIA SAIR A RESOLUÇÃO SOBRE A OCUPAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.	59
FIGURA 16 – MAPA REPRESENTANDO A ATUAÇÃO DA CONSERVATION INTERNATIONAL AO REDOR DO MUNDO. A MAIORIA DAS AÇÕES SE LOCALIZAM EM ÁREAS TROPICAIS. FONTE: HTTP://WWW.CONSERVATION.ORG/	61
FIGURA 17 – DETALHE DO FORTE JEFFERSON NATIONAL MONUMENT QUE TAMBÉM FAZ PARTE DO PARQUE NACIONAL DRY TORTUGA NA FLORIDA, PROTEGENDO ÁREAS DE RECIFES E PARCELAS SIGNIFICATIVAS DO OCEANO E ÁREAS COSTEIRAS. FONTE: BOB KRIST/CORBIS ©	83
FIGURA 18 – A APA COSTA DOS CORAIS (APA DE TAMANDARÉ) ABRIGA UM CONJUNTO DE RECIFES CORALÍNEOS AO LONGO DE TODA A COSTA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E PERNAMBUCO. NA FIGURA APRESENTADA ENCONTRA-SE O ZONEAMENTO PROPOSTO NO PLANO DE MANEJO DA UC, CONSTANDO ÁREAS DE PRESERVAÇÃO (VERMELHO) E CONSERVAÇÃO (VERDE). FONTE: WWW.ICMBIO.GOV.BR.	88
FIGURA 19 – DETALHE DA FIGURA DO SENHOR NECO COMO UM DOS PESCADORES MAIS ANTIGOS ATÉ O PRESENTE MOMENTO. AQUI ELE ESTÁ LIMPANDO CAÇÃO E UMA ARRAIA. PARA MUITOS, O SENHOR NECO É CONHECIDO POR GOSTAR DE PESCAR TUBARÃO, EXISTEM VÁRIAS ESTÓRIAS ENGRAÇADAS SOBRE A SEU IMPULSO DE CAPTURA DE TAL ESPÉCIE.....	110
FIGURA 20 - MAPA REPRESENTANDO A LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PESQUEIROS, EM VERMELHO É A LOCALIZAÇÃO DAS DUAS VILAS PESQUEIRAS (CORUMBAU E BUGIGÃO) NA LINHA VERMELHA, SOBREPONDO OS PESQUEIROS A ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA, AO QUAL A PESCA NÃO PODE SER REALIZADA.	112
FIGURA 21 – VÉIO SOLTANDO UMA DAS PORTAS PARA REALIZAR A CAPTURA DE CAMARÕES PARA SERVIR DE ISCA EM UM DIA NORMAL DE PESCARIA. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.....	113
FIGURA 22 – UM DIA BOM DE PESCARIA ACABA SENDO ASSIM, COMEÇA DEVAGAR, FICA DIFÍCIL, O PEIXE NÃO VEM, TEM QUE SAIR PARA OUTRO PESQUEIRO, PEGA-SE UM POUCO, MAS LOGO ACABA, DEPOIS VAI PARA OUTRO PESQUEIRO, ATÉ ENCONTRAR O QUE APRESENTA BOM RESULTADO. GERALMENTE O FINAL DA PESCARIA FINALIZA POR VOLTA DE 14:00 ÀS 15:00 HORAS. FOTOGRAFIA DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.	114

FIGURA 23 – APRESENTA O FUNCIONAMENTO DA CORRENTE DE CONVECÇÃO QUE DÁ ORIGEM AO CHAMADO VENTO TERRAL. ESTE VENTO DURANTE A PARTE DA MADRUGADA É RESPONSÁVEL PELO RESFRIAMENTO DA ÁGUA DO MAR. O TERRAL É GERADO POIS O RESFRIAMENTO DA TERRA É MAIS RÁPIDO QUE A ÁGUA DO MAR AO LONGO DO PERÍODO DA NOITE, QUANDO CHEGA O PERÍODO PRÓXIMO A MADRUGADA, COMEÇA A CIRCULAR UM VENTO BEM MAIS FRIO DO QUE O VENTO DIURNO EM DIREÇÃO AO MAR. ILUSTRAÇÃO DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.	115
FIGURA 24 – O VENTO DE LESTE, CHAMADO DE VIRAÇÃO É O VENTO QUE SAI DO MAR EM DIREÇÃO À PARTE TERRESTRE. ESTE VENTO COMEÇA A PARTIR DE MEIO DIA, QUANDO A TERRA JÁ ESTÁ MAIS QUENTE QUE A ÁGUA DO MAR, GERANDO OUTRA CORRENTE DE CONVECÇÃO AO LONGO DO DIA. TRATA-SE TAMBÉM DE UM VENTO MUITO CALMO COMO O VENTO TERRAL. ILUSTRAÇÃO DE JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO.	116
FIGURA 25 – MAPA REPRESENTANDO OS PRINCIPAIS AMBIENTES NO ENTORNO DAS VILAS PESQUEIRAS, DESTACANDO-SE OS AMBIENTES RECIFAIS (ONDE ABRIGA MAIOR PARTE DOS PEIXES RECIFAIS, GUAIBUA, ARIOCÓ, BADEJOS) E AGLOMERADOS DE LAMA E AREIA (CAMARÕES, PESCADA, SARDA, GUARICEMA).....	118
FIGURA 26 – MAPA REPRESENTANDO A DISPONIBILIDADE DO RECURSO DE ACORDO COM A PREDOMINÂNCIA DO VENTO. NESTE CASO ESPECÍFICO VEMOS A PREDOMINÂNCIA DO VENTO NORDESTE QUE MISTURA AS ÁGUAS LODADA (DE FUNDO DE LAMA) COM ÁGUA LIMPA, POSSIBILITANDO QUE O PEIXE SAIA DA TOCA PARA COMER.....	121
FIGURA 27 - MAPA REPRESENTANDO A DISPONIBILIDADE DO RECURSO DE ACORDO COM A PREDOMINÂNCIA DO VENTO. NESTE CASO ESPECÍFICO VEMOS A PREDOMINÂNCIA DO VENTO SUL QUE MISTURA AS ÁGUAS LODADAS (DE FUNDO DE LAMA) COM ÁGUA LIMPA, POSSIBILITANDO QUE O PEIXE SAIA DO ESCONDERIJO PARA COMER.	122
FIGURA 28 - MAPA REPRESENTANDO A DISPONIBILIDADE DO RECURSO DE ACORDO COM A PREDOMINÂNCIA DO VENTO. NESTE CASO ESPECÍFICO VEMOS A PREDOMINÂNCIA DO VENTO SUESTE. OBSERVA-SE POR CONTA DA LOCALIZAÇÃO DO BANCO DE LAMA E TAMBÉM DA DIREÇÃO DO VENTO, OS RECIFES MAIS PROFUNDOS SÃO OS QUE POSSUEM MAIOR GARANTIA DE TER PEIXE.	124
FIGURA 29 – MAPA REPRESENTANDO A DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES LOCAIS DOS AMBIENTES RECIFAIS. CADA AMBIENTE (SEQUEIRO, SARRADO E SALTEADO) É RESPONSÁVEL POR UMA DETERMINADA FUNÇÃO (ECOLÓGICA) E TAMBÉM APRESENTA CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES QUE DEFINE QUE TIPO DE ARTE A SER UTILIZADA E ESPÉCIE CAPTURADA.	125
FIGURA 30 – MAPA APRESENTANDO A ÁREA DE ATUAÇÃO DAS TRÊS PRINCIPAIS PESCARIAS REALIZADAS PELAS COMUNIDADES DO CORUMBAU E BUGIGÃO.	130
FIGURA 31 – AQUI VEMOS UM DOS PESCADORES (NONGA) REALIZANDO A DESTROVA DO ANZOL, QUE CONSISTE EM PREPARAR A LINHA NO ANZOL. NÃO É UMA TAREFA MUITO SIMPLES PARA MÃOS, OLHOS E MENTES DESTREINADOS, MAS SÃO EXECUTADOS COM PERFEIÇÃO POR QUEM REALIZA TAL TAREFA DIARIAMENTE.	131

FIGURA 32 – COM MUITA PERSISTÊNCIA E OBSERVAÇÃO CONSEGUI REALIZAR UMA DESTROVA DE ANZOL. COMO FOI DITO ANTERIORMENTE NÃO É UMA TAREFA TRIVIAL PARA DESTREINADOS.....	131
FIGURA 32 – ESTA É VISÃO DE QUEM ESTÁ OPERANDO A EMBARCAÇÃO TANTO A VELA QUANTO A MOTOR. OBSERVA-SE A VISIBILIDADE DO CORAL EM MARÉ BAIXA, APRESENTANDO O CAMINHO AO QUAL O PESCADOR DEVE SEGUIR.....	134
FIGURA 33 – REUNIÃO DE FEVEREIRO DE 2012 AO QUAL FOI REALIZADO ESCLARECIMENTOS SOBRE O LIMITE E O TAMANHO DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA COM OS PESCADORES DO BUGIGÃO E DO CORUMBAU. ARQUIVO CI-BRASIL.....	145
FIGURA 34 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE UMA NOVA ZPM ELABORADO PELAS COMUNIDADES DO BUGIGÃO E DO CORUMBAU NO ANO DE 2012. ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
FIGURA 35 – UMA DAS FOTOGRAFIAS PANORÂMICAS UTILIZADA PARA A COMUNICAÇÃO DOS PESCADORES COMO FORMA DE FACILITAR O DIÁLOGO EM TORNO DAS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS NO MOMENTO DA DISCUSSÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA. FONTE: CI-BRASIL – FOTOGRAFIA DE ENRICO MARCOVALDE.	157
FIGURA 36 – MOMENTO DE DISCUSSÃO DO PLANO DE MANEJO, COM A PRESENÇA DE RONALDO OLIVEIRA (IBAMA), GUILHERME DUTRA (CI-BRASIL), ALBINO ENTRE OUTROS PESCADORES LOCAIS. ACERVO CI-BRASIL.	163
FIGURA 37 – OUTRA REUNIÃO REALIZADA PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO, BEM COMO O SEU ZONEAMENTO. NO QUADRO NEGRO HÁ UM DESENHO DA RESERVA EXTRATIVISTA E SEUS LIMITES, POSSIVELMENTE ESTARIAM APRESENTANDO UMA PROPOSTA DE ZONEAMENTO. ESTÃO PRESENTES NA REUNIÃO, MEMBROS DO CNPT, CI-BRASIL E TAMBÉM NONGA, CABOCLO E MILTON. ACERVO CI-BRASIL..	165
FIGURA 38 – ÁRVORE GENEALÓGICA REALIZADA POR CAMILA DA CUNHA MICHELIN NA DISSERTAÇÃO “UM ESTUDO DO SISTEMA SÓCIO-ECOLÓGICO PESQUEIRO DA PONTA DO CORUMBAU, BA”. COM BASE NAS INFORMAÇÕES CEDIDAS PELA PESQUISADORA EM SEU TRABALHO DE CAMPO, CONSEGUI IDENTIFICAR A FAMÍLIA DEOCLECIANO; A FAMÍLIA DE CABOCLO E FAMÍLIA CUNHA. SEGUNDO A PESQUISADORA OS FAETES ERAM BASTANTE REFRATÁRIOS E NÃO PARTICIPARAM DA PESQUISA.	169
FIGURA 39 – RESULTADO DE CINCO ANOS DE MONITORAMENTO REALIZADO POR MEIO DE CONTAGEM DE PEIXES NO INTERIOR DOS RECIFES DOS ITACOLOMIS.	171
FIGURA 40 - APRESENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE MONITORAMENTO BASAL REALIZADO NO INTERIOR DA ZPM E FORA DELA, COMO FORMA DE EVIDENCIAR A EFETIVIDADE DA ZONA DE EXCLUSÃO DE PESCA PARA O AUMENTO DE BIOMASSA DE PEIXES. FONTE: FRANCINI-FILHO, R. B.; MOURA, R. L. EVIDENCE FOR SPILLOVER OF REEF FISHES FROM A NO-TAKE MARINE RESERVE : AN EVALUATION USING THE BEFORE-AFTER CONTROL-IMPACT (BACI) APPROACH. FISHERIES RESEARCH2, , N. 93, P. 346–356.....	172
FIGURA 41 – POSSÍVEL DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL MÁXIMA (SINALIZADO EM VERDE) DO EFEITO DE TRANSBORDAMENTO, SPILLOVER PARA FORA DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA (SINALIZADO EM VERMELHO).	

ESTA ÁREA CORRESPONDE 3.140 HECTARES, CONTANDO UMA DISTÂNCIA MÁXIMA A PARTIR DO LIMITE DA ZPM DE 1200 METROS..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

FIGURA 42 – PORCENTAGEM DA CAPTURA DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES RECIFAIS, DESCRIMINADAS DAS DEMAIS ESPÉCIES QUE SE CONFIGURAM DE AMBIENTE MISTO OU DE ESTUÁRIO E FUNDO DE LAMA. O MONITORAMENTO FOI REALIZADO EM CONJUNTO COM BARRA VELHA, MAS PODE-SE CONSIDERAR QUE 90% DA CAPTURA É DA COMUNIDADE DO BUGIGÃO. FONTE: MONITORAMENTO PESQUEIRO PARTICIPATIVO, CI-BRASIL/MPA (2010 À 2011).178

FIGURA 43 – PORCENTAGEM DE CAPTURA CONSIDERANDO APENAS AS PRINCIPAIS ESPÉCIES RECIFAIS CAPTURADAS NA COMUNIDADE DO BUGIGÃO. FONTE: MONITORAMENTO PESQUEIRO PARTICIPATIVO, CI-BRASIL/MPA (2010 À 2011).178

FIGURA 44 - PORCENTAGEM DA CAPTURA DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES RECIFAIS, DESCRIMINADAS DAS DEMAIS ESPÉCIES QUE SE CONFIGURAM DE AMBIENTE MISTO OU DE ESTUÁRIO E FUNDO DE LAMA. FONTE: MONITORAMENTO PESQUEIRO PARTICIPATIVO, CI-BRASIL/MPA (2010 À 2011).....179

FIGURA 45 - PORCENTAGEM DE CAPTURA CONSIDERANDO APENAS AS PRINCIPAIS ESPÉCIES RECIFAIS CAPTURADAS NA COMUNIDADE DO CORUMBAU. FONTE: MONITORAMENTO PESQUEIRO PARTICIPATIVO, CI-BRASIL/MPA (2010 À 2011).179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – LISTA DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS NA RESEX DO CORUMBAU.	177
TABELA 2 – CORRELAÇÃO DAS ESPÉCIES MONITORADAS NO MONITORAMENTO DE DESEMBARQUE PESQUEIRO, COM AS ESPÉCIES QUE APRESENTADAS NO MONITORAMENTO SUBAQUÁTICO COM TOTAL DAS DUAS COMUNIDADES (BUGIGÃO E CORUMBAU).	180

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APMIB – Associação de Pescadores e Moradores Indígenas do Bugigão

APPA - Associação Pradense de Proteção Ambiental

CDRC – Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau

CI-Brasil – Conservação Internacional do Brasil

CMPN – Congresso Mundial de Parques Nacionais

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CPUE – Captura Por Unidade de Esforço

FUNAI – Fundação Nacional do índio

FUNATURA – Fundação Pró – Natura

GCRMN – Rede Global de Monitoramento de Recifes de Coral

IBAMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

IUCN - International Union for Conservation of Nature

ONG – Organização Não Governamental

PARNA – Parque Nacional

PARNAM – Parque Nacional Marinho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEXMAR – Reserva Extrativista Marinha

SEDIR – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TNC – The Nature Conservancy

TURFs – Territorial Use Rights for Fishing

UC – Unidades de Conservação

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO – United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

USP – Universidade do Estado de São Paulo

WWF – World Wild Fundation

ZPM – Zona Protegida Marinha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 NOTAS METODOLÓGICAS.....	22
CAPÍTULO I – A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	34
2. INTRODUÇÃO	34
2.1.1 <i>Dar um passo para traz para entender o contexto de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.</i>	35
2.1.2 <i>Agora é Resex, e aí?</i>	39
2.1.3 <i>A diáspora para a comunidade do Bugigão: atravessando o rio e redefinindo fronteiras e identidades.</i>	45
2.1.4 <i>Características da comunidade do Bugigão</i>	54
2.1.5 <i>O Contexto local do estabelecimento da Organização Não Governamental Conservação Internacional para a proteção da biodiversidade marinha</i>	59
2.1.6 <i>As principais razões para a definição da Zona de Proteção Marinha dos recifes dos Itacolomis na RESEXMAR do Corumbau</i>	65
2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOIS MUNDOS SE ENCONTRAM PARCIALMENTE EM UMA MESMA PERSPECTIVA?	69
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DE UMA NATUREZA FORA DE NÓS	72
3. INTRODUÇÃO	72
3.1 <i>Aspectos fundacionais do conceito de Natureza na sociedade europeia e sua difusão a partir da ideia de Áreas Naturais Protegidas</i>	73
3.2 <i>Preservação e conservação nos Estados Unidos da América e sua replicação para o mundo.</i>	79
3.3 <i>A eminência das Áreas Marinhas Protegidas, formulações de exigências e o caráter biocolonial dos projetos de conservação.</i>	82
3.4 <i>Da UICN para o Brasil: o marco legal e conceitual da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i>	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMANÊNCIA, TRANSCENDÊNCIA, NATUREZA E LUGARES.	98
CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DE LUGARES E DE TERRITÓRIOS: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DE NATUREZA/CULTURA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO BUGIGÃO.	102
4. INTRODUÇÃO	102
4.2 PRÁTICAS, PERCEPÇÃO E EXPERIÊNCIA NA NATUREZA.	104
4.2.1 <i>O começar pescar pescando</i>	105
4.2.2 <i>Apreendendo, navegando e dominando o mar</i>	111
4.2.3 <i>Percepção do ambiente marinho enquanto produção de coletivos de natureza/cultura.</i>	111
4.2.4 <i>Os mapas que navegam</i>	132

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
CAPÍTULO IV - CONFLITOS E ALIANÇAS NA RESEX DO CORUMBAU: HIBRIDIZAÇÃO EM TORNO DA ZONA DE PROTEÇÃO MARINHA.	139
5. INTRODUÇÃO	139
5.1 <i>A contestação sobre a Zona de Proteção Marinha e suas posições.</i>	<i>142</i>
5.2 <i>Os primeiros passos da discussão da Zona de Proteção Marinha na Vila do Corumbau</i>	<i>152</i>
5.3 <i>As negociações internas e externas para a aprovação da Zona de Proteção Marinha</i>	<i>160</i>
5.4 <i>Como é medido a eficiência de uma Zona de Exclusão de Pesca para a Gestão de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.</i>	<i>170</i>
5.5 <i>Considerações finais: A perspectiva situacional sobre o conflito dos pescadores locais da comunidade do Bugigão com a Zona de Proteção Marinha.....</i>	<i>181</i>
6. CONCLUSÕES	185
7. REFERÊNCIAS	190
ANEXOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1. Introdução

O objetivo da presente dissertação é trabalhar o campo de conflito socioambiental, em uma comunidade de pescadores indígenas denominada Bugigão, tendo como pano de fundo a discussão dos conflitos socioambientais em áreas protegidas. Nestas se estabelece a disputa entre os direitos de acesso aos recursos naturais de grupos locais e a ética e moral modernas, chamada aqui conservação da biodiversidade, mediada por uma visão de natureza socialmente construída a partir de preceitos modernos.

A comunidade do Bugigão¹, indígenas da etnia pataxó, faz parte de um conjunto de comunidades e localidades de pescadores artesanais que estão inseridos dentro do contexto da Reserva Extrativista Marinha (RESEXMAR) do Corumbau, e possui aproximadamente 30 famílias que dependem diretamente dos recursos pesqueiros marinhos e estuarinos como meios de subsistência. Além disso, a comunidade do Bugigão está situada na parte sul do Parque Nacional (PARNA) do Monte Pascoal.

Sua localização geográfica é no sentido de montante à jusante do rio Corumbau, situando-se em sua margem esquerda no município de Porto Seguro – Bahia (Figura 1) O Bugigão, como um todo, se situa em uma área de vegetação de restinga, como sendo uma pequena franja de depósito sedimentar arenoso de aproximadamente 200 metros de largura entre o mar e áreas de mangue do rio Corumbau.

Até a metade da década de 2000, boa parte dos atuais moradores do Bugigão vivia ainda dentro da vila do Corumbau, enquanto no Bugigão viviam apenas três famílias. Neste período intensifica-se a especulação imobiliária dos municípios de Prado e Porto Seguro, impulsionada pela grande procura de turistas de outros Estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo).

¹ Adotarei aqui o conceito de comunidade, uma vez que é a terminologia que aparenta ter mais consenso interno, já presente no estatuto social da associação, mesmo sendo considerada uma aldeia dentro do território indígena pataxó.

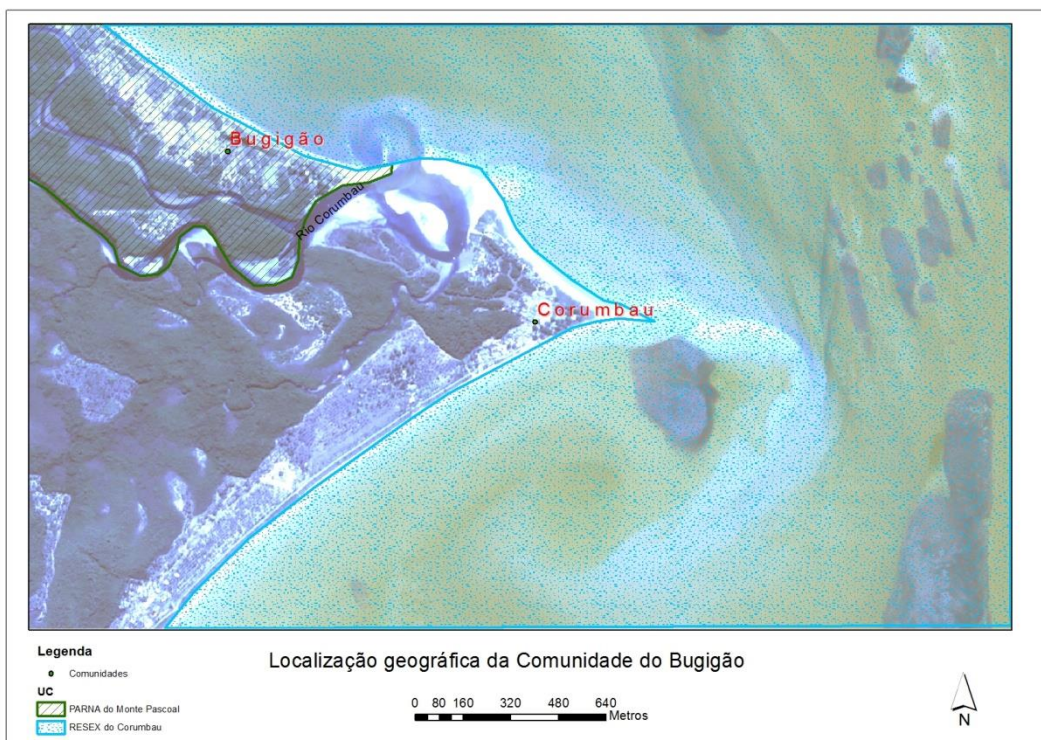


Figura 1 – Mapa de localização geográfica da comunidade Bugigão e Corumbau. Na franja litorânea, vemos o limite do Parque Nacional do Monte Pascoal, sobrepondo a área da comunidade do Bugigão.

Neste contexto, cerca de seis famílias venderam suas casas para pousadeiros e donos de restaurantes que viram uma oportunidade de instalação de um bom negócio na vila do Corumbau. Assim, estas famílias passaram a morar do outro lado da margem do rio Corumbau, área que, porém, faz parte do PARNA Monte Pascoal.

O PARNA do Monte Pascoal foi criado no ano de 1943 sobre a prerrogativa de rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, além da preservação dos atributos naturais e da promoção do turismo para a região. É importante salientar que, segundo historiadores locais (Vilhena, 1969, apud Carvalho, 2007) a ocupação dos índios pataxós é remontada historicamente desde o século XVIII, entre os rios de Porto Seguro (BA) e o de São Mateus (ES).

De todas as aldeias que fazem parte do território indígena pataxó, a comunidade do Bugigão é a que apresenta as maiores dificuldades em termos de permanência no local para o desenvolvimento de suas atividades e práticas diárias (pesca e mariscagem) no seu local de moradia. Esta situação se agrava, sobretudo por estarem na área do PARNA do Monte Pascoal, passando por restrições da gestão e

também por terem ficado fora dos limites da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, reconhecida pela FUNAI em 2008 (Figura 2).

Em 2000, foi criada a Reserva Extrativista Marinha (RESEXMAR) do Corumbau, a partir de uma ação coletiva local, como uma forma de restringir o acesso a recursos pesqueiros de embarcações de outras regiões (Espírito Santo, Alcobaça e Ceará). Com a criação da RESEXMAR, ampliou-se o espectro de entidades governamentais e não governamentais na região, mudando o cenário do conflito, que antes era na parte continental, passando agora para a parte marinha.

Neste contexto, outros atores adentraram: Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA) e Conservation International do Brasil (CI-Brasil) em apoio à criação e implantação da Reserva Extrativista do Corumbau. A partir de 2000, teve início a discussão do Plano de Manejo da Reserva Extrativista bem como a construção de seu zoneamento, contendo áreas de exclusão parcial ou total da pesca, dentro do território pesqueiro. Uma dessas áreas, a Zona de Proteção Marinha (ZPM)², é a principal e maior área de exclusão total da pesca, localizada nos recifes dos Itacolomis, cobrindo um importante território de pesca (Figura 3).

Sendo assim, cabe ressaltar que esta proposta de pesquisa adere ao tema "conflitos socioambientais", e está especificamente relacionada ao direito de acesso aos recursos das populações locais que vivem sob restrições de normatividade de uma Zona de Exclusão de Pesca, denominado no Plano de Manejo de Zona de Proteção Marinha (ZPM).

O processo de discussão do plano de manejo e o seu zoneamento, no caso a ZPM, revelou, a partir de contestações apresentadas pelo grupo do Bugigão, como mostraremos nesta pesquisa, que os acordos realizados nos primeiros anos da criação da RESEXMAR, não possuíam uma vinculação apropriada com os

²Conforme o Plano de Manejo que define esta área como sendo "...destinada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas, e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo" e também com as restrições como: "Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina no polígono formado pelas coordenadas: a) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 27,01"W; b) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 39,83"W; c) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 37,27"W; d) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 15,47"W." (Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – BA, Plano de Manejo, 2002).

interesses dos pescadores locais, se constituindo em acordo temporário entre as partes (pescadores locais e agentes externos) em torno da criação da ZPM.

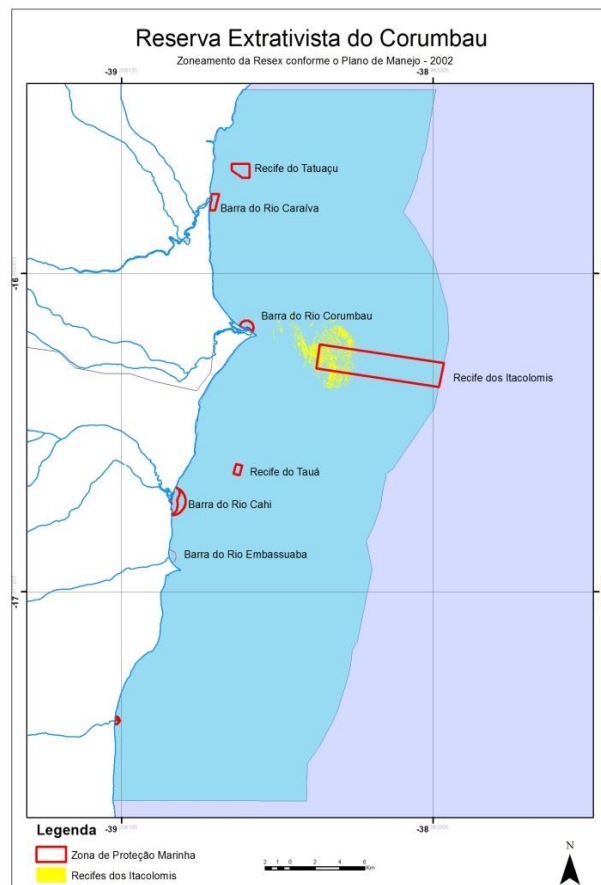
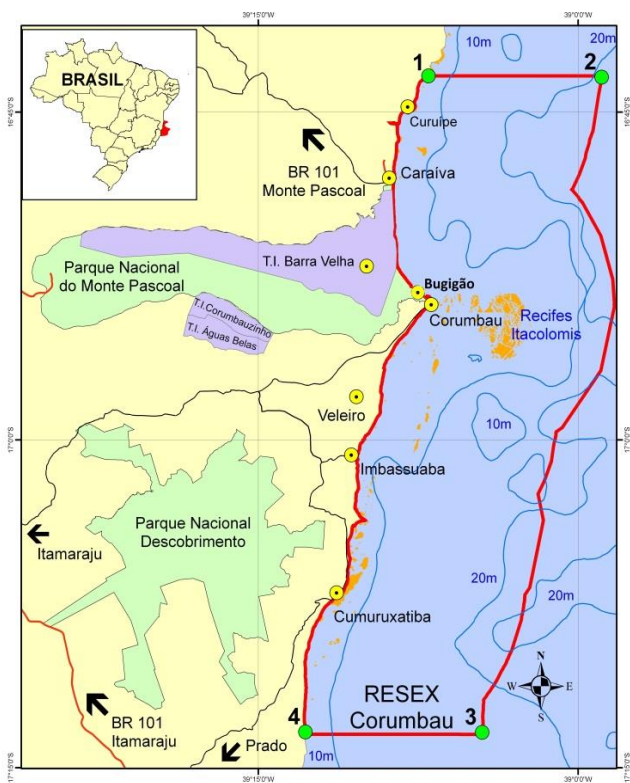


Figura 2

Figura 2 – Mapa de localização das principais comunidades da Resex do Corumbau, PARNA do Monte Pascoal, Território Indígena Pataxó, PARNA do Descobrimento.

Figura 3

Figura 3 – Localização das Zonas de Proteção Marinha de toda a Resex do Corumbau em seu Zoneamento. Verificasse a sobreposição da ZPM em relação aos recifes dos Itacolomis, área de grande atuação da frota pesqueira das comunidades do Corumbau e Bugigão.

Desse modo, no caso da RESEXMAR do Corumbau, podemos identificar previamente a existência do conflito, relacionado ao acesso dos recursos pesqueiros, como um instrumento jurídico para salvaguardar os componentes biológicos e ecológicos (ZPM), que irá impor durante sua fase de implantação

normas e valores que não faziam parte totalmente das práticas sociais de pescadores artesanais locais.

Desse modo, cabem nesse momento duas perguntas importantes para o desenvolvimento desse trabalho. Quais as razões da criação de uma Zona de Proteção Marinha dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável em que se presume o direito de acesso aos recursos ali existentes? Quais as consequências, da implantação de uma ZPM num território de pesca, e das relações sociais do grupo social em questão? Veremos adiante as razões que me guiaram a realizar tal questionamento.

1.1 Notas metodológicas

Entre os anos de 2007 a 2009, tive o privilégio em trabalhar na Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, no Estado do Amazonas, participando de diversas expedições para as Unidades de Conservação (UC), sobretudo as Reservas Extrativistas (RESEX) deste Estado. Durante estas expedições colecionei em minha memória um conjunto de indivíduos ribeirinhos e indígenas, alguns se tornaram muito amigos, outros nem tanto. Mas é com certo distanciamento do contato físico e emocional que passamos entender as razões de certos embates e alianças que se estabeleceram em torno da conservação da biodiversidade. Somente, quando saí do Amazonas, por volta de quatro anos atrás, que algumas coisas começaram a se encaixar mudando um pouco o meu senso de julgamento.

Das matas para o mar, me sentia mais perto de minha casa, e com um pouco da sensação de que tinha uma bagagem de conhecimento suficiente para atuar na costa do sul da Bahia e no Espírito Santo e que saindo do serviço estatal para o terceiro setor, eu poderia abrir mais horizontes e certa autonomia na realização das coisas. Ledo engano! Comecei a encontrar mais dificuldades de adaptação na Bahia do que os três anos que passei trabalhando com as populações ribeirinhas nos principais rios do Estado do Amazonas. Como que acertando o cronômetro, zerei tudo: conceitos; teorias; crenças e metodologia de trabalho.

Aos poucos fui percebendo que precisava escutar mais para entender, do que falar continuamente, vício esse que absorvi em minha forma de trabalho em contato com alguns companheiros do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Prelazia de Tefé e os educadores populares que atuavam por mais de 30 anos na região. Esses companheiros com mais de 30 anos de estrada, ou melhor, de rios já estavam habituados a falar por horas com os seus iguais e, estes iguais já estavam habituados a eles.

Desse modo, fui me silenciando, me contendo, recuando e deixando que as coisas se apresentassem para mim. Não fora fácil, sobretudo na Resex do Corumbau, pois iniciei os trabalhos nesta região com a sensação de pegar o barco andando e fui percebendo o contexto de problemas e conflitos com a instituição que eu representava, a Conservation International do Brasil (CI-Brasil). Um desses momentos foi quando tive uma longa discussão com Ademi Januário, liderança de Cumuruxatiba que me questionava dizendo que a CI-Brasil já tinha um Plano de Manejo pronto e eu negando que não havia. Mais um ledô engano!

Levou certo tempo para separar o que era problema mesmo de interlocução direta e o que era de fato conflito entre a Instituição e pescadores e lideranças locais. E levou tempo para entender que não somente a Conservation International, como as demais instituições ambientalistas, governamentais e não governamentais, conduziam as rédidas de um campo de conflito socioambiental que se constituía, e portanto, era constituído por eles – estruturado e estruturante (BOURDIEU, 2007).

Com tal incômodo decidi encarar isto de outra maneira, prestei o concurso do Mestrado em Ciências Sociais na UFES. Muitas pessoas me questionavam, “porque você não tentou na UESC, que era na Bahia, estava perto de várias Resex, etc.”, aos poucos fui montando a argumentação sobre a decisão, que fora a seguinte: como tinha passado por vários momentos de rupturas de minha zona de conforto (Espírito Santo x Amazônia, Manaus x Interior do Amazonas e vice-versa, Amazônia x Extremo Sul da Bahia, Estado x Terceiro Setor), não estava disposto a fazer um novo esforço e adentrar mais uma vez em território estranho, apesar de entrar em um curso diferente de minha formação como geógrafo, como o de Ciências Sociais. No entanto, eu já partilhava de algumas ideias nas grandes áreas do conhecimento como sociologia e antropologia, antes de ir para o Amazonas.

A UFES sempre foi meu refúgio desde que entrei no Curso de Geografia em 1996, e novamente se apresentava para mim, como tal, com todos os seus problemas e soluções. Sentia-me em casa novamente! Mas com um pouco daquela sensação ao qual o antropólogo passa quando retorna para o seu país de origem, um pouco deslocado, mas ainda sim era o meu refúgio. Foi na UFES que me refugiei, nas leituras para as disciplinas do mestrado, nas apresentações de trabalhos e artigos, no café do intervalo, nos momentos do Restaurante Universitário e na Biblioteca Central.

Pude me distanciar novamente para entender as coisas. Entendi que o exercício do distanciamento, era uma das ferramentas mais utilizada pelos antropólogos, que no meu caso, se traduzia em diários de campo ou outras formas de se enxergar dentro do objeto e dos sujeitos e nas alteridades ali criadas. Neste sentido, a proposta de dissertação de mestrado passou por várias idas e vindas, cada encontro de orientação com Winifred Knox era uma coisa nova para mim.

Desse modo, chego agora na fase importante do mestrado em Ciências Sociais, a defesa da dissertação. Momento importante de passagem da fase de incertezas para a fase de certezas, trazendo tudo que me incomodava do ponto de vista profissional, pessoal e emocional, e enquadrando na temática sobre os conflitos socioambientais em Áreas Marinhas Protegidas (AMP). A escolha da Resex do Corumbau, como sendo o *locus* não poderia ser oportuna, e como tal, sempre foi focada neste engajamento pessoal, diferentemente dos objetos de pesquisa que cambiaram com o tempo.

O exercício de aproximação e afastamento da Resex do Corumbau ajudou a pensar sobre o meu impacto nas comunidades do Corumbau e do Bugigão, enquanto representante de uma ONG que ocupa uma posição dentro do campo de conflitos socioambientais.

Além disso, existe outro exercício dobrado que é o de me situar como pesquisador, que também ocupará uma posição neste campo, mesmo possuindo outra designação em termos de objetivo e de resultados. Mais do que nunca, a vigilância epistemológica deverá ser usada durante os momentos de afastamento e de aproximação com o objeto.

Em relação ao trabalho científico aqui proposto, a escolha do tema conflito socioambiental foi possível após o afastamento temporário do mestrado³ para executar um projeto aprovado pelo Fundo Nacional de Biodiversidade (FUNBIO), no ano de 2011 e 2012 que me permitiu tocar em um dos pontos importantes de uma Área Marinha Protegida, que é o seu Plano de Manejo e o seu Zoneamento. O projeto em questão tinha como objetivo discutir e difundir nas comunidades sobre a importância dos serviços ambientais gerados em uma área protegida, como a Resex e pelo grupo social ali presente.

Neste momento fui abordado pelos pescadores do Bugigão questionando os limites da Zona de Proteção Marinha. Tal questionamento foi possível devido a uma atividade de campo embarcado com um pescador local, o Nonga, fazendo um reconhecimento do limite da ZPM em direção ao limite da RESEXMAR, cerca de oito milhas da costa. Como Nonga acompanhou de forma distante o processo de discussão da ZPM, o mesmo achou estranho que o limite fosse tão grande. Eles acreditavam que o limite da Zona de Proteção era apenas na área dos recifes, o que causou certo incômodo nos pescadores do Bugigão ao saber que a área era muito maior do que se imaginava.

Sendo assim, antes de perceber que tinha um conflito, observei tal situação como um problema de ordem técnica e mereceria um momento de discussão maior com todos ali presentes. Combinei com eles que deixaria um mapa para que todos pudessem discutir e provoqueei que fosse realizada uma reunião. Todos concordaram, os pescadores do Bugigão queriam apenas que a reunião fosse restrita aos pescadores de linha tanto do Corumbau e Bugigão para iniciar a discussão dos limites dessa área. Essa reunião vai marcar o momento de percepção a cerca do conflito socioambiental, entre usuários de recursos e uma Zona de Exclusão total da Pesca e todo o discurso que tinha sido criado para que tal área fosse considerada de alto valor para proteção e conservação.

Após este momento, decidi adotar tal situação como objeto de minhas reflexões e foco desta pesquisa de dissertação, uma vez que estava ali presente, uma situação

³ Neste caso tive que trancar a matrícula do curso e foi um momento em que precisava sair do plano teórico para *assentar* os conhecimentos adquiridos *como se fossem partículas de sedimentos* que estavam dispersos e revoltos dentro do copo de água.

de conflito entre usuários de recursos e a normatividade de uma Zona de Proteção Marinha, estabelecida dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável - que deveria ser de total domínio das populações locais.



Figura 4 - Localização das area de proteção marinha ao qual não é permitida nenhuma atividade pesqueira. Tal área é sobreposto aos principais pontos de pesca dos recifes dos Itacolomis.

Outro ponto importante que deve ser apresentado aqui é a minha condição como pesquisador e representante de uma ONG que faz parte do conflito aqui apresentado. Inicialmente, logo nos primeiros meses de minha atuação, entre os anos de 2009 e 2011, havia por minha parte certa concordância nos resultados apresentados nos primeiros anos da criação da Zona de Proteção Marinha (2002, 2003, 2004 e 2005), dados os quais apresentaremos no capítulo IV. Mas com o tempo, tal concordância foi se modificando e passei a ter uma visão um pouco mais relativizada sobre o assunto.

No entanto, mesmo com resultados “positivos” em dados científicos, não sentia nos pescadores e pescadoras locais, e também lideranças a defesa e apropriação (em sua maioria) por esta ferramenta de manejo e gestão dos recursos pesqueiros. Ninguém falava e nem tocava no assunto, e quando comecei a provocar em algumas reuniões, sobretudo com moradores do Corumbau, Bugigão, Veleiro, sobre

a importância dessa área. No entanto, parecia o que eu estava falando não tinha acontecido naquelas comunidades, embora houvesse relatórios e artigos científicos que me diziam que sim.

O questionamento do tamanho da área protegida, de sua localização, e as razões de sua instalação, explicitou a seguinte situação: que não era consensual para todos (pescadores e pescadoras) a área de exclusão. Afinal, todos estavam insatisfeitos com a Zona de Proteção Marinha, ou como eles chamavam *Área de demarcação*. Uma das afirmações apresentadas era que a disposição de tal área, impedia que os pescadores à vela a realizar a pesca em tal área, pois ali no meio – onde é a Zona Marinha Protegida – não estariam reféns de ventos indesejáveis.

Neste sentido acredito na importância de refletir sobre o que estas normas e o que elas representam e quais interesses estão ligados, dentro do contexto da conservação e da proteção da biodiversidade, em um discurso que prega a escassez e a extinção como um discurso quase que apocalíptico.

Contudo, como estamos falando de uma situação de conflito da ZPM com as duas comunidades, Bugigão e Corumbau, seria imediatamente lógico trabalhar com as duas comunidades. Entretanto, tendo em vista minha vivência e experiência de trabalho na região, tinha observado várias questões que acabaram influenciando na escolha do Bugigão. O primeiro aspecto estava relacionado ao fato do grupo do Bugigão ter sido o primeiro a questionar os limites da ZPM. Outro aspecto, que complicaria tal recorte é que existe outro conflito entre os pescadores do Bugigão e do Corumbau⁴. Existia também certa resistência por parte dos moradores do Corumbau a respeito dos trabalhos da CI-Brasil e também da própria gestão do ICMBio na Resex do Corumbau, o que acarretaria em uma dificuldade muito maior em realizar esta pesquisa. E por fim, foi a aceitação por meio das relações não

⁴ Foi em inúmeras reuniões e em conversa com membros das duas comunidades, que constatei uma disputa em torno do tipo de arte de pesca. O pessoal do Bugigão que pesca de linha acusava os mergulhadores do Corumbau de serem responsáveis pela sobrepesca. Entretanto, escutei também de pescadores do Corumbau afirmando que os pescadores de linha do Bugigão são responsáveis pela sobrepesca, pelo fato de pegarem apenas peixes pequenos (filhotes). Neste sentido, percebi que tal discussão daria outro trabalho de pesquisa com outros recortes e outras metodologias.

formais e de amigáveis que foram traçadas durante o momento de formalidade de meu trabalho na região que possibilitou a escolha do Bugigão.

Outro aspecto relevante em termos de recorte do tema é também o recorte teórico metodológico. Para esta pesquisa, adotei como pressuposto teórico a ideia de conflito a partir de uma visão situacional (GLUCKMAN, 1987; GUIZARDI, 2012; VELSEN, 1987) do conflito socioambiental, aos grupos locais e agentes externos criando situações de liminaridade (TURNER, 2008) entre estes dois mundos, que podem apresentar uma visão não dualista do conflito ao qual é possível observar um matiz de posições (CREADO; FERREIRA, 2012) sobre a Zona de Proteção Marinha.

Contudo, as razões para o estabelecimento de uma Zona de Proteção Marinha, em uma Reserva Extrativista (impondo conceitos e valores externos ao grupo local), moldaram um posicionamento diante a ideia de preservação, tendo em vista que as relações sociais internas dos pescadores artesanais (da comunidade do Corumbau) não se comportavam de forma homogênea. Ressaltamos também a importância do tempo, diante o conflito, e também das relações formais e informais, que moldaram a construção de um novo discurso sobre a Zona de Proteção Marinha.

Neste sentido, podemos observar que enquanto as relações sociais ao qual a pesca artesanal como instituição diante da Resex Marinha do Corumbau (instituição moderna) sendo um espaço territorial de garantia de uso dos recursos do grupo local é pertinente à existência da cooperação. No entanto, a pesca artesanal diante a ideia de conservação e proteção da biodiversidade (que está presente também na fundamentação do marco legal de um Reserva Extrativista), se apresenta como conflito frente aos agentes externos pelos seguintes motivos:

- Que os recursos e a pesca apresentam uma dinâmica de variação espacial e temporal, que não pode ser fechada em um limite, ele é muito mais amplo do que a ZPM;
- Que os grupos sociais pensam a partir de uma perspectiva de lugar de sentidos e de experiências;
- E que a existência de uma racionalidade ao longo da modernidade insistiu na produção de espaços territoriais híbridos de natureza e cultura, que possuem outros sentidos e experiências.

- Além da retórica moderna de um planejamento futuro, que não se condiz com a escala de um tempo vivido pelo indivíduo, o aqui e agora.

Diante de tal perspectiva este trabalho foi dividido em quatro capítulos nos quais aprofundarei a situação do conflito e dos nuances que ele apresenta em termos de sua duração em uma perspectiva construtivista mesclado com uma análise estrutural orgânica da temática apresentada.

No primeiro capítulo, apresentarei os agentes e sujeitos que estão em disputa em torno da Zona de Proteção Marinha. Como ponto de partida, construí a trajetória dos futuros moradores da comunidade do Bugigão, ainda moradores da Vila do Corumbau, diante dos primeiros conflitos em relação ao acesso aos recursos pesqueiros que culminaria na criação da Reserva Extrativista do Corumbau no ano 2000. Apresentarei, também, a inserção dos principais agentes externos, Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA) e a Conservation International do Brasil (CI-Brasil). Esta parte do capítulo foi elaborada a partir de fontes secundárias, de relatórios da própria CI-Brasil, depoimentos de Guilherme Dutra (atual diretor do Programa Marinho da CI-Brasil), e também das entrevistas realizadas com os pescadores artesanais do Bugigão.

No segundo capítulo, realizarei uma breve historiografia sobre as gêneses dos conceitos de Natureza, bem como as de Áreas Protegidas na modernidade criando fundamentos para a argumentação de como estes conceitos se apresentam e se articulam atualmente em nível local. A maior parte de informações advém de fontes secundárias, como livros e artigos de alguns historiadores sobre o pensamento moderno da ideia de Natureza.

No terceiro capítulo apresentarei uma etnografia utilizando entrevistas realizadas com os pescadores locais, buscando cartografar a interpretação desses sujeitos numa perspectiva de produção de um lugar antropológico. Neste capítulo darei ênfase sobre a ação dos sujeitos e nesta perspectiva adoto os conceitos de Skill e Dwelling (INGOLD, 2008), como um campo operatório no qual se é imerso e se produz uma ecologia (natureza/cultura). Como estamos falando em uma perspectiva de ação, ela é direcionada sempre para algo (natureza), e neste caso, adotei os conceitos de ELLEN (2002), em uma perspectiva de uma geometria da natureza, ao

qual possui três dimensões fundamentais: Natureza – coisa; Natureza – espaço e; Natureza – essência.

Deixamos então para o último capítulo realizar uma análise situacional do conflito entre pescadores artesanais e a Zona de Proteção Marinha, trazendo os conceitos abordados no capítulo III, na perspectiva de construção dos sujeitos, e também as razões de construir um espaço intocável que foi demonstrado no capítulo II. Neste capítulo iremos explorar a partir da visão do grupo pesquisado, pescadores do Bugigão, sobre o processo de discussão do Plano de Manejo, e as consequências que trouxe para o grupo em uma perspectiva reflexiva sobre tal área. Como fonte de dados, utilizei boa parte do material coletado durante as entrevistas com os pescadores do Bugigão, entrevistas com Ronaldo Francine-Filho e Guilherme Dutra, reuniões realizadas e também parte de minha vivência no local.

O processo para coleta de informação para esta pesquisa pode ser dividida em três fases, que acredito que foi a melhor maneira para operacionalizar esta pesquisa, tendo em vista a minha posição como membro de uma das partes do conflito que é CI-Brasil.

A primeira fase de entendimento do conflito consistiu em realizar conversas iniciais com alguns moradores do Bugigão, para me situar um pouco em seu contexto. Nesta fase realizei e participei de reuniões que eram vinculadas ao trabalho que estava realizando entre os anos de 2011 à 2012, sendo que em algumas das principais reuniões realizei gravações. Realizei algumas navegações com alguns pescadores (Gilmar, Caboclo e Nonga). Foi nesta fase que se iniciou o levantamento da bibliografia para o enquadramento teórico metodológico. Durante essa fase foi realizado o pedido de autorização de pesquisa no ICMBio por meio do SISBIO, bem como sua aprovação na reunião do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau em dezembro de 2012.

A segunda fase foi de inserção no campo na qual realizei a apresentação da proposta de pesquisa para o grupo do Bugigão, pedindo anuência dos mesmos. Neste momento, os pescadores do Bugigão solicitaram que eu fizesse um pedido de autorização via o representante da FUNAI na região, o que foi feito entre os meses de julho à agosto de 2013.

Ainda na segunda fase, foi realizado o trabalho de campo definitivo entre os dias 30 de setembro até o dia 10 de outubro. Durante este período dormi na casa de Gilmar (presidente da associação) e procurei ao máximo entrar no ritmo da comunidade realizando entrevistas de forma tranquila, sem pressa e no ritmo dos sujeitos desta pesquisa. Comi o que comiam, assistia aos mesmos programas de televisão, joguei quase todos os dias futebol em um campo de areia, o qual me permitiu realizar conversas desinteressadas com jovens que ali moravam. Acompanhei um momento de pescaria com Véio e Nonga, no qual tive bastante sucesso e que me garantiu uns quatro dias de provisão.

As entrevistas seguiam um roteiro básico que já tinha preparado um ano antes do campo, sofrendo pouca revisão (conforme anexo I). Durante a entrevista fiz uso de fotografias do início de criação da Resex e da elaboração do Plano de Manejo, que foram disponibilizados pela CI-Brasil, como forma de tentar remontar as histórias nas quais os sujeitos se inseriam. Após o término da entrevista, pedia que eles escolhessem uma fotografia e deixei firmado em meu retorno da pesquisa para a Comunidade, que entregaria pessoalmente uma cópia de cada uma para os entrevistados, como uma espécie de dádiva de tudo que eu tinha vivenciado com eles.

Foi durante o início da segunda fase, que reelaborei a proposta de texto enviado para a qualificação realizada no dia 15 de outubro. Importante ressaltar que durante o texto da qualificação estava abrindo demais a proposta, incluindo discussões sobre identidade e o conflito com o PARNA do Monte Pascoal. Como sugestão da banca, era preciso retornar para o ponto de partida dessa pesquisa, pois com muitas questões como identidade e PARNA eu não teria tempo suficiente para finalizar de forma adequada a dissertação.

A última fase de coleta de informação, pode-se dizer que foi a realização de entrevistas com Guilherme Dutra (Diretor do Programa Marinho) em novembro de 2013 e de Ronaldo Francine-Filho conhecido como Magrão (Professor da Universidade Federal da Paraíba) em janeiro de 2014. Esta etapa consistia em fechar alguns pontos da história dos pescadores e também realizar o questionamento de ordem técnica e científica.

Importante mencionar que não foi realizada entrevista direta com os gestores da Resex do Corumbau, devido ao afastamento temporário de Janina, pois estava em licença maternidade e tendo em vista as dificuldades de encontrar Ronaldo Oliveira no escritório, pois o mesmo pediu afastamento da Resex do Corumbau e estava em constantes viagens. Neste período já estava morando em Vitória, o que dificultou ainda mais o contato. No entanto, algumas afirmações aqui presentes foram com base no próprio posicionamento que os mesmos tinham em inúmeras reuniões de Conselhos e reuniões locais, algumas delas registradas.

Em relação ao tratamento dos dados das entrevistas, como orientação da professora Eliana Creado, foi elaborado um quadro sinóptico dos principais temas e ideias apresentadas em todas as entrevistas. A realização do quadro foi complexa e demorada, mas se tornou uma ferramenta útil durante a escrita da dissertação, pois várias frases e partes da entrevista estavam organizadas e isso facilitou a consulta a todo o momento e também do material transcrito na íntegra.

*“Um marinheiro me contou
Que a boa brisa lhe soprou
Que vem aí bom tempo
O pescador me confirmou
Que o passarinho lhe cantou
Que vem aí bom tempo*

*Do duro toda semana
Senão pergunte à Joana
Que não me deixa mentir
Mas, finalmente é domingo
Naturalmente, me vingo
Eu vou me espalhar por aí*

*No compasso do samba
Eu disfarço o cansaço
Joana debaixo do braço
Carregadinha de amor
Vou que vou
Pela estrada que dá numa praia dourada
Que dá num tal de fazer nada
Como a natureza mandou
Vou
Satisfeito, a alegria batendo no peito
O radinho contando direito
A vitória do meu tricolor
Vou que vou
Lá no alto
O sol quente me leva num salto
Pro lado contrário do asfalto
Pro lado contrário da dor*

*Um marinheiro me contou
Que a boa brisa lhe soprou
Que vem aí bom tempo
Um pescador me confirmou
Que um passarinho lhe cantou
Que vem aí bom tempo
Ando cansado da lida
Preocupada, corrida, surrada, batida
Dos dias meus
Mas uma vez na vida
Eu vou viver a vida
Que eu pedi a Deus”*

Trecho da musica Bom Tempo de Chico Buarque de Holanda

Capítulo I – A criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau

2.1 Introdução

Nesta parte, apresentarei os principais envolvidos: pescadores locais e agentes externos presentes no processo de criação e implantação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável – a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Terão destaque os agentes, como representantes do terceiro setor (ONGs) ambientalista, especificamente a organização Conservation International do Brasil (CI-Brasil), os pesquisadores e os pescadores artesanais que atualmente vivem na comunidade do Bugigão.

Diante disso apresentaremos o processo de criação da Resex do Corumbau, um dos importantes eventos de aglutinação de interesses conservacionistas no esforço de aumentar o número de áreas protegidas, e que vão de encontro aos interesses de pescadores locais que buscavam um auxílio jurídico para a proteção dos recursos pesqueiros, que estavam sob ameaça da pesca comercial.

Importante salientar que durante a criação da Reserva Extrativista, várias comunidades locais se mobilizaram no processo, com destaque a do Corumbau. Durante este período, na comunidade do Bugigão havia poucos moradores, diferentemente dos dias atuais, com aproximadamente trinta famílias. Tal aumento se deu pela migração de alguns moradores da comunidade do Corumbau para a do Bugigão, após a criação da Reserva Extrativista.

Desse modo, durante este trabalho, quando mencionarmos o processo de criação e discussão do plano de manejo, falaremos da perspectiva desse grupo (Bugigão) como moradores do Corumbau⁵. No entanto, o plano de manejo e seu zoneamento

⁵ Eu não me arriscaria, em um determinismo espacial, dizer que pelo fato de terem mudado do Corumbau para o Bugigão, isso permitiu uma mudança de opinião perante o Plano de Manejo. Primeiro, porque tal opinião se apresenta como um discurso aparentemente contraditório, o qual será discutido mais adiante. Segundo, para que existem outros fatores importantes para a remodelação do discurso dos principais pescadores locais.

duram até o presente momento, o que representa para o grupo do Bugigão um intrigante relacionamento com tais instrumentos e seus agentes.

Apresentar este cenário de conflito, em uma perspectiva analítica, possibilita também identificar as lacunas de conhecimento sobre a temática, e de que maneira o objeto aqui apresentado pode contribuir com o desenvolvimento da temática, apresentando um cenário diferenciado de atores, áreas protegidas e de conhecimento naturalístico em jogo.

2.1.1 Dar um passo para trás para entender o contexto de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau

Nesta parte trataremos de alguns eventos importantes para os moradores do Corumbau e por consequência, os futuros moradores do Bugigão, tendo como objetivo uma análise não isolada no contexto de criação da Reserva Extrativista, mas considerando também outros grupos externos em relação aos processos sociais dados com ocorridos aos pescadores artesanais. Esta perspectiva criará subsídios para a discussão que envolve o conflito em torno do zoneamento proposto, bem como os processos sociais e as relações atualmente estabelecidas com os atuais agentes (Ongs e governo).

A passagem da pescaria de modo tradicional (à canoa) para sistemas mais complexos, com a inserção de barco a motor e outras artes de pesca, bem como a reestruturação das relações sociais de produção teve seu estopim a partir de um acidente que ocorreu nos recifes dos Itacolomis, conforme Tião:

“Tião - (...) então, depois que o Corumbau foi mais divulgado, uma vez que afundou um barco de passeio de Alcobaça, indo para Abrolhos, chamado de Bonfim, foi 12 pessoas que morreu nesse barco, então, era até de uma firma chamada Zenozim, que era dono desse barco, dessa época ele botou os barcos de percurso de caçar o pessoal, então o pessoal vieram aqui de Alcobaça para o Corumbau, então descobriram o camarão aqui, então eles vieram aqui.

Jerônimo – Na década de oitenta?

Tião - Acho que sim, eu sei a época, mas foi nessa época, então eles descobriram o camarão e aí com dois três dias carregava às vezes cinco,

*seis barcos, esse Zenozim, e ia para Alcobaça, ai ele foi só anunciando, anunciando, ai que chegou em quantidade o barco nesta época, barco de Caravelas, do Estado do Rio*⁶.

Após esse momento, além dos barcos de fora, foram se estabelecendo localmente figuras de atravessadores que permitiram o escoamento do pescado, bem como a introdução de novas artes de pesca, novos instrumentos e equipamentos, como barcos a motores entre outros. Tal afirmação é evidente na fala de Caboclo, sobre sua interação com os donos de barcos de Alcobaça e outras áreas:

*“Então, o quê que aconteceu, durante aquilo foi gerando mais um pouco de conhecimento com a gente e foi aonde a gente conseguiu mais a... Conhecer um dos pescadores de fora e aprender mais prática de pesca. Porque da época que a gente pescava, pescava ainda num botezinho, tronco de madeira, né. Não dava pra ir lá embaixo tanto de mar a dentro e não todos os tempo dava pra você ir lá fora encarar o vento... E eles chegaram com motores mais forçantes (sic), barco motorizado e aonde a gente aprendeu um pouco a, inclusive, eu aprendi, praticamente, com o pescador de Alcobaça. Não tenho vergonha de dizer... É... Daquela época, então, teve bastante, quando os pessoal de Alcobaça veio, gerou mais um pouco de trabalho pro próprio pescador de lá”*⁷.

Neste sentido, as relações e os instrumentos de trabalho e produção foram se modificando com o passar do tempo com a entrada dos pescadores de Alcobaça e sua frota pesqueira, tendo como recurso alvo a captura de camarão por meio de arrasto. Alguns pescadores do Corumbau ainda são refratários à existência da RESEXMAR, que em tese criaria a possibilidade do grupo social em possuir o domínio sobre os recursos. No entanto é perceptível que alguns pescadores do Corumbau possuam atualmente um posicionamento contrário, tendo em vista que existe mais proibição do que domínio de seus rumos. Isso pode ser observado de forma mais exaustiva a partir da percepção que Caboclo possui sobre este período anterior a Resex:

“Tinha mais trabalho, porque ele pegava um pescador, vinha algum barco com os pescadores [aqui se refere aos donos de embarcação] chegava, mandava de vim embora, dava um trabalho pra gente, os pescadores vinham comprando o pescado e já levava, já trazia o pagamento para o pescador e naquela maneira, naquela época ficou mais fácil para o pescador. Então quando é, foi descobrindo e descobrindo, então foi aquele momento que descobriu aquela caravana de, de, de barco, muitas firma, muitas frota de barco, achou que ali tinha que tirar, tinha que tirar o

⁶ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

⁷ Entrevista com Caboclo em 03 de outubro de 2013

*sustento, dava mais lucro era dali. Aí desabou aquele tantão de barco pra cá*⁸.

Embora a maioria dos pescadores atribua à queda dos recursos pesqueiros pelo aumento dos barcos de pesca, e tendo como única alternativa disponível naquele momento a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, existem alguns pescadores, sobretudo do Corumbau, que persistem na avaliação de que a criação da Resex foi mais prejudicial, pelo fato de não ter um retorno imediato para os mesmos, ao contrário do que ocorria nas relações de trabalho com os donos de grandes embarcações de arrasto de Alcobaça.

Outro ponto importante é a inserção, também na década de 1980, é da figura do atravessador. Para estas comunidades, o atravessador se tornou uma peça fundamental para a realização de trocas entre mercadorias necessárias para a sobrevivência, bem como por realizar o escoamento do pescado e ter acesso a equipamentos e materiais para manutenção e reparo de apetrechos de pesca. No caso do Corumbau, há pouco mais de 10 anos atrás, alguns atravessadores, como Valmir Simões e Valério, passaram a ser peças-chave na economia local da pesca, além de participar da vida dos pescadores e pescadoras do Corumbau.

*“O Valmir Simões ele era um dos que chegou assim (sic). Ele chegou trazendo primeiro um barco pra cá... Aí pegou o meu aqui, um dos pescadores que pesquei no barco dele, foi um dos primeiros barcos que chegou aqui em Corumbau é de gente de fora e, eu, comecei a pescar, deixei a canoa, pesquei muito pra ele, inclusive, dei muito lucro a ele, da época que eu saí... É. Então, é isso aí. Então, ele conseguiu trazer o barco. Aí eu pesquei muito no barco dele. Eu trouxe um pescador lá de Alcobaça e aí o pescador lá de Alcobaça voltou e eu já fiquei já assumindo o barco, o mestre foi eu e eu já peguei um outro pescador com um pouquinho de aula que o cara deu, eu já assumi e dei muito lucro pra ele, né. E aí, quando eu saí do barco dele, ele pegou o barco e vendeu também, porque num tinha outra pessoa de responsa pra botar no barco. E aí foi. Ele foi um dos cara que comprou muitos pescado, apesar de pagar barato, mais comprava e era onde os pescadores se serviam dali”*⁹.

A relação de trabalho com Valmir Simões e com Valério possibilitou que muitos pescadores do Corumbau, pudessem comprar suas próprias embarcações a partir do rendimento que a pesca trazia naquela época.

⁸ Ibidem.

⁹⁹ Entrevista com Caboclo em 03 de outubro de 2013

“Naquela época a gente pescava o peixe, o camarão ele que pegava tudo, igual hoje em dia tem o Valmir, a gente pescou a gente sabe onde entrega, se pegou camarão, nós sabe onde entrega também (...)Ele tinha de um tudo para vender ai também. Peça de motor não tinha, mas se precisa-se ele ia lá em teixeira e trazia. Tudo ele tinha ai (comida, roupa), tipo um mercadinho ai que ele tinha (...) a gente pegava o produto, descontava o que a gente estava devendo, e devolvia o restante em dinheiro. Naquele tempo a gente sempre ficava com saldo com ele, naquele tempo não faltava peixe não, então pagava tudo em peixe e ainda sobrava dinheiro”¹⁰.

Da mesma maneira, Tião reforça a importância um pouco contraditória do momento em que mantinham relações de trabalho e de comércio com os atravessadores:

“... eu trabalhei com Valmir Suleira assim, mas aqui naquela época, que se tinha bastante produção, então ai ele ficava com o peixe todinho, só que o peixe era barato naquela época, tinha peixe de 50 centavos, um real, tinha até peixe de 5 real, uma ariocó grande o quilo, o maior preço que ele pagava. Mas naquela época era bom, porque era o único comprador que tinha que comprava o peixe e a mercadoria de todo mundo, que aliviou mais um pouco assim pelo sal, que mais antigamente o peixe era salgado direto, foi na época que Nego Ulisses, na época de Nego Ulisses ele comprava peixe na mão dos pescador todo e ia tudo pro sal. Ai ele tinha uma canoa grande, ai ele salgava aquele peixe e ia amontoando ali na canoa mesmo, o peixe chegava até ficar azul mesmo, ali dentro de muito tempo, porque era ele sozinho que existia de comprar o peixe, ai ele vendia aqui pelo lado de Itamaraju, para ai para cima, não existia gelo naquela época. (...)O gelo veio com ele, com o Valmir Suleira. (...)Ele tinha uma merceariazinha, né? as coisas de produção que agente pegava já ficava tudo com ele mesmo, né, que agente comprava as coisas na mão dele, ai a metade ficava na mão dele, tirava um saldo mas era bem pouco, tinha uns que nem saldo tirava. A luta não era muito boa não” (Entrevista com Tião em 05 de outubro de 2013).

Um ponto a destacar é a diferença da relação entre os pescadores locais com os atravessadores e com os donos de embarcação de arrasto. A relação dos pescadores com os barcos de arrasto era mais voltada para relações de trabalho, embora houvesse entre eles um processo de aprendizagem. Contudo, as relações com os atravessadores ultrapassavam as relações de trabalho, comerciais e de troca de conhecimento, e não é raro observar uma referência de compadrio aos dois principais atravessadores (Valmir Suleira e Valério).

¹⁰ Entrevista com Neco em 05 de outubro de 2013.

2.1.2 Agora é Resex, e aí?

Esta parte da dissertação pode ser considerada como uma tentativa de apresentar a criação da Reserva Extrativista do Corumbau, como um evento de grande relevância para a vida dos pescadores e pescadoras locais, e de natureza complexa para os sujeitos dessa pesquisa. Ao ponto que foi necessário de tentar me colocar em suas perspectivas para entender a importância daquele momento.

Enquanto tentativa de reconstrução histórica, assumo aqui os riscos de faltarem detalhes importantes em traçar tal perspectiva, mas alguns pontos relevantes observados por mim durante os últimos anos de trabalho nas comunidades da Resex do Corumbau, sobretudo Bugigão, serão revistos na tentativa de ajudar a traçar as principais conquistas e dilemas em que o grupo social se inseriu e quais alternativas foram usadas para contornar tais dilemas.

Diante do aumento de número de barcos que passaram a atuar nos pesqueiros da Comunidade do Corumbau, em sua maior parte para a captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), como foi mencionado anteriormente, um grupo de pescadores locais, sobre a liderança do Senhor Milton Deocleciano, resolveu buscar ajuda para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

A maior motivação dos pescadores na criação da Reserva Extrativista era que pescadores locais pudessem ter direito ao acesso de recursos naturais com base em algum instrumento que garantisse a proteção desses recursos para apenas usufruto dos mesmos com a possibilidade de reconhecimento do direito de acesso.

Por ser um momento distinto, e talvez único na história desse grupo, essas pessoas tiveram a oportunidade de discutir sobre um assunto que parecia ser consenso para todos ao mesmo tempo em que buscaram ajuda com outros agentes na região, uma solução legal para deter o número de embarcações de fora que estavam diretamente rivalizando com os pescadores locais.

“Sempre a gente sentamos pra conversar, sempre era pra proteger o nosso local aqui de pescaria, né, que era sempre muito... O pessoal de fora vinha e não queria respeitar o direito. De noite, de dia, eles estava (sic) metendo a ver mesmo. Então, no caso, se a gente não brigasse pelo nosso lugar, hoje

*tinha certeza que a gente estava, né, sentindo aí um, um pouco, assim, num tinha o pescado como tem hoje. Eu acho que foi bom, né”.*¹¹

É notório que, para os pescadores da comunidade do Corumbau, naquele momento, algo tinha que ser feito para diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros, sobretudo da pesca do camarão sete barbas.

Na busca por seus direitos, o Senhor Milton Deocleciano foi até a APPA, pedindo ajuda pelo crescente número de barcos que baloavam no Corumbau. Diante disso, a APPA e um Juiz de Prado (Júlio César Freire Brandão) acompanhou o processo e informou para o grupo social que a criação da Reserva Extrativista seria um caminho viável para solucionar o conflito de uso dos recursos. Após esse momento de discussão e diálogo com os primeiros agentes externos (APPA, CNPT) foi encaminhado um abaixo assinado para o CNPT solicitando a criação da Resex em 1997.

O processo foi oficializado, porém passou por uma série de idas e vindas, devido às questões internas do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais), e também entre o Ministério do Meio Ambiente, INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e FUNAI (Fundação Nacional do Índio) (LOBÃO, 2006). Além disso, outros fatores internos, com a inserção das comunidades de Cumuruxatiba e Imbassuaba, que também passavam pelo mesmo problema, foram aos poucos aderindo ao movimento de criação da Resex até que no dia 21 de Setembro de 2000 finalmente foi publicado o decreto de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

Ao longo dos anos de 1997 até a criação da Resex, em 2000, outros agentes foram se incorporando ao processo, como o caso da CI-Brasil, a qual naquele momento acreditava que os interesses do grupo local em proteger uma parcela do oceano da pesca predatória, se encaixariam aos seus interesses de expandir as premissas de conservação da biodiversidade (marinha), em curso com as atividades de proteção e conservação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

A sensação para o grupo após a criação da Reserva Extrativista condiz como um

¹¹ Entrevista realizada com Bau em 03 de outubro de 2013.

momento de cartaze da resolução dos conflitos com as embarcações de fora, pois puderam pela primeira vez perceber que diante de problemas e conflitos existiam soluções viáveis e que existiam agentes externos que partilhavam de uma visão aparentemente comum naquele momento ímpar.

Havia também uma sensação de retorno às formas ancestrais de uso dos recursos naturais, mesmo depois de uma nova configuração que se desenvolveria após a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, entre pescadores agentes e interlocutores da conservação da biodiversidade.

“Rapaz, issa ai foi bom, né, porque ficou tipo antigamente, na época que não existia a Resex né? que os barcos não vinham [...] É ficou só os nativos, para uso de nós mesmo, ficou bom mesmo esta parte”¹².

Não foi apenas em relação à concorrência direta com a pesca, mas também sobre vários inconvenientes que pescadores externos de outras regiões traziam consigo, ocasionando distúrbios em níveis locais.

“Era poucos e... não tanto tá tirando o pescado de lá que a gente achava, era assim, era as falta de respeito dos pescadores que vinha de lá. Porque, assim, não porque eles não tinha respeito, era porque tinha uns que bebia, e se enchia a cara, e vinha para barco e começava se agitar com eles mermo de lá e batia nos barco de alguém de Corumbau, e outros já apanhava material deles mermo pra poder culpar alguém do Corumbau... Então, a gente achou que estava, que estava, se sentindo prejudicado e recuado com aquilo. Acuado com aquilo”¹³.

Durante as discussões, sobretudo na elaboração do diagnóstico de criação da Resex do Corumbau, os pescadores apresentavam um interesse em realizar o fechamento das desembocaduras dos rios para a pesca de arrasto, tendo em vista que tal área era utilizada por pescadores de tarrafas e outras artes como rede para captura de tainha e robalo. Tal perspectiva de proteção seria visto pelos agentes externos como uma oportunidade de inserir na Reserva Extrativista, modelos de conservação e proteção tais como os existentes em Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas, que são operacionalizados pelo zoneamento interno, bem como o Plano de Manejo.

Com o passar do tempo, houve a estruturação do Conselho Deliberativo da Resex

¹² Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

¹³ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

do Corumbau (CDRC), seguindo as recomendações contidas na lei 9885 que trata o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define que estas instâncias (conselhos) em Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, devam ser de cunho deliberativo.

Houve um hiato em termos jurídicos entre a criação da RESEXMAR e a criação do Conselho, aos quais as deliberações só poderiam ser oficializadas a partir da publicação da Portaria do Conselho, no Diário Oficial. A criação do conselho e seus respectivos conselheiros foi realizada no dia 21 de setembro de 2002, praticamente dois anos após o processo de criação da Reserva Extrativista.

No mês de outubro, foi definitivamente empossado o representante do IBAMA, Benevaldo Guilherme Nunes, por meio da Ordem de Serviço contendo a resolução número 92/02-IBAMA/BA, de 22/10/2002, como presidente do Conselho Deliberativo (CD). Durante esta reunião, foi tratado um item de extrema importância para a Reserva Extrativista que é a definição de quem é ou não beneficiário das atividades turísticas locais de dominialidade territorial da Resex.

“Por dezoito votos a dois, com uma abstenção, ou seja, por maioria absoluta, o item Primeiro foi aprovado pelo CD, ficando deliberado que apenas embarcações pertencentes a pessoas que residam na área da RESEX a pelo menos quatro anos, possam operar como operadores de turismo na RESEX do Corumbau, desde que credenciadas para esse fim” (ATA do CDRC, 2002b).

Tal discussão é pontuada, como uma iniciativa de reconhecimento do grupo social, a qual, segundo alguns relatos apresentados por algumas lideranças, não foi também harmoniosa. Algumas disputas internas foram marcadas, sobretudo pelas relações que alguns pescadores possuíam com donos de embarcações de fora da área de Resex, as quais dificultaram o entendimento.

No entanto, a conquista do território cobrou um preço que os pescadores locais não puderam evitar. Tal situação está intimamente ligada às relações anteriormente estabelecidas entre pescadores locais e donos de embarcações e os comerciantes e atravessadores com os quais possuíam uma relação muito próxima.

“Aí eles buscaram recurso lá fora e aí, conhecimento, e foi dando umas dica a gente e aí, o Milton fez frente, né. E a gente conseguindo se ralar, e se ajeitar e fazer logo a associação tal pra registrar nesse momento e conseguimos, com muito trabalho, conseguimos isso aí. E aí, o quê que

acontece, é, para hoje a gente achou que por a Resex ser formada, tá formada naquele momento, foi um grande passo para nós. Por quê? Porque nós ficamos cum a nossa área sossegada só pra nós, mas do outro lado, já ficou meio complicado por quê? Porque os pescadores, os compradores de camarão seriam os mesmos donos de barco que tinha suas frota lá”¹⁴.

Ao longo do tempo (aproximadamente a partir de 2003) o grupo da Comunidade do Bugigão em seu estabelecimento na atual área, na outra margem do rio Corumbau (Parque Nacional do Monte Pascoal), foi criando aos poucos uma estratégia de sobrevivência em relação à comercialização do pescado e seu escoamento para um novo comércio em que não estavam mais relacionados com os donos de embarcações e atravessadores.

Atualmente, o pescado da comunidade do Bugigão e de alguns pescadores do Corumbau é intensamente comercializado para as principais aldeias Pataxós, como é o caso da Aldeia de Barra Velha, Corumbauzinho e Pará, conforme Figura 06. O pescado é comercializado com preço de mercado, com o quilo de Ariocó e Guaiuba por preço médio de 10 reais. Em vários momentos presenciei a forma como é realizado o comércio de peixe entre Bugigão e as outras aldeias, em alguns casos, com compradores de Barra Velha, que vêm buscar de veículo tipo bugre trazendo consigo algum item básico de consumo local, como farinha, água potável, verduras e frutas.

Segundo os dados do Monitoramento Pesqueiro, realizado entre os anos de 2011 à 2012 na RESEXMAR do Corumbau, a comunidade do Bugigão produziu cerca de 10.000 kilos de peixe. Acredita-se que 80% desse volume foi comercializado entre as aldeias: Pará, Barra Velha, Craveiros, Campo do Boi, Corumbauzinho, Águas Belas, Meio da Mata, Boca da Mata, Pé do Monte, Trevo do Parque e Guaxuma.

Até o presente momento, existem alguns pescadores da Comunidade do Corumbau que acreditam que a criação da Resex trouxe mais problemas do que soluções, sendo tais argumentações fundamentadas na ideia de que os donos de barcos traziam mais benefícios do que a Reserva Extrativista, e os agentes presentes no conflito em questão.

¹⁴ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

Esta perspectiva de crítica local sobre a criação da Resex será evidenciada no Capítulo IV, que tratará sobre os conflitos em torno da criação da Zona de Proteção Marinha (ZPM) na perspectiva dos projetos de interesse conservacionista, o qual não produz soluções imediatas para os pescadores.

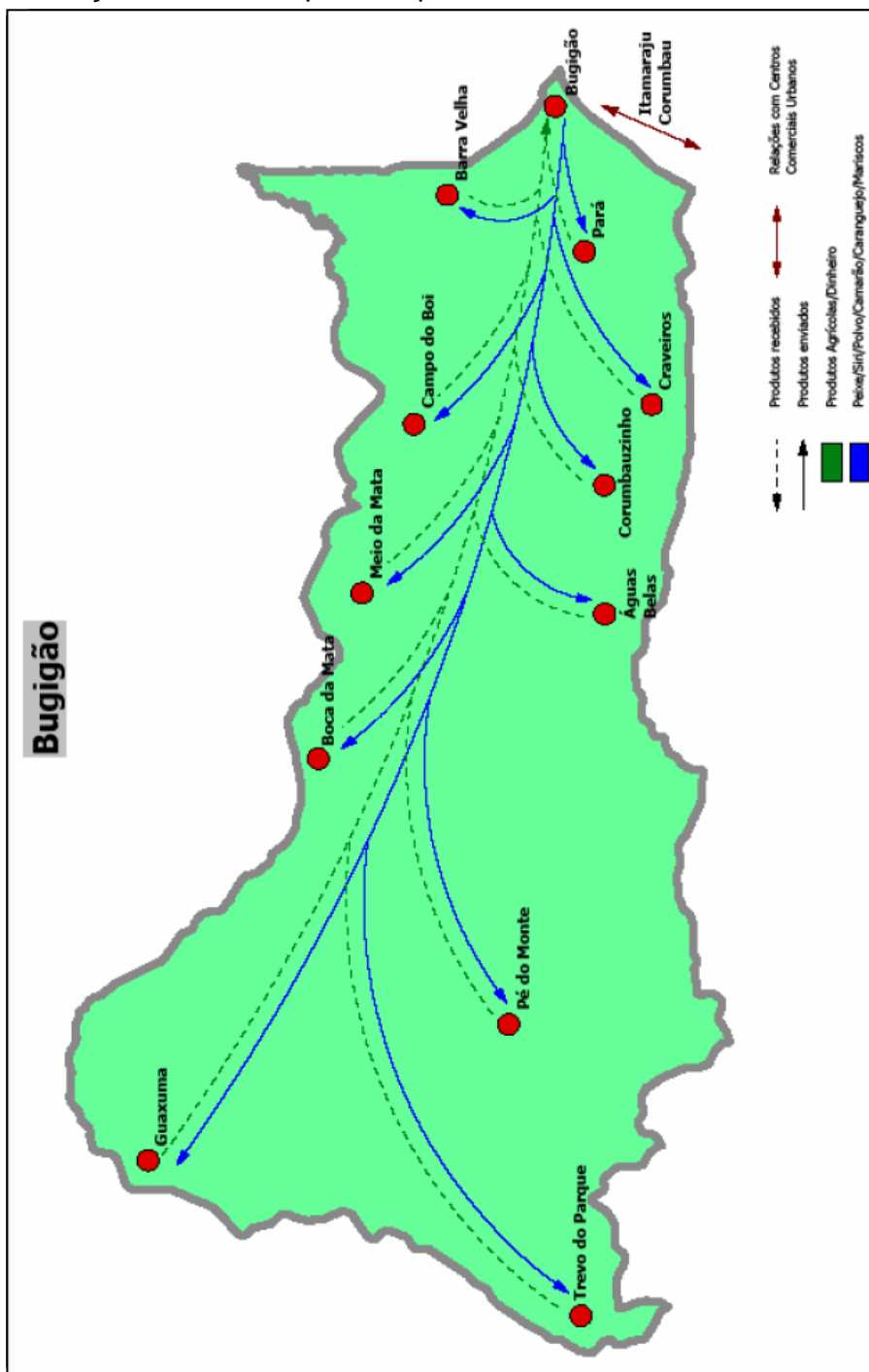


Figura 06 – Mapa do Território Indígena Pataxó, ao qual apresenta as relações comerciais de compra e venda de pescado e de produtos originários de agricultura familiar, como farinha, mandioca, banana, hortaliças, entre outros. Conforme LOBÃO, R.; ÁVILA, T.; FREITAS, A. C.; LIMA, H. C. **Relatório da 1ª Etapa do Estudo Etnoecológico da Terra Indígena de Barra Velha de Monte Pascoal / BA.** v. 2, p.1–68. Niterói, 2009.

2.1.3 A diáspora para a comunidade do Bugigão: atravessando o rio e redefinindo fronteiras e identidades

O início da Comunidade do Bugigão possui relatos importantes do ponto de vista dos moradores que atualmente ali se estabeleceram. Todas as histórias aqui apresentadas são datadas posteriores à criação da Reserva Extrativista, e o ponto comum a todos que saíram da vila do Corumbau era a busca por mais espaço. O principal motivo da falta de espaço foi o aumento das famílias por meio dos matrimônios. Já no início da criação da Resex do Corumbau já apresentava o referido problema.

“Então, quando nós viemos tinha umas oito família ali. As vezes nem tinha isso, tinha cinco a oito. Aí, nós viemos, meu pai veio pra li, fez um barraco de palha, e era um sarandi danado¹⁵ (...)Pois é, então, meu pai veio pra cá, cortou uns pau, fez uma casinha, cortou as palha, fez um barraco de palha e começamos a pescar. Aí melhorou pra ele e pra nós também, que carícia que ele ia pra lá e tinha que voltar pra lá. Melhorou pra ele. E, a família foi crescendo. Aí, uma irmã minha casou, só tinha uma irmã casada e, a outra, casou, a outra também e a outra também. Aí, mais quatro. Então, o terreno que ele, que nós conseguimos, ficou pequeno. Era um lugar grande. Então acabou dividindo, dividindo, dividindo e cada um ficou com o seu localzinho pequeno”¹⁶.

No caso específico da família de Caboclo e Bau, por ter aproximadamente quatro famílias dividindo o mesmo terreno (conforme Figura 07) teve um agravante que culminou em sua saída para o Bugigão que foi o estabelecimento de uma estrangeira belga, a senhora Martine, mais conhecida como a “belgicana” que atualmente possui uma pousada chamada “Loin de Tout”¹⁷.

“O Nego Ulisses morava cá perto do farol, a Marinha despejou ele de lá, e ele comprou um lugar na mão de um cunhado meu que, na época, adoeceu, teve pra morrer, aí vendeu esse lugar a troco de besteira e foi se trata pra lá e o Nego Ulisses comprou do meu cunhado e fez a divisão, junto com o nosso terreno. Então, a divisão do nosso terreno com o Nego Ulisses ficou assim, parede com parede. Aí, imediatamente, ele já comprou outro terreno cá na frente, de um sobrinho dele, e pegou esse terreno dele, que era a mesma divisão, e vendeu para a belgicana, que chegou com a grana alta e vendeu pra belgicana, que é a Martine. Vendeu pra ela. Aí, o quê que ela fez, ela chegou no meu terreno, entre o meu e o dela, na divisão dela e “pá” uma cerca de tábua. Tabua tudo a piquezinho desse tamanho largo assim,

¹⁵ Vegetação de Restinga.

¹⁶ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013

¹⁷ Para mais detalhes sobre tal pousada, pode acessar o próprio sítio, conforme <http://www.loindetout.eu/pt/>.

num ventilava nada. Então, o lugar apertado, naquela época os meninos acordava de noite com medo de sufoca, né. Não tinha ventilação nenhuma, porque aquela cerca tomou conta. Aí o quê que eu fiz, eu, a gente pais se preocupa pelos filhos, né, eu vi que aquilo não tava certo, aí eu falei “Eu vou correr pra justiça”. Eu corri naquela época, o IBAMA era a Milena, chamei a Milena, eu falei: ‘Ôh Milena, o negócio tá errado, mostrei pra ela essa cerca pelo menos você põe pra lá. Eu num quero que você desmanche a cerca da mulher, ela pode fazer a cerca, mas não de tabua. Bota uns pau aí, uns arame, uns negócio, mas deixa aberto, por causa da ventilação”. Ela falou “Não, com pouco tempo eu vou tomar essa providência”. Foi lá, chamou a mulher, a mulher conversou e tal e tal. Falou com trinta dias, passou sessenta, passou noventa e nada. “Aí, o quê que eu, o quê que aconteceu aí essa área aqui, que é o Bugigão hoje, estava esquecida”¹⁸.

Os casos de Caboclo e Bau somam-se as outras famílias que também queixavam da falta de espaço ao qual passava a Vila do Corumbau, dentre elas a Família do Senhor Neco (conforme Figura 08), que viram uma oportunidade de resolver o problema da falta de espaço, indo para o outro lado do Rio Corumbau em direção do limite do território indígena pataxó¹⁹.

“Porque quando eu morava lá não tinha espaço para a casa dos filhos, só tinha a minha e eu estava apertado. Agente conversou com o cacique, aí eu disse que meu pai era o primeiro índio que morava aqui, o nome dele era Tiago, era muito conhecido. Ele ficava em Barra Velha, mas ele só vivia andando. Aí não ficava só num canto, foi andando. Aí passou à saber da turma aí, aí tudo mundo disse, “eu conheço o pai dele, ele tem direito”, isso os mais velhos iam falando. Aí o cacique, o Romildo disse que vocês ficam aí, que ninguém vai mexer com vocês”²⁰.

Importante ressaltar que a figura da Milena como gestora do PARNA do Monte Pascoal, final da década de 1990, atuava também no entorno, sobretudo em resoluções de conflito e tinha uma postura muito firme em relação à sobreposição do PARNA com o Território Indígena Pataxó. No entanto, nessa área os conflitos de espaço tem vinculação com a temporalidade e identidade do povo pataxó:

O povo Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal está imbricado em sua trajetória espaçotemporal. O tempo é um tempo de “revivência”, de re-construção de tradições, língua, costumes. O lugar, não é qualquer lugar. É ali, no território indígena, hoje descrito legalmente como a Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal (LOBÃO et al., 2009).

¹⁸ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

¹⁹ Trata-se de uma questão que ainda está em discussão que é a homologação da porção do território indígena pataxó mais ao sul, tendo em vista que o reconhecimento pela Funai ainda não condiz com o território ao qual os pataxós reivindicam.

²⁰ Entrevista realizada com Neco em 05 de outubro de 2013.



Figura 07 – Antiga casa do Caboclo no Corumbau em detalhe sua esposa no canto esquerdo da foto e Cabloco no Interior da foto. Fonte: CI-Brasil.

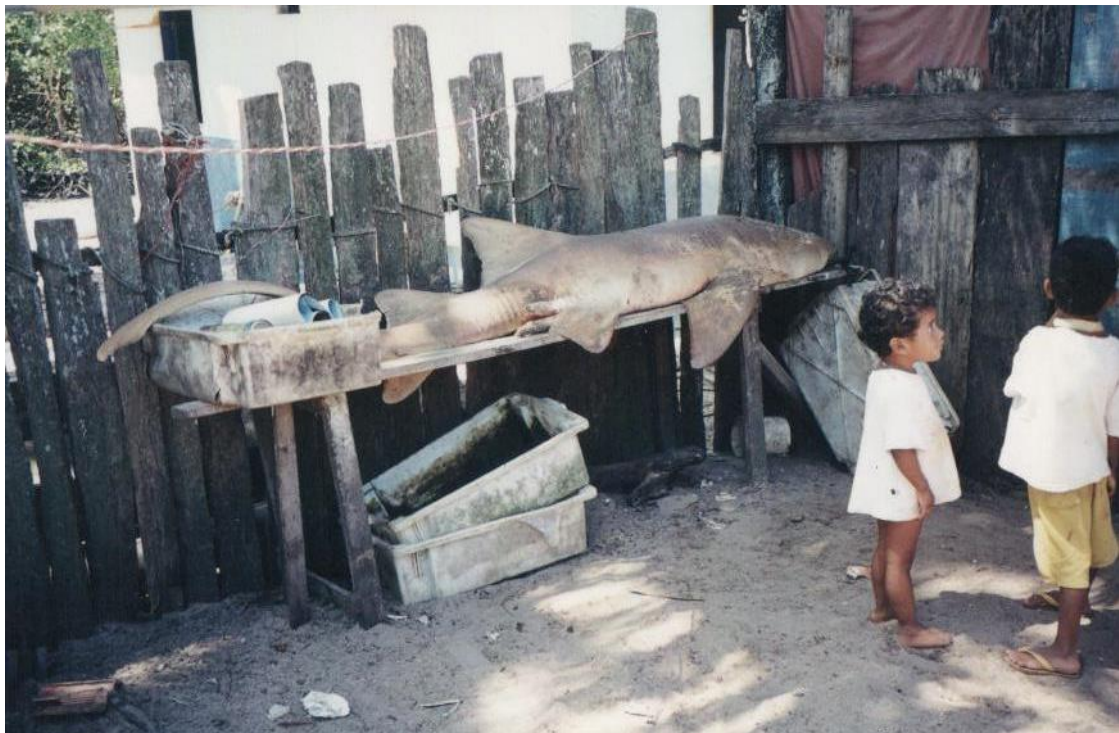


Figura 08 – Terreno da casa de senhor Neco, em detalhe um tubarão capturado pelo mesmo. Fonte: Arquivo CI-Brasil

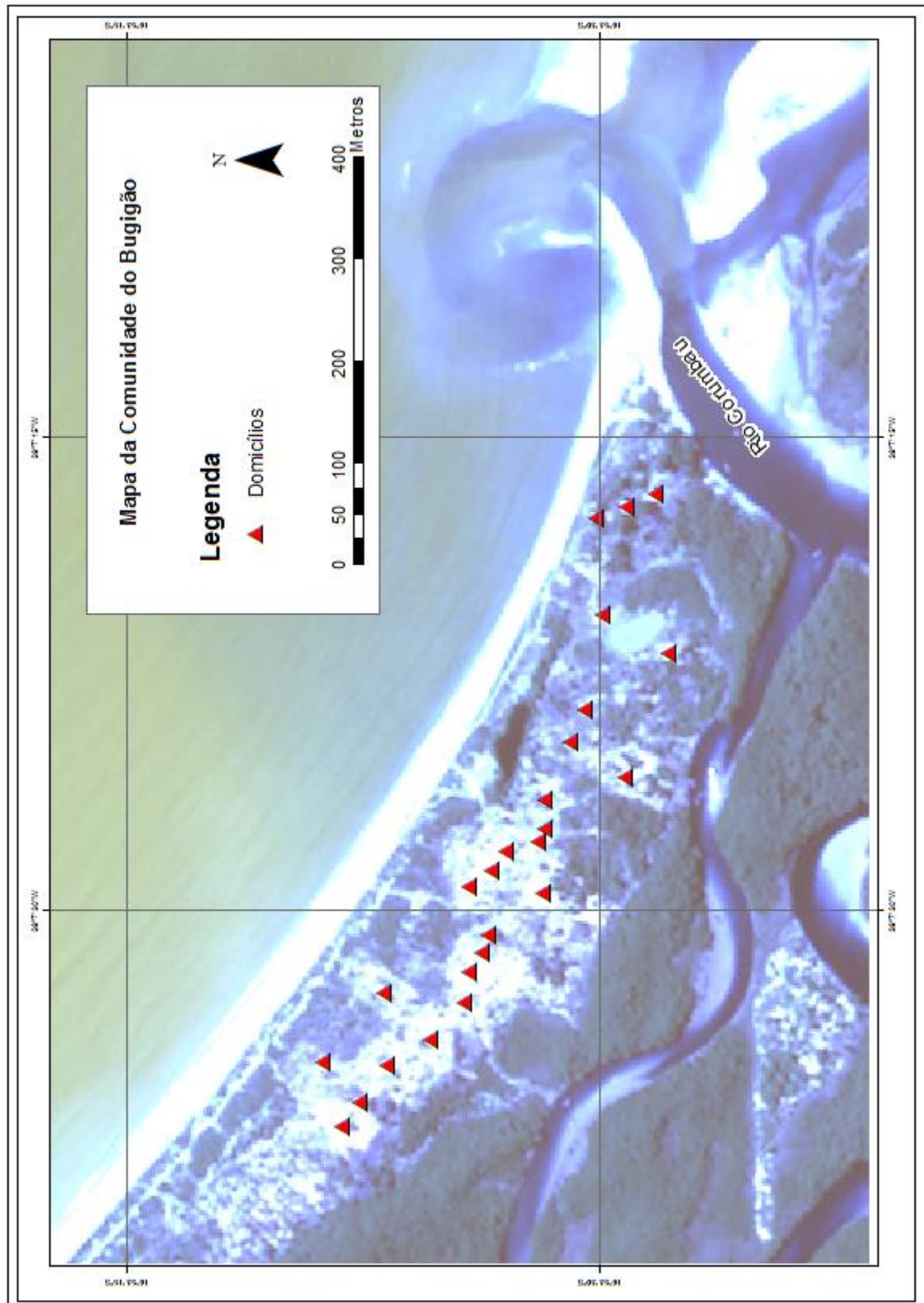


Figura 09 – Detalhe da distribuição das residências da Comunidade do Bugigão. Toda sua ocupação é realizada em área de restinga, tendo ao fundo de cor mais escura área de mangue, ao qual são realizadas atividades de mariscagem.

Sendo assim, o grupo foi se identificando de alguma maneira com a tentativa de resolução do problema de espaço e assim foi se construindo um novo lugar – o Bugigão, ou a “turma do Bugigas”, como alguns pescadores do Corumbau os referenciam. Suas histórias passariam também a fazer parte da história de luta do Território Pataxó.

“Ah, nessa época, isso ai já tinha muitos anos, ai nós vamos para aldeia, e ai ficamos de ir e voltar da aldeia para pescar todo dia, já era no tempo do IBDF, nesta época, foi naquela época que tinha uma casa ali no IBDF que a maré comeu. Então, isso ai nessa época eu já era casado, né? Ai nós viemos morar na aldeia, ai ficava vindo de lá para pescar aqui, ai eles desmanchava barraca da gente, voltava para traz de novo, ai fiquemos nessa luta, aqui no Bugigão, porque e antes disso, antes de acontecer isso, a gente já morava aqui, era, aqui no Bugigão, ai foi da vez que entrou o IBDF, foi da vez que indenizou essa turma que morava dentro do Parque, daqui para lá que foi indenizado, então dessa vez que nós fomos saímos daqui, ai que começou o IBDF, mas e antes disso o IBDF não vinha aqui não, ai foi da vez que foi o cacique que era daqui o Tururim e o finado Afrei que era subcacique que foram para Brasília, chegaram lá eles mandaram assinar um documento e ele também não sabia ler nada, ai eles pegaram os documentos e assinou, ai eles assinaram e o documento era para desalojar todo mundo de dentro do Parque”²¹.

Tião, como foi mencionado anteriormente, foi morador do Pistola, um aglomerado perto da Aldeia Barra Velha, e pelo fato de ter que caminhar bastante tempo até chegar à sua embarcação, que ficava no porto do Corumbau o mesmo decidiu mudar para o Corumbau, antes da criação da Resex. A decisão de morar no Corumbau era clara devido às relações com Valmir Simões (Valmir Assulera) e outros atravessadores ao longo da década de 1990. Após a criação da Resex e com o afastamento de praticamente todos os atravessadores, Tião retorna para o Território Indígena, a partir da década de 2000 passando a morar no Bugigão.

Era de conhecimento de todos sobre a existência do PARNA do Monte Pascoal e seus limites, no entanto com o reconhecimento da identidade Pataxó, a reconstrução de um novo lugar para os antigos moradores do Corumbau era mais que necessária, tendo em vista a necessidade de lutar por um espaço escasso, além de possuir pouca relação familiar com as três principais famílias do Corumbau (Deocleciano, Faete e os Cunha).

²¹ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

Na época da migração para o Bugigão só existiam três famílias morando, dentre elas o senhor Flodoaldo (conhecido como seu Fulô), que inclusive apoiou a vinda de todos para o Bugigão. Atualmente o Bugigão possui aproximadamente 30 famílias (Figura 09).

“Ele [Flodoaldo] tinha saído de lá também, da Beirada do rio, dali do Pistola, foi lá para beira do rio e, de lá, veio pra cá e falou: ‘Essa área é nossa! Do parque é nosso’. Tinha uma casa... [insistentemente perguntei se sabia que era parque] Não. Eu, eu num tinha, eu sabia que era do parque, mas assim, a gente tinha o maior receio que num poderia morar e num sabia que era dos nossos antepassados. Não tinha aquele reconhecimento(...)E ele tinha aquele reconhecimento que era dos índios mais velho, lá dos pais dele(...) É. Que isso era nosso, que era dos meus pais, dos meus avós(...) ‘Então, vão bora pra lá’. A casa ficava ali(...)Aí, ele falou: ‘Então vamos pra lá! E eu vô ficar lá’. Aí, com ele veio mais umas duas família pra cá. Aí, o quê que eu falei(...) Aí eu falei assim: ‘Rapaz, mulher, num vai dá pra nós ficar aqui, não. Olha o sufoco que tá nossos filhos! Do lado de lá é uma área tão boa, vamos pra lá?’. E ela falou assim(...)Ela falou: ‘Rapaz, nós não vamos pra lá, não. Porque pode dar problema’. Aí eu falei assim: ‘Primeiro vamos procurar as autoridades’. Aí fui e joguei a Milena na parede de novo e falei: ‘Óh, Milena, se você num tomar providência eu vou tomar! Não vou prejudicar ninguém, não quero ser prejudicado, vou caçar um meio de é... Facilitar pra minha família’. Aí ela falou assim: ‘É, Caboclo, eu não posso fazer nada e num sei o quê...’. ‘Então eu faço eu!’. Fui lá na Barra Velha chamar o cacique que não era esse Romildo [atual cacique] que é sobrinho da minha mulher(...)O Zé do Buraiá(...) É. Chamei o Zé e falei ‘Óh, Zé, tá acontecendo isso, isso e isso. Eu vou fazer um barraco lá’. Aí, ele falou assim: ‘Porque lá já tem quatro, três família’. ‘Então se é pra sair, sai todo mundo, si num é pra sair, a gente vai ficar também porque é direito’. Aí, a minha mulher foi lá de encontro a ele ‘Não, meu pai é daqui, é a raiz daqui, Fulano fica e porque que eu não fico?’”²².

Além dos aspectos da identidade que estava se reconstruindo dentro do Território Pataxó, no que passaria a ser chamado de Bugigão, há também o posicionamento enquanto pescadores como forma de negociar por tal espaço.

“A gente sabia, todo mundo sabia, [limite do parque] ai o Fulô disse, não rapaz que nós somos pescador, e pescador tem direito de ficar em qualquer canto que quiser ficar, e pescador não vai cortar pau, não vai fazer coisa, não vai fazer nada, eles podem embargar eles para lá, que eles lutam por um custo, estas coisas e a gente aqui não, agente só vai viver da pesca mesmo, ai nós viemos todo mundo, o cacique apoiou também. Tinha vindo mais gente, mas só que eles ficaram com medo logo (naquela época), dizendo que ia ter que sair, ter que voltar, não sei o quê e eles ficaram com medo, os que moraram saltaram fora de novo, ai seja o que Deus quiser”²³.

²² Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

²³ Entrevista realizada com Neco em 05 de outubro de 2013.

Houve um momento de tensão entre a antiga gestão do Parque Nacional como os moradores no Bugigão, com cerca de dezessete famílias estabelecidas já no meio da década de 2000. Tal tensão passou por uma mediação de um delegado (desconhecido), vendo que eles eram também pescadores deixando a situação um pouco mais tranquila para os moradores do Bugigão.

“E a Milena estava vindo pra dá despejo de nós que já estava no barraco. Já estava com barraco de palha. De palha, É. Aí, falou assim: ‘Já que é pescador, deixa o rapaz aí, num tá fazendo nada de mais, [...] pescador tem que ficar na área. É índio ainda’. Aí ela falou: ‘O quê que nós pode fazer?’”. ‘É... Deixa o pessoal aí’. Que a Milena já tinha vindo com ordem pra sair todo mundo. Aí, o delegado falou: ‘Não, deixa todo mundo aí’. Aí, ela chegou e baixou que ia ficar todas as famílias. Só ‘Nós aceita ficar tantas famílias aí’ que era umas dezessete pela época. ‘Nós aceita dessa forma’. Aí pegou os nomes da família quem ficava, quem não ficava e deixou tudo num papel, as dezessete famílias”²⁴.

Importante ressaltar que em termos da própria prática da pesca, morar no Bugigão apresenta uma construção de uma nova identidade e distinta dos demais. Isso fica evidente, quando foi proposta a possibilidade de morarem em Barra Velha (aldeia mãe), como forma de resolver o problema da sobreposição do Bugigão com o PARNA Monte Pascoal. No entanto, a partir do ponto de vista dos pescadores e de sua prática seria inviável por razões geográficas. Tanto Corumbau e Bugigão compartilham de uma área abrigada na Barra do Rio Corumbau servindo de porto, abrigo e estaleiro para as embarcações, além de estar mais próximo dos recifes dos Itacolomis, que é o principal ponto pesqueiro.

“Sai nada! sai daqui para ir para Barra Velha, todo dia nessa peleja pescando com essa embarcação aqui, não, é melhor ficar aqui sem energia elétrica, usando o motor aí, gastando o óleo, eu sei que algum dia ela chega [energia]. Foi igual ao Corumbau, eu sei que ali foi uma luta para porra para a energia chegar ali, vinha poste, tornava tirar, tornava trazer de novo, colocava tudo, levava tudo de novo, foi indo, indo e indo, e nós saímos de lá e não tinha chegado energia ainda”²⁵.

“É porque divido o ponto de pescaria, né. Porque lá na aldeia [Barra Velha], lá nós mesmo em quantas vezes nós já perdemos já o peixe. Da gente pegar o peixe e voltar pra casa sem nada, por causa do mar, é muito brabo na praia. Então, lá só tem como encostar na praia. Então, tinha vez de ficar até debaixo da canoa à vela, né. Tinha vez que ia pro fundo e tudo, puxava, juntava todo mundo, esses pessoal safava, mal mal, com aquele peixinho na hora e outro ia embora e tudo... Então, era muito perigoso. Até hoje é

²⁴ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

²⁵ Entrevista realizada com Neco em 05 de outubro de 2013.

perigoso [...] Aqui, já chega aqui [Bugigão], já entra a Barra, né. E lá mermo, como você sabe ali o ponto lá, já quebrou uns dois barcos ali [Barra Velha]. Então, não tem condição de ficar embarcação ali. Que ali o mar é aberto. É... Ali, o mar já vem direto de fora e bate na praia [...] Então, já perdeu uns dois barco ali na praia ali. Aí era tudo difícil”²⁶.

Não tinha condições por quê? Porque a gente que é da pesca, lá na Barra Velha não tem lugar pra você focar mesmo na pesca. Se você tem um botezinho, o mar tá bom agora, quando é de tarde, você num pode encostar lá porque o mar vira. Fica virado. Se você encosta um barco, como o Jonga mesmo, quebrou o barco dele todinho lá, porque o mar virou rapidinho e bateu na praia e quebrou. Então, pra gente pescar, que vive dia a dia da pesca, você tem que ter o lado que tem a proteção dos quatros ventos. Sul, norte, oeste e nordeste, entendeu? Então, aqui é o lugar que tem as quatro proteção. Tem a Barra você chegou, entrou e botou o barco ali, se o vento tá no sul, você larga o barco na praia norte, se o vento tá do norte, você bota a barca, o barco na praia do sul. Então, é a área da proteção. E ali em Barra Velha não tem nada disso. É mar aberto, se pegou arrebenta tudo e [...] Se você num tem a terra, como que você vai pescar pra capturar o peixe e trazer pra terra? Tem que ser esse [...] Tem que ter o porto. É o meu caso, se não fosse por causa de porto, eu estava na Barra Velha. Por que lá tem energia, lá tem água, tem tudo, mas aonde eu vô guardar o meu patrimônio? Que é o meu barco. Tirar o meu sustento meu e dos meus filho? Aonde? Eu vô deixar lá pra no outro dia eu vê como fez o barco do Jonga? Entendeu [...] ir pra lá cum energia elétrica sem ter um lugar de guarda o meu patrimônio, de onde eu tiro o sustento dos meus filho. Isso que é o meu problema de eu tá aqui. Se não fosse isso, eu estava lá. Claro [...] Então, a gente é, num adianta a gente ir pra lá e ficar andando aí seis quilômetro todo dia pra ir pra lá e pra cá, naquele real [...]Entendeu? Então, isso pra gente num é aceito por essa forma. É muito sofrimento. Ninguém vai carregando uma cruz, até uma hora pesa demais e tem que tomar uma atitude[...]”²⁷.

Outro ponto importante, que merece ser descrito, é sobre a origem da vila do Corumbau a qual são remontadas as origens do Bugigão antes da revolta de 1951. Segundo os moradores, a palavra Bugigão vem de um pequeno bivalve que era muito comum naquele local e naquela época.

“É e, antigamente, aqui que era o Corumbau também, né. Tem essa, essa parte que aqui era o Corumbau. Não existia o outro lado [Corumbau] Num sabia? Pois é, aqui que era o Corumbau antigamente. Lá num era. Lá num era o Corumbau. Então, aqui, isso aqui, era arruada de casa, tinha uma rua de casa [...] E agora, nessa época, eu, eu não, não é que eu não sei não, mas meu pai que alcançou, até hoje tem uma serralheria, até hoje, tem tora de pau ali velho, ali está os toro ali, pra todo mundo ver os pedaços da época que foi, né. Isso tem muito anos. Então, isso aqui[...]É, da época do meu pai. Isso aqui que era o Corumbau. Então, essa turma que, que mora do outro lado, que é os nativo, que era Milton e Nego Ulisse, então os pais dele, assim, é, morava aqui [...], nessa época. Morava tudo aqui. Era o irmão de Nego Ulisso [Ulisses], do Quinha, tudo morava aqui. Até ali, onde

²⁶ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

²⁷ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

o Caboclo mora, até aquele pé de coco, foi do finado Quinha que ele prantou; aqueles coco lá em cima. Então, é eles que morava nessa época. Isso tem muitos ano. Então, depois que foi em cinquenta e um, que foi que eles travessaram pro outro lado que teve a revolta aqui...²⁸.

A revolta de 1951, chamada localmente como “fogo de 51”, é um desses eventos históricos que carecem maior explicitação pelos reais motivos dos índios pataxós terem se rebelados. Segundo Carvalho (2007) o motim foi desencadeado, com base no registro do jornal A tarde, ao qual índios teriam realizados uma assalto em um comerciante não-índio que morava no Corumbau. Diante de tal situação, a polícia de Porto Seguro se mobilizou de forma desproporcional, causando danos físicos, emocionais e desestruturação da população indígena (CARVALHO, 2007).

Segundo a mesma autora, existem várias hipóteses para a motivação do “assalto” e uma delas teria sido promovida por indivíduos externos, alguns com ligação ao antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e que adentraram o seio da sociedade pataxó, como uma falsa identidade de servidores públicos e que estariam ali para resolver a situação da demarcação das terras indígenas.

Segundo Lobão (2013, comunicado em defesa de qualificação), o fato do “fogo de 51” ter se realizado no outro lado do rio Corumbau, atual Bugigão, e tendo em vista o seu desfecho, alguns moradores foram para o que é o atual Corumbau. Houve também o fato de moradores que saíram nessa época para o Corumbau que não retornariam para o lado de lá (terra indígena Barra Velha) por razões específicas como venda de propriedades no território indígena.

Desse modo, o Rio Corumbau passou a ser além de fronteira física e política (dos municípios de Porto Seguro e Prado), uma fronteira étnica que irá definir também a constituição ou não de uma identidade indígena pataxó. Atravessar o rio do Corumbau é transitar entre os limites existentes entre índios e não índios (Ibidem, 2013). Tal afirmação é vista pela caracterização da Vila do Corumbau, em sua atual localização, a qual não reivindica tal identidade e também um território, apesar de boa parte dos moradores serem descendentes de grupos do território indígena.

²⁸ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

2.1.4 Características da comunidade do Bugigão

Morar no Bugigão, apesar do reencontro com uma identidade indígena pataxó representa também algumas restrições ambientais. Por residirem em uma área de restinga, o solo arenoso apresenta uma enorme restrição para atividades de plantio de subsistência, como hortas e pomares, com dificuldade também de acesso à água potável para consumo e para cozimento da comida diária – o *mangute* – para a família. Neste sentido, a comunidade se baseia em uma economia de troca e compra e venda de mercadorias de outras aldeias conforme a Figura 06.

Em termos da perspectiva da atividade pesqueira, até o presente momento a Comunidade do Bugigão possui quatro embarcações motorizadas com casaria, de propriedade de quatro pescadores (dentre eles Caboclo e Bau), aproximadamente dez baiteiras movidas à vela, e algumas à remo para travessia do rio Corumbau. Atualmente foram construídas pelos próprios pescadores seis baiteiras de fibra de vidro com motor de centro, a partir de um projeto financiado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional – SEDIR²⁹.

As embarcações de fibra de vidro, segundo Gilmar são de propriedade da Associação de Pescadores e Moradores Indígenas do Bugigão (APMIB)³⁰, mas que beneficiam os pescadores que não possuem nenhum tipo de embarcação. O usuário da embarcação paga em pescado pelo seu uso diretamente para a associação. Segundo Gilmar, toda a arrecadação que está sendo feita pelo uso da embarcação ajudou a pagar as licenças de marinha, necessárias para exercer a atividade de pesca artesanal. O restante do recurso arrecadado pela associação se realizada a prestação de contas com os associados. Em uma reunião da APMIB, durante minha atividade de campo em setembro de 2013, os associados decidiram que parte do

²⁹ O Projeto foi uma iniciativa da Associação do Bugigão em parceria com a Conservação Internacional, apresentada para a SEDIR. O Projeto tinha como objetivo principal melhorar as condições da pesca local, por meio de acesso a novas embarcações, sendo que no projeto ficou definido que as embarcações seriam feitas de fibra de vidro, ao qual os beneficiários iriam realizar um curso em Salvador de manuseio de Fibra de Vidro, além de receber o material para construção das embarcações e motores a diesel.

³⁰ A APMIB foi criada por iniciativa dos moradores no ano de 2011, que já está em sua segunda gestão, com a reeleição do presidente Gilmar de Souza.

recurso será gasto para a realização da festa da padroeira da comunidade, que acontece todo ano nos dias 11 e 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida.

Todos os moradores da comunidade do Bugigão se denominam católicos e mantêm uma igreja chamada de Nossa Senhora da Aparecida, toda feita de madeira onde é realizada a maioria dos cultos aos domingos com a presença de um frei franciscano de Itamaraju (Frei Dilson), que realiza missas em todas as aldeias do território Indígena pataxó entre os dias de sextas, sábados e domingos. Importante frisar que, nas próprias pregações do frei, no chamado sermão do culto, é feita referência às questões da organização comunitária e do associativismo.

Portanto, o aspecto do associativismo local é bastante intrincado com a religião. Se acaso houver necessidade de juntar o grupo para fazer algum tipo de mutirão ou mesmo realizar algum tipo de reunião com agentes externos, o melhor horário é depois da missa. Um dos mutirões mais recente foi construção do novo colégio, com a demolição do antigo que era pequeno e de madeira. Visto que a decisão sobre a construção envolvia a administração do Parque Nacional do Monte Pascoal (ICMBIO) e a prefeitura de Porto Seguro, não se tinha uma definição clara sobre a construção do colégio, diante do conflito diretamente com a UC. Sendo assim, eles (moradores) se reuniram e construíram, com contribuição de todos: duas salas de aula em alvenaria³¹. Este fato pode ser um dos exemplos que ilustra a dificuldade de interlocução e gestão entre atores locais, municipais e federais.

A maioria das casas é de madeira e revestida com telhados de amianto, não dispondo de banheiro no interior das casas, e as necessidades são realizadas em cômodo separado com a disposição de pequenas fossas, ou mesmo entre as vegetações de restinga. O acesso à energia elétrica é praticamente por meio de gerador de motor a diesel, com horário de funcionamento entre seis às dez horas da

³¹Uma das reuniões que realizamos para fortalecimento do associativismo foi realizada dentro da própria igreja, sendo que nesta reunião foi perguntado ao grupo como eles se organizavam internamente. Os mesmos citaram o exemplo da construção da escola como fruto do resultado da união de todos. Perguntei como foi feito, e eles disseram que cada um fez uma parte: quem sabia trabalhar como pedreiro ajudava a levantar as paredes; quem não sabia contribuía com recurso financeiro; ou mesmo um “*mangute*” (comida) para os que estavam trabalhando na obra. Eles falam da construção da escola com certo sorriso, demonstrando orgulho, ou com um tom mais sério, contraindo as sobrancelhas, demonstrando uma insatisfação em relação à gestão municipal e o PARNA do Monte Pascoal.

noite. A maioria das casas não possui freezer ou geladeiras, sendo que a conservação do pescado é realizada por meio da salga.

O acesso à água potável é por meio de poços artesianos cavados no próprio terreno, alguns são revestidos com material de alvenaria, como lajotas. Outros materiais são reaproveitáveis. Um deles foi um poço feito por Bau, usando uma tubulação (possivelmente para transporte de gás ou óleo) que apareceu no mar. Alguns moradores também utilizam a água da chuva captada a partir dos telhados, que passam sobre calhas improvisadas e é direcionado para uma grande caixa d'água.

Alguns moradores como Bau e Caboclo, possuem uma complementação de renda, sobretudo no verão, com transporte de bugre de turistas que transitam entre os balneários do Corumbau e Caraíva. A atividade do Bugre complementa a renda familiar, sobretudo nos períodos de verão, no qual o peixe é mais escasso.



Figura 10 – Detalhe de um tipo de residência da comunidade do Bugigão. Todas as residências são feitas de madeira com telhado de amianto, uma das condicionantes impostas pelo Parque Nacional do Monte Pascoal era que as casas fossem de madeira, e não de alvenaria. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – outubro de 2013.



Figura 11 – Igreja de Nossa Senhora Aparecida (Padroeira da Comunidade), além de realizar as missas, também o local de reunião da comunidade. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – outubro de 2013.



Figura 12 – Uma manhã de prosa na família do Senhor Neco entre filhos, cunhados e noras. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – outubro de 2013.



Figura 13 – Preparativos para o Bingo para angariar fundos para a realização da festa da padroeira de Nossa Senhora da Aparecida. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – setembro de 2013.



Figura 14 – Colégio da comunidade do Bugigão, onde são ministradas aulas de 1ª à 4ª série, tendo como uma das disciplinas principais a língua patchohã. A maioria dos professores é pertencente à aldeia de Barra Velha. Outro ponto importante é que se trata da única construção em alvenaria na comunidade. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – setembro de 2013.



Figura 15 – Futura casa de Caboclo (acredito que já esteja morando nela), sendo feita em madeira, mas assim como demais, construída com uma base e colunas em alvenaria se preparando para algum dia sair a resolução sobre a ocupação no Parque Nacional do Monte Pascoal. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho – outubro de 2013.

2.1.5 Contexto local do estabelecimento da Organização Não Governamental Conservação Internacional para a proteção da biodiversidade marinha

Nesta parte do capítulo falaremos do contexto das organizações do terceiro setor, ONGs ambientalistas, que pode ser considerado em um modelo normativo como uma representação de uma “sociedade civil” (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2006; COHEN; ARATO, 2001; YOUNG, 2000), mas o comportamento destes setores em nível local evidencia um problema de representatividade política de interesses de poucos sobre muitos.

Neste sentido, em se tratando da existência da sociedade civil no eixo sul, como sendo um tipo de associação que reflete os interesses de uma minoria em um projeto de Estado (Unidades de Conservação), ao qual se questiona a autonomia de uma esfera em outra (Estado e Sociedade Civil) por meio do modelo normativo, uma vez que a sua lógica de funcionamento nem sempre é orientada pela voz de toda a sociedade, sobretudo as dos subalternos (Chatterjee, 2004).

Quando transportamos esta passagem acerca da relação da Sociedade Civil (leia-se terceiro setor) e do Estado para a construção da política de conservação da biodiversidade, refletida na criação e implantação de Unidades de Conservação, observamos a existência de sobredeterminação de uma esfera em outra, em uma relação dialética, pois a construção desta política mobiliza diversos atores com diversas relações com o Estado, desde contraposição até suporte e apoio técnico³².

A partir das noções e conceitos abordados, sobre a relação da sociedade civil e Estado, sobretudo a partir dos conceitos que aponta as ambiguidades do conceito sociedade civil (CHANDHOKE, 2003), tentaremos apresentar o contexto de estabelecimento de uma Organização não Governamental (ONG) no estabelecimento de uma agenda local voltada para a criação e implantação de Áreas Protegidas.

Diante disso é importante apresentar uma das principais ONGs que reflete tal ambiguidade do conceito de Sociedade Civil em termos de representação política orientada para ação direta, que reflete mais interesses advindos de uma esfera superior, de grupos de pesquisadores e entusiastas de ações de conservação em nível global³³, que é o caso da Conservation International (CI).

A trajetória da CI Global inicia-se no ano de 1987 em Washington DC fundada por um grupo de especialistas de biologia e ecologia, dissidentes de outra ONG, chamada The Nature Conservancy (TNC). Uma das principais razões da saída foi uma série de divergência interna, dentre elas o contexto essencialmente preservacionista stricto sensu da TNC. Após a fundação da Conservation International, a mesma focou seus objetivos de proteção em áreas de forte endemismo de primatas no mundo, em regiões tropicais (Figura 16).

³² Para maiores detalhes sobre estas diversas posições a cerca da relação da sociedade civil com o estado e suas relações múltiplas ver Creado (2011) e Lobão (2006).

³³ A referência aqui é dada para grupos que possuem um capital econômico considerável, que realizam financiamento “altruísta” de ações de conservação em nível global. Muitos são empresários de grandes indústrias, ou fazem parte de uma classe social mais abastada nos Estados Unidos, Canadá e Europa.



Figura 16 – Mapa representando a atuação da Conservation International ao redor do mundo. A maioria das ações se localizam em áreas tropicais. Fonte: <http://www.conservation.org>.

Sua consolidação e ampliação para os países tropicais que abriga uma grande biodiversidade, dentre eles o Brasil foi possível com apoio de entidades e fundações advindas de grupos econômicos, dentre eles a Intel (fábrica de processadores) que foi por muito tempo um dos principais doadores, por meio da Gordon & Betty Moore Foundation (Moore Foundation).

Em 1988, a CI iniciou suas atividades no Brasil com o Programa da Mata Atlântica, que tinha como meta principal a conservação da biodiversidade e projetos de proteção de espécie ameaçada de extinção neste Bioma. Sua fundação na Cidade de Belo Horizonte estava relacionada ao contexto acadêmico, pois boa parte dos fundadores pertencia ao curso de biologia e ecologia da UFMG que propiciou o primeiro curso de pós-graduação em conservação da biodiversidade no Brasil.

Após sua fundação no Brasil a Conservation International do Brasil (CI-Brasil) passaria a estabelecer demais escritórios em outros Biomas de grande importância para a conservação. Dentre eles o Programa da Amazônia, que contaria também com recursos advindos de captação externa.

O Programa da Mata Atlântica a partir do ano 1994 iniciaria atividades de campo na Implantação e criação de Unidades de Conservação do Extremo Sul da Bahia, bem

como estabelecimento de corredores de biodiversidade, dentre eles o Corredor do Descobrimento. Com a proximidade do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNAN) a organização nesta época buscou a captação de recursos com o objetivo de apoiar ações no referido Parque.

Desse modo, no ano de 1996 a CI-Brasil deu início às primeiras discussões que mudariam o cenário da conservação da biodiversidade marinha no banco dos Abrolhos³⁴. O projeto então apresentado, como “Projeto Abrolhos 2000”, tinha como objetivo a intervenção direta em ações de conservação na região, tendo como referência o PARNAN Abrolhos, devido às fortes pressões e ameaças à referida UC e em seu entorno, incluso a pesca comercial de larga escala bem como a identificação de carência de recursos humanos e institucionais locais (PROJETO ABROLHOS, 1999).

A atuação do Projeto Abrolhos trabalhava com o conceito do “complexo dos Abrolhos”, com as Áreas Protegidas estabelecidas localmente, como PARNA do Monte Pascoal e PARNAM dos Abrolhos, oferecendo suporte para implantação e funcionamento, com a ideia de estabelecimento de um corredor de biodiversidade entre os ecossistemas marinhos e terrestres.

O fato importante neste momento é que a proposta deste plano de ação tinha como objetivo o estabelecimento de uma rede de atores Governamentais e não governamentais locais, tendo como referência central o Projeto Abrolhos (CI – Brasil), que articulava ações com diversos setores, como pesca, turismo, pesquisa, comunicação e incluso o PARNAM dos Abrolhos. Era composta ainda por um conselho consultivo, que envolvia três ministérios, o IBAMA, duas secretarias estaduais, comunidade acadêmica, ONG’s, iniciativa privada, Ministério Público e associações comunitárias.

Sobre o ponto de vista da participação, incluso na proposta de formação deste conselho, é nítido que há uma forte articulação com esferas superiores, entre Estado, Mercado e a sociedade civil, onde podemos identificar como tendo o maior

³⁴Região Biogeográfica localizada entre o Norte do Estado do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia, considerado por especialistas como sendo uma região de grande relevância biológica, por possuir a maior concentração de biodiversidade marinha do Oceano Atlântico, incluindo espécies de peixes e corais.

peso representativo das ONGs, mais do que a própria composição de grupos locais de pescadores artesanais distribuídos na abrangência territorial do projeto.

Desse modo, esta articulação demonstra que a relação da sociedade civil com o Estado na construção deste projeto é uma relação de suporte e apoio ao Estado, tendo em vista que uma ONG internacional possui forte influência em aglomerar diversos segmentos, incluso divisões do próprio Estado e também por possuir a capacidade de determinar quem participa em tal campo.

Contudo, Chandhoke (2003) afirma que o potencial democrático da atuação da sociedade civil em países do eixo sul, tendo como protagonista as ONGs, permite um desempoderamento das perspectivas da participação da população local, além de uma manutenção de uma ordem hegemônica global em nível local (CHANDHOKE, 2003).

Ainda no cenário local, encontramos outra ONG importante para o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, trata-se da Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA). Sua origem é marcada com uma resolução do I Fórum de Debates sobre Proteção Ambiental no Extremo Sul da Bahia, em 1996, com o objetivo de realizar em nível local a preservação do meio ambiente e exercer atividades de conscientização de moradores do município de Prado – Bahia.

No processo de criação da ONG local, a APPA foi declarada como uma organização de utilidade pública pela Câmara de Vereadores do Município de Prado, com atuação em educação ambiental, políticas públicas de temas socioambientais, defesa de interesse comunitário, bem como a fomentação no Município de práticas conservacionistas.

Diante disso, em 1997 a APPA realizou um seminário com a presença de representantes do CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais), com o objetivo de propor ações de proteção do Manguezal do Rio Jucuruçu para os usuários, catadores e pescadores artesanais na Sede do Município de Prado. Diante de tal demanda um representante do CNPT mencionou sobre a existência do instrumento jurídico da Reserva Extrativista (LOBÃO, 2006).

No entanto, há mais ou menos 50 km da sede do Município de Prado, pescadores

da ponta do Corumbau enfrentavam um conflito de acesso aos recursos pesqueiros antagonizados por pescadores de grandes embarcações advindo do município de Alcobaca e estados do Espírito Santo e Ceará. Diante de tal situação, alguns pescadores foram até Prado e solicitaram apoio para solucionar o problema³⁵.

Diante disso, procurado pelos pescadores do Corumbau, a APPA em contato com representantes do CNPT, por meio de Alexandre Cordeiro, iniciaram ações que viriam a mobilizar um conjunto de atores para a criação de uma Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Entraram em cena a CI-Brasil (Projeto Abrolhos) e o Instituto Baleia Jubarte (IBJ) como fortes apoiadores da criação da RESEXMAR.

Para o ainda Projeto Abrolhos da CI-Brasil, sobre coordenação de Guilherme Dutra (atual diretor do Programa Marinho da CI-Brasil) era um evento de grande importância para a organização, pois a ideia de criar uma RESEXMAR na região do Banco dos Abrolhos era uma oportunidade de ampliação das atividades nos ecossistemas marinhos, tendo em vista que um de seus objetivos principais era a ampliação de Áreas Marinhas Protegidas na região.

Com a criação da Reserva Extrativista em 21 de setembro de 2000, surgiu a possibilidade posterior, de um projeto apêndice do Programa da Mata Atlântica, se tornando um programa nos moldes da divisão hierárquica dos demais programas da CI-Brasil. Embora tímido, em termos de recursos humanos e financeiros, comparado ao seu programa originário, o programa marinho (como é conhecido atualmente) foi aos poucos aglutinando um conjunto de pesquisadores que estavam vinculados em instituições de pesquisa como a Universidade Estadual de São Paulo (USP), dentre eles Ronaldo Francine-Filho (Magrão)³⁶ e Rodrigo Campos.

Essa é a forma de atuação em campo da CI, envolvendo conhecimento científico com posicionamento político em determinado ecossistema. Esse é o *modus operandi* da organização em nível local, nacional e global. Diante disso, cabe

³⁵ Deixaremos esta parte da mobilização de pescadores locais para a solução do problema do conflito de acesso aos usos de recursos para a segunda seção deste capítulo, no qual remontaremos a partir de uma perspectiva mais local.

³⁶ A figura de Ronaldo Francine-Filho será apresentada no quarto capítulo desse trabalho, como uma peça chave para a elaboração do Zoneamento e definição de Zonas de Exclusão de pesca no interior da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

ressaltar a existência dentro da estrutura matriz (Estados Unidos), onde se concentram as decisões, de uma divisão chamada Science Knowledge (ciência e conhecimento) que é responsável em administrar o conhecimento específico gerado em algum projeto piloto em alguma parte do mundo, standardizando os resultados e apresentando como sucesso da organização para depois ser replicado para outras regiões.

Importante ressaltar que a CI em vários países está sempre posicionadas e alinhadas com órgãos governamentais, pois um dos pontos de destaque da organização é possuir um trâmite bem amplo, em alguns momentos executando com recursos governamentais, em outros, aportando recursos para que o Estado desenvolva e implemente políticas públicas voltadas para a conservação da natureza.

Voltando para a CI, ainda no Projeto Abrolhos, podemos concluir que o processo de criação da Resex do Corumbau, na perspectiva da organização, existia em um primeiro momento com um alinhamento de objetivos concretos entre pescadores locais e a ONG internacional, que era a proteção dos recursos pesqueiros locais. Mas para quem? Voltaremos com tal pergunta mais adiante.

2.1.6 As Principais razões para a definição da Zona de Proteção Marinha dos recifes dos Itacolomis na RESEXMAR do Corumbau

Diante do contexto do processo de criação da Reserva Extrativista (entre os anos de 1998 e 2000), ocorreu inicialmente uma convergência de interesses entre pescadores e atores externos, como a Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA), Conservação Internacional, CNPT e o antigo órgão gestor das UCs federais o IBAMA.

Um dos pontos em destaque nesta convergência estava relacionado ao recurso do camarão, que já apresentava sinais de esgotamento, mediante o conflito anterior com as embarcações de fora. Segundo Guilherme Dutra, uma das ações que surgiu diante ao problema da escassez do camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) foi a proposição para que, no plano de manejo, tivesse um sistema de cotas. No

entanto, não consta no documento final do Plano de Manejo referência sobre tais cotas.

Outra demanda também apresentada naquele momento pelos pescadores da Resex do Corumbau está relacionada também à colocação de malhas de rede e arrasto de camarão nas desembocaduras dos principais rios, Corumbau, Cahy e Caraíva, que resultou em uma área de exclusão de pesca nas desembocaduras destes rios, pois segundo Guilherme Dutra: “havia a proposta de fechamento das Barras, pois eles entendiam que estas áreas eram berçários, como proposta de que veio da comunidade”³⁷.

Esta oportunidade foi importante para que os principais agentes externos, como a CI-Brasil em parceria com o CNPT e IBAMA, ao qual pudessem planejar a Resex do Corumbau em uma área que fosse exemplo em conservação da biodiversidade marinha com forte atuação dos grupos locais. Tal proposta seria promissora se de fato fosse trabalhada com o grupo em uma perspectiva de desenvolvimento e fortalecimento das principais características para o manejo baseado no conhecimento local em um complexo sistema natural.

Esta possibilidade se tornaria mais efetiva quando a CI-Brasil, em 1999, realizou o diagnóstico biológico de criação da Reserva Extrativista, pelo qual a mesma pode ter contato com alguns pesquisadores, dentre eles Ronaldo Francine-Filho, Rodrigo Campos, Clovis Castro e Bárbara Segal.

Começa a florescer então a ideia de criar zonas de exclusão de pesca, dentro da RESEXMAR do Corumbau, como sendo áreas que permitissem a reprodução de peixes, o que acarretaria em incremento de biomassa³⁸ que se traduziria em melhoria na pescaria e impossibilitaria o esgotamento do recurso em nível local. Essa era a tese!

Não era uma discussão isolada no Brasil, pois já existiam grupos de pesquisadores de universidades e gestores públicos, como exemplo a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, mais conhecida como APA de Tamandaré em

³⁷ Entrevista realizada com Guilherme Dutra em 27 de novembro de 2013.

³⁸ Unidade de medida em gramas por metro quadrado que é muito utilizada para se referir à quantidade de uma determinada espécie, em determinado ecossistema.

1997 localizada entre os estados de Pernambuco e Alagoas com gestão definida pelo IBAMA. Tai iniciativa fazia parte de uma agenda internacional de proteção dos recifes marinhos com o viés de necessidade de monitoramento de tais áreas³⁹, em torno de uma emergência global desses ecossistemas.

Foi acompanhando de forma sincrônica com a iniciativa da APA de Itamandaré, que na RESEXMAR do Corumbau os pesquisadores e a CI-Brasil aproveitaram o momento favorável em estender a proteção dos recifes marinhos, dando um passo para introdução de um monitoramento sistemático da saúde destes ambientes e também da biomassa pesqueira.

No caso da CI-Brasil, no recorte da Resex do Corumbau foi introduzido o conceito de Zonas de Exclusão de Pesca (No Take Zones), com base na literatura científica que apontava a necessidade de criar Áreas Protegidas em ambientes recifais, possuindo um mínimo de 30% de cobertura de recife totalmente isolada de qualquer prática de pesca (JONES et al., 2005, 2006; VARKEY et al., 2012).

Outro ponto relevante para o estabelecimento da Zona de Proteção Marinha nos recifes dos Itacolomis foi o alcance organizacional que a CI possuía e ainda possui. Iniciativas similares estavam em curso no golfo da Califórnia, por meio da CI-México. Mas foi em uma viagem realizada pelo atual diretor do Programa Marinho, Guilherme Dutra à CI-Papua Nova Guiné, que marcou definitivamente a criação da ZPM.

“Na CI na época era o Programa do México, no Golfo da California, tinha o programa de Papua Nova Guiné, aonde tinha uma discussão lá sobre áreas fechadas tradicionais, assim, que eram áreas que ninguém ia, por questões ou de acessibilidade ou religiosa, enfim, tinha um pouco de discussão sobre isso, tinha um pouco de discussão [proteção e conservação de espécies], eu tive nesses dois programas na época e era uma questão que agente já estava discutindo internamente”⁴⁰

³⁹ Esta discussão da agenda global está reservada para o capítulo II, o qual será abordado dentro de um contexto histórico geral.

⁴⁰ Entrevista realizada com Guilherme Dutra no dia 27 de novembro de 2013.

No caso de Papua Nova Guiné já se desenvolviam trabalhos similares de monitoramento de espécies recifais em TURFs⁴¹ (Territorial Use Rights for Fishing) em que existia um manejo já implantado por pescadores artesanais, no entanto se distingue de acordo com a características sociais e culturais do local. Segundo Eaton (1997) o grupo social de Papua Nova Guiné tinha uma relação do uso do território que ia ao encontro da estrutura social.

Os direitos individuais para uso do solo é derivado do nascimento no grupo e pode ser herdado por meio de base patrilinear ou matrilinear, dependente das regras e costumes e estrutura social da área. Certos direitos são usualmente exercidos coletivamente, sobre o território do grupo, ao qual envolvem caça, pesca, coletas de produtos e outros insumos da floresta (EATON, 1997, p. 225).

Importante ressaltar, que o Programa Marinho de Papua Nova Guine, encontrou uma oportunidade de conciliar os interesses de conservação, tendo em vista às práticas locais do grupo em torno do uso dos recursos de um modo geral.

No passado, o sistema habitual de posse e práticas tradicionais de conservação era provido por meio dos recursos naturais, que podem ser manejados e preservados. Intrusos são excluídos do território comunal, e a localização particular de recursos é cuidadosamente guardada. Dentro do grupo, tipos de controle como proibições sazonais de caça e pesca ajudava a prevenir a sobre-exploração. Existem também tabus sobre a caça e alimentação de certas espécies. Certas áreas também são protegidas por significância com lugares sagrados ou casa dos espíritos, *ples masalai* (Ibidem, 1997, p.226).

No ano de 2001, foi iniciado, aos moldes do que era realizado nos Países do México e Papua Nova Guiné, o monitoramento basal de peixes recifais na Resex do Corumbau, mais especificamente nos recifes dos Itacolomis.

Neste sentido, passou-se adotar um sistema de monitoramento da cobertura de recifes marinhos, bem similar aos que eram propostos nas conferências e também utilizados em outros países. No caso da RESEXMAR do Corumbau, a ZPM foi a área escolhida para a realização do monitoramento.

⁴¹ Os TURFs são áreas bastante similares à Reserva Extrativista Marinha, primeiramente por designar certa domialidade de um determinado recurso para um determinado grupo social local. De maneira geral, boa parte dos TURFS é considerada Áreas Protegidas, mas nem todas estão previstas dentro do sistema da UICN, que busca a padronização de áreas protegidas nos países signatários da UNESCO.

Ao longo de dez anos de monitoramento, os pesquisadores envolvidos, passaram a afirmar que uma área fechada poderia trazer benefícios para a pesca, algo que se tornou praticamente um mantra para a CI-Brasil e para os pesquisadores, criando um campo de argumentações e justificativas em prol da proteção dos ambientes recifais em nível local e também regional (Banco dos Abrolhos).

2.2 Considerações finais: Dois mundos se encontram parcialmente em uma mesma perspectiva?

A comunidade do Corumbau passava por um momento importante na vida dos pescadores e pescadoras, que era resolver o conflito com as embarcações de fora. Tal solução viria com um instrumento jurídico, a Reserva Extrativista, existente naquela época.

A decisão de fazer algo era comum a todos, mas como vimos com base no relato de Caboclo, Tião e Neco, existia certa dependência econômica com donos de barcos e atravessadores. Para além de uma dependência econômica e do vínculo de trabalho, misturavam-se outras relações com alguns desses indivíduos, tornando difícil a decisão em criar a Reserva Extrativista.

Durante o evento de criação da Resex, veio o senso de oportunidade criado dentro da Vila do Corumbau que atraiu outros atores, como CI-Brasil que possuía planos de ampliação de áreas protegidas no Banco dos Abrolhos e assim se iniciou um acordo em um primeiro momento para a criação da Reserva Extrativista.

Após a criação da Reserva Extrativista, pesquisadores e organizações não governamentais aproveitaram a possibilidade de aliança com os pescadores locais, observando que as propostas de proteção das principais barras de rios convergiriam para um acordo sistemático para a criação de uma zona de exclusão de pesca nos recifes dos Itacolomis. No entanto, veremos nos capítulos seguintes porque o acordo fora temporário.

Cabe ressaltar que as experiências de proteção em outros locais, como Papua Nova Guiné, tendo como base a estrutura organizacional da CI Global, por meio do Science Knowledge, possibilitou criar um novo conjunto de ações instrumentais, em

locais que viriam a se tornar uma área de exclusão da prática da pesca, leia-se ZPM, como garantia da continuidade da pesca em longo prazo.

Outro ponto a ser destacado também foi o estabelecimento no do território indígena Pataxó, dos antigos moradores da Vila do Corumbau. Nessa travessia do Rio Corumbau, possibilitou-se evocar uma identidade híbrida de moradores e pescadores indígenas do Bugigão.

“Me dê sua mão posso te salvar
Por muito tempo acreditar e ser assim
Descomunizar o senso comum e se tornar especial
Olhar nos meus olhos e se perceber campeão
Em nome do privado, estatizarei
O estado agora é o Eu e isso inclui você

É tudo muito simples seja racional
Nossa coerência te dará uma ajuda na salvação
Siga essa linha traçada no chão e veja luz do meu farol
A velha nova alternativa não é circular

Dois mais dois são quatro
A nova moral
A flecha no seu alvo
A solução final

Linear
Cante a música
Reto é andar
Linear”

Capítulo II – A construção normativa de uma Natureza fora de nós

3.1 Introdução

Nesta parte do capítulo, apresentaremos a evolução do conceito de Natureza, iniciado na Europa, sobretudo na Inglaterra, e nos Estados Unidos, e também a evolução do conceito de áreas protegidas do ponto de vista técnico-científica como pressuposto guia para a existência de tais áreas. Não seria possível discutir as razões da existência de áreas intangíveis em Reservas Extrativistas Marinhas, sem traçar esta perspectiva historicista para apresentar, de forma sincrônica, o desenvolvimento de uma ideia de natureza intangível.

Desse modo, o desenvolvimento do conceito de natureza nos primeiros momentos do Iluminismo (século XV até o início XX) apresentou-se como uma construção sincrônica, em uma evolução linear; de forma semelhante, ocorre o desenvolvimento dos ramos da ciência – zoologia e botânica– que se tornariam ramos das ciências naturais tal como conhecemos atualmente. Tal evolução é importante para a definição de áreas protegidas como sendo uma construção social (normas, moral e ética).

Já no século XX, observaremos a constituição do conceito de áreas protegidas, em sua perspectiva técnico-científica, na própria evolução do conceito de natureza advindo dos principais ramos das ciências naturais, como biologia e ecologia.

A evolução tanto conceitual quanto prática passou a exigir arcabouços jurídicos, tendo como referência as inúmeras áreas protegidas criadas no mundo. Desse modo, acompanharemos como no Brasil tais discussões jurídicas se desempenharam, com foco na criação de um sistema que abarcasse todas as tipologias de áreas protegidas já existentes em território nacional.

Contudo, ressaltamos que tal evolução histórica pode ser vista como um processo de purificação e tradução do polo Natureza, resultando em um paradoxo em sua constituição, imanente e transcendente (LATOURETTE, 1994). Com tal perspectiva em curso observaremos que a construção da ideia de natureza, ao qual estamos nos

remetendo, segue por tal paradoxo possuindo a garantia de ser, ao mesmo tempo, uma construção social de uma natureza que não estaria em outro lugar senão dentro de áreas protegidas, portanto fora de nós.

Por fim, chegaremos ao ponto de destaque desta pesquisa, que são as razões para se criar áreas intangíveis em uma Unidade de Conservação de uso sustentável. A premissa inicial é que as áreas protegidas já carregam em si a ideia de intocabilidade (*wilderness*), tendo em vista que os atores que guiam tal perspectiva buscam a racionalidade impondo uma visão técnico-científica ou a emergência sobre a questão ambiental (quando se ausenta a racionalidade) como justificativa. Outro ponto que deve ser salientado, que a própria evolução técnico-científica forjou, é a ideia de áreas protegidas como um laboratório vivo, e como tal, estaria de acordo com os desígnios das ciências naturais de forma a objetar os rumos de tal área.

3.1.1 Aspectos fundacionais do conceito de Natureza na sociedade europeia e sua difusão a partir da ideia de Áreas Naturais Protegidas

Em relação à evolução do conceito de natureza e sua percepção pela sociedade europeia que acompanha também o desenvolvimento científico, nota-se, no início do século XV, a existência de uma visão utilitária sobre a natureza, no sentido da dominação total do homem sobre os desígnios naturais. O tratamento dado às florestas inicialmente era visto como uma fonte de recursos madeireiros, como recursos lenhosos para as populações menos abastadas e também para a construção naval, sobretudo na Inglaterra. Outro ponto importante é que estas áreas também eram vistas como fronteiras a ser transposta para dar lugar a campos e plantios. O reduto de áreas selvagens, intocadas era cada vez mais escasso, dando lugar a áreas de florestas plantadas, como forma de investimento diante da demanda crescente por madeira (THOMAS, 1988).

Para muitos, esse processo simbolizava o triunfo da civilização, as florestas tinham sido sinônimo de rusticidade e perigo, como nos lembra do termo selvagem (de silva, selva) os primeiros homens, sugeria-se (plausivelmente), preferiam o campo aberto às florestas por sua segurança: era possível ver o que se aproximava e defender com antecedência (NASH, 1973, apud THOMAS, 1988, p. 232).

Os primeiros passos das ciências naturais, bem como a própria percepção coletiva acerca da natureza, transitaram de uma visão utilitária⁴², para uma visão da natureza vista por si mesma. Na botânica e na zoologia, os esforços de classificação deixavam a predominância de uma taxonomia utilitária de plantas e animais para com o homem (plantas amargas, plantas comestíveis, plantas não comestíveis, animais comestíveis, não comestíveis e domésticos), para um sistema de táxons com base no conhecimento estrutural de plantas e animais.

Doravante, a investigação sistemática da natureza seria conduzida a partir do axioma de que plantas e animais devem ser estudados enquanto tais, independentemente de sua utilidade ou significado para o homem. Isso representava um retorno à separação da sociedade humana e da natureza, defendida pioneiramente pelos atomistas gregos Leucipo e Demócrito, para quem a natureza seguia os seus próprios ritmos e era completamente insensível ao comportamento moral dos seres humanos (THOMAS, 1988, p. 108).

A separação da sociedade humana da natureza pode ser visto a partir dos trabalhos de Carl von Linné, ou Carlos Linneu que foi responsável pelo maior trabalho de taxonomia realizado no mundo e pelo estabelecimento de um sistema taxonômico no ano de 1753. Linneu fundou a base de classificação a partir da análise morfológica e estrutural dos seres vivos, criando um sistema de classificação hierárquico, que se assemelhava à hierarquia social e política europeia, como Reino, seguido de filos, classes, ordem, famílias e gêneros. No entanto, mesmo com a fundação de um novo sistema de táxon, não foi repentina a mudança em direção do que conhecemos atualmente enquanto ciências naturais. Muitos ainda persistiam em um sistema de classificação com perfil utilitarista (THOMAS, 1988).

O trabalho de Linneu é importante sobre o ponto de vista da crítica sobre a ciência tendo em vista as garantias constitucionais da modernidade em um movimento de tradução e purificação (LATOURET, 1994). Ao criar um novo sistema de taxonomia, Linneu realizou o trabalho de tradução, a partir da análise estrutural e morfológica dos seres vivos, excluindo antigas formas de táxons de cunho utilitário. Ao mesmo

⁴² Por se tratar do início do século XV o conceito utilitário enquanto ramo do pensamento científico não era desenvolvido ainda, mas cabe ressaltar o que falamos de visão utilitária aqui está no sentido prático da palavra que também é imbuído de certo interesse.

tempo, criou uma hierarquia que se espelhava à estrutura da sociedade europeia (sobretudo da Suécia e Holanda, países onde ele viveu), em um movimento de purificação de tal classificação em relação às formas de conhecimento e classificação naturalística existente até aquele momento.

Diante dessa mudança, com forte influência científica, observamos uma primeira ruptura do conceito de natureza em relação ao conhecimento naturalístico (THOMAS, 1988). Neste sentido, podemos observar que o início do desenvolvimento científico, bem como o seu próprio desenvolvimento técnico das ciências naturais, possibilitou tal ruptura. A partir de então podemos marcar o dualismo entre natureza e cultura (LATOURE, 1994), no caso específico do desenvolvimento da taxonomia.

Mas a mudança do comportamento em relação às “amplidões incultas”, ou *wilderness*, ainda estaria por vir, mais precisamente no final do século XVIII e início do XIX. Foi a partir de uma influência e defesa teológica, provando que toda obra de Deus, obedecia a certo propósito.

Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica. O valor da terra inculta não era apenas negativo; ela não proporcionava apenas um lugar de privacidade, uma oportunidade de auto-exame (sic) e de devaneio íntimo; tinha um papel mais positivo: exercia um salutar poder espiritual sobre o homem (THOMAS, 1988. p. 309).

No entanto, próximo dessa época, nos primeiros anos do século XIX, vemos florescer o embrionário do evolucionismo moderno que traria mais tarde outra grande mudança para as ciências naturais. Pode-se dizer que Jean-Baptiste de Lamarck (1744/1829) foi o primeiro que conheceu o impulso da ideia de “evolução”. Lamarck inventou o termo conhecido como biologia e é fundador do Museu de História Natural de Paris. Para Lamarck, a vida espontaneamente tende a uma expansão e a complexidade (SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010).

Como realidade unitária, não fragmentada desde sua origem, mesmo por ‘criações sucessivas’, a vida tem intrinsecamente um impulso para a complexificação que faz que se desenvolvam novas ordens, gêneros e espécies a partir das preexistentes. A alavanca que move o processo é *toda a nova necessidade funcional* (por exemplo, voar), junto à *transmissão hereditária dos caracteres adquiridos* (por exemplo, asas) (SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010, p. 186).

Temos também a influência do Inglês Charles Darwin (1809/1882), que é aclamado como pai da teoria da evolução, mesmo sendo posterior a Lamark, ao qual sua grande contribuição está na seleção natural, onde indivíduos por meio de mutação genética aleatória adquirem características especiais para a sua sobrevivência, transmitindo para os seus descendentes. Boa parte das mudanças e mutações ocorridas nos seres vivos, em escala geológica, deve-se às condições naturais, com certa competência intraespecífica, ao qual sobrevivem apenas os mais adaptados às mudanças ocorridas (SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010).

O evolucionismo de Darwin suprimirá a ideia criacionista da natureza e do homem tal como era conduzido pela tradição judaico-cristã. O conceito de evolução, a partir do momento de sua divulgação no meio científico e também na sociedade de um modo geral produziu mais ainda uma distinção da natureza do restante da sociedade. Ao que se referiu Latour (1994) tal natureza já aparecia ao mesmo tempo, a ideia de transcendência e imanência, negando os desígnios divinos da criação e de alguma maneira deixando-o.

Diante da proposição Darwiniana, em 1866, surge o conceito de ecologia, definido pelo biólogo alemão, Haeckel, como sendo a “ciência das relações entre os organismos e o meio ambiente em que vivem” (SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010. p. 291). Tal conceito possuía influência, além das descobertas contemporâneas como o evolucionismo, como também de tradições filosóficas holísticas, como Heráclito, Goethe e Nicolau de Cusa.

Importante observar que apesar do fundamento evolucionista, a ideia de ecologia possui também um fundamento teológico, sobretudo remontando aos fundamentos holísticos. Muitos naturalistas, zoólogos, botânicos e entusiastas iniciariam os primeiros esboços conservacionistas nos séculos XVIII e XIX. Segundo Thomas (1988),

A ideia atual do equilíbrio da natureza teve, portanto base teológica antes de ganhar fundamento científico. Foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um de seus elos. A argumentação do desígnio continha forte implicação conservacionista, pois ensinava que mesmas espécies aparentemente mais nocivas serviam a alguns propósitos humanos indispensáveis (Ibid, p.329).

A fundação deste conceito chegaria mais tarde com uma profunda transformação dos enfoques científicos e sociais, sobre a vida e o planeta que vivemos. Podemos afirmar que já na constituição do conceito ecologia e seu uso no século seguinte, estaria completamente polarizado em uma zona ontológica específica (LATOURE, 1994).

Surgiu também na mesma época o conceito de biosfera, de atribuição do geólogo Edward Suess, de origem austríaca, formulando em 1875 a ideia como sendo “o conjunto de toda a matéria viva, mais o espaço que ocupa”(SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010. p. 291). Tal ideia também é referida a Lamark, que mesmo sem mencionar o conceito de biosfera teria formulado uma definição bem similar.

Na mesma época também crescia o apelo estético, no qual a rusticidade e o pitoresco seriam um cenário contrastante das cidades, com admiradores advindo de determinadas classes sociais inglesas, como universitários, professores, entusiastas em geral. Isso estimulou atividades recreativas, que visavam o contato direto com a natureza, como caminhadas, acampamentos e alpinismo, como forma de apreciar a perfeição, imperfeições, beleza, rusticidade da natureza. Podemos datar a fundação do Clube Alpino na Suíça, em 1857, que tinha como objetivo compartilhar informações para vários alpinistas da Inglaterra e Suíça, por meio do “Almanaque do Clube Alpino Suíço”, revista direcionada para praticantes de tal atividade recreacional.

O Clube Alpino pode ser tratado como uma das primeiras organizações europeias criadas que associavam aos objetivos principais do grupo recreativo esforços de preservação do ecossistema dos Alpes⁴³, como também o registro da criação em 1854 da Sociedade Imperial Zoológica na França, que também fora responsável pelos primeiros trabalhos de proteção de espécies, sobretudo de aves (DIEGUES, 2001; THOMAS, 1988).

⁴³ Mariani, Daniele. “Não só montanhas : O Clube alpino contribuiu para a criação de uma identidade suíça”, swissinfo.ch - International Service of the Swiss Broadcasting Corporation. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/sociedade/O_Clube_alpino_contribuiu_para_a_criacao_de_uma_identidade_suica.html?cid=36409698. Acesso em 29/12/2013.

Em anos posteriores, Vladimir Vernadsky (1863/1945) apresenta o conceito de biosfera, que passaria, mais tarde, a ser utilizado como uma argumentação dos ecologistas em defesa global da natureza:

Trata-se de todo o espaço interativo que, sobre a terra, estabelecem os organismos vivos e o meio ambiente no que prosperam e sem ao qual não poderiam em modo algum, existir; um espaço (esfera) que compreende a superfície da terra em sua totalidade (inclusive zonas inóspitas), a hidrosfera também completa, a troposfera atmosférica, os solos e inclusive – segundo como hoje dia sabemos – a corrente terrestre até uma boa profundidade. O conjunto de todos os organismos atualmente vivos se denomina, por sua parte, biota (SAN MIGUEL DE PABLOS, 2010, p. 291).

Cabe ressaltar a importância dos últimos conceitos desenvolvidos por estes cientistas frente às posteriores mudanças de comportamentos sociais em uma construção de um conjunto de abstrações acerca da ideia de natureza. Os conceitos de ecologia, biosfera, dentre outros, a partir da década de 1970, emergem com bastante força por grupos restritos às universidades, em uma frente de contestação motivado pelo contexto ambiental no mundo, sendo cada vez mais absorvido nas pautas de movimentos sociais e políticos.

Ressalta-se também que a evolução científica de termos, conceitos, teorias é balizada a partir da ideia da construção do laboratório, como sendo o local ideal para se produzir tais conceitos (LATOURET, 1999). De Linneu à Vernadsky, estes se tornaram representantes de dentro da sociedade europeia em suas principais descobertas no campo das ciências naturais. Ajudaram a estabelecer um corpo político (não hobbesiano) dentro da ciência, que viria a estruturar, a posteriori, os conceitos e teorias do ramo da ecologia, sobretudo em vertentes mais radicais, como deep ecology.

Segundo Latour (1994), a ciência e os laboratórios se situam entre os polos natureza e sociedade e, ao avançar no conhecimento sobre a natureza, avançou-se mais tarde para a ideia de possuir áreas que pudessem representar a natureza tal como se supunha ser. Para tanto, se criou a ideia de uma natureza imaculada para de fato encaixar os pressupostos teóricos das ciências naturais, e assim podemos supor que as Áreas Protegidas ganharam um estatuto de um laboratório como forma de manter tais pressupostos, de uma Natureza intocada ao mesmo tempo passível de ser manipulada.

3.1.2 Preservação e conservação nos Estados Unidos da América e sua replicação para o mundo

A evolução do conceito de natureza para a sociedade americana, passou também, por um processo bem similar vivenciado na Europa, sobretudo a Inglaterra. Salvaguardando a temporalidade, pois os primeiros eventos europeus de esforço de preservação, já eram datados antes mesmo do Iluminismo (THOMAS, 1988), vemos no final do século XIX nos Estados Unidos a formação de uma nova percepção e comportamento diante à natureza. Acredita-se, pelo fato das relações coloniais entre Estados Unidos e Inglaterra, por compartilhar uma língua comum, que muitas das ideias que já estavam em efervescência na Europa não deixariam de estar presentes no continente norte-americano.

Da mesma maneira encontramos na história norte-americana, durante a fixação de suas fronteiras, o conceito de selvagem. Este conceito era visto como uma barreira a ser transposta. Diante disso:

O campo selvagem era o inimigo. O pioneiro via como sua missão a destruição da vida selvagem. Protegê-lo pelo seu valor cénico e recreativo, era a única coisa que os homens das fronteiras desejavam. O problema era a existência não de pouca, mas sim de demasiada natureza virgem. A terra selvagem teve de ser combatida como um obstáculo físico a enfrentar, até para a própria sobrevivência. O campo tinha de ser <<desimpedido>> de árvores. Os índios tinham de ser <<afastados>>; os animais selvagens de ser exterminados. O orgulho pelo natural surgiu em consequência da transformação do selvagem em civilização, e não na sua preservação e divertimento público (NASH, 1977 Apud HANNIGAN, 1995).

No entanto, na virada do século XIX para o XX, vemos uma mudança de perspectiva em relação à natureza, em um movimento de regresso (à natureza) diante o desenvolvimento e o estabelecimento de uma nação (norte-americana) em detrimento dos recursos naturais. O crescimento urbano se acentuava, da mesma maneira que ocorreu na Inglaterra, promovendo posteriormente, uma espécie de culto à natureza selvagem (HANNIGAN, 1995).

Tal concepção de regresso à natureza se torna um elemento fundacional de um mito arcadiano, que foi socialmente construído, representando um conjunto de valores mais saudáveis do que o encontrado na sociedade urbana. Houve uma forte influência de educadores americanos, alguns de linha teológica, ensinando valores

estéticos e morais da natureza aos seus alunos, como forma de contornar os vícios em que cidadãos urbanos estavam inseridos naquela época.

Segundo Diegues (2001), tal visão arcadiana foi constitutiva de uma visão biocêntrica ou ecocêntrica. Essa visão viria a influenciar mais tarde (década de 1970) a vertente chamada *deepecology* (ecologia profunda), que possuía a crença de valores intrínsecos versus a subjugação utilitarista de humanos contra não humanos e com grande influência espiritualista.

Tal visão também influenciou um grupo que passaria a ser denominado de “preservacionistas” (final século XIX), que acreditavam na concepção de proteção da natureza, em criação de ilhas de áreas preservadas, que mereceriam o estatuto de intocabilidade. Esta intocabilidade é formulada a partir da construção abstrata da ideia de um mito da intocabilidade ou *willderness* (Áreas Selvagens), que foram importantes para a concepção de áreas naturais protegidas, como o caso da criação do Parque Nacional de Yellowstone (DIEGUES, 2001).

Esse regresso à natureza foi importante no processo de preservação no final do século XIX, pois permitiu a criação de várias organizações ambientalistas naquele momento, dentre elas o Sierra Club no ano de 1892, fundada após a criação do Parque Nacional Yosemite. Um dos pontos fortes da criação do Sierra Club foi a possibilidade de ampliação dos valores e crenças preservacionistas em âmbito nacional pelos meios de comunicação existentes na época, tais como Outlook, The Atlantic Monthly, Forest and Stream e National Geographic (HANNIGAN, 1995).

Este crescente movimento, preservacionista levou a cabo a criação de importantes Parques Nacionais, como o próprio Yellowstone e Yosemite, com o pressuposto básico que estas áreas deveriam refletir o estágio inicial da natureza e seu primitivismo. O conceito de *willdeners* criado nos Estados Unidos da América já se distinguiria do conceito de *willdeners* da Inglaterra do século XVII e XVIII.

Contudo, a concepção de áreas naturais possuíam bases científicas ecológicas, mas se hibridizariam com pressupostos teológicos⁴⁴.

⁴⁴ Interessante observar que mesmo havendo um movimento evolucionista nas ciências naturais que romperia com a visão criacionista sobre a origem da natureza e das espécies, a mesma natureza teria uma releitura teológica e mítica do paraíso perdido.

A concepção de áreas naturais protegidas como natureza selvagem parece ser um desses neomitos. Nela parece operar-se uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico. Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência de funções ecológicas e sociais da natureza selvagem (o conceito de biodiversidade, por exemplo), dos processos ecológicos do ecossistema. De outro lado, existem nesse neomito elementos míticos claros que reportam à idéia (sic) do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (DIEGUES, 2001, p.52).

Estas áreas, os Parques Nacionais, bem como o modelo conservacionista americano seriam amplamente difundidas no mundo, com papel de grande relevância a criação da Internacional Union for Conservation of Nature (IUCN), no ano de 1948, filiada a UNESCO, com objetivo de encorajar e assistir a sociedade mundial para a conservação da integridade e da biodiversidade da natureza, assegurando todo e qualquer tipo de uso de recursos naturais de forma sustentável⁴⁵.

As áreas protegidas desde as suas primeiras criações (Yellowstone e Yosimete) não eram vistas somente como lugar para o retorno do indivíduo da sociedade industrializada para o contato com a natureza. Havia também grupos de cientistas que utilizavam tais áreas para fins de pesquisa científica, tendo como argumentação que áreas intocadas são necessárias para o conhecimento de processos ecológicos ali existentes.

Diante disso a noção de intocabilidade se transmutaria diretamente em Parques Nacionais e ou Reservas, como uma espécie de um museu e ou laboratório, que representassem as condições de uma natureza mais próxima da ideal. Para tanto, era importante que a delimitação de tais áreas fosse uma forma concreta de garantir tal conteúdo normativo.

É o caso, por exemplo, das Estações Ecológicas no Brasil. Segundo a lei 9985 - 2000 (SNUC) no artigo 9º que versa sobre os seus objetivos sendo eles de preservação da natureza (que é comum a todas as outras Áreas Protegidas) e a

⁴⁵ Cabe a IUCN e aos países signatários da ONU seguir uma padronização a respeito das categorias de manejo das áreas protegidas em nível mundial, sendo que tal padronização vai desde Parques Naturais até Reservas em que o uso é permitido.

Realização de Pesquisas Científicas. Dando mais uma aprofundada sobre o conceito de Estações ecológicas, vemos a lei 6.902 – 1981, que dispõe sobre as Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, no seu artigo 4º reforçava o caráter essencialmente de pesquisa tal como um laboratório:

As Estações Ecológicas serão implantadas e estruturadas de modo a permitir estudos comparativos com as áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais (BRASIL, 1981).

Tais objetivos estão presentes em outras áreas protegidas, inclusos os Parques Nacionais de todo o mundo. Observando com mais atenção, um dos critérios que permite a existência do Parque Nacional Yellowstone é por ser uma área única no mundo ao qual se poderia estudar e apreciar a história evolutiva da terra⁴⁶. Tanto que o defensor para a criação de Yellowstone era um geólogo, Ferdinand V. Hyden, que convenceu o congresso americano em criar tal área protegida diante de tais pressupostos.

Para que a noção de intocabilidade fosse efetiva no campo da gestão dessas áreas, a tarefa de distinguir natureza da sociedade deveria sair do campo da argumentação e se objetivar materialmente em um espaço delimitado que pudesse ser conhecido e visível para os demais. Cabe nesse momento o papel importante do Estado, pois é a esfera que possui as prerrogativas para tal.

3.1.3 A eminência das Áreas Marinhas Protegidas, formulações de exigências e o caráter biocolonial dos projetos de conservação

Não foram apenas os Parques Terrestres que viriam a se tornar laboratórios vivos com o desenvolvimento técnico-científico e com o reforço do pensamento mítico da intocabilidade. A criação de Áreas Marinhas Protegidas foi também guiada por tal

⁴⁶ UNESCO. Word Heritage List. Yellowstone National Park. <http://whc.unesco.org/en/list/28/>. Acesso em: 12/03/2014.

visão, e que era necessário ampliar tais áreas para salvaguardar recursos marinhos importantes para o bem estar da humanidade – emergência do ambiental.

A primeira Área Marinha Protegida criada foi o Fort Jefferson National Monument, que se tratava de um forte de defesa marítima (Figura 17) ao qual em seu entorno foi criado o Dry Tortuga National Park na Florida no ano de 1935, cobrindo uma área de 18.850 hectares de recifes marinhos e 35 hectares de área terrestre costeira (GUBBAY, 1995).

Mas foi durante o ano de 1962, com a realização da primeira conferência de Parques Nacionais, realizada pela IUCN, que marcou de forma objetiva a necessidade de ampliação de Áreas Marinhas Protegidas ao redor do mundo, tendo como referência a palestra proferida: “Inshore Marine Conservation” de autoria de Carleton Ray, doutor em Zoologia com ênfase em mamíferos marinhos, membro da Sociedade Zoológica de Nova York e da fundação Bahamas National Trust. No ano anterior, o mesmo autor tinha realizado um apelo, via uma publicação no Sierra Club “the Meaning of Wilderness to Science”, sobre a emergência de realização de estudos científicos em áreas protegidas. Uma das justificativas proferida pelo Zoólogo era que:



Figura 17 – Detalhe do forte Jefferson National Monument que também faz parte do Parque Nacional Dry Tortuga na Florida, protegendo áreas de recifes e parcelas significativas do oceano e áreas costeiras. Fonte: Bob Krist/Corbis ©

Os oceanos não são de maneira alguma um vasto e intocado armazém de recursos e de comida (...) O Oceano, tem sido intesificamente explorado por séculos e ele, assim como as áreas terrestres, tem visto a extinção e dizimação de espécies(...) Os oceanos possuem poucas barreiras naturais definidas para a distribuição das espécies do que a área terrestre, o numero de espécies é muito maior e o ambiente é muito mais difícil para estudar, de modo que, seria difícil definir santuários trabalháveis ou áreas de estudo. Iremos ver, nos próximos anos um vasto crescimento de esforço em ciências marinhas, mas isto é um longo caminho para seguir (CARLETON, 1962. p. 79, p.81)

Até aquela década de 1960, eram contabilizados aproximadamente sete Áreas Marinhas Protegidas ao longo de todo o mundo, como:

- Fort Jefferson National Monument - Dry Tortugas National Park;
- Exuma Cays Land and Sea Park nas Bahamas;
- Bucco Reef em Tobago;
- Key Largo Coral Reef Preserve na Florida;
- Phosphorescent Bay em Porto Rico;
- Buck Island e St. John Coral Reefs nas Ilhas Virgens Americanas;
- Green Island na Grande Barreira de Recifes da Australia e;
- Marine Reserve El Malk Pacific Trust Territory.

Durante tal conferência Carleton fez um apelo para que fosse aumentado o número de Áreas Marinhas Protegidas, sobretudo Parques Marinhos que pudessem apenas cumprir objetivos de recreação e educação, mas também que se criassem áreas restritas para os estudos científicos. Tal afirmação se corrobora com a tese de que o desenvolvimento científico tanto em áreas protegidas terrestres quanto marinhas necessitava de certa intocabilidade. Foi o próprio Professor Carleton que proferiu a defesa de criar áreas intangíveis no mar para que a pesquisa científica pudesse ter efetividade⁴⁷.

⁴⁷ A maioria dos Biólogos e ecólogos marinhos defendem uma perspectiva de salvaguarda a partir dos acontecimentos pretéritos em relação aos recursos pesqueiros. Muitos acreditam que é impossível realizar um estudo strito sensu de estoque de uma determinada espécie de peixes ou famílias, tendo em vista que tais recursos sofrem anos de exploração. Uma das premissas básicas é a falta de linha base, a partir de que condições devem considerar o estoque de uma determinada espécie saudável ou não, tendo em vista que a informação matriz seria o recurso intocável. Essa linha de pesquisa, só consegue realizar aproximações (proxi) a partir de cálculos estatísticos se o estoque está ou não se esgotando (que é o caso do indicador Captura por Unidade de Esforço – CPUE), mas não consegue afirmar de fato o quanto que se tem de estoque.

Seguindo outra mão, a partir de 1958 foram realizadas quatro convenções: Convenção sobre a Plataforma Continental, a Convenção sobre o Alto Mar, a Convenção sobre a Pesca e a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos do Alto-Mar. Tais eventos são conhecidos como convenções de Genebra sobre o Direito do Mar, com o objetivo de desenvolvimento de um marco legal para tratar a soberania e os direitos de jurisdição das nações do fundo marítimo para além das três milhas do mar territorial habitual (KELLEHER; KENCHINGTON, 1992).

Ao final da década de 1960 é marcada por um texto denominado a tragédia dos comuns, e posteriormente a ética do bote salva vidas, que moldaria mais tarde a argumentação de cientistas, ecologistas, ambientalistas, economistas e entidades não governamentais, sobre os recursos comuns. Trata-se da metáfora, cunhada por Garrett Hardin, que mencionava que os recursos comuns, sobretudo escassos, caso não houvesse nenhuma interferência do Estado e ou do setor privado, estaria fadado ao esgotamento. Neste sentido, a ética do bote salva vidas, uma segunda metáfora, foi apresentada pelo autor a partir de uma perspectiva neomalthusiana sobre o crescimento da população mundial, sobretudo de países em desenvolvimento em relação aos recursos naturais, como exemplo peixes, florestas, água, dentre outros (HARDIN, 1968, 1974).

Ao longo dos anos 1970 foi crescente o reconhecimento sobre a natureza regional dos recursos marinhos vivos no mundo, surgindo a partir de 1971 a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional conhecida como Convenção de Ramsar. O reconhecimento dos sítios Ramsar atualmente é uma das formas de dar visibilidade para ambientes húmidos de grande fragilidade. A partir de então, UNESCO, IUCN e demais organismos internacionais passam a gerar planos de ações, conferencias e mobilização de recursos financeiros para a proteção de áreas de significativa importância para a conservação.

Cabe ressaltar que na década de 1980, instituições não governamentais como World Wildlife Fund (WWF) e The Nature Conservancy (TNC) e Conservation International (CI) entram como grandes protagonistas em termos de projetos, ações e publicações que enfatizam a importância dos ambientes marinhos e ecossistemas no objetivo de fornecer para a conservação o desenvolvimento sustentável (KELLEHER; KENCHINGTON, 1992). Dentre os pontos mais proeminentes foi

desenvolvimento do termo de hotspot de biodiversidade, realizado pela CI em diversas publicações de sua autoria, como forma de evidenciar a partir de estudos de campo as principais áreas de grande concentração de biodiversidade⁴⁸.

Em 1996 foi realizado um colóquio sobre os Aspectos Globais dos Recifes de Corais na Universidade de Miami, o qual foi conclusivo em relação aos impactos antropogênicos sobre os recifes de corais. Estes estariam em níveis alarmantes e a conclusão aterradora por parte dos especialistas foi de que o conhecimento sobre o funcionamento dos recifes coralíneos era insuficiente. Diante de tal constatação, em 1997 foi implantado a Rede Global de Monitoramento de Recifes de Coral (GCRMN), com publicações de relatórios a cada dois anos, reunindo resultados de vários países (MMA, 2006).

Um dos pontos de destaque do GCRMN foi a necessidade de realização dos monitoramentos basais⁴⁹ que pudessem apresentar o estado da arte da saúde dos recifes de corais no mundo. Dois pontos importantes foram destacados no evento: a avaliação do avanço do branqueamento de corais, devido às mudanças climáticas e como causa a alta concentração de dióxido de carbono na atmosfera; além da queda em nível mundial dos estoques pesqueiros, ao qual apontava a pesca sem nenhuma regulamentação como a principal causa da redução da biomassa de peixes em nível mundial (MMA, 2006).

No Brasil, foi criada em 1994 a Sociedade Brasileira para Estudos dos Recifes de Coral – CORALLUS, com o objetivo de estudar e preservar os ambientes recifais no Brasil. Foi então que em 1997, um ano após a criação do GCRMN, o CORALLUS, organizou em Tamandaré, Pernambuco o Seminário “Recifes de Coral Brasileiros: Pesquisa, Manejo Integrado e Conservação”, com apoio do Centro de Pesquisas Marinhas do Nordeste (CEPENE) e do IBAMA, Departamento de Oceanografia da

⁴⁸ Tal estratégia também mobilizou recursos financeiros e grandes empresas e doadores individuais, direcionando recursos financeiros a tais áreas e influenciando políticas públicas de ampliação de áreas protegidas no mundo e na década de 1990 o Brasil.

⁴⁹ Monitoramento realizado por meio de mergulho autônomo SCUBA (cilindro). No monitoramento basal são realizadas duas atividades de levantamento de informação: contagem de peixes e situação do substrato marinho que nesse caso são os recifes coralíneos. Estas informações são agrupadas de ano em ano e são utilizadas para o monitoramento da saúde dos recifes e também estimar o aumento e ou diminuição da biomassa de peixes em determinada área. A maioria dos levantamentos são realizados em Áreas Marinhas Protegidas, como sendo um protocolo básico para conhecimento da efetividade de implementação da Área Protegida.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O evento contou com a participação de vários cientistas estrangeiros que auxiliaram na elaboração da proposta para manejo, conservação e pesquisa que foi apresentada ao Governo Brasileiro (...) O evento também impulsionou a criação, em 1997, por decreto federal, da APA Costa dos Corais, situada ao longo dos 130km de costa entre os municípios de Tamandaré - PE e Paripueira – AL. A APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação federal marinha em extensão e a primeira unidade de conservação federal a proteger parte dos recifes costeiros distribuídos ao longo de 3.000km da costa do nordeste (Ibidem, p.19, 2006).

Em 1998 na APA Costa dos Corais foi desenvolvido o projeto recifes costeiros, que tinha como objetivo o fornecimento de subsídios para a elaboração participativa do plano de gestão da APA, com a participação do Departamento de Oceanografia da UFPE, do Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Nordeste – CEPENE - IBAMA, do Centro de Mamíferos Aquáticos – IBAMA e da Fundação Mamíferos Marinhos, por meio de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Pew Fellows Program in Marine Conservation. A partir desse momento, seria discutida a criação de zonas de exclusão de pesca dentro dos limites de uma Área Protegida (Figura 18) que permitia o uso múltiplo de forma controlada, bem como a realização do monitoramento a partir da metodologia adotada pela UICN para monitoramento de recifes de corais chamado de Reef check (Ibidem, 2007).

Nesse sentido, observamos a criação da APA da Costa do Coral, como uma forma de ao mesmo tempo realizar a proteção dos corais e buscar a realização de pesquisas científicas que pudessem de fato aumentar o conhecimento acerca dos recifes marinhos e das principais impactos causados em tais ambientes.

É comum observar que a criação de uma determinada área protegida, terrestre ou marinha, sempre vem com a retórica do desconhecimento total da biodiversidade existente nessas áreas. Além do desconhecimento há também o problema relacionado à delimitação de uma área protegida, que nem sempre segue critérios técnico-científicos. É possível haver que uma vertente que visualiza apenas a riqueza da biodiversidade em um determinado local, enquanto outra foca em espécies endêmicas e ou ameaçadas de extinção. Outro critério muito comum é da defensabilidade tendo em vista que a maior parte de Áreas Protegidas possuem limites que facilitam mais ainda o acesso à atividades ilegais, fazendo com que se

delimite novas unidades no entorno de forma a realizar uma espécie de primeira linha de defesa.

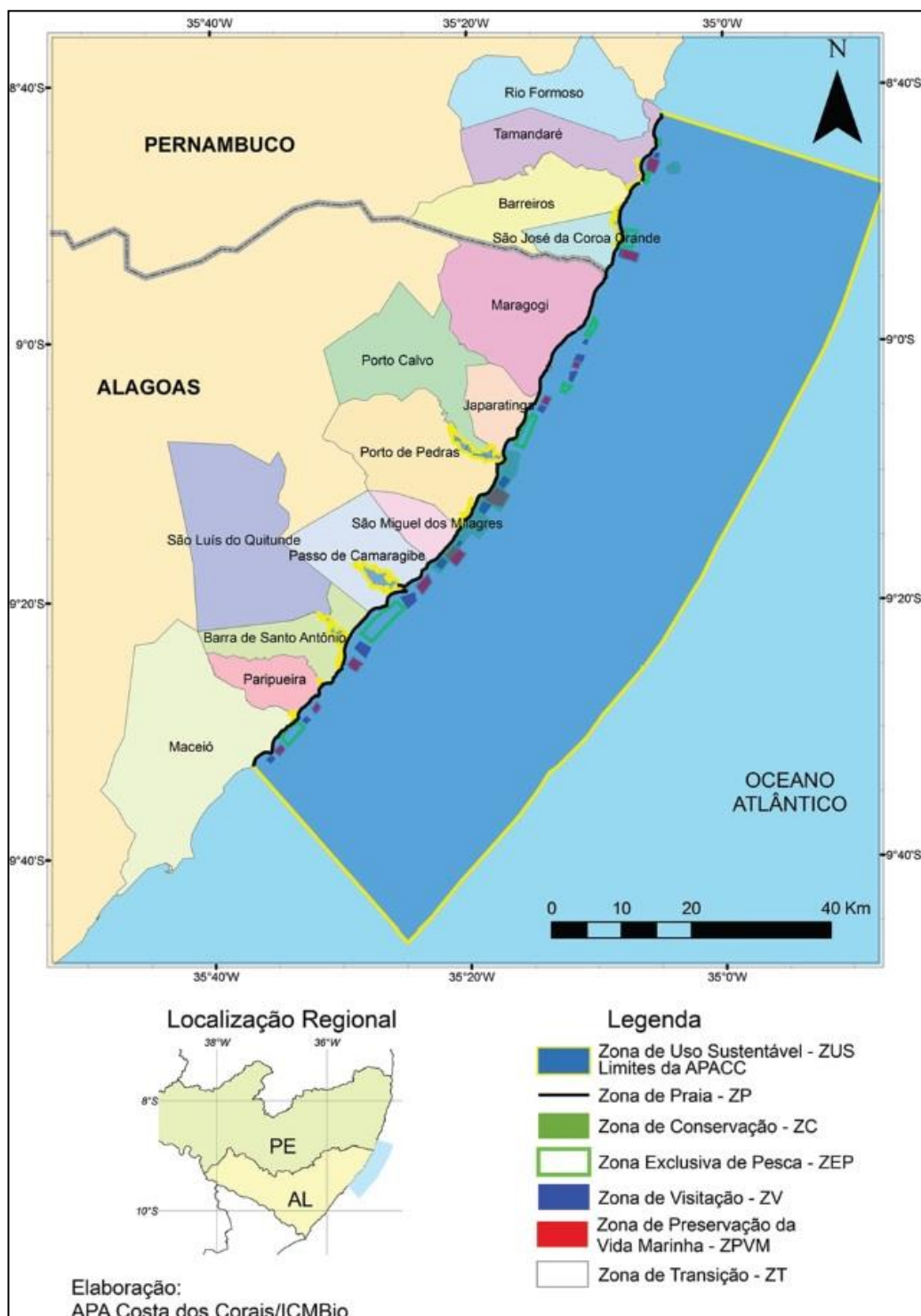


Figura 18 – A APA Costa dos Corais (APA de Tamandaré) abriga um conjunto de recifes coralíneos ao longo de toda a costa dos estados de Alagoas e Pernambuco. Na figura apresentada encontra-se o zoneamento proposto no Plano de Manejo da UC, constando áreas de preservação (vermelho) e conservação (verde). Fonte: www.icmbio.gov.br.

Mas o desenho mais comum de Áreas Protegidas são as que seguem a linha da oportunidade política ou econômica para a conservação em detrimento de outros fatores técnicos:

Não se pode deixar de ressaltar, entretanto, que o senso de oportunidade caminha lado a lado com os critérios técnicos de seleção de locais para o estabelecimento de unidade de conservação. Quando há uma oportunidade para a criação de uma área protegida, que contenha ecossistemas significativos, mesmo que essa área não cumpra todos os critérios técnicos adotados no momento, aproveita-se para estabelecer uma nova unidade de conservação (BENSUSAN, 2006, p. 47).

Podemos enquadrar o processo de criação de uma Área Marinha Protegida, como passando por uma formulação de uma emergência, e que atualmente vem se enquadrando enquanto uma emergência global, como foi apresentada nos inúmeros eventos em nível mundial, o que possibilitou a articulação em nível local para a criação e ampliação de tais áreas. A emergência pode ser vista também como uma construção social dos problemas ambientais.

Segundo Hanningan (1995) a construção dos problemas ambientais possui em seu poder retórico argumentos morais, mais do que factuais. Dentro dessa argumentação são visíveis *arquétipos*, como modelos onde os estereótipos são inventados com poder de persuasão, criando campanhas de exigências. Em etapas posteriores vemos a criação de *idiomas retóricos*, como “grupos de imagens que oferecem a exigência um significado moral” (HANNIGAN, 1995, p.52). Dentro desse idioma são produzidas as *retóricas da perda, da insensatez e da calamidade*.

Para tanto é importante que existam os formuladores de exigências que na maioria das vezes pertencem a “organizações específicas, movimentos sociais, profissionais ou grupos de interesse” (ibidem, 1995, p.52), que em alguns momentos representam também seus próprios interesses ou de terceiros. Os formuladores de exigências trabalham na perspectiva de dar origem a uma questão ambiental, estimulando a atenção dos meios de comunicação, envolvendo o governo, exigindo uma decisão governamental e relacionando-as com os interesses pessoais de um número significativo de cidadãos (Ibidem, 1995, p.65).

Com a origem da questão ambiental, passa-se então para o momento de contestação das exigências, no entanto contestar um problema ambiental na arena

política, segundo Hannigan (1995) “é uma arte, dada às pressões [com] que os legisladores se deparam” (Ibidem, 1995, p.68). Diante disso, podemos observar que:

As políticas (ambientais) raramente resultam de um processo racional em que os problemas são identificados com precisão e, depois, cuidadosamente ligados a soluções otimizadas. A maior parte das políticas emerge duvidosamente, aos poucos a partir de uma complicada série de contratos e compromissos que reflectem as tendências, objetivos e necessidades de realce das agências estabelecidas, comunidades profissionais e políticos ambiciosos (WALKER, 1991 Apud HANNIGAN, 1995, p.68).

Latour (2004) nos fala que um dos obstáculos para a ecologia política está na política. Para o autor há uma diferença grande entre ecólogos e ecologistas militantes, bem como a dificuldade de se situar entre direita e esquerda, na administração, na tecnocracia ou na utopia (LATOURE, 2004).

Outro aspecto que merece atenção sobre a criação de Áreas (Marinhas) Protegidas no Mundo está no aspecto neocolonialista e globalizante de tais políticas, ao passo que países “desenvolvidos” investem incessantemente em “países em desenvolvimento” com recursos financeiros em projetos e programas de forma a proteger ecossistemas frágeis que estão localizados, sobretudo em zonas tropicais, o que pode ser considerado como biocolonialidade do poder.

Segundo, Cajigas-Rotundo (2007), houve um processo de construção de uma natureza matematizada e desencantada, que deixa de ser a *physis*, “como fluxo da vida que anima todos os seres” e também deixou de ser um *eans creatum*, “como sendo uma criação divina que reflete os atributos de um Deus”.

Ao ser objetivada no mundo burguês-mercantil, a natureza é convertida em uma instância externa, suscetível de ser instrumentalizada, manipulada segundo imperativos técnicos, e degradada, em última instância, a categoria de ‘recursos’. Além de ser objeto de intervenção técnico científico, a natureza moderna deixa inscrita no processo de constituição e consolidação dos Estados Nacionais que, tanto na Europa, com nas periferias, orientavam a produção industrial, guiados por uma economia do tipo fordista (CORONIL Apud CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p.174).

Diante disso, o autor irá defender a ideia de que a natureza moderna a partir da década de 1960 passa por uma transformação dos discursos que se ambientalizam “de acordo com os imperativos do ecocapitalismo, como novo axioma do aparato de captura capitalista/colonial”. Um dos discursos que entram em evidência neste

momento é de uma natureza escassa, por parte dos operadores desse discurso, a partir de sua perspectiva norte-norte (Estados Unidos e Europa), que vivenciavam em seu próprio território a escassez de recursos naturais.

No efeito, com o auge da biotecnologia e da engenharia genética, associadas às chamadas indústrias da vida, a natureza deixa de ser um 'recurso natural', na medida em que já não é uma instância externa, sem que comece a estar situada no 'plano da imanência', articulado a partir da lógica mesma de reprodução do capital. O novo giro consiste no que o capital axiomatiza (...) é necessário ressaltar que o ecocapitalismo se desenvolve no âmbito dos regimes biopolíticos pós-modernos, próprios da sociedade do controle, que aspira a intensificar a manipulação das diferenças dimensões da vida, tanto humanas, como não humanas (...) As características do ecocapitalismo se manifestam de maneira particular no contexto de sistema-mundo pós-moderno e neocolonial, através dos projetos globais de conservação da biodiversidade e o uso do conhecimento tradicional. Isto nos leva a reflexionar sobre o modo como as políticas do conhecimento e da biodiversidade conduzem novas formas de colonialismo. Neste sentido nos referimos a biocolonialidade do poder (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 175).

Este posicionamento crítico do autor frente à biocolonialidade do poder é também crítica em relação à emergência global da natureza, dentro de um contexto de globalização e pos-desenvolvimento, ao qual o capitalismo se figura como o centro da narrativa do desenvolvimento, tal como o próprio conceito de desenvolvimento sustentável e economias verdes atualmente. Segundo Escobar (2005),

O capitalismo foi investido de tal predominância e hegemonia que se tornou impossível pensar a realidade social de outra maneira, muito menos imaginar a supressão do capitalismo; todas as outras realidades (economias de subsistência, economias biodiversificadas, formas de resistência do Terceiro Mundo, cooperativas e iniciativas locais menores) são vistas como opostas, subordinadas ao capitalismo ou complementares a ele, nunca como fontes de uma diferença econômica significativa (p. 68).

Diante disso, Escobar (2005) vai apresentar que tais políticas de conservação da natureza e de biodiversidade se apresentam como estatutos globalizantes que vão de encontro às particularidades do lugar, sobretudo nos países periféricos ao qual são detentores de megadiversidade. A saída para o autor é evitar a colonização das práticas locais pelos contextos modernos de produção técnica-científica de uma natureza desencaixada do lugar.

Falar de ativar lugares, naturezas e conhecimentos locais contra as tendências imperiais do espaço, o capitalismo e a modernidade não é uma operação *deus ex machina*, mas uma maneira de ir além do realismo crônico fomentado por modos estabelecidos da análise. Sem dúvida, os lugares e as localidades entram na política da

mercantilização de bens e a massificação cultural, mas o conhecimento do lugar e da identidade podem contribuir para produzir diferentes significados de economia, natureza e deles mesmos – dentro das condições do capitalismo e da modernidade que o rodeiam. As esferas ecológicas públicas alternativas podem abrir-se desta maneira contra as ecologias imperialistas da natureza e da identidade da modernidade capitalista (Ibidem, 2005, p. 73).

No entanto, podemos citar o processo da Reserva Extrativista, a discussão, seu Zoneamento e a inclusão de uma Zona de Exclusão de pesca, como esta transposição de um espaço globalizado (globalizante) sobredeterminando um lugar, no qual transitam os argumentos modernos, que anulam a possibilidade de construção local de manejos de recursos ambientais. Tendo em vista que os conceitos são abstraídos em uma lógica assimétrica entre natureza e cultura.

3.1.4 Da UICN para o Brasil: o marco legal e conceitual da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

No Brasil, os esforços para criação de Parques Nacionais se realizam desde o período do segundo império, sendo decretado no ano de 1896 o primeiro parque brasileiro, o Parque Estadual de São Paulo, seguindo os preceitos que circulavam nos Estados Unidos. No entanto, diante do avanço de criação de parques e áreas protegidas no Brasil, foi constatada a inexistência de instrumentos jurídicos que garantissem o funcionamento de tais áreas. Diante disso, evoluiu-se o atual conjunto de instrumentos jurídicos que regulamentam tais áreas protegidas (MEDEIROS, 2005).

Entre os anos de 1934 até 1964, destaca-se a criação do código florestal (Dec. 23793 /1934) e do código de caça e pesca (Dec. 23672/1934) com ênfase na criação de categorias de manejo como Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva de Proteção Biológica ou Estética, Parque de Reserva, Refugio e Criação de Animais Silvestres. Entre os anos de 1964 até 1999, deve se destacar a criação do novo código florestal (Lei 4771 – 1965), o estatuto do Índio (Lei 6001/1973) criando os Parques Indígenas, Reservas Indígenas, Colônia Agrícola indígena e Território

Federal Indígena, e também a lei de criação das Estações Ecológicas (Lei 6902/1981), dentre outras áreas protegidas (Ibidem, 2005).

No ano de 1979, por meio do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) apresentou-se um estudo denominado como “Plano do Sistema de Unidades de Conservação” com objetivo de identificação de áreas de grande relevância para a conservação da natureza bem como a criação de um conjunto de áreas protegidas.

No ano de 1982, o IBDF em parceria com a Fundação Pró-Natura (FUNATURA) realizou um estudo para identificar todos os tipos de áreas protegidas criadas no Brasil com objetivo de elaborar um projeto lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Depois de dez anos, em 1992 o anteprojeto foi apresentado para a presidência da República e encaminhado para o Congresso Nacional (Ibidem, 2005).

A partir da década de 1990, um fato importante que interliga ações de nível global com influência local, foi a realização do IV Congresso Mundial de Parques Nacionais (CMPN), em Caracas no ano de 1992 pela então IUCN, ao qual definiu um conjunto de categorias de áreas protegidas que delinearía os países signatários dentre eles o Brasil em criar sistemas jurídicos que contemplassem tais divisões e o sistema de manejo de cada área:

Categoria Ia - Reserva natural estrita: área natural protegida, que possui algum ecossistema excepcional ou representativo, característica geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis para pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental.

Categoria Ib - Área de vida selvagem: área com suas características naturais pouco ou nada modificadas, sem habitações permanentes ou significativas, que é protegida e manejada para preservar sua condição natural.

Categoria II - Parque nacional: área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e as futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais, científicas e espirituais aos visitantes desde que compatíveis com os objetivos do parque.

Categoria III - Monumento natural: área contendo elementos naturais – eventualmente associados com componentes culturais – específicos, de valor excepcional ou único dada sua raridade, representatividade, qualidades estéticas ou significância cultural.

Categoria IV - Área de manejo de habitat e espécies: área sujeita a ativa intervenção para o manejo com finalidade de assegurar a manutenção de habitats que garantam as necessidades de determinadas espécies.

Categoria V - Paisagem protegida: área onde a interação entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo produziu uma paisagem de características distintas com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica.

Categoria VI – Área protegida para manejo dos recursos naturais: área abrangendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda as necessidades das comunidades (DUDLEY, 2008).

Desse modo, podemos observar que o conceito sobre conservação não sofreu mudanças bruscas dentro de sua racionalidade na qual foram desenvolvidas formas de pensamentos sobre a natureza, colocando em evidência a fragilidade de ecossistemas marinhos e terrestres. Foi possível identificar que a visão arcadiana, não é utilizada apenas para cumprir os objetivos estéticos e recreacionais das Áreas Protegidas, mas também que a própria ciência reivindicava a necessidade de retorno a tal visão, uma vez que os recursos naturais estavam sendo constantemente solapados, criando um estatuto moral científico: segundo o qual é necessário possuir áreas sem nenhum tipo de uso, de forma a possibilitar o aumento do conhecimento sobre os ambientes, processos ecológicos e espécies, sobretudo em Áreas Marinhas.

Retornando à discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), durante oito anos ele foi alvo de embate ideológico entre preservacionistas, da linha mais radical da ecologia, com conservacionistas e outros setores de movimentos sociais (sobretudo seringalistas). Um dos pontos de embate era a cisão de duas tipologias de Unidades de Conservação, as de proteção Integral e os de uso sustentável⁵⁰ (CREADO, 2011; LOBÃO, 2006).

A história da longa tramitação até a aprovação deste projeto nas duas casas legislativas e sua sanção final pelo Presidente da República é recheada de fatos que só serviram para revelar e demarcar mais claramente as diferentes posições existentes entre os movimentos ambientalistas no Brasil, acentuando ainda mais as suas divergências (MEDEIROS, 2005. p.57).

⁵⁰ Um dos pontos relevantes no sistema, inclusive sobre o ponto de vista histórico, está na divisão de duas macro categorias de manejos: a primeira categoria se relaciona com de proteção integral, em que não é permitido o uso direto dos recursos, ex. Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas; a segunda categoria, são consideradas de uso sustentável, em que a presença humana, bem como a utilização **racional** dos recursos são permitidas, com certa exclusividade para algumas populações específicas, como pescadores, ribeirinhos, seringueiros, etc. como exemplo, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Áreas de Proteção Ambiental.

A discussão do SNUC acerca das tipologias de uso sustentável foi polêmica, devido às questões relacionadas à presença humana em Áreas Protegidas, na qual a vertente mais conservadora (deep ecology) entendia que uma Unidade de Conservação para ser como tal, deveria ser especificamente de proteção integral (CREADO; FERREIRA, 2012). Outros pontos, como regularização fundiária e o processo participativo para a criação de UCs, foram igualmente, pontos de extrema disputa ao longo dos oitos anos de discussão do SNUC (MEDEIROS, 2005).

No interim do processo de discussão do SNUC, ocorreu o Seminário Internacional sobre a Presença Humana em Unidades de Conservação, com a participação de entidades ambientalistas (preservacionistas e conservacionistas) no ano de 1996. Um dos pontos importantes mencionados durante o evento era que todos os presentes chegassem à resolução do conflito entre as duas posições que arrastavam ao longo de seis anos até a criação do SNUC (JACINTO, 1998).

Neste mesmo evento observou-se, segundo Jacinto (1998) um posicionamento bastante refratário em relação à tentativa de resolução dos problemas de ocupação humana em áreas protegidas pela então chamada Rede Pro-Unidades de Conservação (REDE PRO – UC), em um manifesto contrário ao evento exigindo uma equidade na participação de apoiadores de UCs de Proteção Integral com apoiadores de UCs de uso sustentável no evento, exigindo também a realização de um novo seminário específico para tratar das questões de proteção integral, bem como enfatizando que apenas o conhecimento técnico científico seria a única via de fato para alcançar objetivos de conservação.

A proteção integral das unidades de conservação de uso indireto é necessidade imperiosa para a preservação do patrimônio biológico do país, reserva de riqueza de fundamental importância para o futuro. Colocar o destino desta reserva em **mãos inábeis** ou à mercê de interesses extremamente localizados poderá ser fatal para o futuro da 'presença humana' no planeta terra. É indispensável, portanto, que este debate ganhe nova dimensão e responsabilidade, para que ainda possam ser evitados danos irreversíveis ao patrimônio biológico brasileiro (REDE PRO – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Manifesto realizado em Novembro de 1996).

Contudo, o projeto de lei foi enviado para a Casa Civil e foram vetados um inciso e um artigo. O primeiro veto tratava-se do inciso do artigo 2 do SNUC que versava sobre a definição de populações tradicionais, segundo a alegação que, da forma

como estava redigido, poderia incluir praticamente toda a população rural do Brasil, tendo em vista que o trabalho era restringir e não ampliar. O segundo veto foi todo o artigo 56, que tinha como proposta a conversão de todas as Unidades de Conservação de Proteção Integral com populações residentes em de Uso Sustentável (CREADO; FERREIRA, 2012).

Segundo Creado & Ferreira (2012), a aprovação do SNUC foi um momento de possibilidade de conciliação entre as duas vertentes em um acordo temporário entre conservacionistas e preservacionistas, onde ambos tiveram que ceder em algumas normas que guiavam tais atores em uma perspectiva de equilíbrio estrutural do conflito. De um lado os defensores das UCs de Proteção Integral conseguiram manter o status de proteção integral, mesmo existindo grupos sociais específicos em seu interior, na mesma medida em que tiveram que aceitar a ideia de Unidades de Conservação de uso sustentável (Resex e RDS).

Com a aprovação da lei em 2000, os grupos locais, como pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas de um modo geral, ganhariam uma perspectiva de almejo de um território (Resex e RDS). No entanto, há uma subordinação, no instrumento jurídico, das aspirações de grupos locais ao embasamento técnico-científico de preservacionistas e conservacionistas durante a discussão do SNUC e a implantação de tal sistema em nível local.

Contudo, mesmo que tal categoria de manejo tenha possibilitado a entrada de um grupo social específico em uma política de reconhecimento, por meio dos territórios delimitados, ao mesmo tempo cristalizaria uma categoria geral, “populações tradicionais”, desencaixada das particularidades e das singularidades que cada grupo representasse, em termos de território ocupado, da ideia de lugar de vivência, bem como das atividades ali exercidas (CREADO; FERREIRA, 2012); LOBÃO, 2006).

Segundo Lobão (2006), o conceito de Reserva Extrativista e sua inserção como uma *categoria de manejo* no SNUC se tornou uma “comunidade de argumentação” básica de um tempo desterritorializado em um espaço desencaixado em detrimento

de uma temporalidade não moderna e um conhecimento não científico⁵¹ (LOBÃO, 2006, p. 113).

Desse modo, observamos a cristalização e subordinação destes grupos subordinados ou afetados a uma categoria de manejo, e que a política que deveria ser de reconhecimento acaba se tornando uma política que produz e reproduz híbridos de quase-objetos e quase-sujeitos (CREADO, 2011), embora purificando-os e que culmina em uma política de ressentimento e tutela (LOBÃO, 2006), uma vez que a afirmação e a maneira de ser como grupo, se enquadrar no instrumento jurídico (Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável), conforme está prescrito nas linhas e entrelinhas do SNUC, como resultado de uma produção técnico-científica, embasando em determinados conceitos de natureza e cultura.

Contudo, podemos observar que em nível nacional, a articulação da Sociedade Civil perante a criação de uma política nacional para conservação (criação do SNUC) seguiu mais ou menos o mesmo caminho, entre conservacionistas e preservacionistas na definição das duas categorias de manejo (proteção integral e uso sustentável). No entanto, no momento de definir o que seria uma Reserva Extrativista, o conceito embrionário advindo dos movimentos sociais foi traduzido em uma vertente de forma a apaziguar os anseios guiados por uma normatividade técnico-científica com dificuldade em aceitar uma categoria de Unidade de Conservação com grupos sociais vivendo em seu interior.

⁵¹ A Reserva Extrativista, segundo Lobão (2006) enquanto uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, apresenta três aspectos importantes. O primeiro aspecto trata-se de um conceito equivocado de cultura fechado apenas em termos de atividades e produção de bens materiais e imateriais, além de possuir também um conceito de diferenciação cultural a partir de uma ideia de hierarquização das mesmas diante à nacional e uma falsa inclusão de direito de propriedades. O segundo ponto, é a necessidade de incluir o grupo em um determinado ecossistema enquanto patrimônio público de controle do Estado, além de desconsiderar a dinâmica do conceito cultura, ao qual a Resex aprisiona uma forma de ser e usar a natureza no tempo. E por último a projeção de uma modernidade (Reservas Extrativista) para dentro de um grupo social, tendo como pressupostos básicos a ideia de desenvolvimento sustentável enquanto construto da própria modernidade, que impõe uma visão de mundo sobre a outra (Ibidem, p. 115-116).

3.2 Considerações Finais: imanência, transcendência, natureza e lugares

A construção da ideia de uma Natureza fora de nós, como foi proposto no título do capítulo, teve como objetivo apresentar historicamente as contingências com que o termo foi cunhado no Ocidente. Um dos pontos que podemos destacar é a oposição entre a natureza que reside no conhecimento holístico e esta Natureza construída na modernidade, que de certo modo teve que negar a primeira para que o *matter of facts* pudesse existir. Tal negação durou anos, podemos dizer que começou com Boyle e Hobbes, mas, no campo das ciências naturais, teve como precursores, Linneu, Darwin, Lamark, passando pelos entusiastas da conservação do Sierra Club, até os dias de hoje na APPA, CI, CNPT, IBAMA entre outros agentes.

A noção de intocabilidade de uma natureza reflete também o espírito de uma Natureza fora de nós. Enquanto estatuto ontológico, tal Natureza, por si só, é um conceito abstrato vestido de uma transcendência que está além de nós.

No entanto, uma das formas de garantir tal transcendência é a necessidade da agência humana (moderna) na produção dos fatos em si, garantindo assim a sua imanência. A categoria Parques Nacionais é essa dupla construção da transcendência à imanência. Sem esta imanência seria impossível pensar, na modernidade, a existência da transcendência da natureza. Neste sentido, limitar o espaço, traçar uma linha no mapa, é um exercício que está para além de um simples aspecto operacional prático.

Para que a noção de intocabilidade fosse efetiva no campo da gestão dessas áreas, a tarefa de distinguir natureza da sociedade deveria sair do campo da argumentação e se objetivar materialmente em um espaço delimitado que pudesse ser conhecido e visível para os demais. Cabe nesse momento o papel importante do Estado, pois essa esfera é quem possui as prerrogativas para tal.

Desse modo, observamos a construção da emergência sobre as questões ambientais, por meio de formuladores de exigências (Organizações Não Governamentais), que articulam a produção de uma necessidade imperiosa e que muitas vezes possui estatuto moral de argumentação para além da racionalidade

técnico-científica. Em outras ocasiões, reivindicam por meio do estatuto moral a inclusão de discussões mais técnicas e científicas, e por meio do discurso do desconhecimento e também da escassez.

Traduzida a emergência das questões ambientais, para a proteção e a conservação da biodiversidade (terrestre e marinha), observa-se a sobredeterminação do global sobre os lugares (ESCOBAR, 2005), motivado também pela ideia do biocolonialismo do poder (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007), nos quais grupos e organizações transnacionais (formuladores de exigências) são os principais agentes.

Neste sentido, podemos pensar que a criação de espaços especialmente protegidos, dentro de uma reserva extrativista, ou não, segue o pensamento de uma natureza simultânea (imanente e transcendente), intocada, paradoxalmente desencantada. Poderíamos pensar também enquanto um não lugar, ou seja, em “espaços que não são em si lugares antropológicos”(AUGÉ, 2010, p.75).

Na perspectiva de lugar, podemos pensar a possibilidade de produção de um território no qual a limitação, e/ou delimitação, se dê a partir da vivência e do conhecimento de grupos sociais específicos, onde “os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária” (Ibidem, 2010, p.87). Além disso, nos não lugares, ao contrário dos lugares antropológicos,

São instaladas as condições de circulação em espaços onde se supõe que os indivíduos só interajam com textos, sem outros enunciadores que não pessoas ‘morais’ ou instituições (...) cuja presença se adivinha vagamente ou se afirma mais explicitamente (Ibidem, 2010, p.89).

Não somos os únicos a separar a natureza de nós mesmos. Em muitos grupos sociais existe tal prática, é imperativa a existência de uma essência interior que é produzida culturalmente. O encantamento permite que a ordem social do grupo se mantenha de acordo com os desígnios naturais e dos espíritos que ali habitam, como exemplo a própria ideia de animismo como sendo um tipo de objetivação social da natureza (ELLEN, 2004).

Observamos que o conceito moderno de natureza (ciências naturais), teve como principal ponto de destaque o abandono das formas holísticas de classificação, seguindo até os dias atuais cada vez mais traduzidas e purificadas enquanto natureza imanente-transcendente. Tal natureza e seus seguidores (CI, APPA,

pesquisadores, IBAMA), ao encontrarem novamente o conhecimento naturalístico, investem em uma leitura desse conhecimento com vista ao reconhecimento (criação da reserva extrativista), criando, conforme Lobão (2006), uma comunidade de argumentação, um híbrido de natureza e cultura.

No próximo capítulo, apresentaremos a perspectiva de produção de lugares antropológicos, que vão além dos limites de uma reserva extrativista e também de uma Zona de Proteção Marinha. Tal perspectiva será analisada a partir da prática da pesca como produtora desse lugar, desse território, de uma cartografia para além dos mapas conhecidos.

Um pescador remando
o mar rimando
alguém admirando”

Trecho do Poema de Alonso Alvarez

Capítulo III – A construção de lugares e de territórios: uma perspectiva etnográfica da produção de natureza/cultura dos pescadores artesanais do Bugigão

4.1 Introdução

Quando estamos falando de dois grupos que disputam o espaço (pescadores locais e agentes externos), estamos nos referindo a formas distintas de perceber e atuar sobre diferentes formas de natureza. Não posso deixar de fora a questão de que essas duas formas se hibridizam, pois é evidente que o contato de ambos transformou e continua a transformar a ação de cada agente ali inserido no conflito. Obviamente que as conclusões sobre os continuidades e desfechos têm como ponto de partida as distintas formas de perceber e viver as naturezas.

Para Ingold (2000), os caçadores e coletores não se veem como sujeitos com a consciência de atuar no mundo externo de objetos físicos, pois não existe uma separação de suas mentes da natureza onde estão inseridos, porque suas práticas e pensamento não possibilitam tal distinção – esta (distinção) então é inscrita no conceito ontológico ocidental de natureza e cultura. Para o autor, é importante pensar nestes grupos assumindo sua condição humana, “de um ser imerso, desde o início, com outras criaturas, em um engajamento prático e perceptivo com habitar o mundo”(INGOLD, 2000, p. 42). Ainda segundo o autor, esta perspectiva de habitar (dwelling), como sendo imersão em um ambiente ou mundo da vida, pode fornecer uma forma de contrastar a natureza da existência humana (desses grupos sociais) com a perspectiva ontológica ocidental, que persiste na separação mente e mundo.

O contraste, repito, não é entre visões alternativas do mundo, é sim entre duas formas de apreendê-la, apenas um dos quais (o ocidental) pode ser caracterizada como a construção de um ponto de vista, que é como um processo de representação mental. Enquanto ao outro, apreender o mundo não é uma questão de construção, mas de engajamento, não de construção [mental desse mundo], mas de habitar [dwelling], não de construir uma visão do mundo, mas de assumir uma visão nele (Ibidem, 2000, p. 42).

Uma das perspectivas que vai nos orientar na elaboração desse capítulo será o conceito de *skill* que, segundo Ingold (2000), trata-se de uma intenção e

funcionalidade imanente da prática, um conjunto de habilidades de todo o sistema de relações da pessoa com o meio ambiente, que envolve qualidade, cuidado e destreza e, por último, sua transmissão realizada por prática e experiência.

Um dos pontos de destaque sobre o conceito de *skill* em Ingold (2000), ao qual seguiremos na perspectiva de pescadores artesanais do Bugigão,

Em suma, não é uma propriedade do corpo humano individual como uma entidade biofísica, uma coisa-em-si, mas do campo total de relações constituídas pela presença da pessoa-organismo, corpo e mente indissolúvel, num ambiente ricamente estruturado. É por isso que o estudo da habilidade, em minha opinião, não só beneficia, mas exige uma abordagem ecológica (Ibidem, 2000, p.353).

Diante disso, voltamos à questão da natureza, sobretudo na ideia de uma natureza/cultura, à qual podemos imputar também o conceito de lugar antropológico, como distinção do não-lugar, da ZPM que se sobrepõe à ecologia da vida.

Segundo Ellen (2004), é importante também pensar a natureza aqui enquanto três dimensões cognitivas, coisa, espaço e essência – componente cultural que permite combinar em caminhos diferentes a constituição de naturezas/culturas (ELLEN, 2004).

A natureza enquanto coisa é uma dimensão cognitiva à qual tanto modernos e não modernos realizam um sistema de classificação do que é observado, tendo como base um senso de ordenamento dos elementos constitutivos da natureza (Ibidem, 2004).

A natureza enquanto espaço que não é humano, é outra dimensão cognitiva que permite pensar e interpretar a natureza, atribuindo algum reino exterior aos humanos ou a seus espaços de vida imediatos. No caso estudado por Roy Ellen, há possibilidade de construção de uma alteridade dos Nuaulus em relação à natureza (Ibidem, 2004).

Por fim, a natureza enquanto essência interior, de uma energia vital, que está fora do controle humano, sendo o mais instável das três dimensões cognitivas.

Nós podemos perceber e tocar as coisas, e caminhar através do espaço, mas a essência interior é usualmente única experiência em termos de consequências sensitivas; usualmente por meio de algumas combinações das primeiras dimensões [coisa e espaço] (Ibidem, 2004. p. 112).

Tal dimensão é vista como força exógena onde é posto à prova o controle do humano sobre o não humano (natureza), o que, de certa maneira, é mais visto como uma dimensão que está fora do controle humano, ao qual não cabe mais nada do que mobilizar a cognição do indivíduo humano que é a adaptação.

Em relação à natureza enquanto coisa, veremos alguns constitutivos naturais, tais como espécies de peixes, recifes de corais e todo o trabalho da pesca e o *skill* que é mobilizado para a realização das pescarias. Diante do próprio trabalho da pesca, e da mobilização do *skill* (corpo-mente), observaremos as estratégias e articulações de tal prática de acordo com os ambientes distinguidos pelos pescadores artesanais.

E por último, a essência da natureza será observada a partir da força do mar e das estações do ano (enquanto agência) em relação à pesca, que vai definir os períodos de fartura e de escassez⁵² de determinados recursos. Tal perspectiva será vista partindo da negação da ideia de escassez da biologia da conservação e de seus não lugares.

Tal forma de conhecer o mundo, não ver a escassez como um feito isolado, particular, suscetível de planificação e predeterminação, mas sim como parte dos ciclos vitais de destruição-regeneração próprios do território (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p.186).

Encerraremos este capítulo falando também da cartografia diária dos pescadores artesanais para além de uma cartografia cartesiana, ao qual costumamos produzir e reproduzir como ferramenta de comunicação e também de dominação. Tal cartografia, ou uma etno(carto)grafia é uma tentativa de resposta à imposição de uma zona de exclusão de pesca no interior de uma reserva extrativista, produzida como campo de poder.

4.2 Práticas, percepção e experiência na natureza

No capítulo anterior, vimos como o conceito de natureza foi se desenvolvendo em duas vertentes importantes: primeiro, o desenvolvimento científico e, segundo, o

⁵² A palavra escassez aqui tem apenas a função de oposição à palavra fartura, é totalmente diferente do discurso moderno acerca da natureza.

caráter constitutivo moral das sociedades europeias e americanas. Vimos também como isso possibilitou a formação do pensamento sobre a natureza na perspectiva de áreas naturais protegidas, tendo como aspectos fundacionais uma visão arcadiana de regresso à natureza, em conjunto com pressupostos científicos que se desenvolveram até o presente momento.

Um dos fatos marcantes para as sociedades ocidentais é este aspecto da abstração pensamento. Quando falamos nas áreas naturais protegidas, no plano do pensamento, nos referimos à sua construção abstrata, por se tratar de um projeto da modernidade. Projeto moderno, segundo Latour (1994), se apresenta como projeto de tradução e purificação, criando zonas ontológicas separadas, criando híbridos de natureza e cultura, ao mesmo tempo.

Na parte seguinte do trabalho, apresentaremos como os pescadores e moradores do Bugigão, se constituem enquanto um coletivo de natureza e cultura em uma perspectiva de percepção sobre a natureza, de um habitar (*dwelling*) o ambiente e, sendo assim, desenvolvendo habilidades (*skill*) como resultado de um conhecimento prático, inserido em um contexto ecológico distinto da Ecologia moderna.

4.2.1 O começar a pescar pescando

Um dos pontos relevantes a merecer atenção especial, no contexto da prática da pesca na Resex do Corumbau, está relacionado à aprendizagem da pesca como um importante e constitutivo processo de socialização de moradores e pescadores indígenas do Bugigão. Este processo de aprendizado é circunstanciado como uma das dimensões da noção de *skill* (INGOLD, 2008), importante para a apreensão da ação em contexto de engajamento na produção de uma ação, intimamente ligado também ao contexto de trabalho.

No caso da comunidade do Bugigão, o aprendizado da pesca foi, para a maioria, praticamente passado de pai para filho, com exceção do Caboclo, Veio e Bau, que foram apreendendo a pescar ora com o senhor Neco ou com Tião. No caso do ensino da pesca, a forma mais comum, foi aquela que tangencia o conhecimento geracional, que é a passagem de conhecimento de pai para filho. Muitos deles já demonstravam a habilidade da pesca ainda nas primeiras incursões, ora pescando

grandes robalos e meros (peixes teleósteos), ora conduzindo sozinhos uma embarcação.

“Rapaz eu comecei a pescar com oito anos de idade, como meu pai né?! meu pai era profissional, né?! do tempo que eu nasci, com oito anos de idade comecei a pescar aí pelas beiradas, e daí eu convivi da pesca até hoje, né?! minha profissão é pescar mesmo (...) Era canoa a vela, que era a remo, feito de tronco de madeira. (...)Ele [o pai] morava ali pertinho da ponta, mas essa época, nós já tinha vindo de lá da aldeia e tinha vindo para cá [Corumbau], porque aqui era o melhor ponto para pescaria. (...) naquele tempo existia muito peixe na beirada, aí eu pescava mais meu pai e meu tio Pedro, que mora lá em Cumuruxatiba. Então, aí eu ficava na proa, era mais pequeno com oito anos, e eles dois ficavam cá na polpa, aí eles pegavam o peixe e eu parado na frente, né?! com a linhazinha e anzol pequeno, aí o primeiro peixe que eu matei na minha vida, foi um mero, como oito anos. Deu trinta quilos o mero (...) meu tio tomou a linha e puxou para cima (...)Aí eles brigaram, brigaram até que matou, foi o peixe que eu matei, o primeiro peixe (...) isso aí foi o maior prazer para mim, né? eu tenho orgulho que eu matei aquele peixe, a primeira ferrada, foi muito bom (risos)”⁵³.

Também podemos ver a mesma situação de aprendizado da pesca, a partir da fala do senhor Neco, em seus primeiros momentos de pescaria, com cinco anos de idade:

“Nós morava no Carrola. Aí minha mãe me ajudou a por a canoa para baixo, eu tinha ido com mais rede, mas lá a rede arredou um monte de peixe, aí pegamos um tanto de peixe, aí meu pai disse, “agora você vem trazendo o barco de volta”, e o vento estava assim de nordestão, né. Aí meu pai disse, “você pode trazer a canoa?” eu disse “trago”, então fala para sua mãe trazer um bocado de sal, que eu vou ficar cuidando do peixe, aí eu peguei a canoa e fui sozinho de volta para casa, vim bora. Aí eu cheguei aqui e minha mãe disse, “meu filho você vai voltar para lá?” “vou!” “mas você não sabe voltar!” “eu levo!” Aí botei a canoa para baixo, nem o sal aguentava, botou na canoa e botei o paninho (vela), aí se arranquei. Minha mãe ficou de cá assuntando, até quando eu sumia de vista. Aí cheguei lá e encostei, meu pai pegou o sal, ficou, no outro dia de madrugada, nós peguemos a estrada de novo, quando eu chego aqui o peixe tudo salgado, aí vim bora, e daqui para cá pronto”⁵⁴.

Isso demonstra parte da noção de *skill* em que existe uma propensão, por conta do envolvimento com o ambiente por intermédio das práticas culturais dentro da família, que permitiu a execução quase que automática da prática da pesca, sempre marcada pelo ritual de passagem, que é a adaptação aos movimentos dentro das embarcações.

⁵³ Entrevista realizada com Tião no dia 05 de outubro de 2013.

⁵⁴ Entrevista realizada com Neco no dia 05 de outubro de 2013.

Segundo Ingold (2008), o aprendizado da habilidade envolve certa observação e imitação, e o formato de representação interna e mental é importante, pois converte as representações de uma manifestação prática em certo engajamento perceptivo com o seu entorno (Idem, 2008). Desse modo, a observação e a participação na prática da pesca foram fundamentais para que os atuais detentores do saber pudessem falar com certa destreza de suas habilidades como pescadores artesanais.

Entretanto, existem casos em que o conhecimento não foi geracional, o que não nega o formato de aprendizado por meio da observação, participação e repetição dos movimentos necessários para a execução da pesca.

No caso do Caboclo, o mesmo afirma que seu pai não era da pescaria e sim trabalhava em roça, e quando a situação ficou difícil para a família ele se encaminhou para a pesca, como uma forma de obter sustento. Desse modo, Caboclo teve mais oportunidade de aprender, enquanto jovem, a arte da pesca, do que seu próprio pai. Assumia em pouco tempo a vaga de mestre de embarcação com poucos anos, chegando até a ensinar seu próprio pai.

“Na verdade eu não aprendi com o meu pai. É... Na verdade eu aprendi mais com os meus cunhados, porque o meu pai quando ele... Foi aprendido também, aprendeu com alguém, porque o meu pai ele não é envolvido cum o negócio de pesca. Meu pai é envolvido cum o negócio de agricultura, trabalhar pros outro. Então, ficou difícil as coisas, ele desceu pra praia e já desceu já veterano. Aí, foi envolver com pesca. E aonde eu fui criado já na pesca. E na verdade, quando o meu pai chegou a faltá, eu já tava ensinando a ele, entendeu. Entendeu, porque na verdade eu fui aprendi a prática pra mim pegar e levar com idade de doze ano, treze ano eu já ia com ele na canoa, mais o mestre era eu. Entendeu. E ele já num sabia, sabia puxar, remar e tal, mas pra guiar uma canoa, por exemplo, ele não... Isso tudo eu aprendi, assim, mais com os cunhado meu, você vê o Bigode, o Neco, que eles me levava eu mulecote na idade de dez, doze ano eu já tava indo... Então, eu, e, e ele (Neco) saía com as canoa e eu saía com ele. Não que ele ia botar um remo na minha mão: “Não, faz isso aqui”, não dessa forma, eu ia com ele lá e ele fazendo o papel e eu daqui, puxando, olhando e tal e, quando eu peguei pra fazê, eu já tava fazendo”⁵⁵.

Sendo assim, podemos concluir, a partir das palavras acima, que através de observação e ensaios práticos, aos poucos os pescadores vão obtendo a sensação

⁵⁵ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

das coisas para si mesma, aprendendo a realizar suas próprias tarefas, a partir da fluência rítmica de um praticante (INGOLD, 2008).

Outro ponto importante para ser mencionado é a da passagem de um pescador ainda imaturo, para um pescador com destreza e habilidade, que é marcada por certa passagem de adaptação aos movimentos das embarcações e, neste caso, aos enjôos e vômitos. Observando as falas, a maioria dos pescadores afirmou que a identidade e a profissão vieram quando venceu esse processo de adaptação aos movimentos de ondas.

“Comecei a pescar desde os 4 anos, só que eu não pescava eu ia, eu fazia era embarcar só, aí chegava aos trinta metros, aí a cabeça rodava e caía, mas chegava em terra já trocando as pernas (...) Oxente, eu botava aquele limo verde. Aí o cumpadre do meu falecido pai disse, esse aí amanhã não vem, aí no outro dia levantava quatro horas, eu já estava em pé, você vai? eu vou! aí já chegava e colocava a tabua de bolina, deitava em cima, aí já era. Aí eu chegava no pesqueiro, meu pai chegava e jogava a pedra e eu to caído. Muitas vezes nós botava a linha deitado, iscava a isca no anzol, descia para baixo ainda, aí batia e eu ia puxando, aí chegava em cima. embarcava, era assim. Muitas vezes assim, pescava deitado. Foi indo, foi indo e fui acostumando, la vai, la vai, aí quando peguei e saísozinho, já estava com dez anos, peguei uma canoa para ir lá no Venceslau”⁵⁶.

Os pescadores, como Bau, Caboclo, Neco, encararam os mares revoltos, sobretudo das áreas mais profundas. Nesse sentido, a praxiogenia da pesca é bastante marcada pela adaptação corpórea ao ambiente no qual estão inseridos, impulsionados pela necessidade de prover alimento para a família; é uma imposição, espécie de regra moral, em uma perspectiva do trabalho, tendo que passar por este ritual que os deixa preparados para tomar os rumos de suas unidades familiares e também do coletivo.

“Eu achava, assim, que a primeira vez que eu tivi de ir no mar, eu achei pela primeira vez, eu vomitei tanto, que eu achava que eu ia botar o bucho todo pra fora. Porque eu procurava força e num achava mais nada dentro pra botar (...) Que vida é essa. Eu falava “Eu num vou mais nunca”. Mas quando eu chegava em terra, que eu via os meus irmãos passando necessidade, aí eu achava que (...) Eu falava assim “Eu tenho que ir”. E é aí que eu vou fazer, num tinha outro recurso pra mim. Era aquilo que eu aprendi e era aquilo que eu tinha que fazer. Então, eu fui aprendendo e com o tempo, quinze dia, vinte dias e tal, fui melhorando, melhorando e, hoje, eu me orgulho de dizer que eu sou pescador, graças a Deus. Há dificuldade,

⁵⁶ Entrevista realizada com Neco no dia 05 de outubro de 2013.

*mais graças à Deus, melhorou bastante. Então isso que é o caso do vômito, né. Mas tem que apanhá pra aprender, né*⁵⁷.

A adaptação não é um processo fácil. A maioria não vê opções para se adaptar ao apresentar os primeiros engajamentos corporais na pesca, o seu labirinto (estrutura dentro do ouvido interno, responsável pelo equilíbrio do corpo humano) se adaptando aos movimentos de balanço das ondas. Mesmo que a pescaria seja realizada em áreas abrigadas, em cima dos recifes, eles estão sujeitos ao balanço.

Em meio aos mares revoltos da pescaria, observamos também que não se trata apenas de um processo de provação, mas sim de uma relação entre ensino e aprendizagem. Se deixarmos apenas com a perspectiva de provação, não seria possível que o processo de aprendizado se tornasse um dos elementos importantes para a obtenção da habilidade. Muito menos teríamos a figura do mestre, que é um elemento provido de conhecimento, importante ao grupo e mencionado como tal, quando se refere ao processo de socialização interna do grupo. Neste sentido, a aprendizagem e as relações de ensino envolvidas neste processo contrabalanceiam qualquer provação.

Sendo assim, quanto à relação de ensino da pesca, podemos destacar a figura de seu Neco, que ensinou praticamente todos os pescadores do Bugigão e alguns do Corumbau. Neco é visto como uma pessoa chave na comunidade, por possuir mais tempo de pesca que todos – 60 anos de profissão. Embora seu tempo de pescador de linha e de rede o distingua dos demais, quanto ao balão, Neco já reconhece não possuir domínio nesta arte, apenas realiza para pegar isca.

O senhor Neco é pai de Gilmar, que também é pescador e liderança da comunidade do Bugigão, e presidente da APMIB. Sua figura paterna é reconhecida dentro do grupo, por preencher a figura do pai de outros pescadores que não tinham o pai como principal mentor, como Caboclo e Bau. O senhor Neco apresenta uma grande habilidade com a pesca em barco a vela que, ao falar da vela, o faz com certa tranquilidade, usando expressões e onomatopeias de quem realmente domina o assunto.

⁵⁷ Entrevista realizada com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

“Aí eu primeiro ensinei o pai de Caboclo, o pai dele faleceu, aqui na barra, aí fui ensinar Caboclo, aí depois fui ensinar o Baú, aí levava meus filhos, levava meus irmãos também, e foi indo, aí eu sei que todos eles pescam. E a canoa que a gente pescava naquele tempo, era uma canoinha, eu acho que ela tinha... se ela tivesse, eu acho que era 25 palmos, era como dai até lá assim, era com dois e meio de boca, era canoa que a gente pescava, pegava cada nordeste deste aí. Aí uma vez peguei uma volta até lá no Ranca Unha, tinha chapado de peixe, o peixe entrou na proa e saiu pela popa, aí nessa nós prendimos, e baixou, aí metemos a cuia, “pou, pou, pou”, aí tiramos a água, acabou vim pra proa, puxei a corda cá no meio, botando para dentro, aí cortei o pano ali e ele segurando lá, aí depois eu tomei o remo da mão dele, ele na cuia e eu no remo, cá. Aí quando a gente vinha cá no Três Cabeços, tinha a turma toda lá, “é pode ir vocês na frente, para gente pegar vocês boiado aí”, botava o pano e soltava, botava o pano para mim pegar mais o quê? Vamos parar em terra, aí pronto. Foi indo, foi indo, aprendeu a pescar, mas aí ele sabia pegar mais do que eu no balão, né. o Caboclo. Naquele tempo não existia esse negócio de balão, era só na linha. Aí depois que ele apreendeu, aí já foi o negócio de balão, essas coisas, aí ele sabe mais do que eu, mas o negócio de pescaria mesmo, eu sei”⁵⁸.



Figura 19 – Detalhe da figura do senhor Neco como um dos pescadores mais antigos até o presente momento. Aqui ele está limpando cação e uma arraia. Para muitos, o senhor Neco é conhecido por gostar de pescar tubarão, e há muitas estórias engraçadas sobre este seu impulso em capturar tal espécie.

⁵⁸ Entrevista realizada com Neco no dia 05 de outubro de 2013.

4.2.2 *Aprendendo, navegando e dominando o mar*

O conhecimento sobre o local onde vive o pescador, sobre sua comunidade, é da maior importância para que se tenha sucesso na pesca. Conhecer o local é mais que uma obrigação, é o fundamento, um vocabulário básico dominado com destreza, que divide os pescadores artesanais de fato e de direito, dos pescadores ocasionais. Trata-se de um conhecimento operativo do mundo no qual a prática da pesca se insere enquanto um coletivo que reúne natureza/cultura.

Desse modo, existem dois sistemas de classificação nos recifes marinhos: o primeiro se refere diretamente aos pesqueiros, aos quais são atribuídos os nomes das pedras, possui um uso mais locacional (Figura 20); enquanto o outro formato é como os recifes se apresentam para o pescador, ou seja, com termos morfológicos que possibilitam a classificação em termos espaciais – sequeiros, sarrados e salteados. Esta perspectiva será vista mais adiante.

Cada tipo de fundo marinho – lama, cascalho, areia–, e cada tipo de ambiente recifal se tornam imperativos para determinados tipos de pescaria, arte e também para os recursos que ali se encontram. Os movimentos de marés, e as condições climáticas diárias, bem como as condições climáticas em escala mais ampla, também determinam os locais mais adequados para cada tipo de pescaria, e o tipo de embarcação a ser utilizado.

4.2.3 *Percepção do ambiente marinho enquanto produção de coletivos de natureza/cultura*

A maioria dos pescadores do Bugigão é intimamente ligada à pescaria de linha. Pescar de linha, dentre as outras artes de pesca, é a que exige uma maior habilidade, concentração e percepção acerca dos fenômenos naturais circundantes das áreas de pesca.

Não se trata de uma atividade tão trivial, como para eventuais pescadores, como colocar uma “minhoca no anzol” e soltar a linha à sorte. Esta pescaria envolve uma série de empreendimentos técnicos, como: maneira de soltar as linhas dentro da

água; decidir onde jogar a linha e quanto tempo ficar em cada local. Todas estas ações envolvem uma preparação quase que ritualística para que se tenha uma boa execução da atividade.

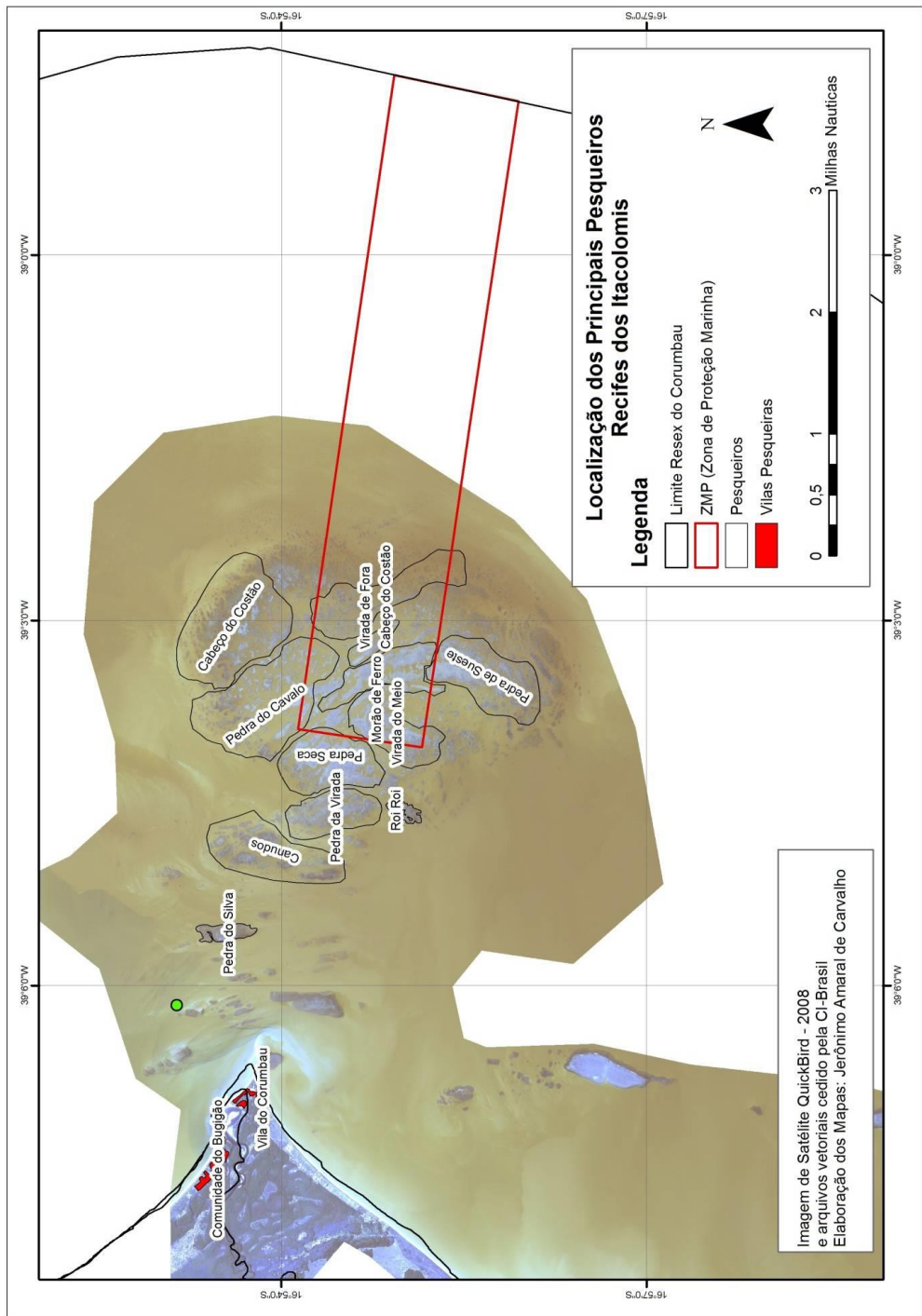


Figura 20 - Mapa representando a localização dos principais pesqueiros: em vermelho, a localização das duas vilas pesqueiras (Corumbau e Bugigão); na linha vermelha, sobrepondo os pesqueiros, está a Zona de Proteção Marinha, na qual a pesca não pode ser realizada.

A preparação da pescaria começa com a busca da isca que é o camarão (conforme Figura 21). Como agora a maioria dos pescadores possui barco a motor, podem sair um pouco mais tarde, às cinco horas da manhã, para enredar⁵⁹. Porém, há 20 anos, ou mais, a busca por isca era feita bem mais cedo, por volta das três horas da manhã, utilizando-se um puçá⁶⁰, arte esta que demorava cerca de três horas para capturar menos de um kilo de camarão para servir de isca, o que se somava ainda ao frio da água neste horário.



Figura 21 – Vêio soltando uma das portas para realizar a captura de camarões para servir de isca em um dia normal de pescaria. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho.

Passada a fase de captura da isca, o pescador se dirige para os pontos de pesca, trazendo as observações que há dias vem avaliando sobre qual o vento predominante e como este vento influenciará na pescaria. Trata-se de um

⁵⁹ Enredar significa capturar a isca, no caso, o camarão, utilizando-se uma rede de arrasto que é jogada no fundo de lama e areia, e com o arrasto da rede no fundo vão se capturando os camarões que são as melhores iscas para a captura de linha.

⁶⁰ O puçá é uma pequena rede de arrasto, em que se utilizam os mesmos princípios do arrasto a motor, com a grande diferença de a força motriz vinha do corpo e força do pescador. Este deixa a rede de arrasto amarrada em uma armação de madeira pregada entre as extremidades formando um triângulo. O artefato era segurado pelas mãos e amarrado na cintura, e o pescador usava seu corpo como força motriz arrastando a rede sob a lama e andando de costas com o apetrecho.

planejamento prévio para o qual a observação dos elementos naturais mobiliza um conjunto de conhecimentos, que possibilitam e norteiam a tomada de decisão sobre como deve ser feita a pescaria.

Uma das partes fundamentais para a realização da pescaria é a condição climática local do dia. O vento é uma peça fundamental para a realização da boa pescaria e acaba sendo um aliado ou inimigo do pescador durante o empreendimento. Em situações favoráveis, ele o utiliza como força motriz para empurrar canoas à vela e também para que a abundância de peixes seja garantida.



.Figura 22 – Um dia bom de pescaria acaba sendo assim: começa devagar, fica difícil, o peixe não vem, tem que sair para outro pesqueiro, pega-se um pouco, mas logo acaba, depois vai para outro pesqueiro, até encontrar o que apresenta bom resultado. Geralmente, a pescaria termina por volta das 14:00 às 15:00 horas. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho no dia 01 de outubro de 2013.

A condição mais favorável é quando ocorrem um terral⁶¹ e uma viração de leste, conforme abaixo:

“Fica mais prático, porque o vento tá firmado num lugá só, e ele vai firmar seco, que o peixe da lama vai chegá ali pra lama, porque é o peixe da pedra vai chegá mais ali pra pedra porque o terral é aquele vento que dá aquele

⁶¹ Terral: trata-se de uma das chamadas correntes de convecção, que em determinada parte da noite, a parte terrestre fica mais fria que a parte do mar, então começa uma circulação de ventos da parte terrestre para a parte marinha. Este vento dura toda a madrugada e fica até por volta do meio dia, quando começa a ser predominante o vento de leste.

vento terral calmero, naquela parte da noite, aí quando dá pela parte uma hora dessas, da tarde, vai tá esse vento calmero da viração, já mudô o vento, da viração, então tá ali aquele vento que chama o peixe atenção pra comê⁶²

As figuras 22 e 24 representam o funcionamento das correntes diárias responsáveis pela realização de uma boa pescaria. Como estas correntes possuem albedos diferentes, terra e mar, ao longo do dia, geram uma troca de temperatura entre áreas mais quentes com áreas mais frias, gerando assim, ventos aprazíveis necessários para uma boa pescaria. Tal situação somente é possível quando os ventos nordeste e sul, são praticamente inexistentes, sendo estes dois ventos capazes de dificultar as pescarias, quando sua duração é longa.

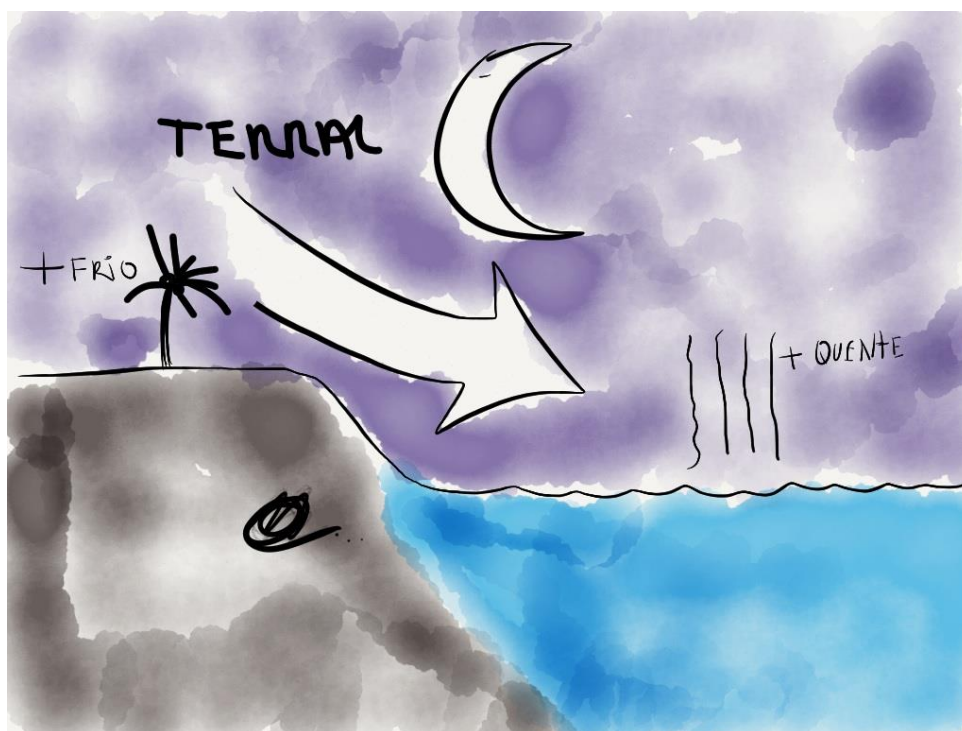


Figura 23 – apresenta o funcionamento da corrente de convecção que dá origem ao chamado vento terral. Este vento durante parte da madrugada é responsável pelo resfriamento da água do mar. O terral é gerado porque o resfriamento da terra é mais rápido que a água do mar, ao longo do período da noite. Quando chega o período próximo à madrugada, começa a circular um vento bem mais frio do que o vento diurno em direção ao mar. Ilustração de Jerônimo Amaral de Carvalho.

Este é o tipo de viração (terral e leste) mais comum, e melhor para a realização da pescaria; no entanto é possível encontrar outra viração, não muito comum, mas

⁶² Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

ambas são responsáveis para o sucesso da pescaria encontrando a melhor posição em mar para descer a linha.

“...então aí a gente já sabe essa posição pelo vento, ah! a viração está boa, eu vou em tal canto, eu vou no Arranca Unha, que lá tem peixe, aí o cara toca para lá que topa o peixe, lá. (...) Aí a gente tem uma posição, de quantos dias esta viração está firmada, se tal viração vem do norte, nordeste, de leste. Com este leste não tem nada para cá⁶³, então eu vou para tal canto, que eu vou lá que o peixe está lá, que aí a gente conhece muitas posição pelo vento”⁶⁴.

O momento da viração não é uma constante quando falamos das pescarias do Bugigão. Há momentos em que este ciclo entre terra e os ventos mais amenos de leste e norte é interrompido pela predominância de ventos fortes acima da casa dos dez nós, que são o nordeste e o sul (em alguns momentos o sueste) que possuem influência de âmbito macrorregional (regiões nordeste, sudeste e sul).



Figura 24 – o vento de leste, chamado de viração, é o vento que sai do mar em direção à parte terrestre. Este vento começa a partir de meio dia, quando a terra já está mais quente que a água do mar, gerando outra corrente de convecção ao longo do dia. Trata-se também de um vento muito calmo, como o vento terral. Ilustração de Jerônimo Amaral de Carvalho.

⁶³ Esta posição, à qual Tião está se referindo, é em relação à parte mais perto do raso em relação à parte continental. Este exemplo será mais bem abordado nas páginas posteriores nas quais irei falar sobre a relação entre condições climáticas e a distribuição dos recursos no mar.

⁶⁴ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

A predominância do vento nordeste é em parte da primavera e durante todo o verão entre outubro a maio. O vento nordeste é um vento muito forte, e como dizem os pescadores, é um vento muito “batido”, devido à sua constância quase que ininterrupta (mas há momentos de calmaria dentro do nordeste). No entanto, nos meses de maio a outubro a incidência maior é do chamado vento sul. O vento sul quando anunciado é aclamado como vento que traz tempestades e temporais. Quando se tem o nordeste, trabalha-se com outras artes como rede, tarrafa, ou até mesmo a pesca de linha. São momentos de calmaria, em que se pode realizar o empreendimento da pesca. Mas com a chegada do vento sul, o melhor a fazer é ficar em casa arrumando as artes de pesca, realizar outras atividades e esperar o tempo passar, ou, no máximo colocar uma rede bem próximo da praia.

No entanto, os ventos que fazem os adiamentos da labuta, os prejuízos das artes perdidas ou a sensação de impotência diante da natureza, são os responsáveis pela manutenção e manejo da pesca durante os períodos de pescaria. Sempre após estes eventos, é possível identificar a fartura de pescado em determinado local. Saber onde é que tem o peixe, “onde ele é de fartura”, como dizem, é saber qual é o vento que está sendo predominante durante os dias da semana. Durante a calmaria, quando entram as virações, é o momento oportuno, e dependendo da predominância do vento (nordeste ou sul), ele indicará o local mais adequado para a pesca dentro dos recifes.

Isto ocorre porque há uma disposição circundante aos recifes dos Itacolomis, de uma mistura de lama e areia, onde vivem espécies bentônicas, no caso os camarões, que são a principal fonte de alimento para uma ampla gama de espécies de peixes, como guaiuba, ariocó, sarda, badejo, dentão, guaricema, pescada, arraias, biquaras, peixe pena, dentre outros (Figura 25). Com a incidência dos ventos, nordeste ou sul, os sedimentos de lama e areia – habitat do camarão sete barbas–, são remexidos e misturados às águas limpas de dentro dos recifes,.

transformando-se numa espécie de engodo⁶⁵ natural, atraindo os peixes para estes locais e facilitando assim a captura

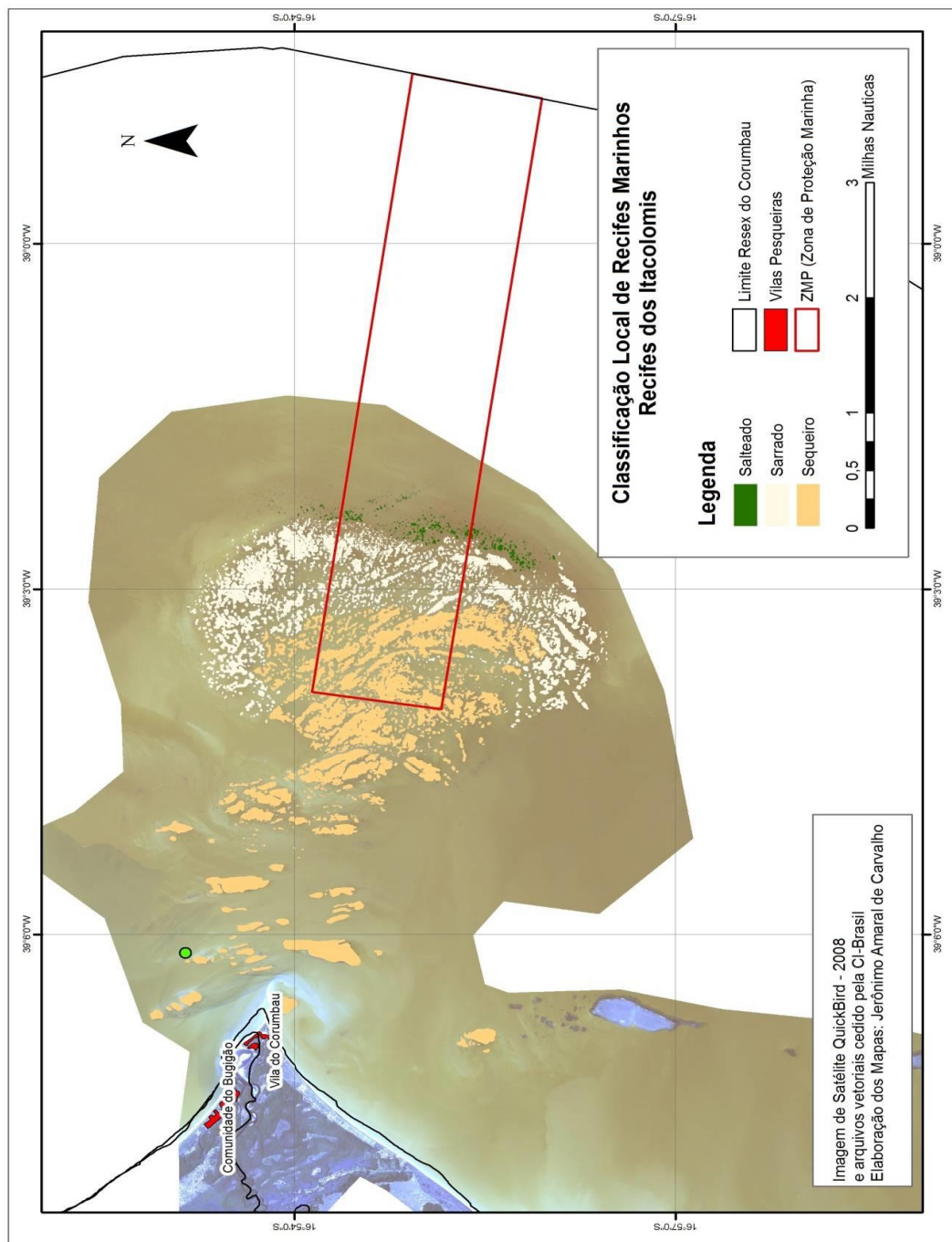


Figura 25 – Mapa representando os principais ambientes no entorno das vilas pesqueiras, destacando-se os ambientes recifais (onde se abriga a maior parte dos peixes recifais: Guaiuba: ariocó e badejos) e aglomerados de lama e areia (camarão; pescada; sarda e guaricema).

⁶⁵ O engodo é o conjunto de restos de peixes, crustáceos, comidas, despejados no mar como forma de chamar o peixe para perto da embarcação e facilitar sua captura. Muitas vezes, quando se passa mal, com enjoos e vômitos, esta situação é passível de uma pequena brincadeira, que é: “xi, fulano pôs cachorro n’água, já tem engodo pra nós”.

“O peixe fica engodado por causa do camarão. É igual você pescar com engodo, você pode não está pegando nada, mas se você está deixando o engodo, demora mais uma hora aparece porque ele vem no engodo. Então vento vai revirando este camarão, eles vêm vindo, quando eles somem e não vêm é porque eles estão escondidos em algum canto”⁶⁶.

Além de possuir a noção de distribuição espacial dos recursos pesqueiros, há também a noção da distribuição desses recursos, ao longo do tempo, frente aos eventos climáticos em nível local e regional durante todo o ano, com o conhecimento de que são determinantes para a definição das pescarias na comunidade do Bugigão.

“O setembro é assim, é a época que dá (...) o vento firmado. Isso é mais o Nordeste. Então, esse vento firmado faz a divisão: água lodada e água mais clara. Água mais clara tava fora e a água mais lodada tá em terra. Aí, o quê que acontece? É, o peixe que é da lama, eles encostam pra água que é lodada”⁶⁷.

Ao constatarmos a disposição do banco de camarão, que fica localizado na parte mais ao norte dos Recifes dos Itacolomis e no interior da Zona de Proteção (Figura 26), observamos, como mostra o próximo mapa, a localização de maior abundância de pescado de recifes (peixe de pedra), e conforme a fala de Tião.

“Isso aí varia, isso aí é sorte, topar um cabeça melhor, um cabeça mais ruim, isso aí tem uma parte assim, igual tem aqui, tem a parte do Arranca Unha, essa época aqui [outubro] dá o peixe no Arranca Unha, que um camarão tem uma parte lá, que é um lugar que a turma baloa também. Então o camarão fica com uma ressaca lá, então o peixe vem atrás daquele camarão, então ali já dá um peixe naquele Arranca Unha. Então aqui tem uma parte nos Três Cabeços, na parte do norte, ali já dá uma parte também, que ali o camarão encosta e tem um largo grande lá também, o camarão já encosta, já dá um peixe branco, já dá um peixe galo, uma guaricema, dá um quaxo, aí o peixe já começa a encostar junto. Então aí a gente já sabe essa posição pelo vento, ah a viração está boa, eu vou em tal canto, eu vou no Arranca Unha, que lá tem peixe, aí o cara toca para lá que topa o peixe lá”⁶⁸.

Desse modo, ao observar a Figura 26, vemos que durante os períodos de vento nordeste, as áreas de maior concentração de peixes são os recifes que estão

⁶⁶ Entrevista realizada com Neco no dia 06 de outubro de 2013.

⁶⁷ Entrevista realizada com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

⁶⁸ Entrevista realizada com Tião no dia 05 de outubro de 2013.

próximos ao banco de lama e areia, o qual mistura as águas lodadas (externas) com águas mais limpas (internas), trazendo os nutrientes existentes no primeiro ambiente. Como estamos falando de peixes recifais, uma de suas principais características é estarem sempre próximo às pedras, e ficam a maior parte do tempo ali. Neste sentido, um evento como este permite que o peixe saia de seu esconderijo para se alimentar, deixando-o mais exposto e vulnerável para a captura do pescador.

Entretanto, são os meses de inverno os mais propícios para a captura de peixes como a guaiuba, ariocó, dentão e badejos (peixes de pedra ou recifais), apesar da predominância do vento sul (trás tempestades) que revira os nutrientes no fundo e os transporta para o interior dos recifes (Figura 27).

“É, tem o período que fica mais fácil de pegar eles nesses locais é, na época do inverno, né (...) Porque o inverno dá muitos temporais, dá muito vento sul, então aquilo que pega, vai varrendo tudo (...) O que tinha de comida, as água leva (...) Aí você chega com a isca na hora e pá, o que toca ela vai comendo ali (...) Pega bastante. Época de maio, junho, julho (...) falta comida pra eles. É, até setembro, outubro aí, isso vale isso aí”⁶⁹.

O mês de setembro é o de maior destaque para a captura dos peixes recifais, pois é quando uma série de eventos, como vento sul, viração de leste e de nordeste, junto com a firmação do terral, propiciam certa vantagem para o pescador em capturar as maiores quantidades de peixes, os chamados peixes de costo, que vão encostando com as águas que vão se misturando.

“Já vareia os peixe de costo, né. Já vem a Guaricema, o charéu, o peixe de bóia, a sarda, vem o cação também, entendeu? Que já vem o peixe lá de água limpa vai encostando, a água vai limpando e eles vêm chegando” (Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013).

Além do vento sul, existe esporadicamente o vento sueste que, dependendo da época do ano em que ele aparece, pode trazer, ou não, tempestade do mar. Mas ele ocorre e também é imperioso o mesmo sistema, trazendo, da mesma forma, nutrientes de banco de lama e areia que ficam na parte mais funda, no meio da Zona de Proteção (Figura 28).

⁶⁹ Entrevista com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

Encontramos, ainda dentro dos recifes dos Itacolomis, uma variedade de ambientes recifais que também são determinantes para a realização da pesca. Conforme denominação atribuída pelos pescadores, as áreas recifais são divididas em três: sequeiros, sarrado e salteados.

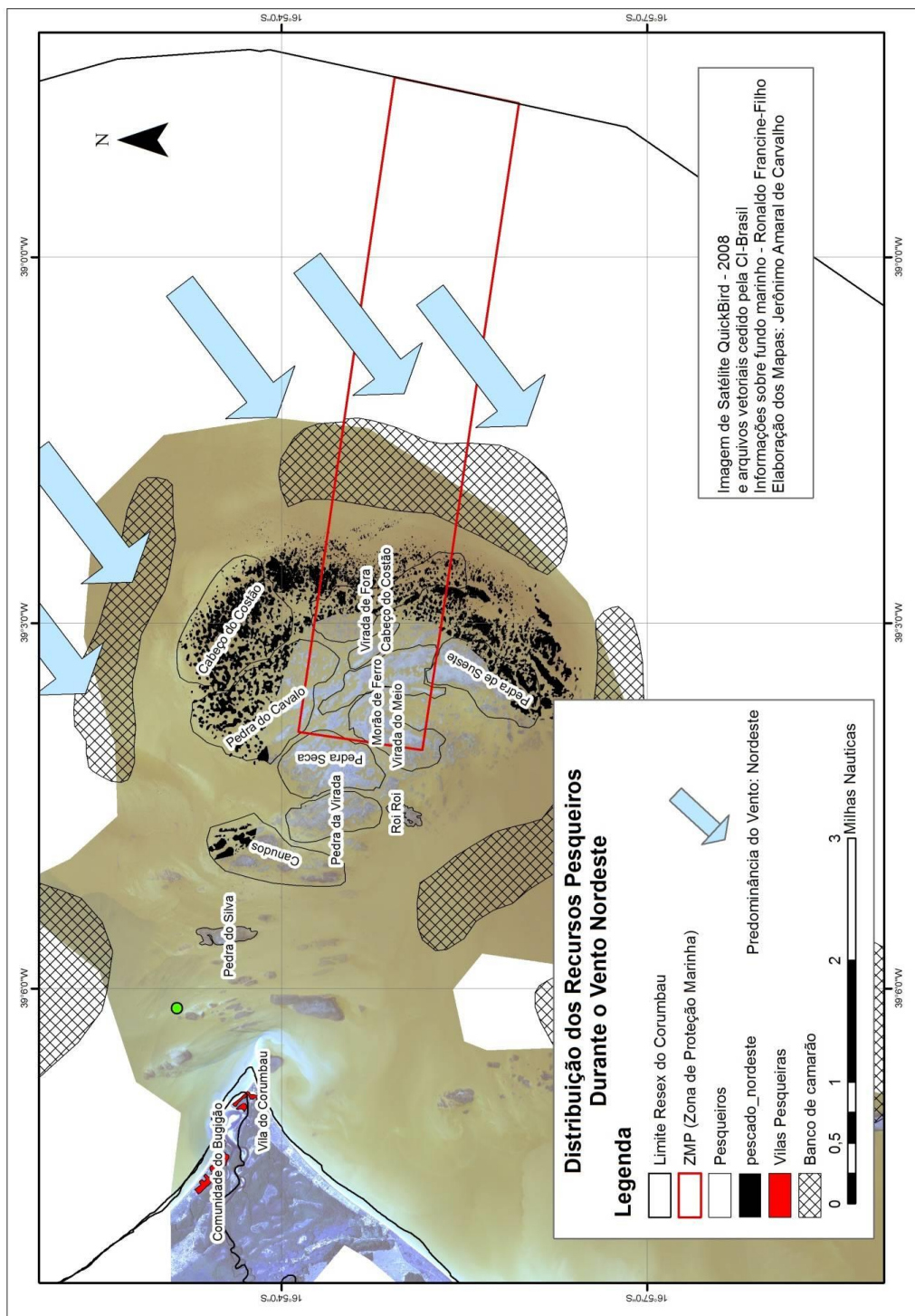


Figura 26 – Mapa representando a disponibilidade do recurso, de acordo com a predominância do vento. Neste caso específico, vemos a predominância do vento nordeste que mistura as águas lodadas (de fundo de lama) com água limpa, possibilitando que o peixe saia da toca para comer.

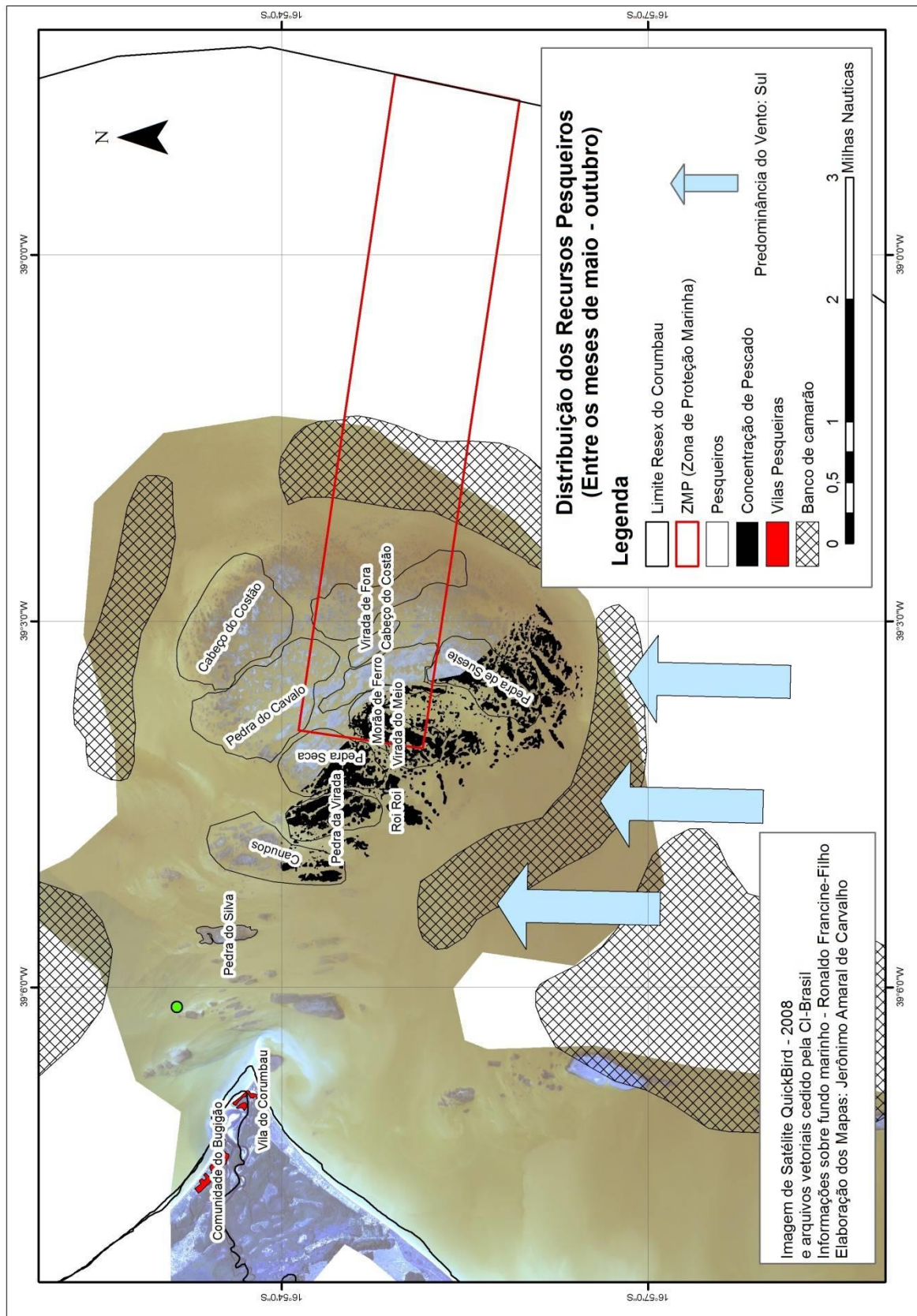


Figura 27 - Mapa representando a disponibilidade do recurso, de acordo com a predominância do vento. Neste caso específico, vemos a predominância do vento sul que mistura as águas lodadas (de fundo de lama) com água limpa, possibilitando que o peixe saia do esconderijo para comer.

O sequeiro aqui é visto como uma parte dos recifes onde, segundo os pescadores, apresentam peixes menores.

“E o lugar sequeiro, é aquele lugar que sempre dá os peixes menor e sempre abatido, (...)Tá sempre mais alguém, ou na época de canoa e tal sempre tem alguém ali no sequeiro, que era um lugar que sempre dava um badejo por ali (...) tá sempre ali o pessoal, entendeu, então a diferença...” (Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

Não há evidência, segundo os pescadores locais, de pesca em tal área. “O sequeiro ninguém ali ninguém pesca. Dá peixe, mas ninguém pesca, é muito baixo” (Neco). Portanto, pouco se pesca no sequeiro, por não haver espaço suficiente entre as pedras, por ser um local de difícil navegação, que só realizada somente em maré cheia, e de pouca passagem de correnteza, o que impede a mistura de águas mais reviradas com sedimentos e matéria orgânica.

Existe a defesa da ideia de que os sequeiros são uma espécie de criadouro de peixes, que passam sua fase juvenil nessas áreas, e seguem para outras áreas assim que começam a ficar mais adultos (Figura 29).

“É daí vai crescendo o peixe, né? que o peixe vem reproduzindo com água mais parada mesmo, com uma água como aquela mesmo lá fora, os meninos foram lá para botar a boia, nem tem como botar boia, a correnteza era demais, levou a boia. Aí então, aqui a água é mais parada, onde peixe mais produzem e onde tem o coral mais fechado, uma área mais parada, então o peixe não vem para produzir naquelas áreas”⁷⁰.

O sarrado é uma parte intermediária entre os sequeiros e os salteados. Essa área é considerada como os recifes de mesma formação dos sequeiros, porém são os que ficam mais tempo submersos em maré baixa e alta. A variedade de peixes associados a este ambiente é bem maior que a do sequeiro; predominam os budiões, badejos, guaiuba, sargo, peixe frade e biquara.

“O sarrado é aqueles lugares, assim, que é aí pra fora aí nesse mar, é... Tem os lugares assim é, tem o sartiado, como eu te falei, tem o sequero que você ia onde

⁷⁰ Entrevista realizada com Tião em 05 de outubro de 2013.

está os itacolomis, os lugares seco e o sarrado ficaria entre os itacolomis e os cabeço de saltiado”⁷¹.

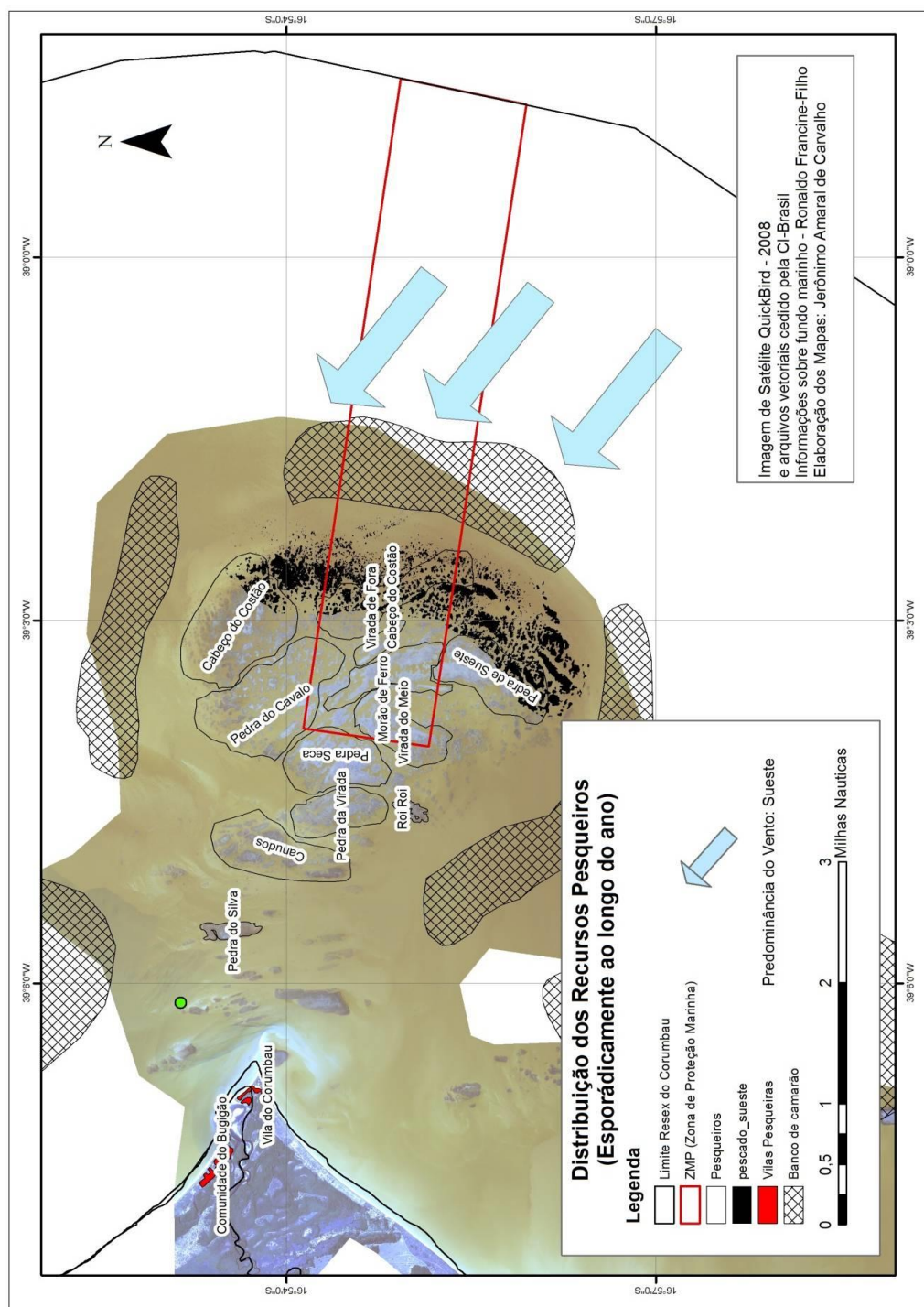


Figura 28 - Mapa representando a disponibilidade do recurso, de acordo com a predominância do vento. Neste caso específico, vemos a predominância do vento sueste. Observa-se por conta da localização do banco de lama e também da direção do vento, os recifes mais profundos são os que possuem maior garantia de ter peixe.

⁷¹ Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

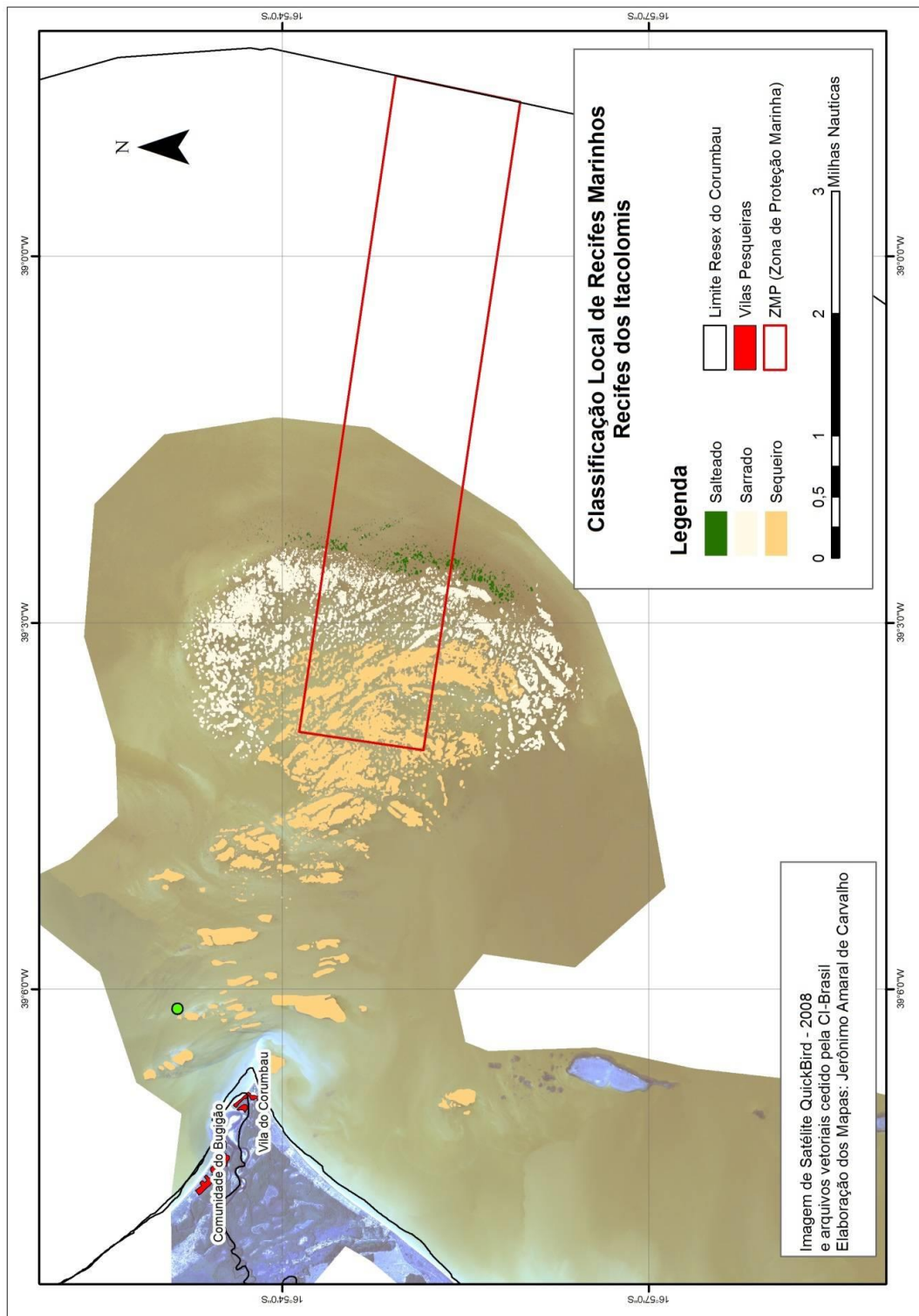


Figura 29 – Mapa representando a distribuição das classificações locais dos ambientes recifais. Cada ambiente (sequeiro, sarrado e salteado) é responsável por uma determinada função (ecológica), e também apresenta características importantes que definem que tipo de arte a ser utilizada e espécie capturada.

Esta área é pouco explorada, segundo os pescadores, por ser uma área que apresenta mais facilidade de perda de material, como anzol, linha e chumbada.

“O sarrado ali o pessoal quase não pesca porque vai perder anzol, tem muitas pedras por lá, mas dá guaiuba, dá tudo, quase ninguém pega, perde linha, chumbada, anzol, então é melhor pescar no salteado do que ficar ali no sarrado”(Neco).

Por outro lado, é uma área bem procurada por pescadores de mergulho do Corumbau, sobretudo para a captura de budião, guaiuba e badejos.

O salteado é referido aqui como sendo as áreas onde são localizados os chamados cabeços, que são estruturas de recifes de corais em formato cilíndrico, e que ficam com a parte exposta mais visível na superfície da água, podendo ser visto de cima da embarcação. Na maioria dos cabeços é encontrado o chamado coral cérebro (*mussismilia brasiliensis*). Para quem está em cima da embarcação o visualiza como se fosse uma cabeça dentro d' água, daí o nome "cabeço" como é chamado pelas pessoas da comunidade local.

Há muitos cabeços nestas áreas, que foram denominadas salteados, porque os cabeços vão saltando de um para outro, em sua distribuição isolada. Cabe ressaltar, que para os pescadores locais, estas áreas dos cabeços, ou os salteados, são as áreas de maior atividade e produtividade na pescaria.

O salteado é uma área com grande variedade de espécies – alvo para a pesca, por possuírem peixes, em tamanho maior, que garantem uma boa pescaria para a semana. Outro ponto fundamental, que faz tal área ser distinta, é o fato de em seu substrato haver a existência de lama que, segundo os pescadores, é responsável por aglomerar os peixes nesta área devido a disponibilidade de alimentos.

“O salteado porque, é tipo assim, o mar aberto é um lugar onde o peixe entra e sai ao mesmo tempo, entendeu. Sempre é corrição de peixe. O peixe tá ali sempre... Entrando e saindo...”⁷².

Um ponto importante que cabe ressaltar em relação ao conhecimento naturalístico dos ambientes recifais, é que os pescadores locais conseguem realizar comparações entre uma área e outra, sabendo qual o tipo de recurso que ali se

⁷² Entrevista realizada com Caboclo em 03 de outubro de 2013.

encontra, e as espécies que estão associadas àquele ambiente e porque estão associados, conforme relato a seguir:

“Aí o salteado dá mais o vermelho, o charéu, o oriocó é o vermelho esse daí... É os maiores, entendeu. Esse daqui que é a diferença, por quê? Porque os sequeiro, o sarrado é pedra e os sartiado é lama. Tem uns lugares que vareia um lama mole e uma lama mais dura. Então, a lama mais mole ele cai naquela época que tá o camarão encostando no cabeça, tá na lama mole. E no duro, é aonde eles encostam naqueles, é... Que o peixe tá comendo sempre aquele é... Aqueles Gajezinhum, aqueles negocinho que sai da pedra direto...”⁷³

O conhecimento dos ambientes recifais (sequeiro, salteado, sarrado), outros ambientes marinhos (banco de lama e areia) e os recursos associados a esses ambientes, são importantes para a definição de qual tipo de arte de pesca deve ser utilizado na obtenção de cada tipo de recurso.

O pescador do Bugigão irá sempre optar pela rede de espera em três momentos importantes e distintos:

- Utiliza a rede de espera nos dias que percebe que a pescaria de peixes recifais não está rendendo. Uma das formas de identificar o rendimento da pescaria é quando se captura pouco e de tamanho pequeno, sobretudo nos períodos em que não há influência climática, como vento sul e nordeste. Neste momento, o pescador fala que é o momento que o peixe fecha a boca, pois o mesmo não está com muita fome e desaparece dos locais de pesca.
- O segundo momento é quando o tempo não está realmente atrativo para sair, como numa viração de vento sul, que sempre é sinal de tempestades fortes, proporcionando certo perigo para o pescador.
- E por ultimo, como uma forma de incrementar a variedade de espécie usando múltiplas técnicas de pescaria, na qual o pescador, em uma mesma viagem, faz o arrasto para pegar isca, deixa duas ou três redes próximas às áreas de lama e areia, vai pescar de linha (duração de 4 a 5 horas), retorna para as redes, recolhe o material de pesca e os peixes pescados e volta para terra. Por volta de meio dia às duas horas da tarde, o pescador pescou uma

⁷³ Entrevista realizada com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

variedade de peixes recifais (guaiuba, ariocó, guaricema, sarda, arraia, e badejos), pescou na rede (pescadinha, sarda, pescada, robalo e tainhas), e se sobrou algo de isca (camarão) leva para casa, para ser consumido no mesmo dia. No entanto, são poucos os pescadores que fazem este trajeto.

As pescarias da comunidade do Bugigão (assim como as do Corumbau) não estão apenas restritas às áreas de coberturas recifais: há uma distribuição da pescaria para fora destas áreas, para local, de acordo com as características do fundo, onde exista determinada espécie, e qual arte da pesca a ser empregada neste local (Figura 30).

Nas áreas de cobertura de aglomerados de lama e areia, além de haver a captura das três espécies de camarão (sete-barbas, VG e rosa) também se capturam pescada, pescadinha, sarda e robalos. Nestas áreas é utilizada a rede de espera e, em alguns momentos também a pesca de cerco, que é arrastado para a margem – o chamado arrasto. Tais artes são feitas ao longo do ano intercalando com a pesca de linha.

A área do estuário também é utilizada na pescaria, e é onde ocorre a coleta de mariscos e também a captura de tainhas e robalos utilizando-se a tarrafa. Praticamente todos os moradores possuem habilidade com tal arte. Sobretudo Neco, que é bastante conhecedor das tramas da rede de tarrafa, quando precisa fazer o seu reparo. É uma trama muito mais complexa do que uma rede simples.

A Figura 30 apresenta um mapa com a distribuição espacial das principais artes de pesca. Tal mapa apresenta uma característica singular dos pescadores tanto do Bugigão quanto do Corumbau, que é de pescaria multiespecífica. Os pescadores não possuem uma espécie alvo específica, todas são multiespecíficas. Esta característica está relacionada à própria dinâmica ecológica da pesca ao longo do ano, entre os períodos de inverno e verão, relacionadas com os ventos predominantes.

No entanto, há pescadores que possuem uma preferência maior para a pesca de linha, que é praticamente a pesca em áreas de recifes (Figura 30). Sendo assim, novamente, não é somente colocar a isca no anzol e soltar à sorte. Cada ambiente

(sarrado e salteados) apresenta formas distintas de baixar o anzol, de acordo com as condições de corrente e de vento nestas áreas.

“(...) você muda a posição da linha de acordo com a corrida da água. A corrida da água. Porque cada vento tem uma corrida de água. Aí você bota a linhazinha fina, bota uma chumbadinha mais leve, aí dependendo da qualidade do peixe, a qualidade do vento e a espessura da água, do resultado da água, dessa forma essa aí é a prática do pescador. Se o peixe é um peixe de boia⁷⁴, você vai usar uma chumbadinha mais leve; se é um peixe de fundo, você vai usar uma chumbada mais funda; se é um peixe da boca pequena, ele gosta de comer rasterinho⁷⁵ você vai usar um nylon mais fino (...) e um anzol menor. Se é um peixe de arrancada você vai usar uma chumbada mais pesada e uma linha mais grossa, então é essa (...) a diferença que eu quero te dizer de você pescar no sarrado e num lugar de, de salteado a diferença quem faz é o próprio pescador. Você no sarrado, por exemplo, você num pode deixar uma linha arriada no chão. Você tem que pescar com uma linha sempre suspensa e, no, no salteado, você pode deixar a linha prantada na lama, não tem nada a ver, o peixe vem e pega. Por que a diferença? Porque se você deixar a linha colada no sarrado, vai pegar na pedra. Peixe nenhum come e sobe e [...] pega ele mermo e enrola. Na pedra você perde o material todo, entendeu. Por causa da pedra, muita pedra. Os anzol fica sempre agarrando. E o no sarrado, e no, no salteado, no salteado, a linha tá sempre em cima da lama, não tem aonde pegar. O peixe vem mariscando embaixo ali e come”⁷⁶.

Sendo assim, a pescaria de linha também denota certa habilidade do pescador associado ao conhecimento da pesca (no sentido do trabalho em si), mas também na percepção acerca do ambiente

⁷⁴ Peixe de boia é chamado também de peixe de boiada, o que fica sempre mais próximo a superfície da água do mar.

⁷⁵ Peixe que come mais perto do fundo, por isso que chama de rasteirinha, pois come rasteiro.

⁷⁶ Entrevista com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

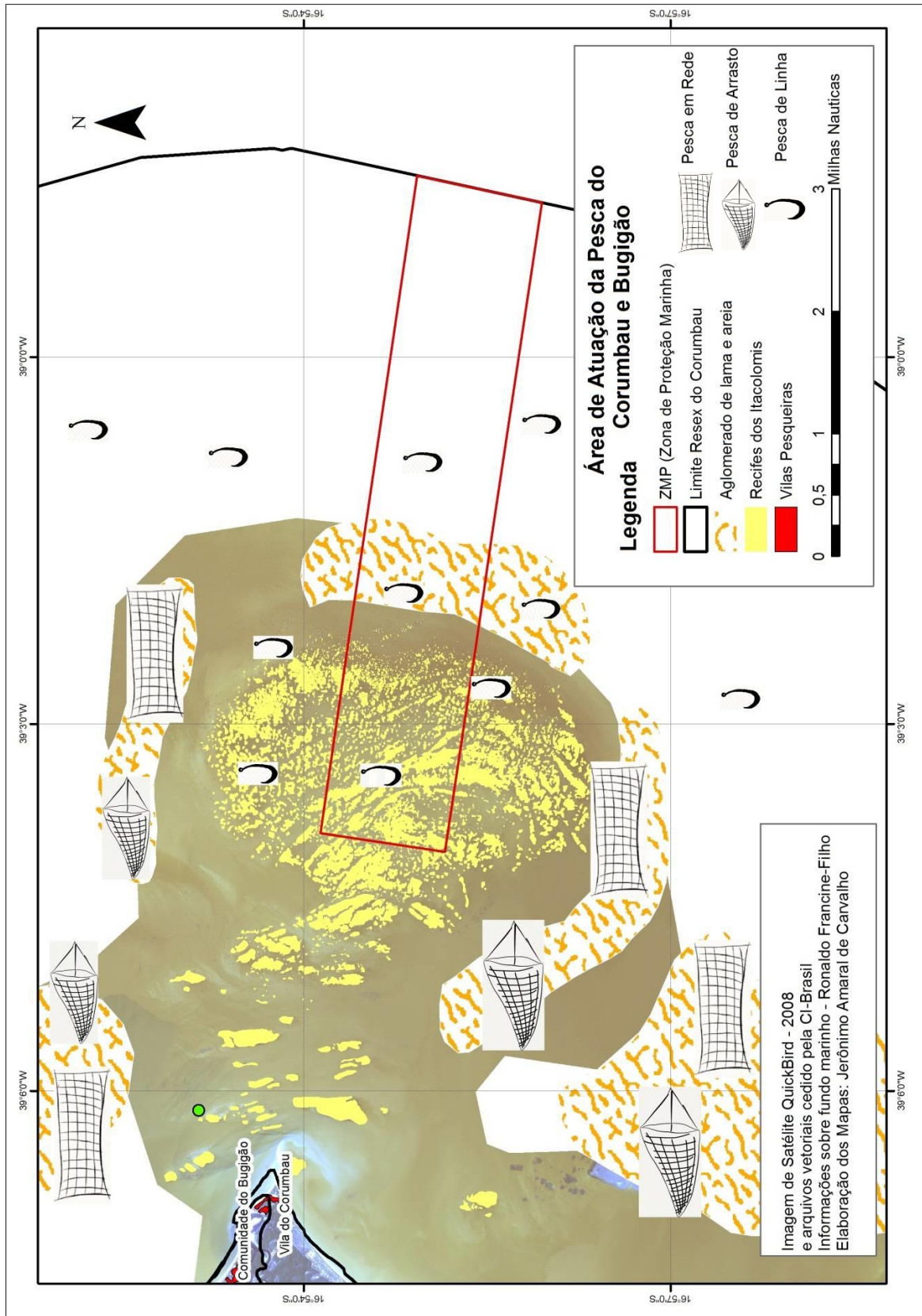


Figura 30 – Mapa apresentando a área de atuação das três principais pescarias realizadas pelas comunidades do Corumbau e Bugigão.



Figura 31 – Aqui vemos um dos pescadores (Nonga) realizando a destrova do anzol, que consiste em preparar a linha no anzol. Não é uma tarefa muito simples para mãos, olhos e mentes destreinados, mas são executados com perfeição por quem realiza tal tarefa diariamente. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho. Em 01 de outubro de 2013



Figura 32 – Com muita persistência e observação consegui realizar uma destrova de anzol. Como foi dito anteriormente, não é uma tarefa trivial para destreinados. Fotografia de Jerônimo Amaral de Carvalho. Em 01 de outubro de 2013.

4.2.4 Os mapas que navegam

Um aspecto importante que me deixou intrigado, em minhas primeiras experiências de campo com os pescadores artesanais do Extremo Sul da Bahia, foi a forma de navegação e os mapas que são construídos a partir de uma operação simples de triangulação entre a embarcação e os pontos visíveis em terra. Pelo fato de ser geógrafo de formação básica, ter a oportunidade de navegar com eles e fazendo perguntas sobre como se faz isso, como se faz aquilo, cheguei a algumas conclusões a respeito inclusive da cartografia que construímos.

De fato, um dos problemas apresentados pelos pescadores durante as discussões do plano de manejo, sobretudo no momento em que se discutiam restrições para a pesca, delimitando em um papel de tamanho A2, escrevendo no quadro ou desenhando em terra, foi sempre impor a mesma visão, a azimutal (de cima para baixo), tal como apresentado em outro capítulo⁷⁷, uma cartografia que expõe um caráter de poder onde mapas empregam retóricas com certa invocação de autoridade (HARLEY, 1995).

Tal invocação de autoridade é bastante visível na fala de Tião, num dos momentos em que participava da discussão sobre as demarcações: “a gente tinha é que fazer a reunião é lá fora [mar], pois lá sabemos onde é o quê”. Claro! Concordo plenamente com as palavras de Tião, pois temos que ter a sensibilidade de nos colocarmos no lugar do outro para podermos entender o que o outro fala, e a partir do seu ponto de vista. Não se trata de certo essencialismo ou algum tipo de culturalismo, o qual temos que sempre relativizar. Não, está errado! É preciso exatamente ultrapassar tais barreiras no caso de querermos que haja algum avanço com tais “territórios e mapas” com o grupo social, pescadores e pescadoras do Bugigão, Corumbau, Cumuruxatiba, Caravelas, São Mateus, Vila Velha, e outros.

⁷⁷ Confesso que quando estive na produção dos mapas, enquanto uma representação de minha vivência no campo e também dos relatos e das discussões das entrevistas de campo, fiquei bastante limitado em termos de linguagem cartográfica para expor os argumentos. Não foi fácil realizar esses mapas, foram meses em que passei lendo e escutando as entrevistas e planejando uma forma de representar em termos de forma, estrutura, função e processo, categorias básicas da geografia para quem produz mapas, ao mesmo tempo tendo como base um material etnográfico. Mas confesso que tal experiência é única, e acredito que ambas, antropologia e geografia, possuem muitas questões que possam ser resolvidas, em um primeiro momento, considerando o nivelamento de linguagens.

Voltando às questões dos mapas, decidi chamar esses pescadores, buscando compreender em que mapas navegam, tendo em vista que então parti do pressuposto da não divisão corpo-mente e da produção de natureza-cultura, como coisas, espaços e essências (ELLEN, 2004; INGOLD, 2000; LATOUR, 1994).

Observamos, atentamente, como é realizada a operação, por meio de uma objetivação de elementos e coisas que circundam o meio ambiente do pescador para que ele possa realizar com sucesso sua navegação e chegar ao seu destino, que é o pesqueiro.

“É! Então, a gente tudo faz isso. A gente bota mermo uma rede aqui na beirada, a gente já marca assim, “Óh, vamos botar na vista daquela moita lá”, então tá sabendo que ali, a, que tem a primeira baliza que é o Monte Pascoal. Então, se o Monte Pascoal tá em cima daquela moitinha dali, você não tem como perder aquela rede. (...) Então, por ali, você vai marcando pelo Monte; em que posição tá em cima do mangue ali. (...) Então você num tem como perder aquela rede. Vê se sai uma boia que for, vê. ‘Eu botei nessa posição aqui, vô caçar por aqui que eu acho’, aí você vê a outra boia tá, você acha por aquela marcação. Mas se você botou adoidado na marcação, você fica perdido. (...) Então a gente usa aqui pra fazer as marcação. Para pescar, para botar rede, para baloar mermo”⁷⁸.

Importante salientar que ele não parte de um ponto qualquer. Há um padrão e até mesmo hierarquias de pontos que são utilizados na navegação. Todos partem sempre de um ponto em terra comum. O Monte Pascoal. Ele é que determina quais são os outros pontos -- de forma hierárquica-- que serão utilizados na marcação. É sempre o Monte Pascoal em cima de algo no horizonte. Da mesma maneira quando elaboramos mapas, temos sempre que incluir uma hidrografia, estradas e limites políticos, como informações necessárias para a comunicação e realizar o propósito do mapa de minimamente nos localizarmos.

“É pelo Monte Pascoal, marca pela serra, em qualquer canto você pondo a serra em cima do Monte Pascoal, do Riacho Doce.”⁷⁹

“(...) Tem o Monte Pascoal, tem aqui a Serra do Gaturama aqui, tem outra serrinha ali que eu nem sei o nome daquela pequenizinha que tem a derradeira do, do Guarani, né, que a gente chamava de Rabixo, né? Tá, a gente dá o nome assim, né? Aí, então, a gente usa as partes aqui do mangue, que aquelas serras se estiver em cima duma moitinha, assim, do mangue, a gente tá sabendo. Ali, se a gente topou o peixe aqui e lá fora, a gente tá marcando por aquela, pelo mangue, aqui pela terra, o mangue é a

⁷⁸ Entrevista realizada com Tião no dia 05 de outubro de 2013.

⁷⁹ Entrevista com Neco no dia 05 de Outubro de 2013.

serra, então, a gente iguala duas ou três serras. Vê agora mermo, tá mais divulgado, tem mais casa, tipo aqui Caraíva, tem aqui pra lá, então a gente já bota aquelas, aquelas serra na beirada daquelas casa aonde ali a gente tá pescando, aí põe num outro dia da gente ir naquela merma marcação. É! E, aí, a gente conhece, tipo aqui, né, tem o alto daqui da aldeia, né. Então, a gente conhece as marcação aqui da terra aqui e, aí, a gente vai e quando chega lá em cima do alto vê que não tá com sol e em nada, se você vê, eu tô na beirada da pedra. Aonde tá a marcação lá, tá na beiradinha da pedra. Aí você já começa a pescar dali, [...] você tá na beiradinha da pedra. Você num fica perdido⁸⁰.

No caso específico de navegação dentro dos recifes há ainda uma especificidade, básica que é a localização das pedras em alto mar. Na maré baixa tem que estar atento para não bater nas pedras. Durante a navegação em meio às pedras visualizamos canais como se fossem rios dentro do mar (Figura 32).



Figura 33 – Esta é visão de quem está operando a embarcação, tanto a vela quanto a motor. Observa-se a visibilidade do coral em maré baixa, apresentando o caminho que o pescador deve seguir.

⁸⁰ Entrevista com Tião no dia 05 de Outubro de 2013.

Desse modo, na maré baixa é preciso estar atento na triangulação que é realizada em terra (ex. Monte Pascoal em cima do farol), e também observar a trajetória da embarcação. As pedras apresentam um formato nessa visão oblíqua que, de acordo com sua feição, acaba se tornando também um ponto de referência para se alcançar algum outro pesqueiro por perto. Na maré alta é quase impossível de ver as pedras⁸¹, afastando o perigo de colisão dos barcos, mas isso deixa o trabalho um pouco mais difícil para o pescador, pois com o aumento do espelho d'água produzem-se distorções de visualização das pedras. Nesse caso, a localização fica apenas restrita aos pontos observáveis em terra.

Neste sentido, temos outra oposição importante (maré alta e maré baixa) que produzem formas diferentes de perceber e atuar no espaço. Então, como cartografar uma atividade que possui uma variação diária? Uma variação que não é possível marcar em nossos mapas a localização X, Y, tendo em vista que é uma variação em Z, que influencia de certo modo o sistema de posicionamento cartesiano (X e Y).

Outro ponto importante a salientar é que na navegação para a pescaria não há distinção do que é elemento humano ou não humano. Todos estes elementos fazem sentido de estarem lá pelo fato único e exclusivo do pescador estar no mar. Tanto o Monte Pascoal, como casas, fazendas, farol, um eucalipto abandonado no horizonte são os elementos cartográficos mobilizados para construir um mapa de localização de um pesqueiro, em uma operação cognitiva que é coordenada por mente/corpo.

Não há fronteiras de uma Reserva Extrativista ou de uma Zona de Proteção que assegure tal forma de navegar e de viver, sentir e interpretar a natureza e o mundo que o rodeia. O território da pesca é um território em constante construção, o qual, a cada investida, vai determinando um limite para o grupo. Esse é o limite de um lugar, limite esse traçado pela trajetória no espaço, deixando marcas que não estão presentes em nossos mapas oficiais.

⁸¹ Várias vezes presenciei pescadores do extremo sul da Bahia conseguindo visualizar as pedras, mesmo em maré alta, enquanto para um olhar destreinado, como o meu, não era possível ver nada.

4.3 Considerações Finais

Diante das apresentações acima, temos, até o momento, uma evidência clara de que os pescadores do Bugigão ao mesmo tempo em que foram aprendendo o ofício da pesca, passando pelas dificuldades inerentes ao trabalho, ritual de passagem durante a fase de aprendizado, foram também aprendendo sobre o ambiente e seu funcionamento diante da prática da pesca, o que envolve a produção de sentidos e noções do grupo – noções válidas apenas para o grupo.

Podemos observar também que há uma produção de natureza/cultura para o grupo do Bugigão que pode ser visto a partir das três dimensões cognitivas (ELLEN, 2004):

- Em relação à natureza enquanto coisa, observamos um sistema de classificação de ambientes (sarrado, sequeiro e salteados) que vão determinar que tipo de pesca e recurso estão presentes, sem contar com os sistemas classificatórios de peixe de pedra, peixe de encosto, de passagem, formando um “inteiro conceitual” (Ibidem, 2004.p. 108).
- Em relação à natureza enquanto espaço que não é humano, podemos falar de uma possibilidade de produção de alteridade natural (Ibidem, 2004.p.111), no qual a construção do pescador e de sua pessoa passa pela transição da terra para o mar, sobretudo nas primeiras empreitadas na pesca. Observamos também um conjunto de oposições, como terra-mar, sul-nordeste, terral-viração, que estão além de significações linguísticas, mas em um contexto simbólico de construção de um espaço com estas oposições abstratas e lineares (Ibidem, 2004,p.111).
- Enquanto natureza como essência interior, “ou energia vital ou força fora do controle humano, isto é, mais intangível dos três...” (Ibidem, 2004, p.112). Neste sentido, basta observar as relações que os pescadores possuem em relação à sazonalidade de ventos e tempestades, em uma oposição abstrata e linear, que dá outro sentido à ideia de uso e preservação dos recursos.

Esta perspectiva, como apresentada acima, foge do cartesianismo da natureza fora de nós que insiste em deixar nos mapas, como forma de dizer que sua existência está ali por outros motivos (capítulo II), mas não por essas configurações apresentadas pelo grupo social local.

Trata-se de certa indivisibilidade entre prática e ambiente, ou mesmo entre cultura e natureza. Há também a questão da indivisibilidade entre espaço e práticas traduzido em uma prática de pesca para a produção de território e de territorialidade, de um lugar que faz sentido para quem realiza tal prática.

Ao ouvirmos as menções dadas aos lugares, e também ao conhecimento profundo de seu ambiente de percepção, vemos que os pescadores, na medida em que vão pescando, produzem e reproduzem seu território. Inscrito em tal ecologia da vida, podemos ver esta ecologia como sendo um coletivo além de natureza/cultura, como também um coletivo de uma cadeia operatória ou praxiogenética (SAUTCHUK, 2007), um engajamento intelectual no trabalho da pesca, sem estar dissociado do trabalho do corpo.

Desse modo, vimos que a partir da prática da pesca há uma construção de lugar e de território (da pesca artesanal) que está para além dos limites de uma Zona de Proteção Marinha. Neste sentido, observamos que o conflito, até o presente momento, é esboçado, em termos de acesso aos recursos pesqueiros (lugares e territórios), sobre um determinado espaço que impõe uma noção de proteção, de negação do caráter holístico do conhecimento naturalístico aqui exposto.

Observamos que as narrativas dos pescadores ao se referirem ao seu meio ambiente, lugar e território da pesca são as da fartura, da abundância (após o afastamento dos barcos comerciais), em contraste com as narrativas dos atores conservacionistas, que são sempre trabalhadas na perspectiva da escassez da exaustão dos recursos, da perda de biodiversidade (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

“O meu problema que eu tinha com a esquerda brasileira, era porque ela queria um Brasil bucólico e achava que o pescador tinha que continuar refém aos seus próprios meios de produção, continuar pescando de canoa a vela, sendo que estamos na aurora dos tempos já com advento do motor, da energia elétrica e do computador”.

Trecho de entrevista de Tom Zé no Rodaviva em 1994

Capítulo IV - Conflitos e alianças na Resex do Corumbau: hibridização em torno da Zona de Proteção Marinha

5. Introdução

No capítulo II, foram apresentados as razões, motivos e crenças que conduziram os agentes conservacionistas a criar uma área que pudesse permitir a salvaguarda dos recursos pesqueiros, tendo como premissa principal a necessidade de estabelecer um limite territorial ideal, conforme apontava a racionalidade científica.

A criação e a implementação de uma Zona de Proteção Marinha (Zona de Exclusão de Pesca) não aconteceu de forma isolada, uma vez que tal iniciativa já fazia parte de um movimento nacional e global para recuperação e conservação de ambientes recifais.

Vimos ainda no capítulo anterior, que existe uma dinâmica complexa em termos de funcionamento dos ambientes marinhos, e os elementos que nele atuam. Visões e versões diferentes que explicam diversamente os limites com base no conhecimento naturalístico que se sobrepõe aos limites propostos de proteção. Tais limites não são condizentes com o funcionamento do sistema ecológico em uma perspectiva antropológica de percepção da natureza.

Diante dessa última constatação, discutiremos, a seguir, o processo de criação da ZPM em relação à estrutura social da comunidade do Bugigão e do Corumbau, e a partir disso, como se estabeleceram alianças e conflitos sobre esta área. Nesta etapa, buscaremos trabalhar em uma perspectiva situacional e como tal processo se configura como metáfora ritual do conflito (GLUCKMAN, 1987; GUIZARDI, 2012; TURNER, 2008; VELSEN, 1987).

Primeiramente, partiremos do pressuposto básico de que o processo de criação da RESEXMAR do Corumbau e mais especificamente a discussão do Plano de Manejo e seu Zoneamento (que define a Zona de Proteção Marinha) referem-se a um

processo de *Mudança social* – esta uma categoria fundamental de análise sobre os conflitos gerados durante tal evento.

As mudanças de participação nos grupos em situações diferentes revela o funcionamento da estrutura, pois a participação de um indivíduo em um grupo particular em uma situação particular é determinada pelos motivos e valores que o influenciam nesta situação. Os indivíduos podem, assim, assumir vidas coerentes através da seleção situacional de uma miscelânea de valores contraditórios, crenças desencontradas, interesses e técnicas variadas (GLUCKMAN, 1987, p. 261).

A análise sobre a mudança *social* para Gluckman (1987) seria evidenciar que os processos macrossociais (nos quais se realizam tais mudanças) influenciam as relações microssociais, tendo como pressuposto a ocorrência de acordos e desacordos em nível de instituições sociais e diretamente relacionados com a hierarquia social existente nas relações de poder construídas com estas instituições.

Como método de integrar variações, exceções, e acidentes nas descrições das regularidades, a análise situacional, com sua ênfase no processo, pode ser particularmente apropriada para o estudo de sociedades instáveis e não homogêneas (VELSEN, 1987). Quando apresentamos a questão das sociedades instáveis, estamos nos referindo aos grupos sociais locais (relações microssociais) inseridas dentro do contexto de uma Reserva Extrativista Marinha e de agentes externos (relações macrossociais).

Entretanto, a temporalidade é um fator primordial para a análise do conteúdo de mudança social como categoria de análise, a qual irá marcar certa estabilidade nos processos macrossociais, já nos processos microssociais são marcados por conflitos e cooperações (GLUCKMAN, 1987).

Em termos de método, devemos observar que o processo de mudança social deve ser visto como um *modelo de equilíbrio* (provocando em acordo temporário), como forma de estudar sistemas sociais em mudança, tendo em vista que o campo de estudo é complexo e que acaba sendo necessário o uso de diferentes abordagens para análise, além de permitir que se aborde o sistema social, uma vez que torna evidente a estrutura de seu sistema na realidade (GLUCKMAN, 1968).

O modelo de equilíbrio para o autor é bem representado quando observamos que, ao longo do tempo, os elementos (sujeitos e suas posições) das instituições tendem a se balancear após o momento de distúrbio. Essa tendência ao equilíbrio é tratada como sendo a *duração estrutural*, como objetivo central de estudos sobre conflito, contemplando mudanças sociais e suas temporalidades nas instituições.

A duração estrutural seria justamente este “tempo ótimo”, interno a instituição observada, em que o dito equilíbrio se consolida: O tempo necessário para o estabelecimento e reprodução de um conjunto de relações de interdependência entre os elementos componentes da instituição (GUIZARDI, 2012, p. 35).

Tal proposta de discussão em uma perspectiva situacional tem como objetivo afirmar que a criação da Zona de Proteção Marinha (ZMP) foi um acordo formal, entremeado de relações informais (microsociais) e, desse modo se constituiu como um acordo temporário entre CI-Brasil e IBAMA (atual ICMBio), no estabelecimento da RESEXMAR do Corumbau (relações macrossociais), sobretudo com os pescadores artesanais do Corumbau e Bugigão. Esta perspectiva só pode ser observada a partir de um evento social importante, que foi uma reunião realizada em fevereiro de 2012 que permitiu a visualização das posições dos sujeitos desta pesquisa em torno da ZPM.

Outro ponto a ser apresentado é esta questão: até que ponto existe uma validade científica em torno da Zona de Proteção Marinha, no sentido de que tais áreas possam beneficiar de forma indireta, e em longo prazo, a pesca dos moradores do Bugigão e do Corumbau e outras comunidades pertencentes à RESEXMAR?

Neste sentido, este capítulo tem também como objetivo uma espécie de acerto de contas em relação às questões levantadas nos capítulos anteriores, tais como os pressupostos de criação da Resex, o estabelecimento da comunidade do Bugigão como um novo grupo social, a construção de uma visão de natureza desvinculada de nós (não-lugar), e uma perspectiva de construção de uma natureza e de um território (lugar) possível para o encontro das experiências objetivamente vividas (pescadores artesanais do Bugigão).

5.1 A contestação sobre a Zona de Proteção Marinha e suas posições

Como mencionado na Introdução deste trabalho, uma reunião realizada no ano de 2012, como parte da execução de um projeto financiado pelo FUNBIO sobre serviços ambientais marinhos, tinha como um dos objetivos retomar a discussão e manejo na ZPM. Nesta oportunidade, deparei-me de forma mais intensa com o conflito que ali já existia, embora velado, silenciado pelo tempo, e que se tornou evidente quando eu “toquei diretamente na ferida”.

No início do ano de 2012, realizamos uma atividade de reconhecimento da área, na qual seria realizada a demarcação física dos limites da Zona de Proteção Marinha, com boias de sinalização. A partir desse momento, em menos de um mês, fui chamado pelos moradores da Comunidade do Bugigão para uma reunião no final do mês de janeiro de 2012. Todos estavam querendo entender do que se tratava o projeto, porque deveria realizar a demarcação da área, e, sobretudo, quais seriam os benefícios que o projeto traria para os pescadores.

Nesta reunião houve um questionamento sobre o caráter do projeto que eu ali representava e se, de alguma maneira, os pescadores seriam beneficiados, uma vez que já tinham passado pela experiência de vários outros projetos (ex. Projeto Resex) e que para eles não teve nenhum retorno imediato. O projeto era praticamente a continuação de linhas de pesquisas científicas, relacionadas à gestão pesqueira e à comprovação, em tese, de que uma área protegida dentro da RESEXMAR permitia a melhoria de abundância de pescado.

Deixei as vozes da comunidade do Bugigão falarem e passei a escutar a situação que se apresentava naquele momento. Um dos pescadores, Nonga⁸² disse que a área estava errada, pois era muito grande e estava sobrepondo-se aos principais pesqueiros que eles utilizam. Uma dúvida pairou, e indaguei sobre a escolha do

⁸²O pescador Nonga, tinha nos acompanhado durante o reconhecimento da área referente à Zona de Proteção, zona essa que estava presente no plano de manejo.

local para a definição da Zona de Proteção Marinha⁸³. Desse modo, o pescador Tião respondeu a indagação:

é porque naquele tempo a turma tava tudo sem noção, a gente pensava que ia ajudar um pouco a comunidade e tudo. Naquele tempo esta era a área que a gente mais pescava de canoa e baiteira, então naquele tempo era a área que a gente mais usava⁸⁴.

Com base nessa afirmação, perguntei como foram conduzidas as reuniões para se chegar a esta proposta, presumindo a utilização de mapas para se chegar àquele desenho. Tião responde “...*Eu vi aquele mapa foi tudo atrapalhado, eu vi, as pedras que eram num canto tava em outro pela marcação do mapa, tava doído o mapa*”⁸⁵.

Não eram os nomes dos pesqueiros (pedras) que estavam errados – era outro modo de ver: o ângulo de visualização do pescador para os seus pesqueiros é diferente. Os pescadores possuem diversas marcações que orientam além dos pontos cardeais, e utilizam pontos em terra, como forma de triangular suas posições. Assim, a apresentação do mapa na função padrão, com outro ângulo e tendo como referência a orientação para o Norte, foi um dos pontos que permitiu um acordo (com cautela), uma vez que, mesmo sem nada entender do que era apresentado, havia alguma confiança de que a promessa de uma vida melhor seria garantida a partir daquele momento.

Foi durante uma reunião, em fevereiro de 2012, com os pescadores da Comunidade do Bugigão e Corumbau, que algumas coisas começaram a fazer sentido. Esta reunião foi marcante para o direcionamento desta proposta de pesquisa, que aqui a considero como momento relevante – um evento social que me apresentou vários matizes de posicionamento dos pescadores locais a respeito da ZPM.

Fui guiado por uma perspectiva técnica de minha formação, de que era preciso escutar e entender quais eram os motivos, razões e, sobretudo, interesses que estavam em jogo em relação a tal “demarcação”. Chamei os gestores do ICMBio,

⁸⁴ Fala de Tião em Reunião de Janeiro de 2012.

⁸⁵ Fala de Tião em reunião de janeiro de 2012.

Ronaldo Oliveira e Janina de Azevedo, para participar dessa nova reunião, por achar oportuno que a dúvida dos pescadores ali fossem escutadas e, de alguma maneira, acreditei que poderíamos alcançar um caminho alternativo.

Na reunião de fevereiro, estavam presentes cerca de 40 pescadores e algumas pescadoras das comunidades do Corumbau e Bugigão (Figura 33), representantes do ICMBio, o conselheiro da Resex Zeca (comunidade do Veleiro), estudantes de graduação e pós-graduação em biologia e ecologia, além de minha participação e de Juliana Pratavieira (CI-Brasil). Os pescadores em destaque na participação da reunião foram: Caboclo; Bau; Tião; Gilmar; Nonga e Nauim (Véio) do Bugigão e Senhor Milton; Honorato; Epifânio; Geraldo; Gileno do Corumbau.

Conduzi a reunião, apresentando um mapa que deveria ser preenchido com os nomes das pedras para que começássemos a entender a o que estava presente problema. Percebi, que durante este momento houve um espanto por parte da maioria, ao ver que a área de proteção não era somente sobre os recifes que estavam expostos, mas sim nos aprofundados (recifes salteados ou cabeços) localizados na parte mais funda, com seu limite chegando até às oito milhas náuticas que é o limite leste da Resex do Corumbau. Espantei-me também, em ver que em 10 anos de Reserva Extrativista, as principais comunidades Bugigão e Corumbau, não tinham a real noção do tamanho da área de que estávamos falando.



Figura 33 – Reunião de fevereiro de 2012 na qual foram dados esclarecimentos sobre o Limite e o tamanho da Zona de Proteção Marinha com os pescadores do Bugigão e do Corumbau. Arquivo CI-Brasil. Fevereiro de 2012.

Considero então esta reunião um evento importante em relação ao conflito em torno da ZPM, pois deixou evidente alguns posicionamentos sobre tal área. A Comunidade do Bugigão estava bastante coesa em termos de argumentações sobre o tamanho da área e sua localização, tendo em vista que a maioria pesca ou já pescou em canoas à vela. No Corumbau havia ainda a desconfiança de que tal área estava muito além do que imaginavam, dentre eles Gileno, Geraldo e Epifânio eram os que mais questionaram. Também era feita defesa em torno da área, por parte de seu Milton e Honorato, Nauim (Velho) e Zeca do Veleiro, que não se pronunciou nesta reunião. Zeca é morador do Veleiro, comunidade localizada a 10 km do Corumbau, é também liderança em nível local e estadual do Movimento dos Pescadores. Somente após alguns meses, ele se pronuncia na Reunião do Conselho Deliberativo, de forma crítica, sobre a reunião de fevereiro, com a argumentação que seria um retrocesso para Resex refazer a área.

Neste sentido, percebemos uma defesa nesta área, de forma relacional, a partir da perspectiva de inserção destes sujeitos em níveis formais e não formais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

O senhor Milton defendia a existência desta área, a partir de seu próprio histórico de luta pela preservação local dos recursos, que culminou na criação da Resex. Temos então a figura do "seu Milton" como uma peça chave para o diálogo entre os pescadores locais e os agentes externos, durante a criação da Resex e também na elaboração do Plano de Manejo:

Se não fosse criada essa área aqui tinha acabado mesmo, isso era verdade mesmo, a única vantagem que conseguimos criar com muita luta, foi de criar essa área de preservação aqui, porque nós não acabamos com nada, o que estava acabando era o povo de fora, agente nem pescava de camarão, então isso foi uma grande coisa... isso foi uma grande coisa para nós⁸⁶.

Boa parte desse diálogo transitou entre ambientes formais e não formais. Milton e Honorato, Guilherme Dutra e Magrão, possuem certa reciprocidade de amizade construída ao longo do processo de criação da Resex, abrindo caminho para a elaboração do Plano de Manejo. Mas cabe aqui um adendo por parte de seu Milton sobre o seu próprio posicionamento.

“Porque o governo não tem um projeto para dentro da Resex para regularizar seus barcos [deles], para poder trabalhar direitinho aqui. Estamos com anos de Resex aí, e não temos nada”⁸⁷.

Este discurso é bem recorrente em ambas as comunidades sobre as benesses que foram prometidas durante a elaboração do plano de manejo. Um dos pontos que serviu para que os pescadores aceitassem a demarcação da área, foi a expectativa de que em um futuro próximo, todos se beneficiariam com melhorias, que o pescado obteria um preço melhor, dentre outros pontos. Isso fica bastante evidente na palavra de Epifânio, questionando a possibilidade de aumento de pescado com a ZPM.

“Quando aumenta a quantidade de peixe, por meio de preservação o que for, esse não é o problema, o problema é que aumentou a quantidade de peixe e

⁸⁶ Fala de Seu Milton em reunião de fevereiro de 2012.

⁸⁷ Ibidem.

não teve para quem vender, então do que adianta aumentar a quantidade de peixe e não ninguém para vender? Viriam projetos que não veio...⁸⁸.

Os senhores Epifânio e Geraldo entendem bem a questão da comercialização do pescado, por já venderem peixes para algumas pousadas, como Canal do Pampo, Loin de Tout, Jocotoca e também para o próprio restaurante do Geraldo.

Entretanto, tal perspectiva nos faz pensar sobre o excesso de projetos os quais os pescadores da Resex do Corumbau vivenciaram e ainda vivenciam. São expectativas frustradas em torno de uma possibilidade de melhoria material, pois tais projetos só podem, em sua maioria, expressar em termos abstratos, em números que só fazem sentido para um determinado grupo que conhece e entende.

Outra posição favorável à ZPM foi a de Nauim, mais conhecido como velho que mora no Bugigão, que criou uma argumentação favorável à área, embora não tenha presenciado a discussão do Plano de Manejo e do zoneamento, pois nesse período ele morava na aldeia Pé do Monte, próximo ao Monte Pascoal.

“Eu vou falar um coisa! Tem seu Milton e tem meu pai que já têm setenta e poucos anos já. É que hoje esse local é nosso, se nós não cuidar do que é nosso, nós vai acabar com isso, independente de ter apoio ou não, mas é capaz de ser arriscado de a gente ficar comendo só as piabinhas aqui, mas nós temos que de alguma maneira preservar alguma coisa, um metro quadrado que for, porque se nós não for por aí, dali nós ter galhos e raízes e jogar as coisas para frente. Vou dar o exemplo aqui, está aqui seu Milton, Está meu pai aqui, há 20 anos atrás, no verão aqui pegava 11 cesto de peixe, de inverno a verão, hoje agente enrreda de inverno a verão não dá uma piracema mais. Aí a gente ver que as coisas mudou, e ai a gente tem que ver com a nossa consciência que tem que cuidar do que é nosso⁸⁹.”

Tal posição de Nauim foi apresentada a partir de sua vivência na aldeia Pé do Monte. Nesta época, ele trabalhava no Parque Monte Pascoal. Este período de trabalho, de certo modo, criou uma objetividade do discurso sobre a preservação como sendo algo importante. Tal discurso se apresenta como um discurso conciliador entre a preservação da natureza em uma perspectiva ocidental, com a ideia de preservação que eles construíram a partir de sua própria experiência quando existiam barcos de fora na região.

⁸⁸ Epifânio em reunião de fevereiro de 2012.

⁸⁹ Fala de Vêi em reunião de fevereiro de 2012.

“Nós temos que juntar as comunidades para pensar o que é melhor para nós, o que é melhor para nós, não o que é melhor para eles [agentes externos e ICMBio]. A ideia deles é muito boa, mas nós temos que acatar nós, para que eles possam ajudar a nós. Se tiver projeto tudo bem, se não tiver, nos não vão estar nem ai não, porque a gente vai cuidar do que é nosso. Hoje a gente bate de lá de Cumuruxatiba até aqui e puxa corda e não dá aquela quantidade de peixe. Eu era pequeno assim, mas eu tinha condições de contar quantos barcos tinham aqui, era cento e poucos barcos, eu saía assim de canoas, pedindo piabas para modo de minha mãe salgar para agente comer. Naquela época agente não tinha noção, os órgãos não tinha controle aqui, então hoje pelo menos temos algum incentivo, nós tem que tem que começar a zelar por nossa pescaria, a zelar por nossa comunidade, mas nós temos que ter é olho vivo”⁹⁰.

Entretanto, apesar do conflito entre duas formas de pensar a natureza, observa-se também que, com o passar do tempo, os discursos sobre a Zona de Proteção Marinha, começam a se modificar adquando-se às formas de trabalho dos agentes externos, deixando mais evidente que as relações não formais são importantes também na elaboração de um discurso não dualista em torno do conflito com a Zona de Proteção Marinha.

Com base nas novas relações estabelecidas entre atores e grupos locais, e também de acordo com as questões temporais, é perceptível um posicionamento não tão rígido em torno da Zona de Proteção Marinha. Esses matizes de posicionamento são muitas vezes guiados a partir de relações não formais. Acredito que na medida em que percorremos de relações formais (RESEX, Conselho Deliberativo) para relações informais com membros de ONGs e pesquisadores, há uma reordenamento do discurso, deixando um pouco evidente a não dualidade do conflito⁹¹.

“Então, por isso que não foi muito aceito pelos pescadores, mas como a gente, a maioria que reconhece, não todos, até hoje, tem conversado na garganta de pescadores que num aceita essa Resex. (...) Inclusive botaram bóia lá, foi cortada, foi solta, por isso aí. Tem alguns pescadores que nunca quer aceitar o que é certo. Que é do jeito dele e acabou. É igual que quando tem motorista na BR, ele acha que tem que ser ali que ele passa, quem quiser que sai da frente, num é assim? É igual alguns pescadores [...]. Então eles acharam que não era boa fazer essa área, mas pro meu lado eu já reconheço que tem que ter, porque você pensa em filho, pensa em neto, pensa em bisneto e você tendo um pedacinho, comendo e guardando um pedacinho pra cada dia a dia é... Você tem segurança que o que é seu vai

⁹⁰ Fala de Véio em Reunião em fevereiro de 2012

⁹¹ A partir daqui, iremos preservar a identidade dos entrevistados tendo em vista que estaremos falando de conflitos locais.

*tá seguro pra mais tarde, né. Então, dessa forma que os pescadores não achô que foi bem aceito essa parte de área protegida, entendeu?*⁹².

*“Até hoje está difícil, porque a marcação está pouca, ninguém vem, o pessoal sai daqui não ve marcação nenhuma, não sabe se está pescando fora ou dentro, se tivesse um marcação de 100 metros uma boia, você pode passar ali e saber que não pode pescar, porque está dentro da boia” [se mais pessoas concordaram da delimitação] “ah, teve muita gente também, teve gente cá da aldeia que não concordaram com isso, que pescava em canoa também”*⁹³.

Há também uma reflexão dos pescadores sobre o tamanho da área com base na atual situação das comunidades, tendo em vista que a Resex permite o acesso restrito aos recursos naturais.

*“Olha só, Jerônimo, o que você sabe, né, a gente que é morado aqui, você sabe que cada dia passa, cada ano passa, a família vai crescendo. E aquela época que, que foi fechado isso aí, discutido o Plano de Manejo, eles não, não, não pensaram nos pescadores que estava vindo, entendeu? Nos filhos que estava vindo. E agora, eles acharam por quê que a área está grande? Porque agora construíram nove canoas de fibra, né, e as outras canoas que tem aí é a remo, entendeu. Claro que eles vão achar que a, área está grande, entendeu. Que antes eles num pensaram na quantidade de pescadores que estava vindo, entendeu. Porque antes, tinha as canoa e, como te falei, o nosso forte aqui é a pescaria de camarão e, agora, a maioria dos camaradas que pescava, os companheiro de, de camarão, ele largaram o barco e tão pescando nas canoa de fibra, de... Aí pronto, é claro que eles vão achar que a área está, está, está grande, né, porque antes você via que era cinco, seis, né, oito canoinhas que pescava e, agora, tem canoa fora as outras canoa que está vindo aí, entendeu. Isso aí que é o problema que eles acha agora grande”*⁹⁴.

Desse modo, acredito que o conflito entre pescadores artesanais e a Zona de Proteção Marinha, seja um conflito distante de uma resolução, tendo em vista as relações sociais estabelecidas entre os agentes que acreditam no conjunto de crença de valores conservacionistas, com base em instituição moderna, em detrimento do conjunto de crenças, regras e valores, não “modernos”, pertencentes aos grupos de pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, mais especificamente na comunidade do Bugigão.

Desse modo, podemos observar a existência do conflito em um nível mais concreto, em torno da ZPM porque são mais visíveis os limites em que a área protegida se

⁹² Entrevista com pescador do Bugigão.

⁹³ Entrevista com pescador do Bugigão.

⁹⁴ Entrevista com pescador do Bugigão.

sobrepõe às áreas de pesca. No entanto, quando saímos de um plano material para o simbólico, sobre o limite da ZPM, observamos que não há uma posição totalmente dualista sobre a área. A maioria dos pescadores é favorável a tal área, mesmo sendo uma imposição nossa (ocidentais). Mas a posição em torno da ZPM, tem como marco as relações sociais formais e não formais, entre agentes e pescadores artesanais.

Ainda na reunião de fevereiro de 2012, chegamos ao entendimento de que a ideia precisava de mais amadurecimento e que deveria ser feito de forma coletiva. Foi questionado se haveria possibilidade de mudança da área, e a servidora do ICMBio, Janine de Azevedo, presente na reunião, confirmou esta possibilidade, com os cuidados para que todos fossem escutados e não se criassem mais conflitos.

Diante disso, as duas comunidades ficaram de apresentar na Reunião do Conselho uma proposta de uma nova Zona de Proteção para que os conselheiros pudessem votar a favor da nova área. No entanto, a iniciativa de poder rediscutir os limites da Zona de Proteção Marinha dividia opiniões entre pesquisadores, membros da Conservation International e Gestores da Resex.

Um mês depois da reunião, estive presente na comunidade do Corumbau para ver o resultado das discussões das duas comunidades: decidiram apresentar proposta única, como um acordo em construção entre eles. Esta discussão interna entre as duas comunidades foi conduzida por Gilmar que, além de ser liderança da comunidade do Bugigão, também conseguia ler os mapas, podendo transmitir e traduzir para os seus companheiros o que estava representado e também passar para o mapa o que eles almejavam (Figura 34).

Para Ronaldo Francine-filho, ou Magrão, que nessa época - fevereiro de 2012 - estava coordenando uma campanha de pesquisa e monitoramento na região do Banco dos Abrolhos, quando soube do que foi discutido no Bugigão, o mesmo não se posicionou de forma reativa. Para Magrão, não haveria problema caso houvesse a mudança dos limites, pois entendia que isso seria um amadurecimento do grupo diante as discussões sobre o manejo; se preocupava por a mudança nesta área se refletir num aspecto importante da pesca. Segundo Magrão, estava claro que os recursos diminuíam na área mais rasa dos recifes, e que nas áreas mais profundas

ainda havia estoques com um número maior de peixes e, por isso, o interesse dos locais em preservar áreas mais rasas e pescar em áreas mais profundas.

Outro ponto relevante levantado por Magrão, é que era possível ter áreas rotativas que trariam benefícios mais imediatos para pesca, mas apenas em curto prazo, e que em longo prazo poderia ser desastroso, partindo da premissa que Zonas de Exclusão de Pesca, na literatura sobre o assunto, teria um resultado ótimo em escala de décadas e não de anos.

No entanto, o Gestor da Resex do Corumbau, Ronaldo de Oliveira, estava totalmente em desacordo com a mudança da Zona de Proteção Marinha. Em abril de 2013, Ronaldo comentou, abertamente, para mim e para outro companheiro da CI, que teve uma reunião com o grupo do Bugigão para tentar reverter o quadro. Segundo ele, os pescadores de embarcações maiores estavam usando os pescadores de barco à vela como bode expiatório para tentar mudar tal área, falando diretamente para o grupo do Bugigão.

Diante disso, a possibilidade dos locais discutirem por si mesmo quais os rumos queriam aqueles pescadores artesanais (à luz da legislação como extrativista), foi novamente um processo natimorto. Morreu antes mesmo de nascer! Ficou evidenciado que aquele grupo não possuía e nem possui direitos em poder modificar suas vidas, estando aprisionados em um espaço territorial que representa apenas uma parte dos interesses de seus beneficiários, pois a outra parte deve ser contabilizada como espaço territorial pertencente ao Estado Brasileiro, e sua conservação à luz da Constituição Federal e da lei SNUC deve ser garantido (LOBÃO, 2006).

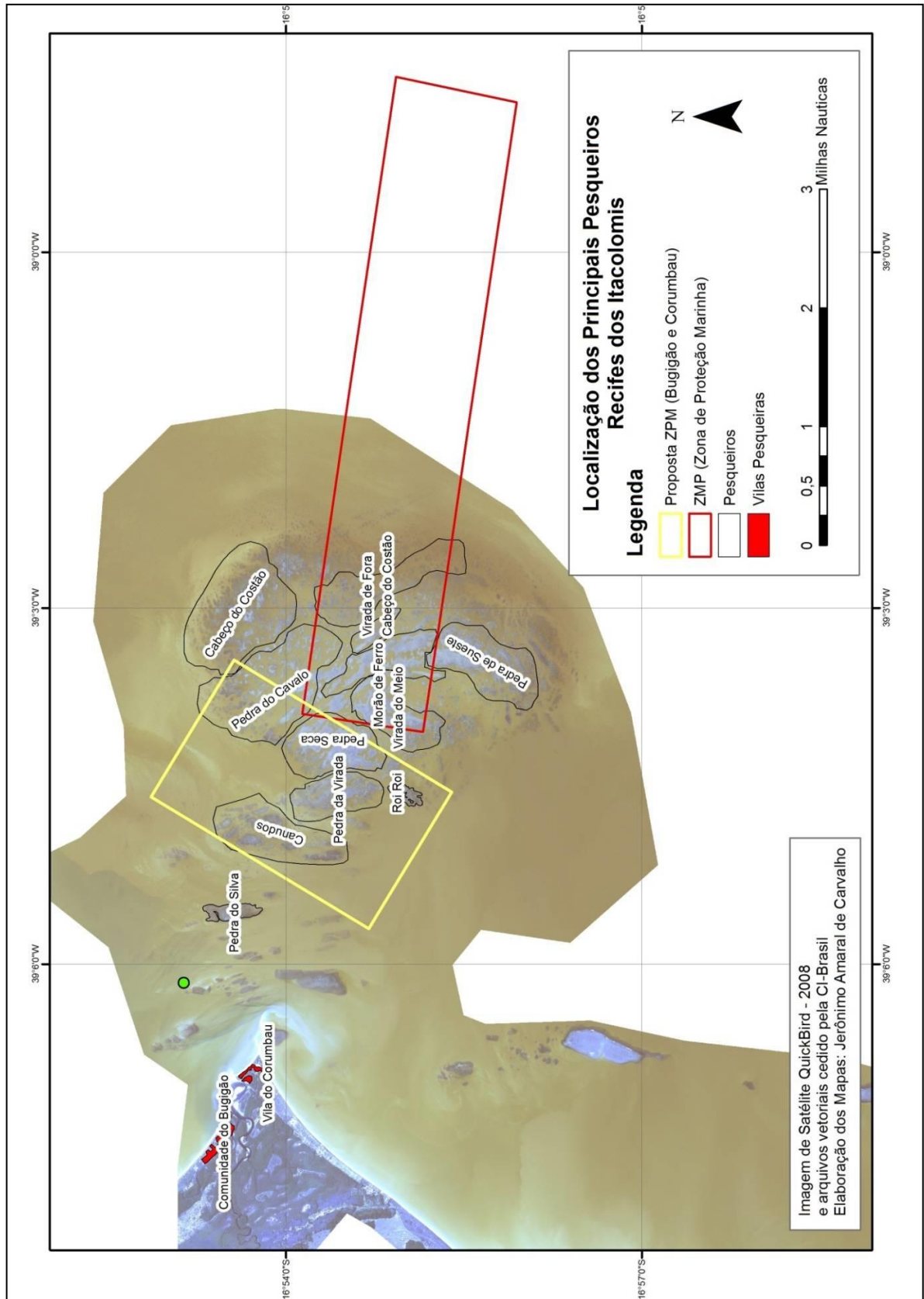


Figura 34 – Mapa de localização da proposta de uma nova ZPM elaborado pelas comunidades do Bugigão e do Corumbau no ano de 2012.

Neste sentido, é importante que tenhamos um panorama sobre as primeiras discussões a respeito da elaboração do Plano de Manejo, bem como a definição do seu zoneamento, que inclui uma zona de exclusão total da pesca, tendo como premissa que tais áreas podem beneficiar os pescadores artesanais das comunidades do Bugigão e do Corumbau, e em uma tentativa forçosa de ser uma área que beneficie também a Resex como um todo.

5.2 Os primeiros passos da discussão da Zona de Proteção Marinha na Vila do Corumbau

O interesse em estabelecer áreas de exclusão de pesca, podemos afirmar que partia, conforme mencionado no capítulo I, da confluência de interesses entre pescadores artesanais na criação de uma área de uso exclusivo, e da racionalidade de criação de áreas que representassem objetivos e metas de conservação diante da crise ecológica dos oceanos, anunciada ao longo dos últimos 50 anos.

A discussão da Zona de Proteção Marinha em seu Plano de Manejo, como foi mencionada anteriormente, se constituiu como um interesse conduzido pela organização CI-Brasil, em aplicar instrumentos de manejo, de acordo com uma premissa básica de efetividade da Zona de Exclusão de Pesca.

Esta confluência de interesses para a criação da Resex do Corumbau pode ser vista também como um diálogo inicial para a criação do conceito Reserva Extrativista (no capítulo II), no momento de inserção dessa categoria de manejo no SNUC, como sendo uma comunidade de argumentação básica de um tempo desterritorializado em um espaço desencaixado, em detrimento de uma temporalidade não moderna e um conhecimento não científico (LOBÃO, 2006, p. 113).

A Unidade de Conservação, Reserva Extrativista, pertencente ao grupo de Áreas Protegidas de Uso Sustentável e,, segundo Lobão (2006), apresenta aspectos importantes para ponto de partida de nossa discussão (Elaboração do Plano de Manejo e seu Zoneamento). Um dos aspectos importantes é a inclusão de determinado grupo e ecossistema em um processo de tradução e purificação, transformando-o em patrimônio público de controle do Estado, desconsiderando ou supra normatizando a

dinâmica local. Outro aspecto importante é a projeção de uma modernidade (Reservas Extrativista) para dentro de um grupo social, tendo como pressupostos básicos a ideia de desenvolvimento sustentável como construto da própria modernidade, impondo uma visão de mundo sobre a outra (Ibidem, p. 115-116).

Além dos pontos de vista aparentemente comuns, durante a criação da Reserva Extrativista, observamos também uma diferença básica entre as duas formas de conhecimento: o saber naturalístico em relação ao saber científico que, durante a elaboração do Plano de Manejo, passam os seus primeiros momentos de confluência de um para o outro.

No caso da Resex do Corumbau, durante a discussão de seu Plano de Manejo e de seu zoneamento, e a inclusão de uma área de exclusão da pesca, observamos o contrário, o mesmo conhecimento científico que “bebeu nas águas” do conhecimento local se prepara para a investida.

A proposta de fechamento das barras de rios para os barcos de balão, como uma proposta vinda do grupo de solução imediata e concreta, se tornaria a oportunidade à qual Bensusan (2006) nos referiu no capítulo II. Desse modo, uma oportunidade que biólogos e gestores trabalharam na perspectiva de criar uma zona de exclusão de pesca, uma abstração que tais áreas sejam uma solução futura de um problema emergente da escassez (que em muitas vezes não faz sentido imediato em nível local).

Diante disso, podemos pensar no processo de discussão da ZPM entre os anos 2000 e 2001 como um evento de grande discordância que, em um primeiro momento, visualizamos diferentes pontos de vista de ambos os lados, conservacionistas e pescadores locais. De forma a tentar mediar estes pontos de vista, a CI realizou uma série de reuniões na Ponta do Corumbau (debaixo de pés de amendoeiras como dizem alguns) com o objetivo primeiro de equilibrar o entendimento geral.

A princípio os pescadores locais foram muito refratários à ideia de fechar uma área para a pesca, mas aos poucos foram cedendo espaço para a negociação. Segundo Guilherme Dutra, um dos motivos de contestação em relação à criação de uma zona

de exclusão fora mencionado pelos pescadores de canoa à vela, pois as áreas dos recifes eram áreas que possibilitavam a navegação destas embarcações.

“Naquela [época] eu achava ruim, modo dos pescador (sic) que estava de canoa, nós que pescava de canoa, quando o vento por exemplo, não dá para pescar cá por sul, para cá, as vezes não tem vento para pescar para cá, só vai pegar lá dentro, ai ficava ruim ai”⁹⁵

Neste caso exemplificado por Neco, é um exemplo de uma das variações sazonais ao longo do ano, como exemplo de um vento nordeste que empurra várias embarcações à vela para o sentido sudoeste, apresentando dificuldades em se manter na porção norte fora da ZPM, o que corriqueiramente expõem as pequenas embarcações à instabilidade, e para manterem-se mais estáveis a única solução é ir para dentro dos recifes, que produzem atrito suficiente para diminuir o tamanho das ondas.

Diante as dificuldades apresentadas em relação à manobra da embarcação à vela, de acordo com o vento disponível, o grupo nos fala sobre a dificuldade inerente a tal prática, que requer uma habilidade crucial e que também desenvolve muita fadiga durante a navegação, impondo ao pescador qual o local mais adequado para a pesca. Desse modo, observamos que a pescaria à vela é uma atividade que impõe limites e exige destrezas ao pescador.

“Porque pra nós dessa época que era pra ser feito, a maioria dos pescadores era pesca de canoa. Tronco de árvores. Então era a vela, levava e trazia no próprio vento. Então, num era todo vento que dava pra você pegar e um lugar fora da área que você ia fechar pra você ir aonde fosse. Porque pra você pescar no vento é, a vela, você tem que ir aonde o vento leva e voltar pra o vento trazer de volta. Então, se o vento tiver de cá, se não der pra você vim pra cá, você vai para onde der, mas você vai pesca. Então, já que tem aquela cerca ali, que era aquela área demarcada, a gente achava que não tava de acordo, porque se o vento desse pra ali? Como que você ia rasgar no remo para outro lugar? A gente achava que era sofrimento pra gente”⁹⁶.

Diante de tal afirmação, cabe relembrar como os pescadores locais do Corumbau e Bugigão possuíam a prática da pesca intimamente interligada ao sistema natural, no qual a predominância dos ventos, nordeste, sul, terral, sueste e leste são

⁹⁵ Entrevista realizada com pescador do Bugigão.

⁹⁶ Entrevista com pescador do Bugigão.

determinantes para a realização da pescaria, sobretudo relacionado aos aspectos de nutrientes, bem como a habilidade de conduzir embarcações de madeira e vela.

Ainda diante da afinação das diferentes formas de entendimento do que se discutia naquele momento, foi apresentada uma série de mapas para que pudessem elucidar a proposta que vinha sendo encaminhada pelos especialistas, gestores públicos e organizações não governamentais. No entanto, tais mapas apresentavam ainda problemas que evidenciavam uma leitura distinta do espaço.

Como vimos anteriormente, existiam pontos de vista distintos sobre a leitura espacial: de um lado pescadores que se inscrevem em seus próprios territórios, produzindo seus próprios mapas, a partir de seus corpos/mentes, de outro lado, a apresentação da proposta por meio de mapas que representam uma forma ocidental de visualização e representação das coisas.

“As pedra na verdade estavam com os nomes tudo errado, onde eles botaram, botaram as pedras que estavam com o nome num canto, já botaram tudo para cima. (...). Estava entendendo ali, porque avgente conhece pedra por pedra ai fora né?. Porque tipo assim, a gente sai daqui, e vou passar lá na pedra seca, porque não é todo mundo que entra ai e sai lá por fora não, né, já no recife, la por fora. Então, a gente conhece as pedras por pedras ai, então pelas pedras, pelo mapa ali, pelas posição, a gente sabe que pedra é. Porque a gente conhece as pedras a maioria pelo nome (...). É porque naquela foto de avião, eles botaram o nome das pedras botaram o contrário, mas eles na demarcação, e até fora da demarcação, eles botaram o nome tudo diferente, né?”⁹⁷.

Desse modo, o aprisionamento do tempo-espaço em um mapa e sua utilização como ferramenta – que se supõe representação do real, permite escamoteamento do conflito, sobre quem detém o domínio e a leitura cartográfica e sobre quem não o detém, e possui outras formas de leitura espacial a partir de sua prática imediata no ambiente. Tal distinção evidencia o que pode ser visto como uma visão global, uma concepção moderna sobre o meio ambiente, que se distingue de um mundo que é habitado e vivido, ou seja, “O meio ambiente global não é um mundo da vida, é um mundo à parte da vida”(INGOLD, 2000, p. 210).

⁹⁷ Entrevista realizada com pescador do Bugigão.

Ainda entre os anos de 2001 e 2002, seguindo as premissas dos mapas como ferramentas de intermediação entre as duas visões (ocidental e local), mapas foram distribuídos e sua leitura foi ensinada para que os pescadores pudessem propor uma referida área, que fosse assim proposta vinda da base, conforme recomendações e critérios: que não fosse uma área de local de pesca comum a todos os pescadores, que não apresentasse sinais de esgotamento de recursos pesqueiros e que, de fato, fosse uma área que pudesse ter uma rápida recuperação dos estoques pesqueiros.

Dever de casa para os pescadores e lideranças locais do Corumbau! Segundo Guilherme Dutra, após algum tempo as lideranças locais em reunião com os demais pescadores, discutiram e decidiram uma área equivalente a cerca de 1 x 1 km. Esta proposta foi apresentada para os pesquisadores, gestores e membros de entidades ambientalistas.



Figura 35 – Uma das fotografias panorâmicas utilizada para a comunicação dos pescadores como forma de facilitar o diálogo em torno das representações cartográficas no momento da discussão da Zona de Proteção Marinha. Fonte: CI-Brasil – Fotografia de Enrico Marcovalde.

Segundo Magrão, que trabalhou nesta discussão, tal área apresentada estava localizada dentro dos sequeiros bem no meio dos recifes dos Itacolomis. Ele mesmo mencionou que inclusive foi utilizada uma foto panorâmica com objetivo de traçar uma comunicação mínima entre pesquisadores e pescadores (Figura 35). Foi com base nestal informação, que os pescadores indicaram esta area de 1 x 1 km.

Mas no relato de Caboclo, mesmo com tal material, existia uma dificuldade muito grande de compreensão das representações cartográficas que estavam sendo expostas ao grupo. Mesmo com a ajuda de foto panorâmica.

“Não, não, não... Eu num intendia aquela marca, porque na verdade eles trouxeram assim, um mapa que foi feito e num demonstrava bem demonstrado, entendeu. Fez aquelas coisinha tudo bem juntinha, assim, que num dava pra você ver. Então, eu acho que foi um mapa que eles fizeram, tiraram, acho que até de avião, assim [...] Até com a foto ficou difícil, ficou. Eles tiraram aquilo, aqui eles tiraram aquilo acho que com o coral seco, com a maré seca, aí passou e tirou, entendeu... Deu outro desenho. Aí ficou difícil par os pescadores fazer”⁹⁸.

No entanto, a área apresentada por eles não era suficiente, deveria ser maior para alcançar os objetivos de uma Zona de Proteção Marinha, que ao longo do tempo, iria, a partir da premissa da intocabilidade, permitir a produção e aumento de biomassa de peixes e, com o tempo, recuperar as áreas externas à ZPM garantindo o futuro da pesca. Desse modo, a ZPM foi aprovada tal como se apresenta nos dias de hoje.

Para que tal área tivesse realmente um resultado positivo para a pesca, conforme a literatura sobre o assunto, deveria seguir a premissa de que 20 a 30% de cobertura recifal deveria ser convertido em Zonas de Exclusão de Pesca, tanto no caso do Plano de Manejo da Resex do Corumbau, como na Zona de Proteção Marinha⁹⁹. Em termos de valores numéricos, a ZPM possui cerca de 1.830 hectares, que representam 1,86% em relação à área total da Resex com 98.174 ha. Em relação à cobertura total de recifes, tanto recifes expostos quanto cobertura de algas calcárias, estima-se que a porcentagem de cobertura da ZPM esteja em torno de 18 a 20%

⁹⁸ Entrevista com pescador do Bugigão.

⁹⁹ Esta premissa pode ser vista em um artigo de Geoffrey P. Jones que apresenta, a partir de referências de alguns autores básicos na área, com o desenho de uma Área Marinha Protegida que deve possuir em seu interior 30% protegido para que haja retenção e exportação de larvas como forma de suprir em áreas adjacentes os recursos pesqueiros(JONES et al., 2005).

sobre tais ambientes¹⁰⁰. Em relação apenas à área dos recifes expostos com aproximadamente 3.600 hectares, há aproximadamente 17% de sua parte inclusa dentro da ZPM. No entanto, esses 17%, estão cobrindo a maior parte dos recifes de pesca, sobretudo de pescadores de canoa (Figura 20).

Apesar do imperativo diante das negociações, ser o requisito para a criação de uma área de exclusão de pesca balizada pela representatividade da cobertura de recifes para uma determinada função, coincidentemente, segundo Francini-Filho a ZPM acabou por representar três tipos de ambientes existentes nos recifes dos itacolomis: as áreas de pináculos (sequeiros e sarrados), as áreas de formação de chapeirões (cabeços aprofundados), as áreas como os recifes mesofóticos, formados por algas calcárias.

Outro ponto importante é que tanto pesquisadores quanto os pescadores locais partilham da ideia de que o sequeiro é área de procriação de inúmeras espécies recifais, dentre eles ariocó e guaiuba. No entanto, não era para que apenas tal área entrasse como zona de exclusão de pesca, pois, para os biólogos marinhos, a cobertura de recifes de corais teria que ser protegida, tendo em vista que a integridade dos habitats era relativamente baixa no interior da zona proposta (FRANCINI-FILHO; MOURA, 2008).

Não eram somente os recursos pesqueiros que estavam em jogo naquele momento. Existia também uma preocupação com a cobertura de corais, sobretudo de corais endêmicos, como o *Mussismília brasiliensi*, o coral cérebro que é comum na região do banco dos Abrolhos. Não se trata de por à prova a interação entre cobertura de recifes coralíneos e os recursos pesqueiros, mas sim evidenciar o argumento que foi construído de que tais áreas fossem um produtor natural de pescado, e que isso deveria fazer sentido para os grupos locais, sendo o aspecto da proteção da cobertura de recifes marinhos em segundo plano.

Diante dos argumentos apresentados, um novo momento de diálogo foi traçado. Nesse momento deveria valer o conteúdo instrumental dos pesquisadores e da Conservation International, impondo que a área deveria ser maior do que a

¹⁰⁰ Até o presente momento, não se possui um conhecimento muito amplo em termos de cobertura de algas calcárias na região, sabe-se apenas que ele ocorre e que é necessário proteger, pois é uma área vital para sequestro de carbono.

apresentada pelos pescadores. Era necessário, de alguma maneira, criar ilhas de preservação que pudessem ser mais representativas e que pudessem manter funções ecológicas tal como a ideia de uma natureza intocada (DIEGUES, 2001).

Como abstração de um conceito básico nas ciências naturais, conforme visto no capítulo II, é imperativo aos agentes que trabalham com a conservação da biodiversidade, sobretudo Áreas Protegidas, criarem a emergência do tema e, depois, provarem por meio da racionalidade científica as justificativas para se preservar parcelas de um determinado ecossistema.

5.3 As negociações internas e externas para a aprovação da Zona de Proteção Marinha

Vimos anteriormente, que o critério para a definição da Zona de Proteção Marinha dos Itacolomis teve seu pressuposto básico advindo de uma razão instrumental, que recomendava 30% de cobertura de recifes como sendo necessária para garantir as funções ecológicas de uma área protegida. Tal razão instrumental foi determinante no processo, por deter o conhecimento de várias áreas (inclusos cartográficos), deixando o saber naturalístico ou tradicional em segundo ou terceiro plano.

Após os primeiros anos de monitoramento (2002 até 2006), entre os anos de 2007 a 2010, com o término do Projeto Resex, alguns pesquisadores, como Magrão, já não participavam com mais frequência e também seguiam seus projetos individuais como pesquisadores e professores universitários. Já não existiam mais boias de sinalização, e o assunto sobre “manejo” dessa área estava se esvaziando. A comunidade do Bugigão já se consolidava com os principais membros citados.

Vimos também no capítulo anterior, que os limites da ZPM não são imperativos para definir a existência ou não de recursos, em médio ou longo prazo, tendo em vista que os recursos são móveis e suscetíveis às mudanças que estão para além de uma delimitação física ou mesmo no papel de uma área de proteção integral.

Desse modo, este momento de definição, por parte dos conservacionistas (pesquisadores e agentes locais), foi responsável por criar uma área que cobria um terço do território pesqueiro (cobertura de recifes) da Comunidade do Corumbau e

da Comunidade do Bugigão (Figura 01). Diante disso não é de se estranhar declarações sobre a criação e consolidação, como estas a seguir:

“Pescador - Olhe bem, a, a, a falar de demarcação e o Plano de Manejo é, pra gente, é, num, pra muitos pescadores não foi bem é... Bem vindo a conversa, tá. Agora por quê? Porque o conteúdo era...

Jerônimo - medo de fechar a pesca?

P- isso, isso (...) Já deixa truncado. Então, falava que essa pesca, essa área não pode pescar. Então, pra nós era uma coisa, você tirar um pedaço de você mesmo, porque você costumado no seu terreiro e você dá cada passo ali e derrepente(sic) você tem uma cerca ali no meio, você acha que você tá se sentindo frustrado, não é isso? ”¹⁰¹.

As afirmações apresentadas por Caboclo denunciam um dos primeiros aspectos importantes para a elaboração do Plano de Manejo, o que, em tese, deveria ser de ampla participação das comunidades, que pudessem estabelecer a gestão de um determinado espaço territorial. Mas, na prática, acontece exatamente o contrário, os pescadores e lideranças que deveriam ser os protagonistas do processo, acabam sendo guiados pelas premissas básicas para uma área protegida (Unidade de Conservação) a partir das mãos de pesquisadores, gestores e ambientalistas do terceiro setor.

Segundo Lobão (2006), a presença de agentes nas Reservas Extrativistas, como parte do conflito (governo e ONGs), acabou por determinar a forma de resolução do próprio conflito, sendo comum o poder e a autoridade, mas incomum na forma como foi construído o poder: 1- o poder enquanto potência ou capacidade individual; 2- o poder ao qual agentes e grupos impõem, a indivíduos e grupos vontades, valores e conceitos com objetivos e a instrumentalidade racional do e para o poder; 3- poder enquanto organização tática e 4- a ampliação desse poder organizacional, enquanto poder estrutural, ou estruturante do poder simbólico (BOURDIEU, 2007; LOBÃO, 2006)

Se analisarmos os mesmos processos, do ponto de vista o objeto [grupos locais em Reservas Extrativistas], sobre o qual a força, ou o poder é exercido, encontraremos duas outras ideias-chave. Uma pode ser definida como o resultado, ou reconhecimento, de um exercício de autoridade. A

¹⁰¹ Entrevista com pescador do Bugigão.

aceitação passiva acaba por ser, muitas vezes, introjetada por parte de grupos minoritários, de universos semânticos pertencentes a outros grupos. Estes são, em geral, reconhecidos publicamente como merecedores de tal poder. [...] De acordo com minha concepção de agência, nos casos observados, os grupos, ou os indivíduos, não estavam exercendo sua potência criadora. Não construíam suas próprias alternativas, apenas escolhiam opções que lhes eram submetidas, sob as quais não tiveram ingerência em sua formulação (Ibidem, 2006, p. 119-120).

Diante disso, aproximando mais a lente pela qual Lobão (2006) nos permite enxergar, a construção das relações de poder no ato de criação e estabelecimento das Reservas Extrativistas. Pudemos observar a existência de cooptação de representantes e lideranças locais para que fossem postos em prática os objetivos conservacionistas dentro da Reserva Extrativista do Corumbau.

Segundo Guilherme Dutra, o processo de negociação sobre o limite da Zona de Proteção Marinha no momento de Zoneamento do Plano de Manejo da Reserva Extrativista foi realizado com os representantes dos três núcleos básicos familiares do Corumbau: a Família Deocleciano (Sr. Milton); Família dos Faetes (maioria de pescadores de balão); e a família Cunha.

Estas famílias formam até o presente momento o núcleo básico da comunidade do Corumbau, dentre elas é importante destacar a família Deocleciano, a qual possuía naquele momento como principal liderança para a criação da Reserva Extrativista Marinha, o senhor Milton. Atualmente, a família Deocleciano continua à frente da liderança na Resex Marinha do Corumbau, com as filhas Iracema e Jaqueline, bem como outro membro da família, Mariza Deocleciano.



Figura 36 – momento de discussão do Plano de Manejo, com a presença de Ronaldo Oliveira (IBAMA), Guilherme Dutra (CI-Brasil), Albino entre outros pescadores locais. Acervo CI-Brasil.

No entanto, foi com apoio do senhor Milton que a discussão e elaboração do Plano de Manejo e de seu Zoneamento, incluso a Zona de Proteção Marinha, obtiveram uma espécie mediação entre os agentes externos (Conservação Internacional, APPA e IBAMA) e demais pescadores locais.

“É que nesta época, foi feita a mediação através de Milton, então Milton fez isso quase ele só, sem participar da comunidade sem a comunidade saber. Quando a comunidade soube, já estava medido, mas só que estava medido, só que não tinha nada assim de marcado de baliza, nem nada, só estava medido de GPS e tudo, né. Nós mesmos cansamos de levar, mais eu e Zé Preto lá para fora, com oito milhas pro pessoal mergulhar e para ver, mas só que ninguém sabia como era que tava aquilo ali, aí depois que veio a demarcação como ia ficar. Só que a parte que ficou era pro pescador nativo, ficou quase tudo dentro a parte, porque no caso daqui de terra para fora, esse pedaço aqui é fundo aqui quase não dá muita coisa, e a parte de lá que onde ficou que é da virada de fora já para fora, que está dentro, dentro dessa área da Resex, então é uma área de mar aberto lá (...) Por isso que eu estou dizendo, que foi através de Milton que fez isso, na época, que a maioria não participou, não sabia como ia acontecer, então, depois estava marcado, aí já foi, já era”¹⁰².

¹⁰² Entrevista com pescador do Buigigão.

Neste sentido, a liderança local, na figura de seu Milton, foi bastante utilizada sobre assuntos como demarcação e delimitação da Zona Marinha Protegida. Mesmo que realizassem reuniões para todo o grupo na tentativa de legitimar o processo, havia, na verdade, uma predisposição de membros da CI-Brasil, membros do CNPT e do IBAMA local, em definir uma área para o único uso possível: o das pesquisas científicas.

Importante ressaltar, segundo os agentes da CI-Brasil e do CNPT, que, embora essa discussão tenha sido realizada de forma exaustiva com as três principais famílias do Corumbau – sobretudo com a família Deocleciano-, permitiu a validade e aprovação da Zona de Proteção Marinha, mesmo que só dentro desse grupo. No entanto, importante observar, as principais famílias que iriam ocupar até então a comunidade do Bugigão, não possuíam laços familiares fortes com as famílias do Corumbau.

A família do Caboclo, Tião e do seu Neco foram para o Corumbau pelo fato de poderem estar mais próximos à saída da barra, onde ficavam seus barcos. Todos eles, antes de morar no Corumbau tinham que caminhar uma distância considerável (5 a 10km) a pé para poder pescar. Alguns deles tinham que acordar duas horas da manhã para poder chegar até a barra do rio Corumbau, para as cinco da manhã baloar e começar pescar de seis à sete horas da manhã, conforme menciona Tião:

“Rapá, naquela época eu já morava na aldeia, no Pistola, eu saía de lá para pescar, pescava até mais Zé Preto, no barco de Valmir Sulera (Valmir Simões), vinha da aldeia de lá do Pistola até pescar aqui. Tinha as vezes que eu saía, duas horas da madrugada, três horas da madrugada, teve um dia que sai uma hora, para vim para poder pegar maré aqui, e aqui não morava ninguém, às vezes tinha que pegar maré seca para poder atravessar por outro lado para pescar, aí levei cinco anos nesta luta, aí”¹⁰³.

¹⁰³ Entrevista com Tião no dia 05 de outubro de 2013.



Figura 37 – Outra reunião realizada para discussão e elaboração do Plano de Manejo, bem como o seu Zoneamento. No quadro negro há um desenho da Reserva Extrativista e seus limites, possivelmente estariam apresentando uma proposta de Zoneamento. Estão presentes na reunião, Membros do CNPT, CI-Brasil e também Nonga, Caboclo e Milton. Acervo CI-Brasil.

A família de Caboclo é originária da região do Moreira perto de Cumuruxatiba, já a de sua mulher era da Aldeia de Barra Velha. Ele e irmão (Bau) se estabeleceram no Corumbau por meio do pai. O Tião, veio de Barra Velha na localidade do Pistola e se estabeleceu no Corumbau, enquanto seu irmão (Véi) saiu do Pistola e foi morar na aldeia Pé do Monte, para atualmente morar no Bugigão. A família do seu Neco era originária da Fazenda Carroula, que é o mais próxima do Corumbau¹⁰⁴.

Diante disso, podemos observar que o grupo que passava a morar na comunidade do Bugigão, teve pouco poder de intervenção diante o processo de discussão da Zona de Proteção Marinha. Primeiro, porque já existia um interlocutor entre os

¹⁰⁴ Permanecer no Corumbau entre estas décadas, era uma estratégia de sobrevivência, não somente pelo fato de estarem mais próximos aos pesqueiros, também por poderem guardar suas embarcações com segurança na barra do rio Corumbau. No entanto com o tempo, Corumbau passou a ser ponto estratégico pela vinda dos atravessadores e grandes embarcações, o que possibilitou uma mudança na prática da pesca de totalmente artesanal para um sistema subintegrado com os mercados daquele momento.

pescadores artesanais do Corumbau com os membros de ONGs e entidades Governamentais. Segundo, porque o grupo social do Bugigão não possuía relações de parentesco com as três principais famílias.

No segundo ponto abre-nos outra discussão dentro da estrutura social que ali se apresentava durante as discussões e que reverbera até o presente momento. Por razões do próprio grupo, as três principais famílias já apresentavam cisão, incluso dentro da família Deocleciano. O senhor Milton e Raimundo são primos, mas quando cheguei para trabalhar na região, percebi que ambos não se falavam há anos.

A situação de cisão entre as três famílias é tão peculiar que, caso fossem chamadas, as três famílias para algum tipo de reunião, podia-se ter certeza que um de seus membros não apareceria, pois sabia que o outro estaria lá.

A família dos Faete é a mais isolada das outras duas, essas, de fato, começaram a participar das discussões sobre a criação da Resex apenas no início, mas foram se afastando por uma série de razões. A família dos Faete são pescadores exclusivamente de camarão sete barbas e os que possuem a maior frota de barcos para arrasto, em torno de 9 barcos que aparentemente são de propriedade do Sr. Faete, membro principal da família. Pelo fato de possuir maior número de barcos para uma arte específica, os Faete acabam rivalizando com outros pescadores que pescam de balão e linha.

Desse modo, o grupo que atualmente faz parte da Comunidade do Bugigão estava fora das relações sociais existentes dentro da comunidade do Corumbau, quando os mesmos ali moravam. Os vínculos se fortaleceram quando foram morar no Bugigão, quando as relações de parentesco se intensificaram com o casamento de membros das três famílias (Caboclo e Bau, Senhor Neco e Tião).

A Figura 38, resultado de um trabalho realizado pela pesquisadora Camila Michelin¹⁰⁵, representa uma árvore genealógica que apresenta com maior

¹⁰⁵ Neste momento agradeço a Camila Michelin – por ter cedido seu material de campo tão valioso, que me permitiu entender melhor a estrutura e sua organização social do Corumbau, para muito mais além das aparências. Outra forma de gratidão que poderei retribuir seria na possibilidade de realizar a parte da discussão contida no capítulo III, em um possível artigo com a proposta apresentada por Michelin com os pressupostos de ecologia humana.

intensidade a família Deocleciano. A família Cunha é um pouco mais distante da família Deocleciano por serem evangélicos (Geraldo e Epifânio), mas nunca apresentaram nenhum tipo de disputa. A família do Caboclo, tinha seu pai, Isaias, como ele mesmo disse originário da região do Moreira (perto de Cumuruxatiba).

A ligação que a família de Caboclo possui com os Deocleciano, pelo casamento de Bau com Roseimeire, que é filha de Nego Ulisses. O senhor Milton é Filho de Senhor Domingos e Maria de Lurdes que é irmã de Nego Ulisses. Em termos de consanguinidade¹⁰⁶, a esposa de Bau, como cunhada de Caboclo acaba sendo prima de primeiro grau de Milton e Honorato. Importante frisar, que mesmo sendo núcleos familiares distintos (Caboclo e Milton), há um respeito mútuo entre ambos, sobretudo Bau que possui uma ligação maior com a família Deocleciano.

Neste sentido, estando mais ou menos fora das relações sociais do grupo do Corumbau, é passível também de afirmar que o atual grupo do Bugigão estava mais fora das negociações e decisões para a discussão da Zona de Proteção Marinha, inclusive até mais do que pescadores da Aldeia de Barra Velha.

“ah, teve muita gente também, teve gente cá da aldeia que não concordaram com isso, que pescava em canoa também.”

Jerônimo - porque aceitaram?

“Por causa do Cabeça (Milton) o cabeça falou, a gente não ia dizer nada.”

No entanto, após as discussões e a aprovação do Plano de Manejo na segunda reunião do conselho, exatamente dois anos após a criação da Resex do Corumbau, no dia 21 de setembro de 2002, deu-se continuidade o monitoramento basal.

Durante este período, foram utilizadas boias para a sinalização, vários pesquisadores presentes, criando vínculos que perpassavam a relação de agente externo com os grupos locais. Uma das figuras que teve grande contribuição direta para o conhecimento ecológico local foi o Caboclo com Magrão.

“Olha, aprendi muita coisa, também. Aprendi muita coisa, é... Inclusive, é, eu quando comecei a pescar, eu é... É como um, um, um aluno começa a entrar numa sala de aula. Ele num sabe de nada. Ele entra ali pra aprender a língua do professor. Então, um bom professor, ele quer passar tudo que sabe de bom pro aluno. Então, com a Resex, o quê que eu aprendi? Aprendi

¹⁰⁶ Foi apenas pela relação consanguínea e de casamento que a pesquisadora trabalhou, deixando outras relações de parentesco e compadrio fora, obviamente pelo fato de ter uma visão biológica desta relação.

a se lidar como fazer com as coisa, cuidar bem do meio ambiente é... Cuidar bem da, da captura da pesca, cuidar bem de mim mesmo, cuidar bem da minha embarcação e se lidar com os próprios parceiros da Resex que foi o pessoal que vinha de lá, é... Falava bastante coisa boa pra gente[...]Então, aquilo que eu aprendi foi uma grande vitória porque eu tenho certeza que num tenho arrependimento do que eu aprendi, só foi coisa boa. Inclusive, quando eu começou a fazer a Resex, eu não tinha nem quase, começamos a fazer a reunião em, em Resex, eu quase num tinha quase palavra pra falar, eu era meio quietão, ia falar saía tudo embolado e, através da Resex, que em reunião em reunião, a gente vai aprendendo, né. Hoje alguém diz que eu sou o líder, já falo muito bem num sei o quê e tal, mas através é... Da boa vontade e no entendimento, né. Você vai aprendendo, como eu te falei... O bom aluno com o tempo vai se evoluindo, né¹⁰⁷.

No entanto, tal transformação de espectadores para protagonistas não viria a ser de forma efetiva para todos, até porque por certa comodidade dos agentes externos, era mais fácil resolver uma situação ou outra com aqueles que já conheciam do que com pessoas com os quais não possuíam nenhuma relação. E, assim, os agentes externos foram, com o tempo, criando seus porta-vozes nas comunidades, o que influenciaria diretamente na distinção interna de quem é um mero pescador, do dia a dia, para quem conseguia dialogar com outro mundo.

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Caboclo no dia 03 de outubro de 2013.

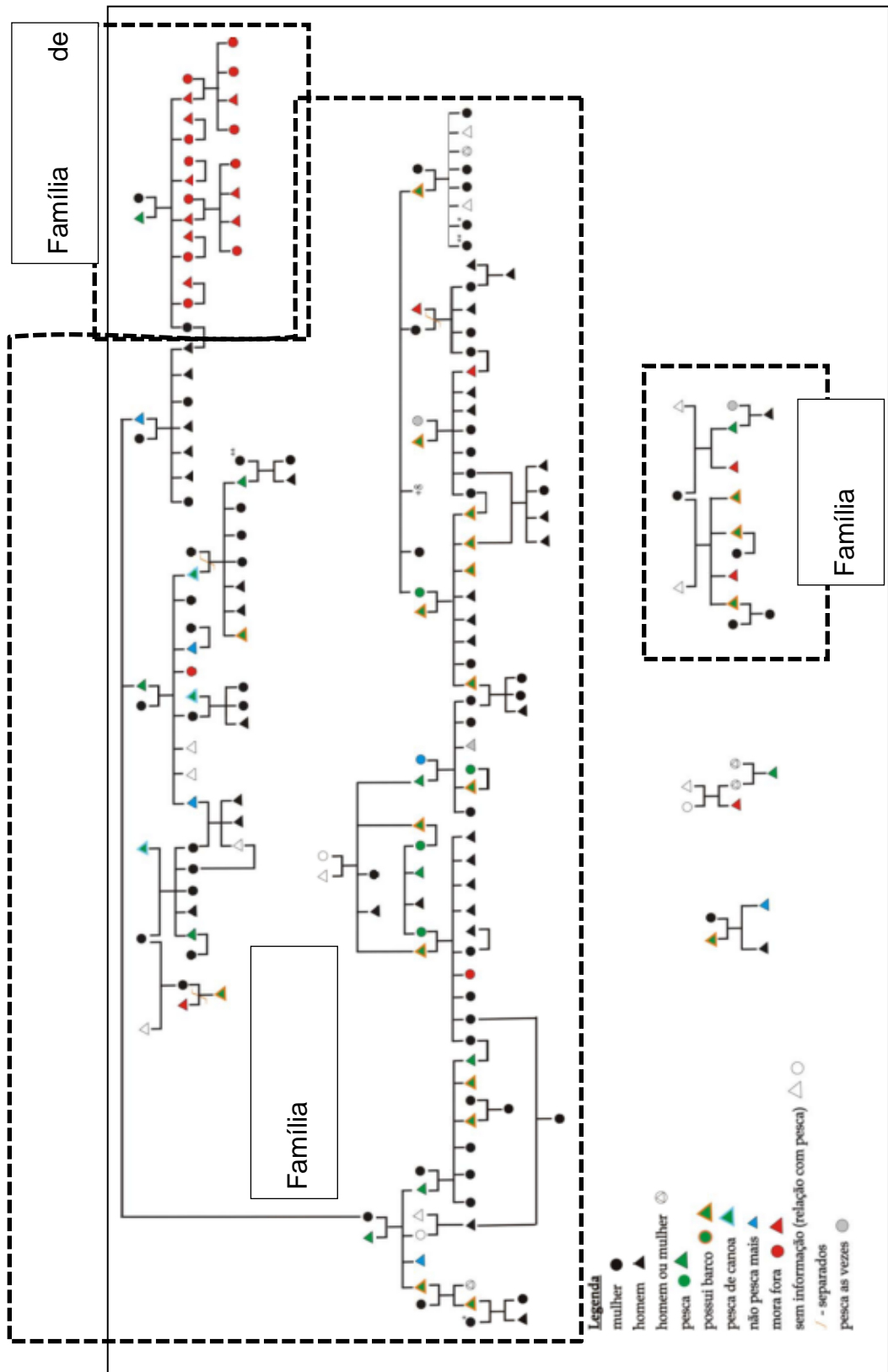


Figura 38 – Árvore genealógica realizada por Camila da Cunha Michelin na dissertação “Um estudo do sistema sócioecológico pesqueiro da ponta do Corumbau, BA”. Com base nas informações cedidas pela pesquisadora em seu trabalho de campo, consegui identificar a família Deocleciano; a Família de Caboclo e Família Cunha. Segundo a pesquisadora os Faete eram bastante refratários e não participaram da pesquisa.

5.4 Como é medido a eficiência de uma Zona de Exclusão de Pesca para a gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável

Nesta parte do Capítulo, iremos explorar o processo de medição da “eficiência de uma Zona de Exclusão de Pesca”, neste caso a ZPM da Resex do Corumbau. É importante nesse ponto saber como é realizado o experimento, para que possamos por à prova algumas questões importantes sobre a produção de fatos, por parte de pesquisadores, “Áreas Marinhas Protegidas trazem benefícios para a pesca local”.

Neste sentido, a publicação “Evidências de spillover de peixes recifais de uma reserva marinha no-take: uma avaliação usando a abordagem de controle-impacto, antes e depois” publicada na revista Fisheries Research de número 23 (FRANCINI – FILHO, MOURA, 2008) apresentou resultados positivos para o efeito de uma Área Marinha Protegida em termos de produção de peixes recifais (Figura 39).

Os resultados apresentam o ordenamento, antes do estabelecimento da ZPM e depois, que podem ser vistos em uma escala temporal de 2001 até 2005. Outra escala apresentada é referente à biomassa, que nada mais é que uma unidade padrão de medida apresentada em gramas x metro quadrado, que indica a abundância dos recursos. Os gráficos apresentam resultados coletados em pontos amostrais, dentro da ZPM e fora. Por último, uma classificação entre peixes herbívoros, responsáveis pela saúde dos corais por comerem algas, médios e grandes carnívoros que necessitam dos corais saudáveis para sua existência. O que o gráfico apresenta, em termos gerais, é que a maioria das biomassas e de grupos, herbívoros e carnívoros, aumentou após a implantação da ZPM.

Apesar de tal publicação ter sido realizada em 2008, os resultados são anteriores à sua publicação e eram discutidos entre pesquisadores e pescadores locais, segundo Guilherme Dutra e Ronaldo Francine-Filho, como forma de reafirmar a ideia de preservação de tal área.

Um dos aspectos importantes neste ponto é falar como é feito o monitoramento; Como metodologia, a realização de mergulhos autônomos, SCUBA, nos quais são definidos vários pontos amostrais e distribuídos ao longo dos recifes dos Itacolomis.

A proposta era de três pontos dentro da ZPM, três pontos a 400 metros, dois a 800 metros e por fim dois pontos a 1200 metros a partir da linha da área (Figura 40).

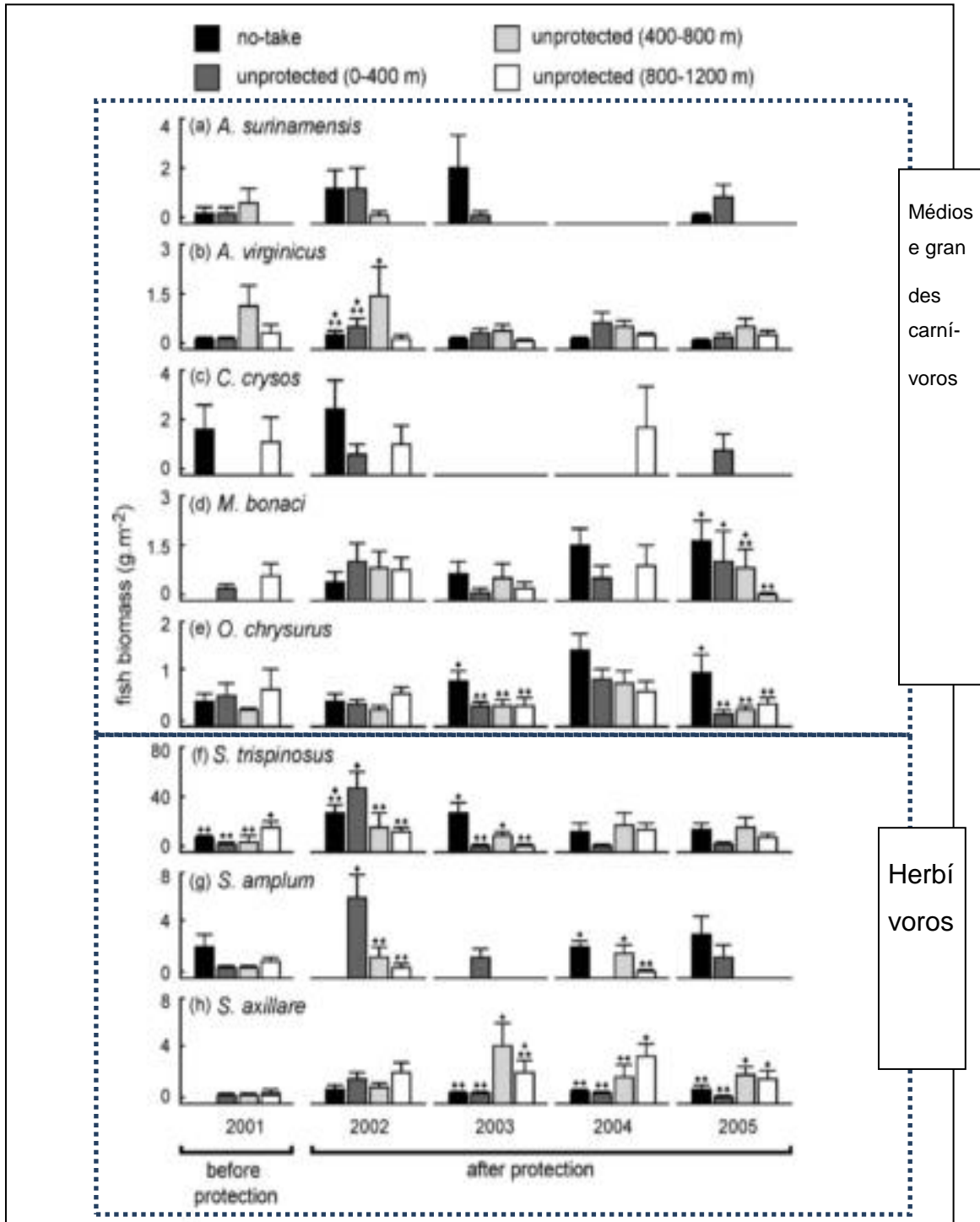


Figura 39 – Resultado de cinco anos de monitoramento realizado por meio de contagem de peixes no interior dos recifes dos Itacolomis. Fonte: FRANCINE FILHO, MOURA (2008).

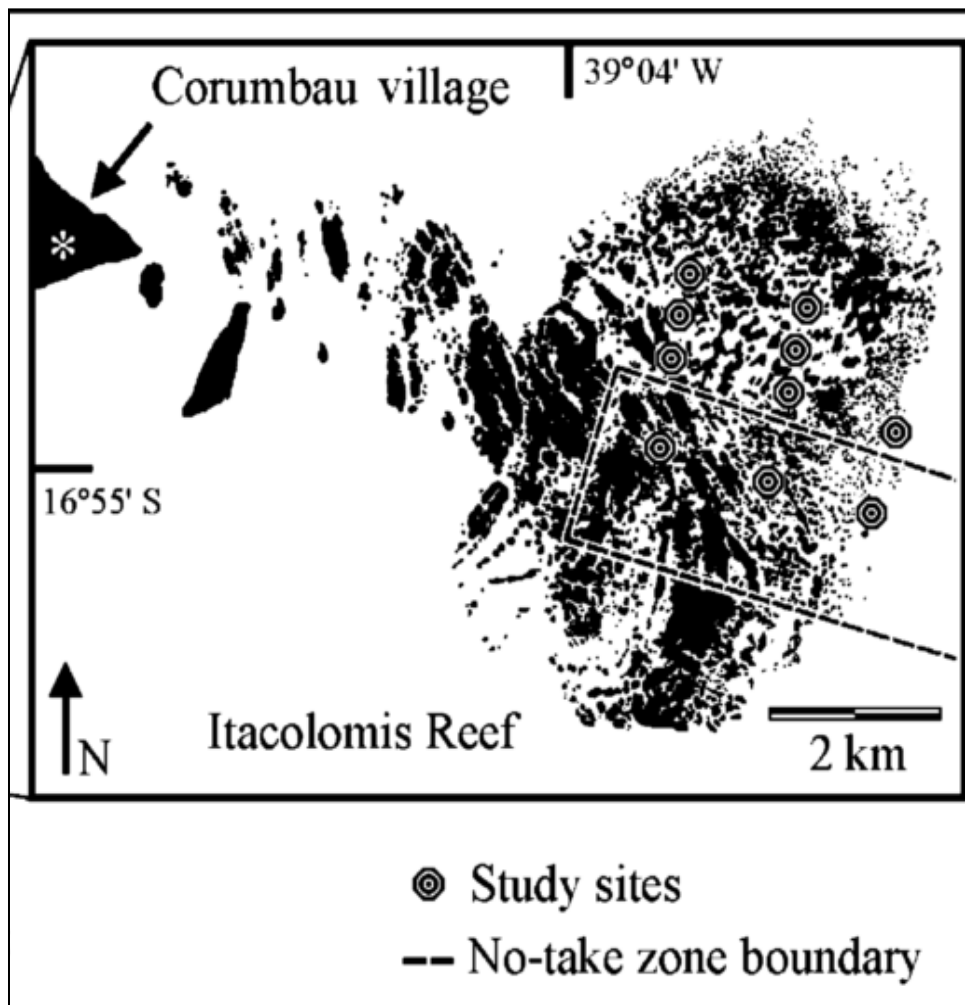


Figura 40 - Apresentação da distribuição dos pontos de monitoramento *basal* realizado no interior da ZPM e fora dela, como forma de evidenciar a efetividade da zona de exclusão de pesca para o aumento de biomassa de peixes. Fonte: FRANCINI-FILHO, R. B.; MOURA, R. L. Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve: An evaluation using the before-after control-impact (BACI) approach. **Fisheries Research**. n. 93, p. 346–356.

Cada ponto amostral é marcado visualmente debaixo d'água sobre a cobertura de recifes (uma área de 4 x 4 metros) e, com a utilização de equipamento apropriado e certa acuidade visual, são contados todos os peixes que nadam por cima da área delimitada. A mensuração da biomassa passaria a ser realizada sempre nos meses de fevereiro e março, período de estiagem que proporciona uma água com boa visibilidade para poder realizar as observações.

Se observarmos a distribuição dos pontos amostrais com as Figuras 39 e 40, observaremos uma variação espacial da concentração de biomassa de uma

determinada espécie diferente para cada ponto, sendo uma maior concentração nos pontos do interior e nos pontos a 400 metros do limite da ZPM. Observando também os pontos a 800 e a 1200, observamos um queda da biomassa, mas um constância em termos de distribuição de uma espécie específica ao longo do tempo.

Neste sentido, os gráficos e as pesquisas concluem que a ZPM, pelo fato de não haver pesca em seu interior, possibilitou um aumento da biomassa (transbordamento de biomassa) de espécies importantes para a pescaria e que tal biomassa pode ser verificada em “abundância”, para fora do limite da área, onde os pescadores poderiam pescar. Outro aspecto importante é que tal fenômeno de transbordamento, ou *spillover*, tinha uma restrição espacial, isto é, só possuía efeitos significativos, segundo os pesquisadores Ronaldo Francine-Filho e Rodrigo Leão Marinho, até o limite de 1200 metros, devido à baixa mobilidade das espécies recifais.

Talvez este seja também um dos motivos de ser uma área consideravelmente grande, sobretudo nos limites longitudinais (8 km). Se considerarmos uma área no entorno da ZPM de 120 metros de largura, cobriríamos uma área de entorno de 3.140 hectares. Neste sentido, 3.140 hectares seriam influenciados pelo efeito de transbordamento de biomassa, beneficiando assim a pesca em longo prazo, conforme Figura 41.

No entanto, esta perspectiva é um pouco nebulosa quando comparamos com o recurso pesqueiro de maior abundância, o ariocó (*Lutjanus synagris*). Por razões de seu comportamento, este peixe vive sempre em águas mais turvas, onde é presente o composto de lama e areia em suspensão. Tal comportamento impede sua visualização no monitoramento proposto, ficando praticamente impossível estimar sua biomassa, por meio desta metodologia.

Observando a Tabela I, podemos ver que as espécies marcadas em cinza são praticamente as mesmas que estão apresentadas no monitoramento basal, excetuando o ariocó, que não é visualizado. De modo geral, temos praticamente, segundo os dados do monitoramento, 13.228 kilos de ariocó, enquanto as demais espécies juntas somam 41.511 kilos para toda a RESEXMAR.

No caso do monitoramento realizado em Bugigão/Barra Velha (considera-se 90% de participação dos dados da comunidade do Bugigão), observa-se cerca de 26% de captura de ariocós, em relação a todas as espécies entre 2010 e 2011 (Figura 42). Se apenas considerarmos as espécies recifais que são observadas também no monitoramento basal, excluindo as demais espécies, temos cerca de 46% de ariocós (Figura 43). Observando o caso do Corumbau, em relação ao total geral temos 46% de captura de ariocó (Figura 44). Isolando apenas os do monitoramento basal, alcançamos um total de 65% de ariocós sobre as espécies recifais (Figura 45).

Na Tabela 2, apresento o somatório da produção pesqueira das duas comunidades – Bugigão e Corumbau- e a correlação com as possíveis espécies citadas no artigo científico sobre a evidência de transbordamento de peixes (Figura 39), o qual apresenta valores de referência de afirmação acerca do impacto de uma Zona de Exclusão Marinha para as espécies recifais. O que devemos observar ainda é a comparação do volume de ariocós (*Lutjanus synagris*) com aproximadamente 6.930 kilos em relação (não presente no monitoramento basal) com as demais espécies capturadas (presentes no monitoramento basal), praticamente a metade em volume pescado.

Diante dos dados apresentados acima, podemos concluir previamente que tanto Bugigão quanto Corumbau têm como principal captura o ariocó, aproximadamente a metade do valor total. Estes dados evidenciam que a maior parte da biomassa de recurso pesqueiro nestas localidades e na Resex do Corumbau, é de uma única espécie, *Lutjanus sinagrys*, que não é visível na principal metodologia de monitoramento de efetividade de uma Zona de Exclusão de pesca.

É importante frisar que existem indicadores que possibilitam responder questões relacionadas à sobrepesca, ou não, de uma espécie, e uma aproximação da saúde de seu estoque, o que poderia ser uma saída para o caso do ariocó. Um dos indicadores é a Captura Por Unidade de Esforço (CPUE), que é uma medida padrão usada para saber se uma espécie está em abundância – se o esforço for menor, e ou em escassez – se o esforço for maior. No entanto, é consenso para todos os pesquisadores que ele é um indicador que precisa ser observado com muito mais atenção, sobretudo com dados de estoque da espécie, uma vez que no Brasil não existe nenhum levantamento de estoque pesqueiro de qualquer espécie marinha.

Diante disso, cabe uma pergunta: Porque então considerar uma Zona de Exclusão de Pesca, afirmando sua efetividade a partir de informações de espécies com pouca abundância, para afirmar que tal área, com o tempo contornará o problema de escassez de recursos? E de que tipo de escassez estamos falando?

Uma resposta um pouco conclusiva é que agentes externos (sobretudo de organizações do terceiro setor ambientalista) e pesquisadores, frente à emergência da conservação – no nosso caso de ambientes bastante sensíveis como de recifes coralíneos–, mesmo imersos em um conjunto de incertezas, tentarão sempre a trabalhar com alguma possibilidade de certeza, mesmo que ela represente uma parte da realidade.

Biólogos, ao significar uma região, irão resolutamente procurar decompor o sistema em elementos discretos, porém não particulares. Seus indicadores serão indicadores universais que podem ser aplicados em quaisquer espaços, apenas variando em quantidade de presença – nula a quase infinita. Por certo falam de um espaço determinado, mas os elementos que constroem este espaço não são dados pelo grupo e sim pelo pesquisador, mesmo que ele tenha um bom diálogo com seus informantes (LOBÃO, p. 157, 2006).

Não resta dúvida sobre a afirmação de que áreas marinhas protegidas são importantes para a conservação da biodiversidade e também das funções ecológicas ali presentes, pois se trata de uma argumentação lógica de meta-análise. O problema é a construção dessa argumentação que, de certo modo, é uma argumentação global e presente nas principais pesquisas relacionadas à área e à sua aplicação, como verdade, em uma ou duas comunidades de pescadores artesanais.

Importante ressaltar que pesquisas normativas, tal como a elaborada, apresentam apenas uma parte das afirmações, e quando se transformam em políticas públicas se configuram como uma verdade irrefutável e necessária para a gestão, criando argumentações generalistas. Neste sentido, cabe ressaltar a posição do órgão gestor (ICMBio) da Resex do Corumbau a respeito do questionamento dos limites e localização da ZPM nos recifes dos Itacolomis, em favor de tal área.

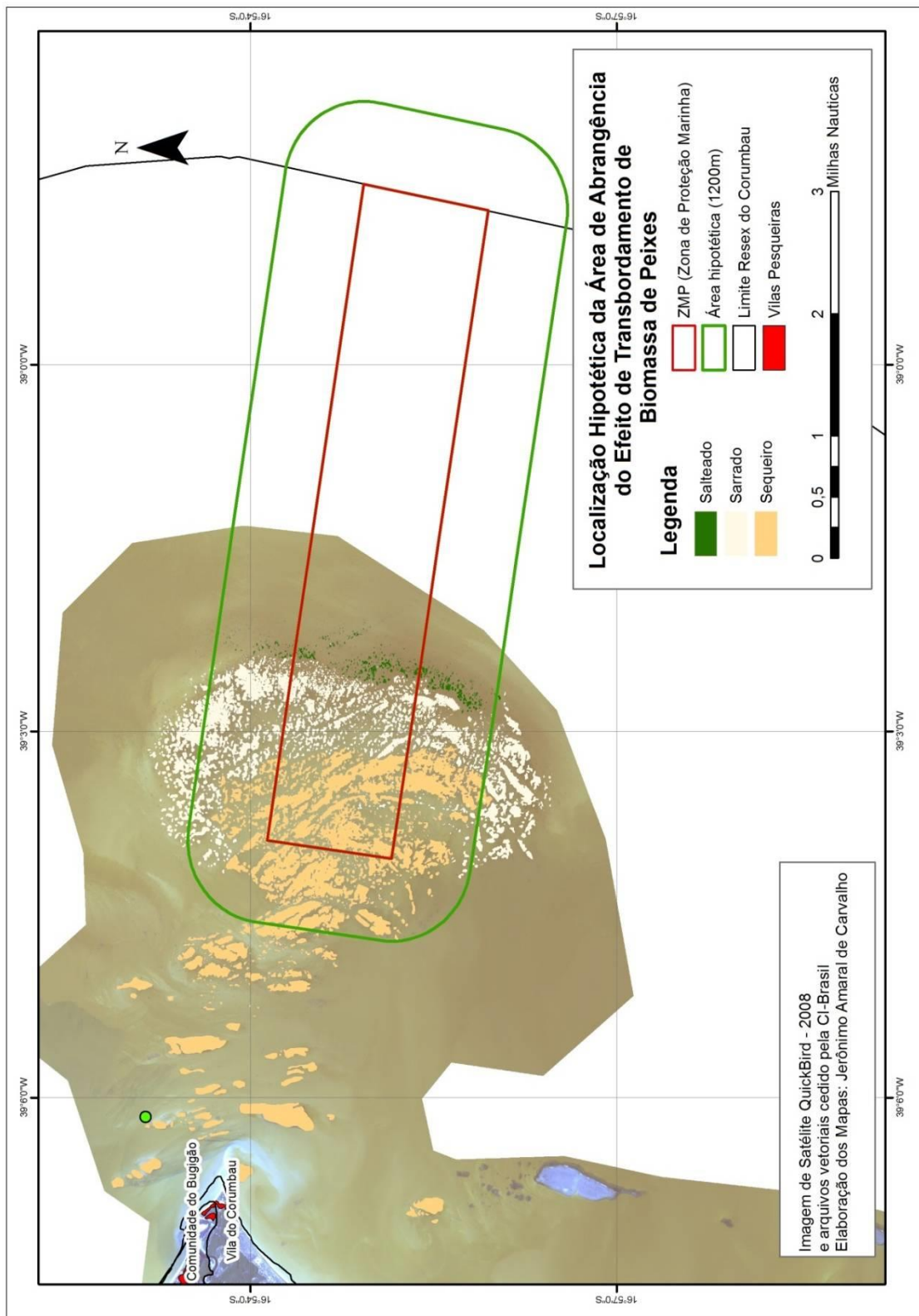


Figura 41 - Possível distribuição espacial máxima (sinalizado em verde) do efeito de transbordamento, spillover para fora da Zona de Proteção Marinha (sinalizado em vermelho). Esta área corresponde 3.140 hectares, contando uma distância máxima a partir do limite da ZPM de 1200 metros.

Tabela 1 – Lista das principais espécies capturadas na Resex do Corumbau

Espécie	Bugigão	Corumbau	Caraíva	Cumuruxatiba	Ibassuaba	Veleiro	Total Resex do Corumbau
Ariocó	3254	3682	3010	2913	151	219	13228
Raia	1800	278	1013	1303	795	369	5557
Pescada	262	170	486	1670	1045	437	4069
Caçã	864	205	356	1031	419	191	3067
Bagre	370	50	573	641	505	330	2467
Camarão	774	138	309	878	2	2	2104
Samucanga	1301	34	296	49	24	217	1921
Sarda	212	524	434	464	224	59	1916
Robalo	63	17	483	409	416	193	1579
Guaricema	254	411	318	567	4	10	1563
Curvina	424	117	369	412	78	54	1453
Peroá	4	0	20	977	0	0	1001
Biquara	119	12	149	641	61	13	995
Tainha	457	0	221	43	206	17	944
Boca-torta	359	37	54	116	237	135	937
Xaréu	145	170	217	166	148	68	913
Guaiúba	210	81	237	311	6	1	845
Mistura	185	0	0	220	254	60	719
Espada	201	40	8	242	61	109	660
Atum	35	140	67	418	0	0	660
Budião	2	593	0	2	0	51	648
Peixe-pena	81	0	60	469	1	0	612
Mivale	103	25	75	403	0	0	606
Pargo	1	0	184	354	0	0	540
Graçai	88	220	21	129	0	0	457
Enchova	24	135	8	28	79	179	451
Badejo	15	158	11	154	4	51	392
Perna de moça	42	13	23	166	30	50	324
Sargo	37	27	0	47	152	46	308
Sauara	70	14	6	117	21	28	256
Cascudo	0	0	0	237	0	2	239
Lagosta	0	0	0	55	71	109	234
Baiacú	86	1	5	130	5	1	227
Peixe-galo	70	88	9	47	7	2	222
Guaibira	35	5	17	43	90	28	217
Polvo	52	33	17	79	5	22	206
Outras	418	449	656	667	533	451	1289
Total	12417	7741	9424	16599	5452	3222	54828 kg.

Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo do Banco dos Abrolhos nos períodos de 2010 à 2011 CI-Brasil/MPA

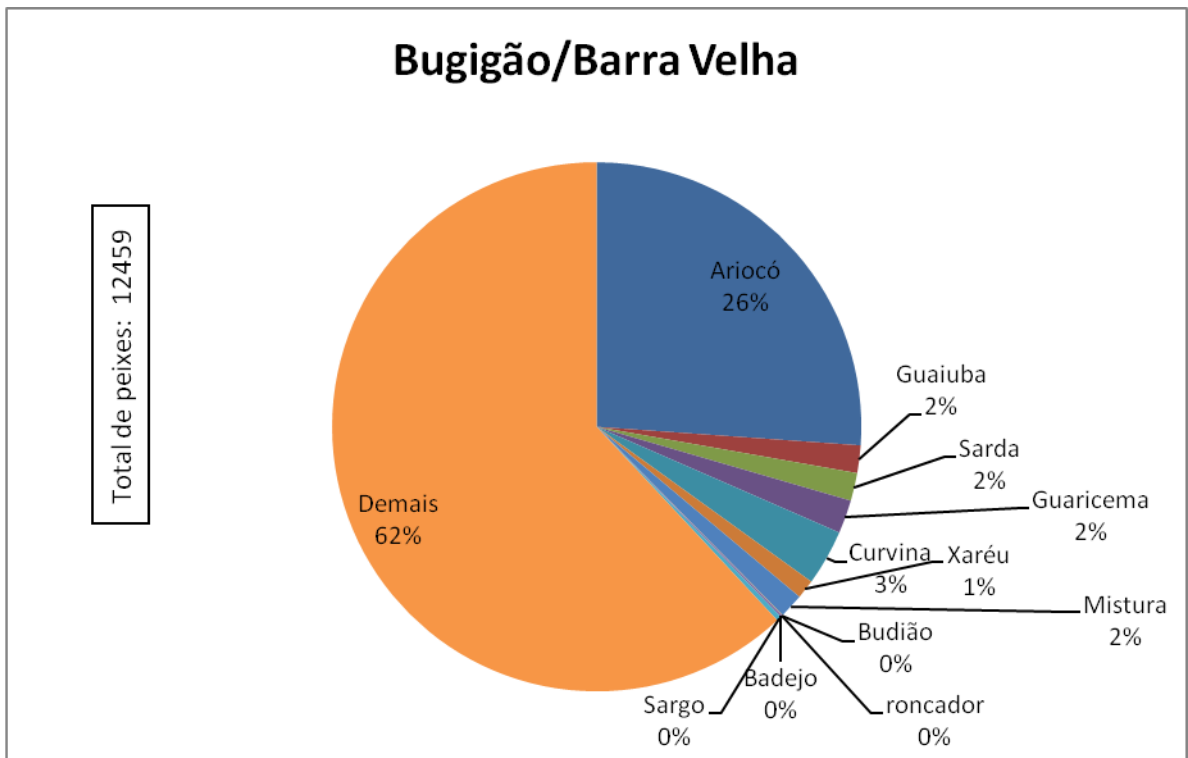


Figura 42 – Porcentagem da captura das principais espécies recifais, discriminadas das demais espécies que se configuram de ambiente misto ou de estuário e fundo de lama. O monitoramento foi realizado em conjunto com Barra Velha, mas pode-se considerar que 90% da captura é da comunidade do Bugigão. Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo, CI-Brasil/MPA (2010 à 2011).

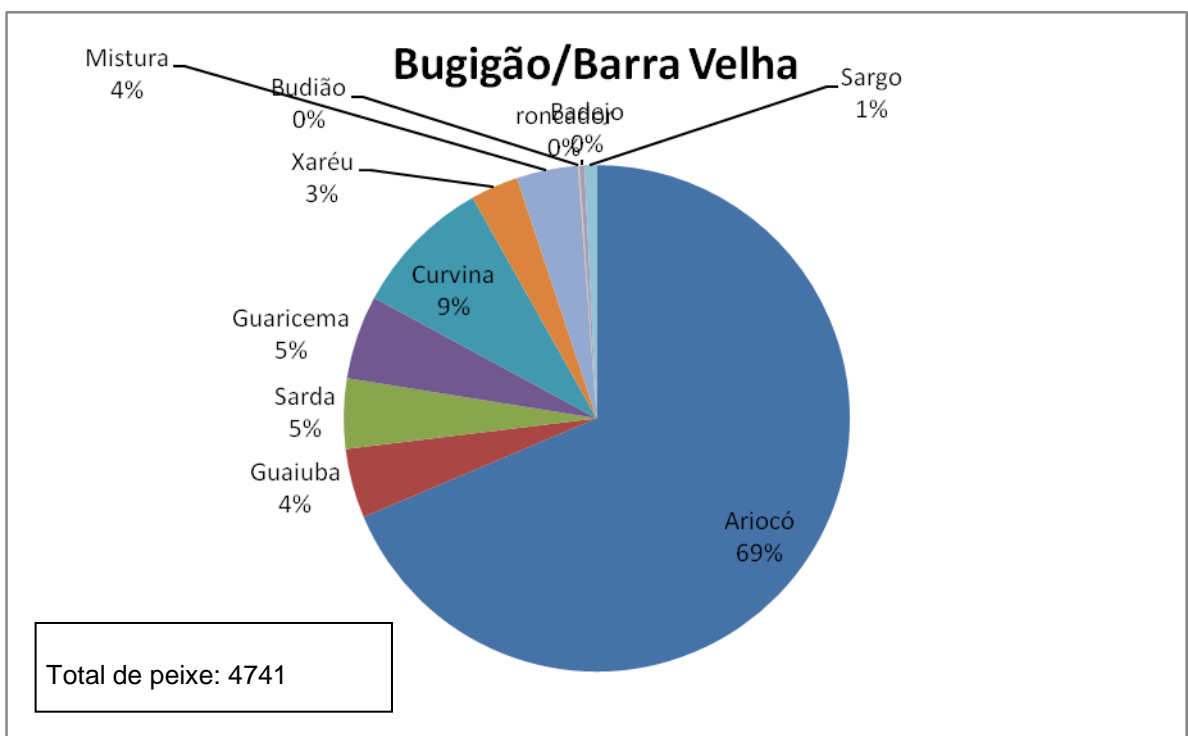


Figura 43 – Porcentagem de captura considerando apenas as principais espécies recifais capturadas na comunidade do Bugigão. Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo, CI-Brasil/MPA (2010 à 2011).

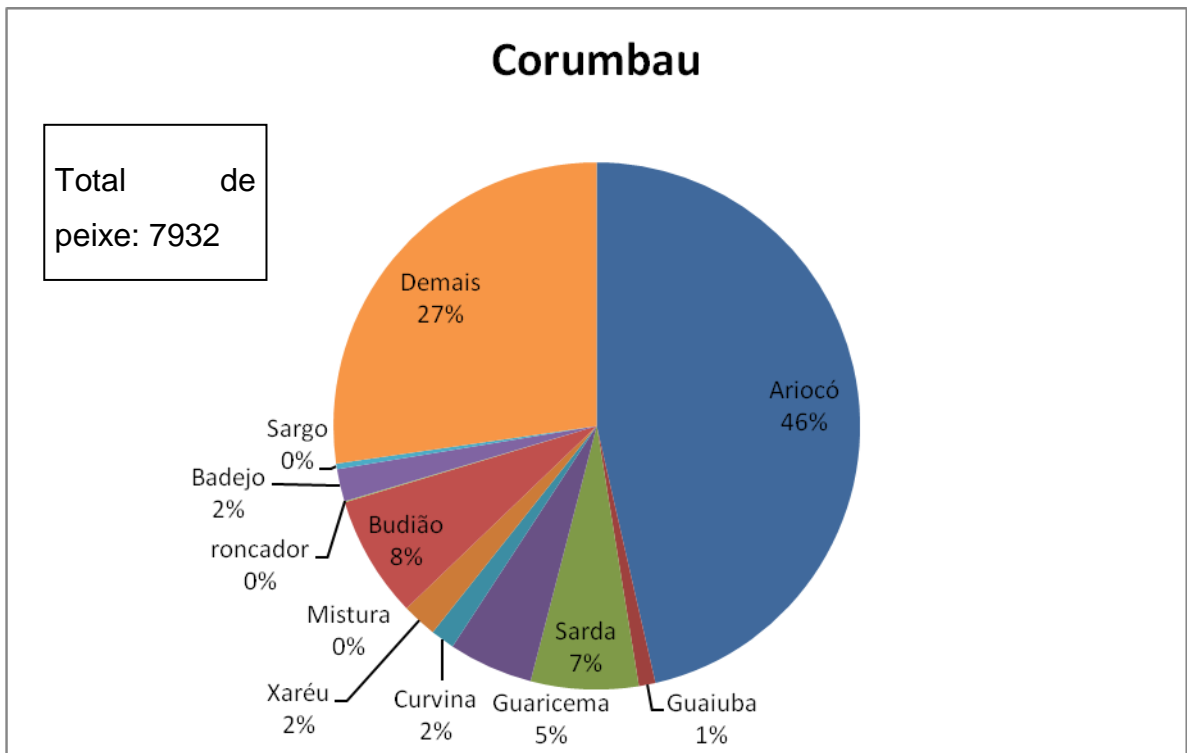


Figura 44 - Porcentagem da captura das principais espécies recifais, discriminadas das demais espécies que se configuram de ambiente misto ou de estuário e fundo de lama. Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo, CI-Brasil/MPA (2010 à 2011).

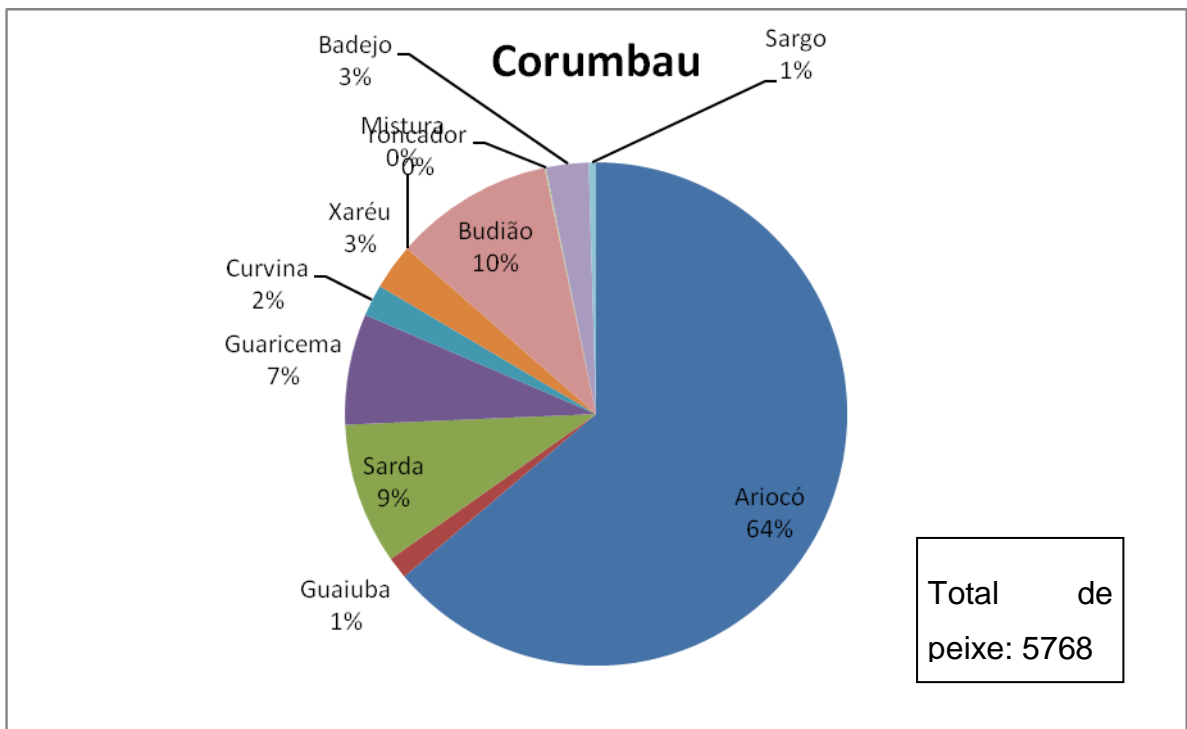


Figura 45 - Porcentagem de captura considerando apenas as principais espécies recifais capturadas na comunidade do Corumbau. Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo, CI-Brasil/MPA (2010 à 2011).

Tabela 2 – correlação das espécies monitoradas no monitoramento de desembarque pesqueiro, com as espécies que apresentadas no monitoramento subaquático com total das duas comunidades (Bugigão e Corumbau)

Nome Popular	Possível espécie	Kg Total	Presente no monitoramento basal
Ariocó	<i>Lutjanus synagris</i>	6936	Não
Guaiuba	<i>O. chrysurus</i>	291	Sim
Xaréu	<i>Caranx crysos</i>	315	Sim
Mistura	<i>L. sunagis, O. chrysurus, C. crysos, entre outros</i>	185	Sim
Budião	<i>Sparisoma amplum, tripinosus e axillare</i>	595	Algumas
roncador	<i>Anisotremus virginicus</i>	8	Sim
Sargo	<i>Anisotremus surinamensis</i>	64	Sim
Demais		11997	3374
Total		20391	7932

Fonte: Monitoramento Pesqueiro Participativo, CI-Brasil/MPA (2010 á 2011); (FRANCINI-FILHO; MOURA, 2008).

“É que esta Área Marinha Protegida não é para as duas comunidades aqui. É para a Reserva Extrativista inteira. E vai depender do Conselho Deliberativo também. Esta área marinha é um estoque de pesca não só para essa comunidade, mas para todas as comunidades. Então para isso ser efetivo tem que passar com todas as outras comunidades”¹⁰⁸.

Cabe ressaltar que as próprias pesquisas apontam que uma Zona de Exclusão de Pesca possui uma abrangência, em termos de sua eficiência, em um dado limite, 1200 metros a partir do limite da ZPM (Figura 41). No entanto, a RESEXMAR do Corumbau é bem mais extensa do que a ZPM. Neste sentido, não é cabível uma generalização da importância de tal área para a Resex como um todo e em relação ao ponto de vista local, os resultados de um monitoramento de efetividade de uma zona de exclusão de pesca não são totalmente conclusivos.

Como vimos no capítulo anterior, trata-se de recursos móveis, cujo estabelecimento de uma delimitação abstrata (que só faz sentido em mapa, ou como chamamos de UC de Papel) não é condizente com a prática da pesca, que também é móvel. Repensar a gestão de uma Unidade de Conservação de uso sustentável em

¹⁰⁸ Fala da Gestora da Resex do Corumbau Janina Azevedo na Reunião de Fevereiro de 2012.

ambientes marinhos apresenta certos desafios, tendo em vista tal complexidade. Mas acredito que, até o momento, temos algumas pistas de onde, e com qual ponto de vista devemos partir em termos de manejo de recursos comuns.

5.5 Considerações finais: A perspectiva situacional sobre o conflito dos pescadores locais da comunidade do Bugigão com a Zona de Proteção Marinha

Com base no que foi apresentado até o presente momento, chegamos ao ponto de discutir o conflito dos pescadores artesanais da comunidade do Bugigão com a Zona de Proteção Marinha, em uma perspectiva situacional do conflito como busca do entendimento sobre as circunstâncias em que são formadas alianças e nas quais surge o conflito.

Partindo da premissa de que analisar a situação de conflito por si só, sem se ater às nuances aos quais os sujeitos dessa pesquisa estão submetidos, seria praticamente impossível chegar a uma definição clara do porquê da duração, ou sua temporalidade do conflito, bem como a mudança dos sistemas sociais frente a processos de mudanças macro.

Cabe ressaltar que a criação da Reserva Extrativista faz parte de um processo de mudança social, em uma perspectiva macrossociológica, na qual se estabelecerá uma nova configuração das principais instituições sociais frente a esta mudança. As relações dos pescadores artesanais com os antigos donos de embarcação e os atravessadores, serão substituídas por outras relações (que impuseram uma nova configuração dos sistemas sociais), com a criação da Reserva Extrativista.

Tal como pensado no caso da Zululândia Moderna, na qual existia o encontro de duas sociedades – brancas e negras e que evidenciou uma possibilidade de mudança da estrutura social (GUIZARDI, 2012), o caso da criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e a discussão de seu Plano de Manejo e seu Zoneamento são aqui vistos como esse encontro de duas formas distintas de perceber e entender o mundo e por assim dizer a Natureza.

Com a imposição de um conjunto de crenças e valores (conservacionistas), as comunidades do Corumbau e o grupo, que posteriormente se tornaria a comunidade do Bugigão, passaram por intensas mudanças em suas estruturas sociais, e não há um entendimento único sobre as novas condições em que as mudanças sociais se apresentm.

A negociação para a criação da Zona de Proteção Marinha, calçada apenas em representantes dos núcleos familiares do Corumbau, reproduziu as divergências internas em torno de tal área, tendo em vista que apenas uma versão, a mais acessível para os agentes externos, permitiu a aprovação do conteúdo do Plano de Manejo e os interesses conservacionistas, deixando de lado os interesses de grupos locais.

Foi no seio de relações informais, de atores externos com figuras internas, como Milton, Honorato, Manoel (todos Deoclecianos), que se pôde realizar construções mais formais nestas áreas que passariam a fazer parte da Zona de Proteção Marinha. Diante disso, a partir da perspectiva de Gluckman (1987), tendo em vista a estrutura social da Vila do Corumbau – uma unidade funcional formada a partir de distintas relações sociais-, foi possível um acordo temporário para a implantação da ZPM.

Tanto que bastou que a comunidade do Bugigão se constituísse numa nova configuração de estrutura sociopolítica¹⁰⁹ para contestar os limites da Zona de Proteção Marinha, evidenciar que o acordo e a perspectiva de cooperação não eram totalmente solidificados, e que outros interesses não estavam sendo correspondidos para o novo grupo social.

Desse modo, os sistemas sociais em mudança, a partir da criação da Resex do Corumbau e do estabelecimento de novos acordos com novos atores externos (que representam formas distintas de percepção e de ação), evidenciam também os conflitos em torno dessas distintas visões, porque há mudanças no grupo que possibilitam certa reflexividade em torno de suas ações e de agentes externos.

¹⁰⁹ Atualmente a comunidade do Bugigão possui duas cadeiras no Conselho Deliberativo se equiparando a número de representantes do Corumbau e Cumuruxatiba que sempre foram mais expressivas.

A tentativa de discutir, ou então de não obedecer às novas configurações das normas existentes, que seria a não realização da pesca no interior da Zona de Proteção, enuncia também a inserção incompatível do indivíduo em várias camadas e ou instituições (modernas): para se configurar como grupo social, pescador artesanal, esta é uma forma de manter a ordem social do grupo. Rediscutir a área é buscar alterar as regras do jogo, enquadrando-se como uma estratégia social (VELSEN, 1987).

No entanto, podemos visualizar que as relações entre os dois coletivos (pescadores artesanais e membros de entidades conservacionistas) são tidas como cooperativas ou não dependendo dos ambientes sociais e das relações sociais ali estabelecidas, formal e informal. Quando alguns pescadores saem de estruturas formais para menos formais, como o caso de Caboclo, percebemos que o discurso sobre a Zona de Proteção Marinha é cooperativo, enquanto outros que não partilham de mesmo ambiente informal, se apresentam reativos à ideia de proteção dos recursos pesqueiros. Segundo Gluckman:

Estas relações pessoais, que dependem em parte de ambientes sociais específicos na organização social e em parte de diferenças individuais, constituem às vezes grupos diferentes na estrutura social. São, freqüentemente, variações de normas sociais e têm efeitos importantes sobre estas mesmas normas que, por sua vez, sempre afetam essas relações (GLUCKMAN, 1987. p. 252).

Diante disso, podemos afirmar que a permanência do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau deixa de existir numa situação estrutural de conflito. Isso fica muito mais evidente quando observamos o grupo do Bugigão questionando o *status quo* da ZPM e também dos seus limites, ao observarem que tal área rivalizaria a prática da pesca, caso houvesse uma nova demarcação.

Em termos rituais do conflito, ou em uma perspectiva simbólica, o grupo buscava estabelecer rupturas regulares, questionando os limites e tamanho da ZPM, com uma perspectiva de alcançar o máximo do conflito e, a partir daí, buscar um momento de restauração (TURNER, 2008), que possa resultar em uma nova área de demarcação, tal como é apresentado na Figura 34. Desse modo, percebeu-se que em face às estruturas modernas (CI-Brasil, ICMBio, ZPMs) o Bugigão

questionou tais estruturas, ao fazer isso, acredito que o grupo tenha criado sua própria antiestrutura, ou *communitas* diante o conflito.

Ainda em termos simbólicos, observamos que diferentemente do conflito material, há uma aceitação da Zona de Proteção Marinha, sendo que cada aceitação é investida por alguma retórica a partir da própria visão e também da própria posição que se estabeleceu em relação à RESEXMAR, PARNA, gestores, CI-Brasil, pesquisadores, pousadas, entre outros.

Entretanto, observamos a tentativa da comunidade do Bugigão em uma desconstrução dos vínculos formais (ZPM) para a criação de novos vínculos, que passassem a ter mais sentido para o grupo. Esta perspectiva relacional não pode ser absorvida pelos agentes externos, CI-Brasil e ICMBio, enquanto uma oportunidade de reconstrução. Optou-se em manter uma estrutura, que lhes fizesse mais sentido, ao longo de 10 anos, tendo como premissa a visão predominante de uma natureza híbrida¹¹⁰, à qual se alinham interesses nacionais e transnacionais.

Por fim, foi visto que a organização do discurso frente a uma emergência global, traduzida, a nível local, em soluções para a pescaria, não possui um significado próximo ao grupo. Observamos que o principal recurso que é o ariocó, além do camarão sete-barbas, não é mobilizado como uma argumentação factível de manejo, muito menos possui qualquer aproximação direta e imediata com o fato da existência da Zona de Proteção Marinha. É obvio e evidente que as espécies presentes no monitoramento basal são importantes dentro do contexto mais geral de saúde dos recifes, sobretudo a existência dos herbívoros, como os Budiões. Mas tais indicadores são apenas uma parte da verdade, portanto não podemos, de maneira alguma, utilizar de meias verdades para se estabelecer uma verdade coerente, que faz apenas sentido para quem opera este conjunto de “verdades”.

¹¹⁰ Natureza duplamente assimétrica, limitada para ser imanente e assim poder garantir a sua transcendência.

6. Conclusões

Diante das várias considerações apresentadas nos quatro capítulos dessa dissertação, sobre o tema conflitos socioambientais, em uma comunidade pesqueira frente a uma Zona de Proteção Marinha, chegamos ao momento de reuni-las conclusivamente.

Partiremos então da pergunta que nos guiou na produção dessa dissertação: Quais os motivos em se ter uma Zona de Proteção Integral – no qual é excluída toda e qualquer atividade de uso direto – em uma Reserva Extrativista Marinha– que em tese deveria ser para uso de pescadores locais? Quais as consequências em termos da implantação da mesma para a pesca e as relações sociais do grupo em questão?

A respeito das razões de se criar uma Zona de Proteção Integral, que ao longo do texto chamamos de ZPM, conforme contido no Plano de Manejo, vimos que, em primeira instância, se apresentava como uma relação de oportunidade para os agentes externos, e que, após a criação da Reserva Extrativista, a única ação de proteção à qual os pescadores locais se referiam era sobre as barras de rios, como forma de acordo local entre pescadores de balão e de rede. O fato de os pescadores locais estarem dispostos a um acordo interno para proteção das barras de rios, foi fundamental para, posteriormente, criar a oportunidade da avaliação científica de uma ZPM, ganhando importância dentro da comunidade científica e na gestão da Unidade de Conservação – UC.

Como vimos no capítulo II, a maior parte dos processos de criação de Unidades de Conservação acabam sendo guiados pelo senso de oportunidade econômica ou social, deixando, para um segundo momento, os critérios racionais que garantem a existência de tais áreas. Da mesma maneira ocorreu com a Reserva Extrativista, diante do movimento local, e também com o estabelecimento de uma Zona de Proteção. No caso estudado, dos recifes dos Itacolomis, foi imperioso o senso de oportunidade, embora existisse também em nível nacional e internacional uma preocupação com os rumos da conservação de ambientes recifais marinhos.

Adequando um dito popular, aqui a “oportunidade fez o processo político”, ou seja atores transnacionais identificaram o momento certo para por em prática ações que viessem a realizar a proteção de uma parcela de recifes marinhos. No caso estudado, a ciência só viria posteriormente para ratificar as decisões tomadas e chegar à conclusão que fazia sentido cognitivo para os detentores de tais conhecimentos (agentes externos): que áreas marinhas protegidas garantem a abundância de peixes e conserva ambientes críticos da degradação humana.

No entanto, é importante frisar que a razão para o estabelecimento de uma Zona de Proteção está além do senso de oportunidade, e se situa em termos históricos na própria evolução do conceito de natureza na perspectiva ocidental. Vimos, ainda no Capítulo II, que, ao mesmo tempo em que houve um desenvolvimento de conceitos e de perspectivas de observações acerca da natureza, também ocorreu o distanciamento/negação do conhecimento naturalístico.

Esta negação é vista como responsável por criar a divisão ontológica entre natureza e cultura, ao ponto de não reconhecimento de um pelo outro. Assim, não é de se estranhar que o próprio modelo norte americano de Parques Nacionais, em seus primeiros momentos, tenham isolado grupos locais detentores do conhecimento naturalístico. E ainda, no Brasil nos dias atuais, encontramos tal postura em ativistas mais radicais.

Ainda mantendo a discussão sobre a perspectiva do processo de tradução/purificação da Natureza, é nítida a realização de duas assimetrias. Sem a garantia da primeira (tradução) não há existência da segunda (purificação). Ao estabelecer conjuntos de classificação, ordenamento, matematização da natureza, isso garantiu sua imanência dentro de um espaço físico delimitado, ao passo que tal limitação garantiu a sua purificação, permitindo a existência de sua transcendência no sentido de abstração e universalidade que é observado a partir das pesquisas realizadas na área.

Sendo assim, observamos que a conclusão sobre a eficácia de uma Zona de Exclusão de Pesca está relacionada apenas com indicadores que representam de forma indireta e abstrata as condições dos recifes dos Itacolomis. Por outro lado, é inexistente a criação de indicadores mais reais e palpáveis para o principal recurso extraído pelos pescadores de Corumbau e Bugigão – *Lutjanus synagris* ou o ariocó.

A eficácia faz sentido apenas para o mundo das argumentações científicas que, indiretas e abstratas, são traduzidas em termos de benefícios para a pesca e por consequência para o pescador.

Neste sentido, observamos que a Zona de Proteção Marinha estudada representa este espaço imanente/transcendente, a garantia física de algo abstrato. Tendo a garantia física realizada, a mobilização em torno dessa natureza imanente, mobilizou ideias e crenças abstratas, por meio de agentes locais, nacionais e internacionais, daí também a sua transcendência.

Essa natureza, imanente/transcendente, ontologicamente estabelecida na negação/afirmação da cultura, presente nas mentes e corpos dos atores, percorreram uma longa viagem, desde o século XV até o XXI. No estudo de caso da criação da Reserva Extrativista, esta noção de Natureza se realiza no reencontro com um tipo específico de conhecimento naturalístico. Nesse reencontro, observamos a produção de híbridos de natureza cultura, quando se refere que uma Reserva Extrativista é uma Unidade de Conservação que garante não apenas a proteção da cultura como também a dos recursos naturais existentes. No entanto, observamos que a única garantia até o momento foi a proteção dos recursos contra o uso de pescadores externos, e quando falamos em garantia de recursos para os locais, ela tem que ser feita conforme as designações dos agentes externos.

No capítulo III, apresentamos uma forma possível de discussão de manejo em parceria com estes grupos, em uma perspectiva de construção antropológica na qual o conhecimento acerca do funcionamento da natureza não está dissociado de corpos/mentes que vivem no lugar. A apresentação dessa natureza/cultura não se encerra aqui neste trabalho, ela é apenas o começo para o restabelecimento dos diálogos entre os sujeitos e agentes externos.

A natureza/cultura nos revela também que seus limites estão para além do limite da ZPM (em seus 8 x 2Km). Os pescadores, assim como os recursos pesqueiros não estão totalmente isolados: há uma dinâmica muito maior e complexa, e que merece uma atenção por parte dos ecólogos e biólogos. Uma perspectiva de trabalhar um manejo de fato, deve considerar essas questões. Pescadores e os recursos pesqueiros são móveis, até mesmo aqueles que apresentam características de

baixa mobilidade, podem atravessar uma barreira de 1200 metros, tal como foi exposto pelos próprios pesquisadores.

A conclusão desse trabalho tem como objetivo colocar em cheque a eficiência desse conhecimento técnico científico, com suas pesquisas, teorias e metodologias aplicadas pelas ciências naturais em um grupo de pescadores artesanais específicos do extremo sul da Bahia. No entanto, são válidas dentro de sua própria rede de atores. O que discutimos é sobre determinação do conhecimento científico, enquanto verdade sobre o conhecimento naturalístico pela assimetria de poder produzidas nessas redes sociotécnicas.

No entanto, é importante discutir sobre as limitações das ciências naturais, chamando a atenção para o trabalho em termos de percepção e perspectiva de grupos de pescadores artesanais. Dentre as primeiras limitações a serem consideradas, podemos enfatizar o tratamento do grupo social e suas ações de forma homogênea como teste hipotético e generalizante. Como exemplo: se uma Área Protegida funcionar, os grupos poderão continuar suas práticas de pesca; ou se os grupos se organizarem alcançarão objetivos da conservação; ou então, se melhorar o preço do pescado eles passarão a proteger mais.

Desse modo, as observações em torno das negociações da Zona de Proteção Marinha revelaram-nos que não existe uma homogeneidade do grupo social estudado – pescadores do Corumbau e do Bugigão (mais recentemente). Existem relações bastante complexas em seu interior, que perpassam por relações de parentesco, sociais e políticas do grupo. A não observação dessas relações, durante o processo de criação de uma RESEXMAR, trouxe as disputas e cisões internas, cristalizando essas relações no Plano de Manejo e também e no seu Zoneamento.

Tal perspectiva nos abre uma porta para a discussão – porque os laudos biológicos e não os laudos antropológicos são os mais importantes para criação de uma Reserva Extrativista? Esta perspectiva foi bem trabalhada na tese de Ronaldo Lobão, ao discutir que o conceito de Reserva Extrativista está aprisionado nas ideias neocoloniais da Conservação da Biodiversidade, e bastante distante dos grupos locais e específicos. Acredito que é uma discussão que não se encerrou na tese de Ronaldo Lobão, não se encerrará aqui, ela apenas está em processo.

Em meio ao conflito entre Zona de Proteção Marinha e pescadores artesanais, também em meio às relações de atores externos com os sujeitos dessa pesquisa, foi nítida a existência de acordos formais e informais, que são determinantes por uma contingência (local) sobre o tema proteção e conservação da biodiversidade. Além disso, a duração estrutural do conflito, em face da estrutura e das relações sociais existentes, nos apresenta também uma perspectiva não dualista do conflito.

Assim, pudemos encontrar nas manifestações de desacordo com os limites da ZPM estudada, a sua localização, os recifes, pesqueiros e pedras ao qual estão sobrepostos. Entretanto, ao verificarmos entre os sujeitos pesquisados, a possibilidade do respeito e a produção de alteridade, proporcionado por ambientes mais informais, notou-se a construção de um discurso de preservação hibridizado (entre nós e eles). Neste sentido, é importante mencionar que é uma perspectiva destes sujeitos e não dos grupos externos, vide o exemplo da proposta que os pescadores do Bugigão e do Corumbau iriam apresentar para o Conselho Deliberativo.

Acredito que é possível continuar com a Reserva Extrativista, apesar dos conflitos e expectativas não atendidas, por parte dos atores externos que nela atuam (CI-Brasil, ICMBio, APPA). É preciso realizar um novo pacto entre os sujeitos (pescadores artesanais) e atores externos. Tal pacto deve ser realizado a partir da perspectiva da diversidade/alteridade dos lugares (Corumbau, Bugigão, Caraíva, Barra Velha, Cumuruxatiba, Embassuaba e Curuipe) para o Espaço Territorial Protegido – Reserva Extrativista do Corumbau, e não o contrário, para que não continuemos a reproduzir os mesmos erros, tema central dessa dissertação.

7. Referências

ABAKERLI, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, v. 32, n. 4, p. 551–565, nov 2001.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 294.

ATA DO CDRC. Porto Seguro: **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais**, 20^a Reunião, jul. 2006.

_____. Porto Seguro: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, 26^a Reunião, mar. 2008a.

_____. Porto Seguro: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, 27^a Reunião, ago. 2008b.

_____. Prado: **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade**, 25^a Reunião, nov. 2007.

AUGÉ, M. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. p.111. Campinas: Papirus, 2010.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. p.176. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11 ed. ed., p.322. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. LEI No 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 (Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências). . Distrito Federal, BRASIL, 1981.

- CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. p.308. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.
- CARLETON, R. Inshore Marine Conservation. First World Conference on National Parks. **Anais...** p.491. Washington: IUCN, 1962.
- CARVALHO, M. R. DE. O MONTE PASCOAL, OS ÍNDIOS PATAXÓ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 507–521, 2007.
- CHAMBERS, S.; KOPSTEIN, J. Civil Society and State. **Political Theory**. p.898. New York: Oxford University Press, 2006.
- CHANDHOKE, N. **The conceits of civil society**. Oxford: Universty Press, 2003.
- CHATTERJEE, P. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador: Editoria UFBA., 2004.
- COHEN, J. L.; ARATO, A. **Sociedade civil y teoría política**. p.1–212. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- CREADO, E. S. J.; FERREIRA, L. DA C. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, , n. N. 4, p. 1–34, 2012.
- CREADO, E. SANTOS J. **Lugares de vida, espaços de lembranças**. Annablume ed., p.234. São Paulo: Fapesp, 2011.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª edição ed., p.169. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Edusp/Nupaub, 1994.
- DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected area management categories**. p.86. Gland, Switzerland: IUCN. doi: 10.2305/IUCN.CH.2008.PAPS.2.en, 2008.
- EATON, P. Reinforcing traditional tenure: wildlife management areas in Papua New Guinea. **Conservation through cultural survival: indigenous peoples and protected areas**. p.359. Washington DC: Island Press, 1997.

ELLEN, R. F. The cognitive geometry of nature. In: P. Descola; G. Pálsson (Eds.); **Nature and Society: Antropological perspectives**. p.310. New York: Routledge, 2004.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: E. Lander (Ed.); **A colonialidade do saber : eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, 2005.

FRANCINI-FILHO, R. B.; MOURA, R. L. Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve : An evaluation using the before-after control-impact (BACI) approach. **Fisheries Research**2, , n. 93, p. 346–356. doi: 10.1016/j.fishres.2008.06.011, 2008.

GLUCKMAN, M. The utility of the equilibrium model in the study of the Social Change. **American Anthropologist**, v. 70, n. 2, p. 219 – 237, 1968.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: F.-B. Bela (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

GUBBAY, S. Marine protected areas — past, present and future. **Conservation biology**, v. 5, p. 1–14, 1995.

GUIZARDI, M. L. Conflicto , equilibrio y cambio social en la obra de Max Gluckman. **Papeles del CEIC**, v. 88, p. 1–47, 2012.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. p.270. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**. v. 26, p.1–20. Toronto: Univ. Toronto Press, 1995.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. 6^a ed. ed., p.465. London and New York: Routledge, 2000.

JACINTO, A. B. M. **Afluentes de Memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

JONES, G. P.; C, A. L. M.; ALCALA, A. C.; et al. Connectivity and the design of marine protected area networks in the Coral Triangle. **No Prelo**, 2005.

JONES, G. P.; FERRELL, D. J.; SALE, P. F. I Spatial pattern in the abundance and structure of mollusc populations in the soft sediments of a coral reef lagoon. , v. 62, p. 109–120, 2006.

JUNQUEIRA, E. S.; FERREIRA, C. O Caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. , , n. 6, p. 20–21, 2013.

KELLEHER, G.; KENCHINGTON, R. **Guidelines for Establishing Marine Protected Areas**. A Marine C ed., p.79. Gland, Switzerland: IUCN, 1992.

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 1994.

LATOURE, B. **Políticas da natureza como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

LOBÃO, R.; ÁVILA, T.; FREITAS, A. C.; LIMA, H. C. **Relatório da 1ª Etapa do Estudo Etnoecológico da Terra Indígena de Barra Velha de Monte Pascoal / BA**. v. 2, p.1–68. Niterói, 2009.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. UNB, 2006.

MEDEIROS, R. ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL *. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 1, p. 42–64, 2005.

MMA. Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil. **Biodiversidade**, , n. 18, p. 1–22, 2006.

MMA. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. **Biodiversidade**, , n. 31, 2007.

SAN MIGUEL DE PABLOS, J. L. **Filosofía de la naturaleza: la otra mirada**. 1ª edición ed., p.319. Editorial Kairos, 2010.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. p.454. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1988.

TURNER, V. **dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. p.278. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VARKEY, D.; AINSWORTH, C. H.; PITCHER, T. J. Modelling Reef Fish Population Responses to Fisheries Restrictions in Marine Protected Areas in the Coral Triangle. **Journal of Marine Biology**, v. 2012, p. 1–18. doi: 10.1155/2012/721483, 2012.

VELSEN, J. VAN. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: F.-B. Bela (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. p.345–378. São Paulo: Global Universitária, 1987.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 39607-1	Data da Emissão: 28/05/2013 12:19	Data para Revalidação*: 27/06/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Jeronimo Amaral de Carvalho	CPF: 072.284.707-61
Título do Projeto: O MAR NA?O ESTA? PARA PEIXE: a constituc?ao do campo da conservac?ao da biodiversidade e os conflitos de vis?oes de natureza	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	CNPJ: 32.479.123/0001-43

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Revisão Bibliográfica	06/2013	07/2013
2	Defesa de Qualificação	06/2013	07/2013
3	Entrevista semi-estruturada	06/2013	10/2013
4	Elaboração do texto final de defesa da dissertação	07/2013	12/2013
5	Defesa da Dissertação	12/2013	12/2013

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inobservância, omissão ou falsa declaração de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cogen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade e fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Deverá, antes, fazer reuniões nas comunidades apresentando o projeto e buscando seu consentimento. No decorrer da pesquisa, deverão ser convidadas pessoas da comunidade, a fim de participarem da geração de conhecimento. Será necessário a viabilização de uma devolutiva final, que deve ocorrer nas localidades diretamente envolvidas e o trabalho concluído e relatórios de execução entregue na sede da UC, para reprodução às associações. Os trabalhos em campo deverão ser previamente informados à equipe ICMBio-RESEX Columbaú.
---	--

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		BA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	UC Federal
2	PORTO SEGURO	BA	Área do Bugigão	Fora de UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 93126784





Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 39607-1	Data da Emissão: 28/05/2013 12:19	Data para Revalidação*: 27/06/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Jeronimo Amaal de Carvalho	CPF: 072.284.707-61
Título do Projeto: O MAR NA?O ESTA? PARA PEIXE: a constituc?ao do campo da conservac?ao da biodiversidade e os conflitos de visoes de natureza	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	CNPJ: 32.479.123/0001-43

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 93126784



Página 2/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 39607-1	Data da Emissão: 28/05/2013 12:19	Data para Revalidação*: 27/06/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Jeronimo Amal de Carvalho	CPF: 072.284.707-61
Título do Projeto: O MAR NA?O ESTA? PARA PEIXE: a constituic?a?o do campo da conservac?a?o da biodiversidade e os conflitos de vis?oes de natureza	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	CNPJ: 32.479.123/0001-43

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº154/2007, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 93126784



Página 3/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 39607-1	Data da Emissão: 28/05/2013 12:19	Data para Revalidação*: 27/06/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Jeronimo Amaral de Carvalho	CPF: 072.284.707-61
Título do Projeto: O MAR NA?O ESTA? PARA PEIXE: a constituc?a?o do campo da conservac?a?o da biodiversidade e os conflitos de vis?es de natureza	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	CNPJ: 32.479.123/0001-43

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

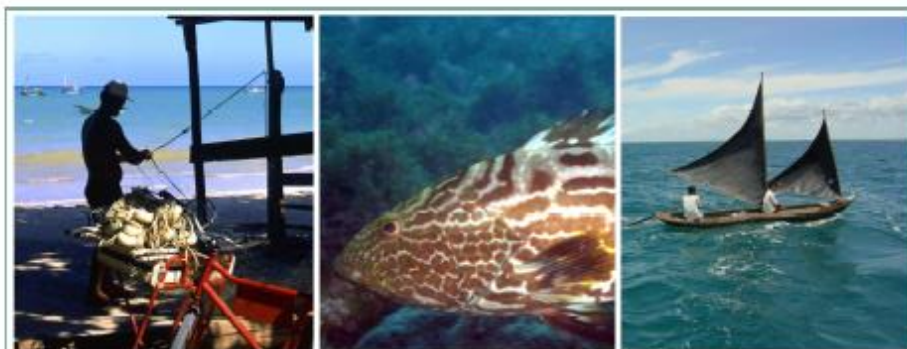
Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 93126784



Página 4/4

Peixes saem das Reservas Marinhas e repovoam áreas próximas, trazendo benefícios para a Pesca



Fotos (da esquerda para a direita): Pescador – Enrico Marone; Badejo – Ronaldo Francini-Filho; Pescadores – Ronaldo Francini-Filho

Reservas Marinhas de Proteção Integral podem promover, em seu interior, a recuperação de populações de peixes sobre-explorados, gerando, em um segundo momento, a migração desses peixes para fora das fronteiras da área protegida, em um efeito conhecido como "Spillover" (do inglês "spill over", transbordar). Com essa espécie de "transbordamento", as Áreas Marinhas Protegidas podem promover o reaparecimento de peixes de importância comercial em áreas próximas, beneficiando a atividade de pesca. Esse assunto foi tema de um artigo publicado por cientistas brasileiros na revista científica Fisheries Research. O estudo avaliou se esse efeito de "spillover" ou "transbordamento" ocorre em uma reserva marinha brasileira – a Reserva Extrativista do Corumbau, no Complexo dos Abrolhos.

Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) são zonas oceânicas e/ou costeiras que abrigam importantes ecossistemas e, por isso, são protegidas através da legislação, no sentido de preservar a biodiversidade e produtividade pesqueira no interior dos seus limites.

Existem diversos tipos de AMPs. Em algumas delas, chamadas de *uso-múltiplo*, são permitidas atividades como turismo, pesca e extração de recursos para comunidades tradicionais; em outras, a proteção é integral. Nessas últimas, o ambiente marinho é completamente protegido da pesca e de outros tipos de exploração. Podem existir ainda áreas de proteção integral dentro de reservas de uso-múltiplo.

As Áreas de Proteção Integral são amplamente reconhecidas como uma ferramenta importante para a gestão dos recursos pesqueiros. Protegendo as espécies e seus locais de reprodução, essas reservas promovem, em seu interior, a recuperação de populações de peixes que já estão escassos devido à sobrepesca e outros impactos causados pelo homem. O crescimento dessas populações, por sua vez, pode gerar um efeito conhecido como "spillover" ("transbordar", em inglês) na literatura científica: a migração de peixes para fora das fronteiras da área protegida, causando o reaparecimento de peixes de importância comercial nas áreas próximas à reserva e trazendo benefícios para a pesca.

Apesar dessa importância e do interesse crescente em avaliar como as

reservas marinhas de proteção integral podem ser efetivas, existem pouquíssimas investigações científicas que comprovam com amostragens válidas os resultados dessas áreas, o que contribui para aumentar o ceticismo sobre a utilidade desse modelo de gestão dos recursos marinhos. Para uma melhor compreensão do papel dessas áreas protegidas, é crucial investigar as diferenças entre a biomassa – variável que relaciona quantidade e tamanho – dos peixes dentro e fora das reservas, bem como comparar se houve mudanças nas populações de peixes antes e depois de seu estabelecimento.

Considerando esse cenário, o professor da Universidade Estadual da Paraíba, Ronaldo Francini-Filho¹, e o biólogo especialista em Áreas Protegidas da Conservação Internacional, Rodrigo Moura², conduziram o estudo "*Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve: An evaluation using the before-after control-impact (BACI) approach*"³, publicado em setembro de 2008.

O objetivo do estudo foi avaliar a ocorrência de "spillover", essa espécie de "transbordamento" de peixes recifais, em uma zona marinha de proteção integral nos *Recifes Itacolomis*, que fazem parte da *Reserva Extrativista (Resex) Marinha do Corumbau*, no Extremo Sul da Bahia. Para isso, eles monitoraram a biomassa e o tamanho dos peixes, dentro da zona de proteção integral e em áreas situadas a diferentes distâncias de sua borda, antes e depois do seu estabelecimento.

Reservas Extrativistas (Resex) são áreas protegidas de uso-múltiplo, estabelecidas pela iniciativa de comunidades tradicionais com o apoio do governo. As Resex Federais, como a do Corumbau, são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em parceria com as comunidades locais, através de um Conselho Deliberativo. Corumbau foi a primeira Resex a incluir recifes de corais e

zonas de proteção integral em seu interior para beneficiar a pesca.

O estudo avaliou, dessa forma, os efeitos dessa zona de proteção integral dentro da Resex, buscando responder a 03 questões-chave: (1) *As populações de peixes importantes para a pesca estão se recuperando dentro da Reserva?* (2) *Existem evidências de Spillover, ou seja, de migração de peixes da reserva para os recifes desprotegidos próximos a ela?* (3) *A proteção está levando a um aumento do tamanho dos peixes dentro da reserva e nas proximidades de seus limites?*

Os resultados revelaram um aumento na biomassa de peixes comerciais, com evidências de migração de peixes ("spillover") confirmadas na zona de proteção integral dos Recifes Itacolomis. Os achados reforçam a hipótese de que a proteção integral traz benefícios para a pesca, contribuindo para a recuperação e renovação dos estoques pesqueiros.

O estudo mostra, contudo, que o engajamento do governo e das comunidades na proteção efetiva dessas áreas é essencial para que elas cumpram seu papel. Fatores socioeconômicos e ecológicos devem ser considerados de forma conjunta tanto na definição dessas áreas como na avaliação de seus resultados.

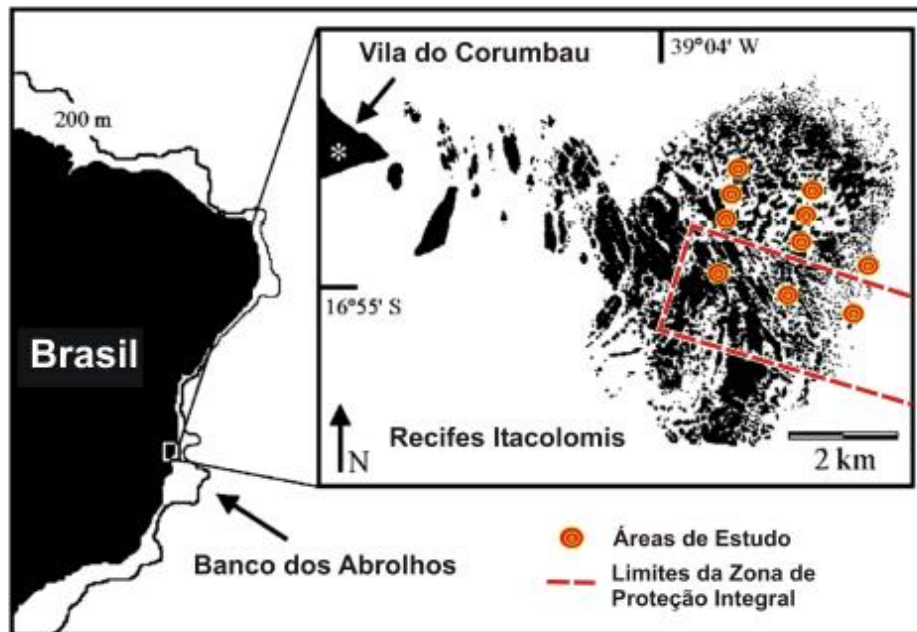
A Reserva Extrativista e as Áreas de Estudo

A Resex do Corumbau está localizada na porção norte do Banco dos Abrolhos, no Sul da Bahia, cobrindo 895 km² de habitats costeiros e recifais. Desde sua criação, ocorrida em 2000, a gestão da reserva é feita por um Conselho Deliberativo, onde os pescadores são maioria.

¹ rfilho@yahoo.com

² r.moura@conservacao.org

³ O artigo é parte da revista científica *Fisheries Research*, volume 93, edição 03, páginas 346-356, publicada em 20 de setembro de 2008. Maiores informações na Conservação Internacional (www.conservacao.org).



Adaptação da Figura 1 do artigo original. Mapa mostrando os Recifes Itacolomis e as áreas (sites) de estudo. O mapa também destaca o Corumbau, principal vila pesqueira próxima aos Itacolomis.



A exploração de recursos marinhos na Resex é apenas permitida às comunidades locais sob regras específicas. Por exemplo, há zoneamentos para as atividades e restrições a equipamentos danosos de pesca. Essas regras são definidas pelo próprio Conselho Deliberativo e endossadas pelo ICMBio. Pesca com anzol, arpão e diversos tipos de rede são permitidas, enquanto práticas destrutivas, como a pesca de arrasto sobre recifes, são proibidas (foto por Ronaldo Francini-Filho).

A possibilidade de incluir na Resex zonas de proteção integral – onde nenhum tipo de pesca é permitida – já era discutida

desde 1999, antes mesmo da criação oficial da reserva.

Zonas de proteção integral no interior de reservas marinhas de uso-múltiplo funcionam como um local para recuperação dos estoques de peixes, uma vez que lá as espécies podem se reproduzir e crescer sem ameaças. Do ponto de vista da gestão pesqueira, o objetivo dessas áreas é permitir o aumento das populações de peixes, gerando a migração das espécies para as áreas adjacentes, onde a pesca é permitida, trazendo efeitos positivos para os pescadores.

Em novembro de 2001, o Plano de Manejo – documento que contém as normas que regem o uso dos recursos da Reserva – foi aprovado. O plano criou zonas de proteção integral, a principal delas cobrindo cerca de 20% dos Recifes Itacolomis, maior complexo recifal dentro da Resex. Esse foi o local ideal para a pesquisa desenvolvida por Moura e Francini-Filho.

Como o Estudo foi feito⁴

A maioria dos estudos sobre efeitos das reservas marinhas fizeram apenas comparações espaciais entre reservas e locais onde a pesca é permitida. Comparações temporais, que levem em conta também os cenários *antes* e *depois* da criação da reserva, constituem uma abordagem mais completa e adequada.

Nesse estudo, os pesquisadores monitoraram as populações de peixes anualmente, *antes* (em 2001) e *depois* (de 2002 a 2005) do estabelecimento da zona de proteção integral dos Itacolomis, *dentro* da zona e em diferentes áreas *ao seu redor*. Até então, nenhum estudo havia aplicado essa abordagem.

A pesquisa foi conduzida no verão, para evitar distorções causadas por mudanças sazonais. A contagem de peixes foi feita através de técnicas específicas de censo visual, permitindo o registro e categorização de peixes de diferentes tamanhos e espécies.

Para analisar a informação coletada, as espécies foram agrupadas em *espécies que são alvo* e *espécies que não são alvo* da pesca. As espécies-alvo foram subdivididas em *grandes carnívoros*, *pequenos carnívoros* e *grandes herbívoros*. Os dados coletados foram convertidos em biomassa – unidade utilizada no estudo – equacionando-se as relações entre comprimento e peso.

As características do habitat - cobertura bêntica (cobertura de algas, corais e outros organismos dos recifes) foi estudada de 2003 a 2005 nas mesmas áreas em que os peixes foram contados.

No total, 1557 peixes foram analisados durante o estudo.

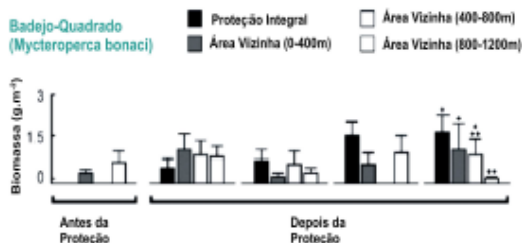
⁴ Informações detalhadas para a comunidade científica, ambientalistas e demais interessados estão no artigo *Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve: An evaluation using the before-after control-impact (BACI) approach* publicado na revista científica *Fisheries Research*, volume 93, edição 03, páginas 346-356, em 20 de setembro de 2008. Disponível na Conservação Internacional (www.conservacao.org), sob solicitação.

Mais peixe: evidências positivas e condicionantes socioculturais

Os resultados do estudo reforçam que zonas de proteção integral podem de fato promover o crescimento da biomassa de peixes de importância comercial, tanto dentro da reserva como nas suas adjacências, confirmando a hipótese do *"spillover"*. Ou seja, o aumento na abundância e tamanho dos peixes no interior da reserva, devido à proteção integral, gera um movimento destes para fora dos limites da área protegida, podendo beneficiar a pesca em seu entorno.

As espécies que exemplificam esta constatação são o Budião-Azul (*Scarus trispinosus*) e o Badejo (*Mycteroperca bonaci*). A abundância e tamanho dessas espécies aumentaram consideravelmente dentro da zona de proteção integral após sua criação, sem crescimento similar em áreas mais distantes da zona protegida.

O aumento da biomassa dessas espécies também nas proximidades da reserva é um padrão espacial indicativo de *spillover*, revelando que o aumento de indivíduos no interior da zona de proteção integral gerou o repovoamento das áreas próximas. O crescimento animador do badejo no interior da reserva e em áreas adjacentes pode ser visualizado no gráfico a seguir:



Adaptação da figura 2d. do artigo original Biomassa do badejo no interior da zona de Proteção Integral dos Recifes do Itacolomis, ao longo de 05 anos, destacando as diferenças entre "antes" e "depois" da proteção integral.



A população do Budião-Azul (*Scarus trispinosus*) aumentou no interior da zona de proteção integral, bem como em suas proximidades (foto por Enrico Marone).

Apesar desses aumentos, os cientistas notaram que a biomassa de peixes importantes para a pesca na zona de proteção integral dos Itacolomis ainda é bem menor do que em outras áreas de proteção integral do banco dos Abrolhos, mais antigas e melhor implementadas, a exemplo do Arquipélago e do Parcel dos Abrolhos, no interior do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Esse resultado já era esperado, porque muitos peixes recifais têm um longo ciclo de vida. Assim, a recuperação dessas espécies dentro das reservas pode demorar décadas para se tomar significativa.

Outros fatores também podem interferir na recuperação das espécies, segundo o estudo. No caso de algumas espécies, como o budião-azul, a pesca ilegal dentro da zona de proteção – que cresceu durante o período do estudo – parece ter impedido uma recuperação mais significativa. A biomassa dessa espécie cresceu bruscamente entre 2001 e 2002, na reserva e em recifes desprotegidos próximos a seu limite. Este aumento foi seguido de um declínio a partir de 2003, quando os

pescadores da Resex decidiram liberar novamente a pesca dessa espécie nas áreas desprotegidas.

Em 2004, a pesca ilegal aumentou no interior na zona de proteção integral, causando um declínio ainda maior na biomassa do budião. Apesar dos níveis de pesca não-autorizada na reserva não estarem estimados no estudo, os autores puderam notar informalmente diversas manifestações dessa atividade a partir de 2004, o que pôde ser confirmado em conversas com pescadores da reserva.

Esse dado mostra que os fatores socioculturais e econômicos são tão importantes quanto os ecológicos na definição das reservas marinhas e na avaliação de seus resultados.

As comunidades tendem a resistir à idéia de abrir mão de alguns de seus locais tradicionais de pesca. É preciso que as vantagens da zona de proteção integral para a recuperação dos peixes estejam claras e sejam concretas para as comunidades locais que vivem da pesca, e o conhecimento científico produzido sobre este assunto esteja acessível a essas comunidades. Nesse sentido, o estudo aqui relatado, que integra um monitoramento de longo prazo, foi anualmente apresentado às comunidades locais. Esse é um dos passos importantes para envolver ainda mais os pescadores na gestão da reserva e na proteção das suas próprias áreas de pesca, contribuindo para o êxito das funções das reservas marinhas. É crucial, ainda, que o governo não negligencie seu papel e responsabilidade em criar, gerenciar, apoiar e fiscalizar estas áreas de forma efetiva.

Esse estudo é fruto do **MMAS (Marine Management Areas Science)**, programa da Conservação Internacional que alia ciências naturais e sociais para avaliar a efetividade das Áreas Marinhas Protegidas – AMPs e verificar como estas áreas podem ser administradas de forma a garantir a provisão dos recursos naturais, protegendo espécies importantes ao mesmo tempo em que contribui para a pesca e a economia das comunidades costeiras. A realização deste Programa tornou-se possível com o suporte da Fundação Gordon and Betty Moore, contando também com o apoio do Fundo Internacional para Conservação do Canadá (ICFC) e de doadores individuais que acreditaram nos benefícios de sua realização.

Informações detalhadas para a comunidade científica, ambientalistas e demais interessados estão disponíveis no artigo original ou na Conservação Internacional (www.conservacao.org), sob solicitação.

A tradução, pesquisa de imagens, produção de conteúdo e editoração deste material foi realizada por Anaéli Bastos (comunicação ambiental e relações públicas - bastos_rp@gmail.com), com a revisão e colaboração da equipe de Comunicação e da equipe do Programa Marinho da Conservação Internacional (contato: Guilherme Dutra, diretor do Programa Marinho - g.dutra@conservacao.org).